

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**O MOVIMENTO DE LUTA POR MORADIA
DO BAIRRO CAPITÃO EDUARDO:
processos educativos resgatados pelas
lembranças dos seus primeiros moradores**

Miriam Regina de Sousa

**Belo Horizonte
2006**

Miriam Regina de Sousa

**O MOVIMENTO DE LUTA POR MORADIA
DO BAIRRO CAPITÃO EDUARDO: PROCESSOS EDUCATIVOS RESGATADOS
PELAS LEMBRANÇAS DOS SEUS PRIMEIROS MORADORES**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: **Prof^a Dra. Nilma Lino Gomes**

Co-orientador: **Prof. Dr. Geraldo Magela Pereira Leão**

FACULDADE DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
BELO HORIZONTE

2006

Dissertação intitulada *O movimento de luta por moradia do bairro Capitão Eduardo: processos educativos resgatados pelas lembranças dos seus primeiros moradores*, de Miriam Regina de Sousa, apresentada ao curso de Mestrado da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, em 29 de setembro de 2006, e submetida à banca examinadora composta por:

Profª. Dra. Nilma Lino Gomes – UFMG (Orientadora)

Prof. Dr. Geraldo Magela Pereira Leão – UFMG (Co-orientador)

Prof. Dr. Amauri Carlos Ferreira – PUC-Minas

Profª. Dra. Maria Amélia G. C. Giovanetti – UFMG

Prof. Dr. Rogério Cunha Campos – UFMG

Faculdade de Educação
Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte
2006

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Nilma Lino Gomes, pessoa especialíssima, pelos ensinamentos, pela beleza, pela força, pela ternura e pelo exemplo. Com você, me senti amparada e segura em todos os momentos da pesquisa;

Ao meu co-orientador, Geraldo Leão, pelas valiosas sugestões e ponderações, feitas sempre com muito carinho e cuidado, na difícil fase da escrita;

Ao grande e querido amigo, professor no Curso de Pedagogia, Otto Baumgartl, por me fazer acreditar na minha capacidade;

Ao querido amigo, professor José Raimundo Lisboa, pelo incentivo e dicas iniciais, fundamentais para o meu ingresso no Mestrado;

Aos queridos professores Rogério Cunha Campos e Leôncio Soares, que antes de me conhecerem, se dispuseram a ler meu pré-projeto de pesquisa, orientando-me com referências de leitura que muito enriqueceram este trabalho;

Aos moradores e moradoras do bairro Capitão Eduardo, por terem me colocado em contato com uma história tão instigante. De modo especial, agradeço à Marlene, à Lúcia, à Luzia, ao “Seu Moacir”, à Rita e à Edna, sujeitos desta pesquisa, por terem me ensinado bonitas lições;

A todos vocês, muito obrigada!

Serão para sempre lembrados!

À minha querida filha, Camila,
que soube entender a distância e os poucos encontros...
Pode ter certeza: você esteve comigo
durante todo o processo.

Ao meu grande amor, Maurício,
por toda cumplicidade e estímulo. Você é o
melhor companheiro que alguém poderia ter.
Obrigada por tudo!

Amo vocês!

RESUMO

Esta pesquisa localiza-se no campo de estudos dos movimentos sociais e educação. Tem como objetivo principal a compreensão dos processos educativos vivenciados pelos primeiros moradores e moradoras do bairro Capitão Eduardo, através de suas lembranças quanto à participação no movimento de luta por moradia (Movimento dos Sem-Casa), na década de 1980, em Belo Horizonte. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida por meio da metodologia da história oral. Foram realizadas entrevistas com seis moradores, homens e mulheres, negros e brancos, lideranças e base do movimento nos anos 80. As narrativas revelaram várias dimensões educativas experienciadas pelos sujeitos, ao longo de suas trajetórias de vida, e apreendidas no contexto específico do movimento, tais como: a relação com o “outro”, a organização política, a negociação em situações de conflito e o aprendizado da luta pelos direitos. Além dessas dimensões mais amplas, a escola também é apontada como um importante espaço formador. Ao retomarem as suas lembranças, articulando-as com o presente, os saberes escolares e os saberes construídos na vida e na luta política são vistos, pelos entrevistados, como complementares.

Palavras-chave: educação; movimento social; luta por moradia; memória

ABSTRACT

This is a research on the studies of social movements and education. Its main objective is the comprehension of educational processes lived by the first inhabitants of Capitão Eduardo neighborhood, through their memories of their participation in the homeless movement (MOVIMENTO dos SEM CASA), in the 1980's in Belo Horizonte. It is also about the qualitative research developed by an oral history methodology. Interviews were done with six inhabitants, men and women, black and white, leaders and participants of the movement in the 1980's. These narratives reveal several educational dimensions experienced by the subjects throughout their lives and apprehended within a specific context from the movement, such as their relationship, their political organization, negotiation skills in struggling situations, and the learning to fight for their rights. Besides these dimensions the school is also spotted as an important space for development. Remembering and articulating these memories with the present time scholastics knowledge and life knowledge built through political struggle are seen by the interviewees as complementary.

Key words: education; social movement; homeless movement; memory

LISTA DE ABREVIATURAS

AMABEL – Associação dos Moradores de Aluguel de Belo Horizonte
AMBACE – Associação dos Moradores do Bairro Capitão Eduardo
APA – Área de Preservação Ambiental da Fazenda Capitão Eduardo
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
Cemig – Companhia Energética de Minas Gerais
CEMMAC – Centro de Educação Marista Marcelino Champagnat
CEVAE – Centro de Vivência Agroecológica
Copasa – Companhia de Saneamento de Minas Gerais
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EMGOC – Escola Municipal Governador Ozanam Coelho
FAMOBH – Federação de Associações de Moradores de Bairros, Vilas e Favelas de Belo Horizonte
IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IQV – Índice de Qualidade de Vida
OP – Orçamento Participativo
PBH – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
PRODABEL – Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte
PROFAVELA – Programa Municipal de Regularização de Favelas
PROINCO – Programa de Integração Comunitária
SEAC – Secretaria de Ação Comunitária
SLU – Serviço de Limpeza Urbana
SUS – Sistema Único de Saúde
USIMINAS – Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais
URBEL – Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte
ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS E FIGURAS

Tabela 1 – Distribuição geral da população conforme faixa etária e sexo	30
Gráfico 1 – Distribuição geral da população conforme faixa etária e sexo	31
Gráfico 2: Distribuição de domicílios por renda familiar	31
Gráfico 3 – Escolarização geral da população.....	32
Gráfico 4 – Distribuição dos domicílios por tipo de residência.....	33
Gráfico 5 – Meios de transporte mais utilizados	35
Figura 1 – Chegada ao bairro pelo túnel.....	28
Figura 2 – A luta pela terra.....	50
Figura 3 – Ofício enviado pelos moradores ao prefeito Célso de Castro.....	61
Figura 4 – Marlene fotografada pela pesquisadora.....	78
Figura 5 – Foto de Marlene, à época da escola.....	81
Figura 6 – Diploma de Marlene (4ª série)	81
Figura 7 – Lúcia fotografada pela pesquisadora.....	83
Figura 8 – Luzia fotografada pela pesquisadora.....	87
Figura 9 – “Seu Moacir” e Rita fotografados pela pesquisadora.....	93
Figura 10 – Edna fotografada pela pesquisadora.....	98
Figura 11 – Reunião de representantes da Associação dos Moradores de Aluguel da Região do Gorduras com o prefeito Sérgio Ferrara (da esquerda para a direita: Francisco, Marlene, Hélio Baldoni, Anita, Elenice e Maria).....	112
Figura 12 – O abastecimento no caminhão-pipa	125
Figura 13 – Entrada lateral da Escola Municipal Governador Ozanam Coelho (EMGOC).....	131
Figura 14 – Imagem de Nossa Sra. da Rosa Mística, na igreja do bairro (foto cedida por Seu Moacir).....	146
Figura 15 – Caminhada dos moradores com a cruz (cedida por Seu Moacir).....	149
Figura 16 – Primeira missa do bairro Capitão Eduardo, celebrada por Dom Serafim (cedida por Seu Moacir)	150

SUMÁRIO

Introdução.....	11
1- Definindo olhares: movimentos sociais, educação, processos educativos e gênero	13
2- O caminho percorrido	18
2.1- A escolha do método.....	18
2.2- A escolha dos entrevistados.....	21
3- A organização dos capítulos	25
Capítulo I – Capitão Eduardo: entrelaçamento entre a história oficial e a história narrada.....	27
1.1- O bairro	27
1.1.1- Aspectos sociais e econômicos	29
1.1.2- Os espaços coletivos do bairro.....	37
1.2- A história.....	46
1.2.1- A luta por moradia	47
1.2.2- A luta pela construção do bairro	55
1.2.3- A luta por uma identidade positiva para o bairro	59
1.2.4- Os múltiplos sentidos do engajamento na luta pela moradia	63
Capítulo II – Os sujeitos da pesquisa.....	74
2.1- Os sujeitos e suas lembranças.....	78
2.2- Traços marcantes.....	102
Capítulo III – Dimensões significativas do movimento: principais temas que emergiram das entrevistas.....	109
3.1- As mulheres no movimento.....	110
3.1.1- Questões de gênero e a luta por moradia.....	113
3.1.2- Questões de gênero e a luta pela água.....	123
3.1.3- Questões de gênero e a luta pela escola	128
3.2- As ações de solidariedade.....	131
3.3- Leitura política do movimento	136
3.4- Igreja e fé no movimento por moradia do Capitão Eduardo	144
3.5- A questão racial e o movimento pesquisado	150
Capítulo IV – Processos educativos: as vivências formadoras e o lugar da escola na trajetória dos sujeitos da pesquisa.....	155
4.1- As dimensões formadoras do movimento por moradia	159
4.2- A escola e suas dimensões formadoras.....	171
4.2.1- Escola, saberes e conhecimentos.....	175
Considerações finais.....	180
Referências bibliográficas	186
Anexos.....	193
Anexo 1 – Roteiro de entrevista	193
Anexo 2 – Termos de autorização dos entrevistados.....	195

Miriam Regina de Sousa

INTRODUÇÃO

Como começo de caminho quero a unimultiplicidade
Onde cada homem é sozinho, a casa da humanidade...

(Tom Zé)

Falar da existência de um processo educativo, no interior de práticas e vivências que se desenvolvem fora dos canais institucionais escolares, implica ter, como pressuposto básico, uma concepção de educação que não se restringe ao aprendizado de conteúdos específicos transmitidos através de técnicas e instrumentos do processo pedagógico (GOHN, 1999; FREIRE, 1979; FREIRE e FREI BETTO, 1985; FREIRE e GUIMARÃES, 1987; ARROYO, 2000 e 2004; BRANDÃO, 1980a e 1982). Com base em tal concepção, procurei guiar a minha experiência profissional como professora da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte, desde 1995, quando ingressei na Escola Municipal Governador Ozanam Coelho, localizada no bairro Capitão Eduardo, região nordeste de Belo Horizonte. Nessa escola, ocupei, durante quatro anos, o cargo de vice-diretora (1999-2002). Ali, desde o início da minha docência, pude conviver com uma comunidade que se mostrou possuidora de uma história riquíssima e, apesar do baixo índice de escolarização de seus moradores, pude perceber o quanto havia de organização política e educativa em suas lutas por direitos.

Essa inserção profissional, como educadora, na escola do bairro, possibilitou uma grande aproximação entre a pesquisadora e os sujeitos da pesquisa. Nesse sentido, esclareço que as pessoas entrevistadas não me eram “estranhas”. São moradores de uma comunidade na qual trabalhei muitos anos, dos quais aprendi a gostar e pelos quais tenho grande respeito. Essa dimensão invade a subjetividade da pesquisadora ao produzir o texto, o que exigiu um cuidado e um esforço constantes para buscar construir o distanciamento necessário para realizar a pesquisa.

Autores como Paulo Freire e Miguel Arroyo sempre defenderam a existência de processos educativos, para além dos muros escolares, sem desconsiderar o peso e a importância da escola. Pelo contrário, acreditam na inter-relação entre escola e movimentos sociais e no potencial indagador e renovador, capaz de ajudar a ambos na

tarefa de se repensarem. Esses autores partilham a concepção de educação como processo de humanização e libertação que, por isso mesmo, não se configura simplesmente em transmissão de conhecimentos, mas, sobretudo, em vivências pessoais e coletivas, seguidas por leituras e interpretações dessas experiências, realizadas pelos sujeitos que as vivenciam. Para eles, tais vivências proporcionam não apenas uma conscientização política, mas uma real possibilidade de mudanças, a partir da constatação da injustiça, da insatisfação com o vivido (denúncia), e, ainda, o vislumbre de se poder alcançar melhores condições, a partir de ações específicas (anúncio). Nesse processo, tenso e conflituoso, as pessoas humanizam-se, desumanizam-se, educam-se e reeducam-se.

A proposta dessa pesquisa é investigar, com base nas lembranças dos primeiros moradores do bairro Capitão Eduardo, como estes se organizaram para fazer valer suas reivindicações e quais foram os processos educativos vivenciados nessas situações concretas de luta. Parto do pressuposto de que os movimentos sociais são um dos espaços em que os processos educativos acontecem, mas com suas especificidades e diferenças em relação à escola. Sabemos que a questão dos movimentos sociais já foi tema de vários estudos e pesquisas educacionais e esta pesquisa pretende também contribuir para esse campo de reflexão, ao buscar apreender como se deu a organização do movimento social que se destacou na mídia e no cenário nacional, na década de 1980: o movimento de luta por moradia e, mais especificamente, o Movimento dos Sem-Casa, em Belo Horizonte. Através de um estudo de caso, este trabalho teve como propósito compreender não as demandas de educação pleiteadas pelo movimento, mas sim os processos educativos vivenciados durante o processo e resgatados através das lembranças dos seus primeiros integrantes. A idéia é também indagar se esse processo contribuiu para que esses sujeitos construíssem uma determinada concepção de educação escolar.

Tudo o que transcorreu a partir da idéia inicial foi sendo configurado aos poucos, desde a minha inserção no Programa de Mestrado da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, e ao longo do curso, a partir de variadas interlocuções. A minha inserção no Programa, o contato com as disciplinas, as leituras e

reflexões propostas e, sobretudo, a pesquisa de campo, não apenas contribuíram para alargar minhas concepções no campo da educação, entendida como espaço de formação humana, como também propiciaram uma maior compreensão acerca das imbricadas relações entre educação, política, sociedade e cultura.

1- Definindo olhares: movimentos sociais, educação, processos educativos e gênero

Nesta introdução, é importante definir o olhar através do qual me aproximo da realidade a ser analisada, explicitando o entendimento sobre os conceitos de movimentos sociais, educação, processos educativos e gênero.

A fim de localizar o Movimento dos Sem-Casa, em Belo Horizonte, no contexto dos movimentos sociais, faço uma breve retomada do histórico de efervescência dos mesmos no Brasil. Para isso, recorro à conceituação analítica de alguns estudiosos dos movimentos sociais, a saber: Scherer-Warren (1987, 1993, 1998, 1999), Doimo (1995), Mellucci (2001) e Gohn (1979, 1992). Especificamente sobre os movimentos atuantes em Belo Horizonte, destaco os estudos feitos por Somarriba (1984) e Campos (1989).

Segundo Ilse Scherer-Warren (1993), o período ditatorial, com um regime que restringiu e constrangeu a atuação das camadas populares, nos planos econômico, político e cultural/ideológico, foi o espaço para que antigos grupos de pressão se organizassem em novos moldes e para que novos grupos surgissem como forças políticas no seio da sociedade civil. Segundo ela,

O sentimento de uma tripla exclusão relativa – econômica, política e cultural/ideológica – sempre presente na história brasileira, mas que se acentua consideravelmente durante os anos mais duros do regime militar, está no bojo dos movimentos que vão se organizando a partir de então. Assim, defende-se o direito de participar do consumo de bens e equipamentos coletivos, através dos Movimentos Sociais Urbanos; o direito a permanecer na moradia e na terra ocupada, pelo Movimento dos Favelados; o direito à terra para o trabalho, pelo Movimento dos Sem-Terra, ou de preservar as terras produtivas, pelo Movimento das Barragens; o direito a uma vida mais sadia, pelo Movimento Ecológico; o direito a não serem discriminados culturalmente, pelos Movimentos Étnicos e assim por diante. (SCHERER-WARREN, 1993, p. 54)

Na verdade, é praticamente impossível utilizar a categoria “movimentos sociais” sem reconhecer o emaranhado de significados e interpretações que a ela foram atribuídos, no decorrer dos tempos (DOIMO, 1995). Sem dúvida, trata-se de um termo de acentuado caráter polissêmico, que serviu e continua servindo para explicar fenômenos de variadas e distintas naturezas.

Neste trabalho, opto por trabalhar com a definição dada por Scherer-Warren, que, não ignorando os impasses das polaridades interpretativas existentes e, segundo ela, sem nenhuma pretensão universalizante do termo, considera como movimento social

toda forma de organização e ação coletiva da sociedade civil, que, dentro de uma trajetória histórica (contexto econômico, político e cultural), constitui uma nova identidade coletiva construída em torno de significados múltiplos, como carências comuns, defesa comunitária ou cultura, seja religiosa, de gênero, étnica, ambiental, de direitos humanos, etc. (SCHERER-WARREN, 1993, p. 54)

A autora demarca três dimensões básicas presentes em um movimento social: o reconhecimento de uma situação de opressão/exclusão social; a expressão de um conflito; e a busca conjunta de estratégias de reversão da situação dada.

No mesmo sentido, Mellucci (1989) formula uma definição de movimento social que se caracteriza por conter três elementos: é uma forma de ação coletiva baseada na solidariedade, que traz à tona um conflito e rompe os limites do sistema no qual ocorre a ação.

Ao utilizarem o conflito, a solidariedade e a ruptura (ou reversão) da situação dada como dimensões analíticas básicas de um movimento social, esses autores deixam clara a distinção que fazem entre esses movimentos e outras formas de ações coletivas.

Os movimentos sociais representam uma possibilidade de fortalecimento da sociedade civil frente ao aparelho do Estado, fazendo transparecer o potencial transformador do qual eram e ainda são portadores. É sabido que esses movimentos enfrentaram e enfrentam, mesmo hoje, dificuldades e limitações impostas não apenas pelo sistema, como também pela sua própria organização, disputas e contradições internas. Essas limitações são apontadas por Gohn (1992), que ressalta as diferenças

internas, as crenças e os valores específicos de cada movimento como fatores agregadores ou desagregadores do grupo, dependendo das circunstâncias. Segundo ela, é preciso estar atento também para essas dimensões subjetivas dos movimentos.

É essa realidade multifacetária dos movimentos sociais que permitiu e continua permitindo uma gama de possibilidades de investigação e perspectivas analíticas, como a realizada por mim, sobre um movimento de luta por moradia, da década de 1980, que deu origem ao bairro Capitão Eduardo.

Nesse contexto, a educação será entendida, aqui, como processo de formação humana e construção de valores. Para trabalhar com essa concepção, lanço mão, no decorrer do trabalho, de autores como Paulo Freire, Miguel Arroyo e Carlos Rodrigues Brandão. Sem a pretensão de desvalorizar a educação escolar, este trabalho pressupõe o reconhecimento da educação e dos processos educativos que acontecem para além dos canais institucionais escolares, buscando sempre relacionar e aproximar uma e outros.

A educação é vista, assim, como um processo amplo vivido pelo ser humano, na luta para tornar-se cada vez mais humano. Um processo de libertação e transformação da realidade que também implica conflitos, contradições e desumanização. Paulo Freire (2006) combate a concepção ingênua da pedagogia que se crê motor ou alavanca da transformação social e política; mas contesta, igualmente, a concepção oposita e pessimista de que a educação reproduz mecanicamente a sociedade. É nesse sentido que este trabalho retoma a educação como prática da libertação, associada não apenas à escola, mas também às diversas possibilidades da ação social e cultural (incluindo-se aqui o movimento pesquisado), na luta pela transformação das estruturas opressivas da sociedade. Reconhecendo que todo processo de transformação social inclui avanços e recuos, aprendizagens e contradições, solidariedade e conflitos, assim como processos de desumanização, a “pedagogia libertadora” dos movimentos seria aquela comprometida com a “tomada de consciência da situação existencial”, seguida da “práxis social”. Educação e poder nunca estão separados – seja o poder institucionalizado, seja o micro-poder. Por isso, o ideal de libertação está sempre presente nas concepções alargadas de educação, sobretudo quando analisamos os movimentos sociais.

Nessa perspectiva, educação compreendida como humanização é aquela que carrega em si um projeto emancipatório, o qual, segundo Boaventura de Sousa Santos (1996), é capaz de recuperar a nossa capacidade de espanto e de indignação e orientá-la para a formação de subjetividades inconformistas e rebeldes. Ainda na perspectiva desse autor, educação vista como humanização e emancipação é aquela que se desenvolve por meio de um projeto que supera a trivialização dos conflitos e do sofrimento humano. É aquela cujo projeto educativo que desencadeia é orientado a combater a banalização do sofrimento, por via da produção de imagens desestabilizadoras, a partir do passado concebido não como fatalidade, mas como produto de iniciativa humana que, tendo opções, podia ter evitado o sofrimento causado a grupos sociais e à própria natureza. É por isso que ela se mostra capaz de causar, em nós, espanto e indignação, inconformismo e rebeldia.

Sendo assim, conceber a educação como processo de humanização e de emancipação é entendê-la, nos dizeres de Paulo Freire, com todos os seus conflitos e limites, como sonho realizável. Realizável no presente, através da ação dos sujeitos sociais, e capaz de provocar mudanças no futuro, na perspectiva de que ainda somos aptos a construir um outro mundo possível de se viver. Não há aqui romantismo. Há a tentativa desesperada de não se dobrar às injustiças e desigualdades do passado e do presente, para que não percamos nossa capacidade de denúncia, espanto, indignação, inconformismo e rebeldia.

A partir desse conceito mais alargado de educação, trabalhou-se também com a noção de processos educativos, reconhecendo-os como parte da experiência humana de vivência, organização, sociabilidade e socialização. Nesse sentido, entende-se por processos educativos toda experiência, reflexão, prática, formas e modos de ação, pelos quais as pessoas vão constituindo, ao longo do tempo, suas maneiras de perceber seu “estar no mundo” e suas relações com o ambiente e com os outros. Tal processo se dá mediante avanços, recuos, libertação e limites, negociações e imposições, enfim, se constrói no contexto pessoal, social, cultural, histórico e político. A profundidade e agudeza das desigualdades sociais afetam profundamente os processos educativos vivenciados pelos sujeitos sociais. Ao mesmo tempo, o próprio processo de educação e

re-educação vivido pelos sujeitos sociais, no contexto das desigualdades, é capaz de produzir sentimentos e desencadear ações de reversão desse quadro.

No decorrer do trabalho, a questão de gênero se impôs desde a realização da primeira entrevista, e se manteve presente ao longo de toda a pesquisa. Houve, acerca do processo de construção do bairro Capitão Eduardo, grande destaque, nas narrativas, em relação à construção do lugar do masculino e do feminino. No início, a questão de gênero não era considerada como uma dimensão importante da pesquisa, mas não foi possível ignorar a força que esta assumiu no decorrer das entrevistas e no processo de análise. Caso optássemos pelo silêncio, seria negar, mais uma vez, a importância da participação das mulheres no movimento pesquisado.

Joan Scott e Maria Luisa Heilborn foram as autoras que nos ajudaram a dialogar com a dimensão do gênero na análise das entrevistas. Além disso, foram feitas referências aos trabalhos do IBAM/UNICEF,¹ voltados para a situação das mulheres frente às políticas públicas no Brasil.

Segundo Joan Scott, “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1990, p. 14). Segundo ela, o gênero é, pois, um primeiro campo no seio do qual – ou por meio do qual – o poder é articulado. Nesse mesmo sentido, Heilborn (1991) chama a atenção para o fato de que variedades de interpretações sobre a posição da mulher, nas diferentes culturas, assinalam a sua condição de maior ou menor exclusão da esfera pública ou política das sociedades.

Essa divisão sexual dos papéis, ainda existente em nossa sociedade, assim como as relações de poder fundamentadas nas diferenças sexuais, tornaram-se visíveis nas narrativas dos sujeitos entrevistados, impondo, assim, uma reflexão sobre as relações de gênero que marcaram as trajetórias das informantes e o movimento pesquisado.

¹ Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Em parceria com a UNICEF, criou o Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas.

2- O caminho percorrido

2.1- A escolha do método

A história oral está inserida no contexto das pesquisas qualitativas e se baseia em fontes orais, coletadas em uma situação de entrevista. No dizer de Alberti, é uma forma de “recuperação do passado conforme concebido pelos que o viveram” (2004a, p. 30). É um método que privilegia, pois, a aproximação do(a) pesquisador(a) de seu objeto de estudo, através de entrevistas com pessoas que participaram de certos acontecimentos ou conjunturas – ou os testemunharam – e que partilham determinadas visões de mundo.

As fontes orais podem assumir a forma de *histórias orais de vida* (o relato de narradores sobre sua existência através dos tempos); *relatos orais de vida* (é solicitado aos narradores que abordem, de modo particularizado, alguns aspectos de suas vidas, embora se dê a eles total liberdade de exposição); e, ainda, os *relatos orais temáticos* (relatos de narradores sobre um tema específico).

Pela distinção que se faz entre as diferentes possibilidades de trabalho com a história oral, conclui-se que o *relato oral temático*, aliado ao *relato oral de vida*, seria o mais adequado a esta pesquisa, pois, dentro da ampla e complexa história de vida das pessoas entrevistadas, permitiria fazer um recorte de tempo e temas específicos de suas experiências.

Ainda segundo Alberti, esse método de aproximação do objeto de estudo não é nada recente. Segundo ela, Heródoto e Tucídides já lançavam mão de relatos e depoimentos para construir suas narrativas históricas sobre acontecimentos passados. Ou seja, desde a Antigüidade Clássica, muito antes do advento do gravador, o recurso a relatos e depoimentos para a reconstituição de acontecimentos e conjunturas já era comum. Segundo Alberti, foi a partir do século XIX, com o predomínio da história “positivista” e a quase sacralização do documento escrito, que a prática de colher depoimentos passou a ser relegada ao segundo plano. Considerava-se que “o depoimento não poderia ter valor de prova, já que era imbuído de subjetividade, de uma

visão parcial sobre o passado e estava sujeito a falhas de memória” (ALBERTI, 2004a, p. 18).

Apenas a partir da segunda metade do século XX, a entrevista adquiriu estatuto de documento, o que não quer dizer que a História Oral tenha se ajustado aos ditames da história “positivista”. Ao contrário, trata-se de tomar a entrevista produzida como documento, sim, mas deslocando o objeto documentado: não mais o passado “tal como efetivamente ocorreu”, e sim as formas como foi e é apreendido e interpretado. (ALBERTI, 2004a, p. 18-9)

Segundo Meihy (1996), ainda que a história oral possa invocar a memória de fatos passados, ela é sempre uma história do tempo presente, pois é no contexto de hoje, com as percepções de hoje, que os narradores retomam os fatos narrados. O passado contido na memória é dinâmico como a própria memória individual ou grupal. Enquanto a narrativa da memória não se consubstancia em um documento escrito, ela é mutável e sofre variações que vão da ênfase e da entonação a silêncios e disfarces. O que foi lembrado, como foi narrado, em que circunstâncias foi evocado – tudo isso integra a narrativa, que sempre nasce na memória e se projeta na imaginação que, por sua vez, materializa-se na representação verbal que pode ser transformada em fonte escrita. Nesse sentido, a história oral mantém um vínculo importante com a questão da memória. Essa relação – memória/história oral – foi considerada, durante a pesquisa, na transcrição e análise das entrevistas, e é importante que seja considerada, também, na leitura deste trabalho.

Para Ecléa Bosi (1994), a memória é um cabedal infinito do qual extraímos e registramos apenas um fragmento. Segundo ela, é preciso compreender os limites que os narradores encontram: falta-lhes a liberdade de quem escreve diante de uma página em branco, a qual pode apurar, retocar, refazer. Suas memórias, contadas oralmente, são transcritas tal como colhidas no fluxo de sua voz. Bosi cita o psicólogo William Stern, para quem a memória pode ser conservação ou elaboração do passado, por se encontrar, na vida do homem, a meio caminho entre o instinto e a inteligência.

É nesse ponto que Bosi retoma o conceito de lembrança trabalhado pelo autor e adotado neste trabalho. Para ele, a lembrança é a história da pessoa e de seu mundo, é a

história *vivenciada*. Ele reconhece um estrato objetivo da lembrança (história, mundo), mas o subordina manifestamente à subjetividade (vivência):

A função da lembrança é conservar o passado do indivíduo na forma que é mais apropriada a ele. O material indiferente é descartado, o desagradável, alterado, o pouco claro ou confuso simplifica-se por uma delimitação nítida, o trivial é elevado à hierarquia do insólito; e no fim formou-se um quadro total, novo, sem o menor desejo consciente de falsificá-lo. (STERN, 1957, *apud* BOSI, 1994, p. 68)

É sobre a lembrança, entendida como retomada e reelaboração de uma história vivida, que os entrevistados e entrevistadas da pesquisa são chamados a falar. No entanto, não é qualquer lembrança, mas sim a retomada dos momentos vividos numa luta específica: a sua participação em um movimento social de luta por moradia, consolidado na década de 1980, em Belo Horizonte.

Considerando a evocação do passado como substrato da memória, os depoimentos coletados através das entrevistas demonstraram que a memória pode ser identificada como um processo de construção e reconstrução de lembranças, nas condições do tempo presente. Assim, o ato de lembrar e narrar os fatos passados foi inserido nas possibilidades múltiplas de reafirmação das identidades dos sujeitos da pesquisa, construídas na dinâmica de suas histórias.

Além disso, não há mais a ilusão de que os pesquisadores sejam “neutros”. A reação dos entrevistados diante da nossa presença resulta em atitudes diversas, que influenciam seus depoimentos/narrativas. Muitas vezes, é “na tentativa de ajustar sua narrativa às expectativas do pesquisador que o informante tece seus exageros: para entreter seu interlocutor, tanto quanto para manipulá-lo” (FONSECA, 1999, p. 12).

Assim, neste trabalho, procurou-se não valorar negativamente as possíveis “distorções” da realidade feitas pelos depoentes, nem reconhecer como problemas para a pesquisa as possíveis “falhas” em suas memórias, tampouco analisar suas lembranças e histórias como “verdadeiras” ou “falsas”. Pelo contrário, uma vez feita a opção de se trabalhar com fontes orais, partiu-se do princípio de que toda palavra seria valorizada e devidamente respeitada enquanto produção pessoal de cada entrevistado(a), e, assim, como importante fonte de análise.

Penso ser importante ressaltar a dificuldade de se captar aspectos relacionados aos processos educativos, no que se refere às ações coletivas em destaque nesta pesquisa, a partir das lembranças dos sujeitos, uma vez que os depoimentos foram colhidos muitos anos após os acontecimentos. Ou seja, esses processos são mais visíveis no calor das lutas. Com o passar dos anos, a memória, ou seja, a nossa capacidade de guardar idéias, impressões e conhecimentos adquiridos ao longo da nossa existência, inclina-se a funcionar como um filtro – os valores, novos projetos de vida – pelo qual passam as experiências dos sujeitos, tornando os elementos mais “nebulosos”.

A fotografia também foi um recurso metodológico adotado no contexto da história oral. A fotografia aparece como documento e registro da construção do bairro e do seu estado atual, da localização das casas e da imagem dos autores das narrativas. Mas ela também é vista como mais um componente das lembranças. Durante as entrevistas, os moradores mostraram várias fotos, como se estas pudessem ser não somente um registro de uma experiência vivida, mas também um apoio à sua memória. A fotografia é uma forma de sua própria história, retomando momentos que, hoje, no tempo presente, são considerados como significativos dentro da sua trajetória. Por isso, as imagens, junto à escrita, são pensadas como texto e ajudam a compor a teia das memórias e das lembranças dos primeiros moradores do bairro Capitão Eduardo.

2.2- A escolha dos entrevistados

Foram selecionados como sujeitos desta pesquisa, entre os primeiros moradores do bairro Capitão Eduardo, seis pessoas: um homem e cinco mulheres, entre negros e brancos, que atuaram como lideranças e base na luta por moradia e na construção do bairro conquistado. Selecionamos pessoas que estavam à frente do processo de organização e também aquelas consideradas pelos moradores do bairro como expressão de uma oposição dentro do quadro de lideranças. A escolha de homens e mulheres, negros e brancos, deveu-se à preocupação de resguardar e dar visibilidade, nesta pesquisa, à heterogeneidade e diversidade étnico-racial e de gênero presentes na realidade estudada. Aliás, é uma preocupação da história oral integrar vozes diferentes, possibilitando a percepção da complexidade existente no campo das múltiplas interações subjetivas.

Além disso, os estudos sobre relações de gênero sempre ponderam a necessidade de se “ouvir as vozes femininas nos diversos movimentos sociais”, as quais nem sempre são consideradas como sujeitos ativos nas lutas por eles encampadas. As relações de gênero sempre estiveram presentes, muitas vezes de maneira conflituosa, trazendo especificidades e leituras diferentes nos processos de luta. Mas, nem sempre essa dimensão tem sido considerada pelos estudiosos dos movimentos sociais. O mesmo pode ser pensado quanto à presença dos(as) negros(as) e às relações raciais no interior dos movimentos sociais, a qual extrapola a militância negra.

Houve, inicialmente, um levantamento de cerca de quinze nomes de moradores que poderiam constituir os possíveis sujeitos desta pesquisa. A partir dessa lista inicial, foi feita uma seleção de seis nomes, considerando-se a constituição da diversidade acima citada e o nível de inserção no movimento. A forte atuação feminina no movimento social investigado explica a presença de somente um homem entre as pessoas entrevistadas.

Para a escolha dos sujeitos da pesquisa, interessava-nos ainda aquelas pessoas que participaram ativamente na década de 1980 e que se constituíram em lideranças, sob a ótica do grupo de moradores do bairro. A partir da primeira entrevista, algumas alterações foram realizadas, uma vez que os entrevistados foram, eles mesmos, apontando pessoas mais próximas ao perfil desejado pela pesquisadora, as quais foram convidadas a participar da pesquisa e acabaram por compor o conjunto de sujeitos entrevistados.

Há que se ressaltar a participação de um casal (marido e mulher) no conjunto dos sujeitos desta pesquisa. Ele, “Seu Moacir”, já havia sido apontado, pelos outros entrevistados, como pessoa de fundamental importância na luta pela terra e na construção do bairro Capitão Eduardo, uma vez que fora o primeiro presidente da Associação do bairro. Contudo, confirmando o que será discutido neste trabalho – a questão da invisibilidade da participação feminina no movimento –, sua esposa, Rita, não havia sido mencionada pelas pessoas que lembraram o nome de Seu Moacir. Foi o próprio marido, no decorrer da entrevista, que buscou ressaltar a participação da esposa no movimento pesquisado, uma vez que estiveram juntos no Movimento dos Sem-Casa,

na Associação do bairro, e, ainda hoje, trabalham juntos na igreja e em outros trabalhos comunitários. Assim, a partir das falas de Seu Moacir, e levando-se em consideração os estudos de Alberti (2004a), optou-se por trabalhar com os relatos de ambos.

Para a coleta de dados orais, trabalhamos com entrevistas semidirigidas, as quais foram realizadas por meio de um processo de conversação entre a pesquisadora e o(a) narrador(a)/depoente, que retomou os acontecimentos dos quais participou, através do acionamento da memória e da interpretação que fez de suas vivências.

Tais entrevistas foram o cerne do presente trabalho. Os roteiros das entrevistas foram construídos com base nas leituras sobre os procedimentos da história oral e constam como anexos deste trabalho (Anexo 1). As entrevistas foram gravadas e transcritas sob a forma de um texto, registro de uma memória, vista pela perspectiva do tempo presente do(a) narrador(a), constituindo-se como documentos. Depois de transcritas, as entrevistas foram devolvidas para os depoentes para conferência e autorização da divulgação das mesmas. A partir de então, tais documentos foram interpretados e analisados, com base nas teorias sociais e educativas.

Foi feito, ainda, o levantamento de outras fontes documentais: escritas, oficiais (poder público, atas da Associação) ou não (imprensa, panfletos). As atas da Associação de Moradores foram referências importantes para esta pesquisa, pois representam o registro das observações, os relatos dos atos realizados pelos sujeitos entrevistados, quando atuavam na liderança do movimento. Tratou-se, portanto, de entendê-las como documento e memória das ações empreendidas pelos sujeitos da pesquisa, ao lado de suas lembranças. Foram recolhidas ainda, com os sujeitos da pesquisa, fotografias da época do movimento e outros materiais doados voluntariamente por eles, tais como: carteirinhas de associados dos movimentos de moradia, diplomas escolares, fotografias de infância. Todos esses documentos foram considerados importantes para o trabalho, ainda que não tenham sido anexados à dissertação. Todos fazem parte da memória dos moradores e moradoras entrevistados. São registros da sua vivência e, por isso, assumem um importante significado para cada um deles.

O trabalho de pesquisa foi realizado buscando-se construir uma parceria com os sujeitos entrevistados, que acompanharam as fases da pesquisa intensamente: as

visitas da pesquisadora a campo, a busca de pessoas para serem entrevistadas, a ida às suas residências, longas horas de entrevistas, conversas, bate-papos, comida e cafezinho. Acompanharam, também, os seus afastamentos do campo, para as fases de transcrição e imersão nas leituras e análises, assim como a devolução das entrevistas e conversas sobre as mesmas. No final do processo, uma questão se colocou: como falar e registrar a memória de pessoas com marcas de vida tão fortes e que atuaram – e ainda atuam – como lideranças expressivas na comunidade e, ao mesmo tempo, omitir suas identidades pela adoção de pseudônimos? É claro que esse cuidado faz parte da dimensão ética da pesquisa e dos trabalhos de campo. No entanto, no decorrer do processo, percebia-se que cada entrevistado ou entrevistada colocava-se como sujeito da sua história e se orgulhava disso. E faziam questão de ponderar a importância da pesquisa para suas vidas, pois, além de ser a sua história, era também a história do bairro que ainda não tinha sido registrada, para além das atas da Associação. Estas, no entanto, não cobriam um momento importante: a luta pela moradia e pelo bairro, pois a constituição da Associação aconteceu após esse primeiro momento de lutas, conflitos e conquistas.

Levando essas questões em consideração, foi dada a eles a opção de que tivessem a sua identificação real apresentada na pesquisa, pois se notava que o uso de pseudônimos ia se constituir como um entrave para o trabalho. E, se este partilha uma concepção de pesquisa construída em parceria com os sujeitos, não cabia, nesse momento, uma postura impositiva. Diante dessa possibilidade, todos concordaram com a divulgação de seus nomes reais e, inclusive, autorizaram a inserção das suas fotografias como forma de identificar os autores e autoras de cada narrativa. Tal postura parece dever-se ao reconhecimento e à identidade que têm com o movimento.

Além disso, a postura dos entrevistados revela a importância que eles atribuem à pesquisa realizada, enquanto registro de uma história que lhes é muito cara. Isso também aumenta a responsabilidade acadêmica e social da pesquisadora. Durante a última reunião com todo o grupo, na qual a fase final da pesquisa foi apresentada e a questão do uso de pseudônimos foi apresentada, uma fala foi contundente: “Miriam, o que foi dito, foi dito, não há porque esconder” (Seu Moacir). De fato, como disse

também a entrevistada Edna, “eles fizeram essa história, não faria muito sentido mudar seus nomes”. Assim, as autorizações assinadas pelos moradores e moradoras para que as imagens e nomes reais fossem veiculados nesta pesquisa encontram-se nos anexos (Anexo 2).

3- A organização dos capítulos

A dissertação está dividida em quatro capítulos.

O bairro Capitão Eduardo em seus aspectos físicos, sociais e econômicos é o foco central do Capítulo I. Nesse capítulo, apresento e analiso a história da formação do bairro, sob o ponto de vista oficial e a partir das lembranças dos seus primeiros moradores. Mostra-se, também, a configuração atual do bairro, revelando o seu processo de consolidação ao longo dos anos.

O perfil de cada morador é apresentado no Capítulo 2. Nessa parte do trabalho, as trajetórias, as experiências da infância, adolescência, juventude e vida adulta de cada um são recuperadas. Analisam-se, também, as lembranças fortes que os mesmos guardam sobre a sua própria história de vida e inserção no movimento de luta por moradia.

O Capítulo 3 apresenta a análise dos temas recorrentes nas entrevistas realizadas. Estes apontam para dimensões subjetivas presentes no contexto da luta por moradia, na configuração do bairro e no processo de organização da vida dos sujeitos entrevistados. As tensões e conflitos que permearam o movimento social são também recuperados por meio das lembranças daqueles que foram suas lideranças, na década de 1980.

No último capítulo, através das narrativas dos sujeitos e da interlocução com teóricos que nos ajudam a refletir sobre um conceito mais alargado de educação, analisa-se o caráter educativo do movimento social investigado. Procura-se, ainda, estabelecer relações entre o saber escolar e o saber advindo da experiência oriunda das lutas sociais.

Penso ser importante ressaltar que os desafios, as descobertas e as reflexões propiciadas por esta pesquisa extrapolaram minhas expectativas iniciais. As experiências vividas, ao longo do trabalho, constituíram-se, de fato, como processos formativos em minha vida e foram responsáveis por um crescimento, tanto no plano teórico/acadêmico quanto no plano pessoal. A produção deste trabalho, a pesquisa de campo, os estudos, reflexões e seminários que compõem o curso de Mestrado representaram, para mim, não apenas a possibilidade de alargar minhas concepções sobre o terreno rico e fértil da formação humana, mas, principalmente, propiciaram uma maior compreensão sobre as imbricadas relações entre educação, política, sociedade e cultura, possibilitando um redimensionamento da minha prática educativa. A imposição da questão de gênero, não prevista no projeto inicial, e com a qual eu nunca havia tido uma maior aproximação no campo teórico, possibilitou reflexões importantes, abrindo meu olhar de educadora e pesquisadora para um novo campo de estudos. Assim, ao término desta pesquisa, posso dizer que cresci como pesquisadora, como mulher, como pessoa. Posso dizer que vivi um verdadeiro processo educativo.

CAPÍTULO I

CAPITÃO EDUARDO: ENTRELAÇAMENTO ENTRE A HISTÓRIA OFICIAL E A HISTÓRIA NARRADA

Ergueu no patamar quatro paredes sólidas
Tijolo por tijolo num desenho mágico
Seus olhos embotados de cimento e lágrima...
(Chico Buarque)

1.1- O bairro

A epígrafe acima remete não apenas à história de formação de um bairro popular. Refere-se à construção de vidas, à luta pelo direito à moradia, ao tão falado sonho da casa própria que, para muitos, nem sempre se coloca como possibilidade. A melhor forma de compreender os sujeitos dessa pesquisa, no contexto do bairro Capitão Eduardo, assim como destacar os relatos acionados pela sua memória, será descortinar e apresentar o bairro Capitão Eduardo no momento atual. Essa descrição, entremeada de análise, dados documentais e reflexões, é a maneira escolhida para que, no desenvolvimento dos capítulos que compõem esta dissertação, possamos compreender os processos educativos vivenciados pelos primeiros moradores desse bairro, integrantes do movimento de luta pela casa, desencadeado em Belo Horizonte, na década de 1980. A estrutura atual do bairro, a composição da sua população, os seus espaços coletivos e as suas lutas só ganham sentido e significado devido às pessoas que ali residem com suas histórias, suas escolhas, seus conflitos e inserção política.

Afinal, onde se encontra esse bairro, fruto de todo esse processo de luta? O bairro Capitão Eduardo está localizado às margens do Rio das Velhas, nos limites de Belo Horizonte com os municípios de Sabará e Santa Luzia. Seguindo pela BR 381, sentido Belo Horizonte-Vitória, ao avistar-se, à direita, o posto de gasolina Beija-Flor, sabe-se que se está chegando ao Capitão Eduardo. A entrada no bairro se faz pela rua Beira-Linha. É uma rua asfaltada, mas trata-se de asfalto recente, pois, durante anos a fio, os moradores da região enfrentaram barro ou poeira para chegar às suas casas. À

direita dessa rua, encontram-se os trilhos da Rede Ferroviária Federal e, um pouco mais à direita, o Rio das Velhas, compondo uma paisagem agradável aos olhos e ao coração.

Da BR até a chegada ao bairro, tem-se toda a impressão de se estar em uma zona rural. Às margens da Rua Beira-Linha, muito verde, palmeiras, gado, rio... O ar parece mais puro e a sensação de não se estar na loucura do grande centro urbano é bastante prazerosa. Seguindo-se por essa rua, passa-se por dentro de um túnel que pertence à Rede Ferroviária e começa-se a avistar as primeiras casas do Capitão Eduardo. Uma outra opção de chegada ao bairro é entrar à direita, antes do túnel, seguindo-se por um longo asfalto, cheio de curvas, por dentro do bairro Beija-Flor² Essa segunda opção corresponde ao trajeto feito pelo ônibus Capitão Eduardo, que atende aos dois bairros.



Figura 1 – Chegada ao bairro pelo túnel

² Com a expansão do Bairro Capitão Eduardo, foi construído um loteamento que deu origem ao bairro Beija-Flor. Esse loteamento não fez parte do movimento de luta por moradia, ainda que tenha se integrado, posteriormente, às lutas por infra-estrutura da Associação do Capitão Eduardo.

Logo que se entra no bairro Capitão Eduardo, percebem-se as casas, muito simples e sem acabamento, ou seja, sem pintura ou mesmo sem reboco. São, geralmente, barracões de laje ou de telhas de amianto. Existem umas poucas casas de dois pavimentos, com varandas e telhados, mostrando que algumas pessoas já conseguiram terminar suas construções. Há sempre, no bairro, muitas pessoas pelas ruas e calçadas, sobretudo crianças, o que, em geral, caracteriza os bairros de periferia.

O Capitão Eduardo possui serviços de água, luz, telefone, rede de esgoto, linha de ônibus e coleta de lixo. Há algumas casas comerciais, como mercearia, padaria, sacolão e bares. A única igreja católica fica em uma praça, logo na entrada do bairro; igrejas evangélicas existem em maior número. Outros equipamentos públicos do Capitão Eduardo são: a Escola Municipal Governador Ozanam Coelho; o Centro de Saúde; a Creche Uma Nova Esperança; o Curumim;³ e o Centro de Vivência Agroecológica (CEVAE).

Mais à frente, retomarei a questão dos espaços coletivos existentes no bairro, quando explicitarei como se deu a consolidação de cada um deles.

1.1.1- Aspectos sociais e econômicos

Os dados presentes neste trabalho, bem como as figuras, tabelas e gráficos, foram construídos com base nas informações do Programa BH Vida e do banco de dados do Centro de Saúde local, e ainda a partir da pesquisa de Evely Capdeville.⁴

O Programa BH Vida é um projeto de assistência à saúde, implantado no município de Belo Horizonte, dentro do Programa de Saúde da Família, na gestão do prefeito Célio de Castro. Foi apresentado como projeto-piloto em 1999, e efetivamente colocado em prática, em todas as regionais, a partir de 2001.

³ Centro educacional e esportivo, mantido pelo Estado, que acolhe as crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 14 anos, em horário extra-escolar.

⁴ CAPDEVILLE, Evely. *Cidadanias em construção*: um estudo de caso junto à Escola Municipal Governador Ozanam Coelho, no Bairro Capitão Eduardo. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Miriam Regina de Sousa

O último levantamento de dados pelo BH Vida aconteceu no ano de 2003. Segundo a gerente do Centro de Saúde Capitão Eduardo, Gláucia Simões da Silva Ferreira, a população do bairro está, atualmente, em torno de 4.600 habitantes, e tem cerca de 1.170 famílias. Contudo, o BH Vida só efetivou o cadastro de 3.414 habitantes e 855 famílias, devido a problemas operacionais, uma vez que a digitação dos dados é feita pela PRODABEL⁵ e não pelos próprios agentes de saúde, responsáveis pela pesquisa. Os dados apresentados referem-se, portanto, ao registro existente nas três fontes citadas.

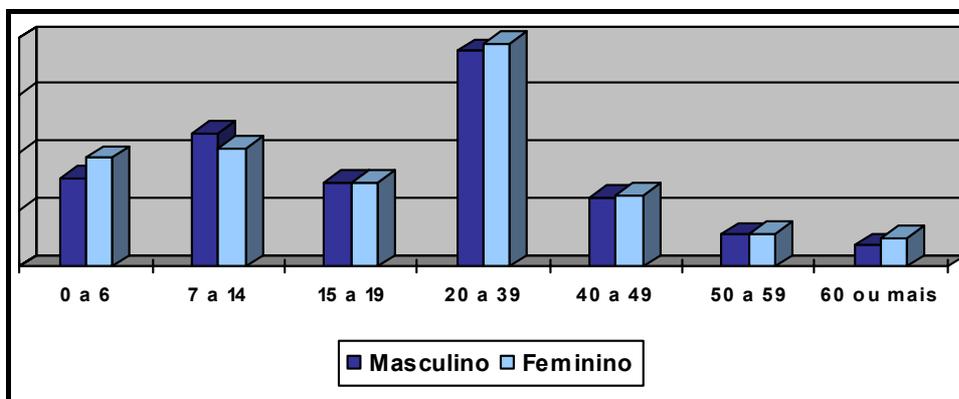
No conjunto dos habitantes do bairro Capitão Eduardo, há 2.346 mulheres e 2.254 homens, predominando uma população jovem e adulta, que se concentra na faixa dos 15 aos 49 anos. É possível perceber também uma significativa concentração de crianças e adolescentes na faixa entre 0 e 14 anos, que representam, em sua maioria, junto aos jovens de até 17 anos, os habitantes nascidos no bairro. Vejamos, abaixo, a distribuição de homens e mulheres por faixa etária:

Tabela 1 – Distribuição geral da população conforme faixa etária e sexo

IDADE	Masculino	Feminino	TOTAL
0 a 6 anos	312	381	693
7 a 14 anos	465	416	881
15 a 19 anos	294	297	591
20 a 39 anos	753	781	1534
40 a 49 anos	242	250	492
50 a 59 anos	112	119	231
60 anos ou mais	75	104	179
TOTAL	2.254	2.346	4.600

⁵ Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte.

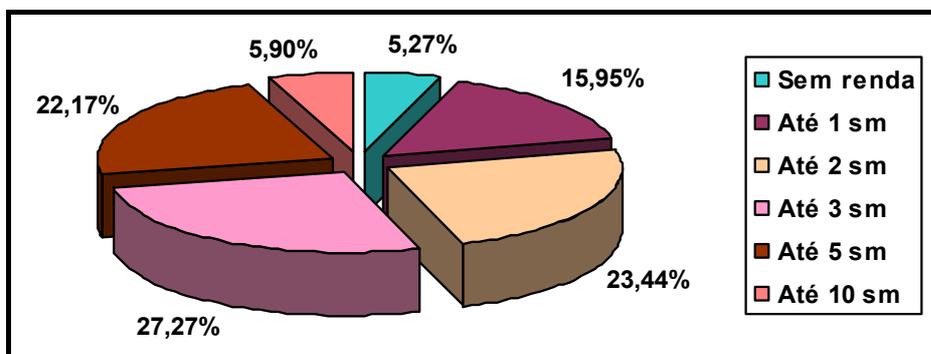
Gráfico 1 – Distribuição geral da população conforme faixa etária e sexo



Fonte: Cadastro Censo BH Social – Programa BH Vida

Segundo o BH Vida, a renda familiar da população do Capitão Eduardo é ainda muito baixa. A renda de quase 95% das famílias varia de um salário mínimo, ou menos, até cinco salários mínimos. A porcentagem de famílias sem nenhuma fonte de renda chega a 5,27%, conforme demonstrado no gráfico a seguir:

Gráfico 2: Distribuição de domicílios por renda familiar



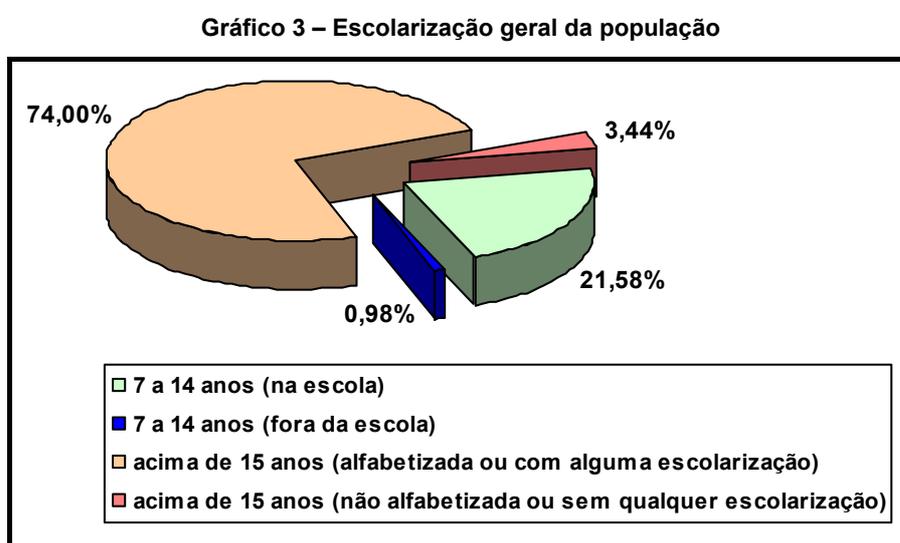
Fonte: Cadastro Censo BH Social – Programa BH Vida

Segundo a mesma fonte, em meio aos moradores do bairro, estavam, entre as principais ocupações masculinas, a de pedreiro (18%), aposentado (9%), motorista (6%) e vigia (5%). Entre as ocupações femininas, destacavam-se as de doméstica (27%), aposentada (15%) e faxineira (12%). Sabe-se, contudo, que a maior parte da população local está integrada à mão de obra informal, sendo considerável o número de moradores

que trabalham como vendedores ambulantes ou realizando pequenos serviços temporários, denominados “biscates”.

Os dados do Programa BH Vida revelam que, atualmente, 3,44% da população acima de 15 anos não estão alfabetizados ou não têm nenhuma escolarização. Na faixa de escolarização que vai dos 7 aos 14 anos de idade, verifica-se que apenas 0,98% das crianças e jovens está fora da escola.

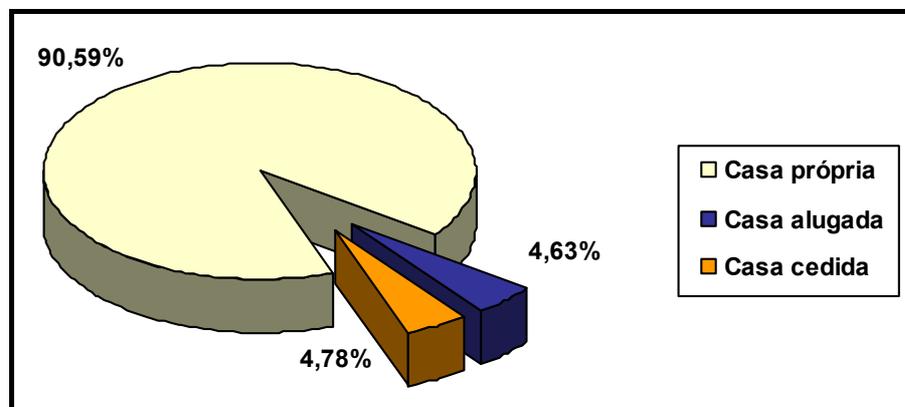
O gráfico abaixo representa o panorama geral de escolarização da população local:



Fonte: Cadastro Censo BH Social – Programa BH Vida

No total de domicílios existentes no bairro (cerca de 1.100), 74% dos seus moradores residem no bairro desde a sua implantação, indicando a fixação e identificação das pessoas com o lugar. A grande maioria da população (90,59%) é proprietária da casa onde mora e apenas 9% alugam ou fazem uso do imóvel através de cessão, conforme mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 4 – Distribuição dos domicílios por tipo de residência



Fonte: Cadastro Censo BH Social – Programa BH Vida

O tipo de residência predominante é o de alvenaria e mais da metade das construções possui laje, caixa d'água com tampa e encanamento de água para reservatório. Ainda pelos dados do BH Vida, 79,18% das residências usam rede de esgoto oficial. As demais utilizam fossas (12,51%) ou destinam os resíduos a córregos ou a céu aberto. Atualmente, todos os domicílios têm acesso à energia elétrica e água tratada, embora nas muitas visitas feitas durante a pesquisa de campo, eu tenha constatado um número significativo de famílias cujo acesso a esses bens está sendo negado por falta de pagamento das contas. Em alguns casos, a família chega a ficar até seis meses sem energia elétrica. Em outros, a água é cedida, pela vizinhança, para o consumo mínimo necessário. Isso demonstra que a condição de vida de grande parte da população do Capitão Eduardo ainda é bastante precária.

Não foi à toa que o bairro Capitão Eduardo foi um dos primeiros escolhidos para receber os benefícios do Programa Bolsa-Escola⁶ da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) e, posteriormente, do Programa Bolsa-Escola Federal.⁷ Em pesquisa realizada, em 1999, sobre o Índice de Qualidade de Vida (IQV) da população de Belo Horizonte, o

⁶ Programa de transferência de renda da Prefeitura de Belo Horizonte, que repassa uma bolsa mensal às famílias carentes que mantêm seus filhos, de 6 a 15 anos, na escola, com frequência acima de 70%.

⁷ Programa do Governo Federal que repassa às famílias carentes R\$15,00 por aluno mantido na escola, na faixa de 6 a 15 anos de idade, com o limite de R\$ 45,00, ou seja, no máximo três crianças.

bairro Capitão Eduardo foi um dos classificados como estando abaixo da linha da pobreza, ou seja, a renda *per capita* está abaixo de um dólar americano por dia.

Quanto ao perfil étnico-racial, o mais marcante é o da raça negra (61,5 %), englobando os que se autodeclaram pretos (8%) e pardos (53,5%), contra 38,3% que se identificam como brancos. Menos de 0,2% da população pesquisada se identificou como amarelos ou indígenas ou não soube responder. No entanto, ao se acompanhar o dia-a-dia do bairro, é possível perceber que as pessoas ainda parecem ter dificuldades em se autodenominarem como pertencentes à raça negra. Apesar de a pesquisa ter como resultado 53,5% de pardos e apenas 8% de pretos, a convivência com as pessoas do bairro revela a grande presença de “pretos”. Esse dado aponta para a relação entre a autoclassificação racial do brasileiro e a complexa construção da identidade negra. Nem sempre a autoclassificação do indivíduo e a classificação externa que lhe é atribuída são coincidentes. No entanto, essa possível discrepância não se limita a uma questão de cor da pele. Diz respeito também a processos subjetivos, históricos, políticos, culturais e de construção identitária.

Os serviços de transporte público, limpeza urbana e pavimentação das ruas são conquistas mais recentes da comunidade. No que se refere à pavimentação do bairro, hoje, as principais ruas são asfaltadas. A maior parte dessas obras aconteceu através do Orçamento Participativo (OP).⁸ Mas ainda existem, no bairro, algumas áreas sem asfalto ou calçamento e até mesmo sem rede de esgoto. São ruelas e becos, geralmente em terrenos bastante acidentados. Em 2004, seis ruas foram pavimentadas através do Orçamento Participativo e, no próximo OP, novas ruas serão colocadas como prioridade pelos moradores e pela Associação que os representa.

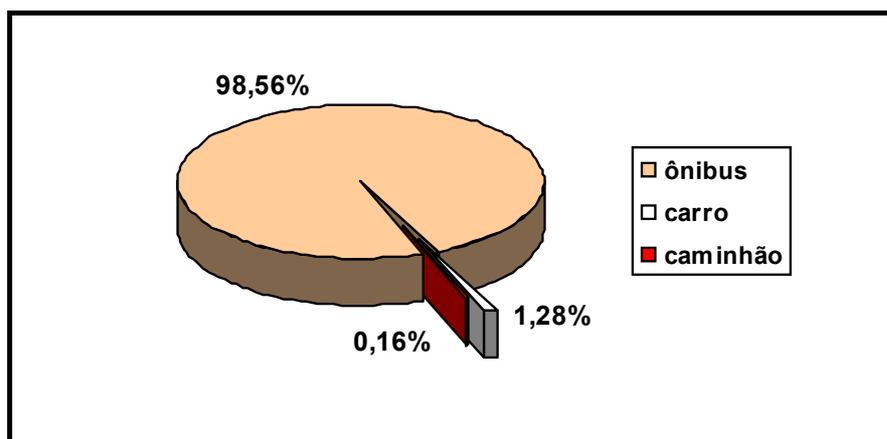
Uma única linha de ônibus atende ao bairro – 5502B / Capitão Eduardo, que faz o trajeto bairro-centro, passando pela região dos hospitais. Inicialmente, os horários entre uma viagem e outra eram bastante espaçados, o que levou, por diversas vezes, os moradores do bairro a realizarem mobilizações reivindicando um melhor atendimento

⁸ Sistema participativo em que Estado e sociedade discutem a utilização dos recursos públicos para os investimentos em obras públicas prioritárias. A experiência pioneira deu-se em Porto Alegre, e foi adotada em Belo Horizonte, desde 1994.

no transporte público. Houve avanços, mas ainda hoje é possível ver, nos horários de pico, a formação de grandes filas no ponto final do coletivo. Ressalte-se que, com trânsito de fluxo normal, o ônibus Capitão Eduardo gasta aproximadamente 50 minutos em seu trajeto até o centro da cidade. É intrigante constatar que, quanto mais longe o bairro, mais velhos são os carros e maiores são os intervalos entre as viagens. Esta parece ser mais uma marca do tratamento dado pelo poder público às periferias urbanas: tratamento de segunda classe para as pessoas das classes baixas.

Nas respostas à pesquisa do Programa BH Vida, os moradores do Capitão Eduardo declararam usar prioritariamente o ônibus como meio de transporte. Veja-se o gráfico a seguir:

Gráfico 5 – Meios de transporte mais utilizados



Fonte: Cadastro Censo BH Social – Programa BH Vida

O comércio da região resume-se a pequenos estabelecimentos – além de padaria e sacolão, um pequeno supermercado, uma loja de entrega de gás e pequenos depósitos de material de construção e outros materiais atendem aos moradores de forma precária. A população não dispõe de farmácia, serviço bancário, posto de correio ou posto policial. Há algumas caixas coletoras de correio e várias unidades de telefones públicos comunitários espalhadas pelo bairro. Não há papelaria e o serviço de fotocópia, embora precário, é disponibilizado para a comunidade através da Escola Municipal Governador Ozanam Coelho.

O índice de violência e/ou criminalidade no bairro é considerado baixo. Tal informação foi obtida junto à 24ª Companhia, do 16º Batalhão da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, responsável pela segurança na região nordeste de Belo Horizonte, que engloba o bairro Capitão Eduardo. Segundo a 3ª Sargento Miriene Cristina Eler de Lima, analista criminal responsável pela tabulação mensal das ocorrências policiais na região, o número de registros, no bairro, é considerado irrisório em comparação ao índice constatado em outras regiões da cidade, ou mesmo em outros bairros da mesma região.

Para exemplificar, ela apresenta a planilha de ocorrências do bairro, de 2005 e 2006. Segundo os dados da planilha, no ano de 2005, ocorreram sete crimes no bairro Capitão Eduardo, sendo eles: um estupro consumado (fev./05), uma tentativa de estupro (abr./05), dois homicídios consumados (maio/05), uma tentativa de homicídio (jun./05), um roubo à residência (out./05) e um assalto à mão armada (nov./05). Em 2006, registrou-se, até o momento desta pesquisa, somente um crime violento no bairro, que foi uma tentativa de homicídio, ocorrida no mês de março. Não houve pessoas presas ou armas apreendidas, do início desse ano até o mês observado (jun./06). Segundo a Sargento Miriene, tais dados confirmam o baixo índice de violência e criminalidade no Capitão Eduardo.

É interessante observar que a análise da situação de criminalidade é feita levando-se em consideração a quantidade de ocorrências e não o tipo de crime realizado. Além disso, os dados apresentados pela tabulação mensal das ocorrências referem-se somente aos casos registrados. Gostaríamos de chamar a atenção para o fato de que a situação de criminalidade também necessita ser acompanhada de uma análise que considere o tipo de caso acontecido e não somente o registro dos mesmos. As circunstâncias dos casos de estupros e homicídios, por exemplo, deveriam merecer uma análise mais minuciosa do ponto de vista criminal. Porém, esse é assunto para uma outra pesquisa.

Ao observarmos o cotidiano do bairro, é possível ver, pelas ruas, grupos de rapazes unidos pelo consumo de drogas. Essa questão não foi considerada pelos dados apresentados pela polícia. Talvez porque o consumo de drogas existente no bairro não

resulte em situações de violência explícita e nem em confronto direto com a polícia, os quais são considerados situações que merecem maior atenção social e policial. De fato, durante os meses de realização da pesquisa, não se observou, dentro do bairro, nenhum tipo de situação de violência ou agressão que tenha decorrido do uso ou consumo de drogas, havendo um clima de certa cordialidade entre os usuários e os demais moradores. Apesar da presença de usuários apontar para a existência do tráfico de drogas, não foi possível perceber tal movimento durante o período da pesquisa de campo, tampouco os dados policiais apresentaram indícios do mesmo.

Cabe aqui uma observação sobre o preconceito existente acerca dos bairros populares e periféricos. Foi construído, socialmente, um estereótipo que liga os bairros populares à presença da criminalidade. Tal observação pode ser feita a partir do medo presente nas falas dos moradores de outras regiões da cidade quando se referem às periferias urbanas. Medo este que pode ser justificado pelos altos índices de criminalidade registrados em algumas dessas regiões e que são diariamente divulgados pela mídia. Contudo, tal fato não deve ser generalizado e estendido a todos os bairros populares, como nos mostram os dados apresentados, pela Polícia Militar, em relação ao bairro Capitão Eduardo.

A partir da publicação da Lei n. 8137, de 21 de dezembro de 2000, de Regulamentação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), iniciou-se a regulamentação fundiária de diversas áreas habitacionais, na periferia de Belo Horizonte, como parte da política habitacional do município. Desse modo, grande parte dos moradores do Capitão Eduardo já recebeu o título de propriedade dos seus terrenos, fato que, sem dúvida, representa mais um passo dado na conquista da moradia como um direito social.

1.1.2- Os espaços coletivos do bairro

Não poderíamos começar a apresentar os espaços coletivos do Capitão Eduardo sem mencionar aquele que foi o primeiro espaço construído pelos moradores, logo após a conquista dos terrenos: a Associação dos Moradores do Bairro Capitão Eduardo – a

AMBACE. Quando a AMBACE foi formada, não havia ainda uma construção que pudesse abrigá-los. As reuniões aconteciam, como relatou o “Seu Moacir” – um dos entrevistados –, debaixo do pé de manga. Tal situação nos remete a um dos livros do educador Paulo Freire, intitulado *À sombra desta mangueira*, no qual o autor se volta à mangueira como âncora da identidade, lugar onde se reencontra e se recria. Segundo ele:

Se o poder dos poderosos desaloja os fracos dos mínimos espaços de sobrevivência, não é porque assim deva ser; é preciso que a fraqueza dos fracos se torne uma força capaz de inaugurar a justiça. Para isso é necessária uma recusa definitiva do fatalismo. Não podemos renunciar à luta pelo exercício de nossa capacidade e de nosso direito de decidir e de romper, sem o que não reinventamos o mundo. História é possibilidade e não determinismo. Somos seres condicionados, mas não determinados. (FREIRE, 2004, p. 23)

E foi ali, naquele primeiro espaço de identificação, que homens e mulheres que haviam lutado durante cinco, seis, alguns até durante oito anos, pela conquista de um pedaço de terra, viram-se, então, com os pés no chão conquistado, e mais nada – em barracas de lona, sem água, sem luz e sem meios de transporte. Para quem já vinha dessa luta, a alternativa era continuá-la, dessa vez, unindo-se a pessoas de movimentos diversos que, a partir daquele momento, lutariam juntas pelo novo bairro e pela reafirmação da própria cidadania.

Assim, a AMBACE foi devidamente constituída e registrada. Pelo estatuto da Associação, os cargos eram: presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretários e 1º e 2º tesoureiros, eleitos com mandato de dois anos, em Assembléia Geral. O primeiro presidente da AMBACE foi o senhor Moacir Gomes.⁹ Configurada a primeira formação da Associação do bairro, iniciou-se a luta por infra-estrutura e condições mínimas de moradia. Em contatos com a administração municipal, a Associação procurou resolver, inicialmente, os maiores problemas do bairro, que eram: a falta das redes de água, luz e

⁹ Depois do “Seu Moacir”, os outros presidentes da Associação foram: Edna Maria Vieira, Marilda Rodrigues, Gastão Barbosa, Luciano Cardoso e, na gestão atual, João Batista dos Santos.

esgoto, e a ausência de transporte coletivo e de escolas. A maior parte das conquistas do bairro Capitão Eduardo veio da organização desse espaço, dessa Associação.

Atualmente, a AMBACE tem um novo nome: Associação dos Moradores Frente Defesa do Povo do Bairro Capitão Eduardo. Segundo a atual diretoria, quando foram eleitos pelos moradores, em 2002, precisaram registrá-la com outro nome porque os presidentes das duas últimas formações não haviam realizado o registro de suas respectivas diretorias. Para regularizar os papéis, a atual diretoria deveria pagar as multas e os registros anteriores, e como a Associação não dispõe de recursos, optaram por registrá-la com um novo nome.

A construção do bairro Capitão Eduardo foi, assim, se consolidando a partir da conquista de cada um de seus espaços coletivos. A escola foi a primeira e mais importante conquista, pois não apenas abriu caminho para as que vieram depois como, também, foi elemento fundamental para somar forças às reivindicações da população (CAPDEVILLE, 2002).

Por pressão popular, a escola foi construída pelo governo do Estado, mas não foi inaugurada. Como havia uma grande demanda de crianças e jovens para o Ensino Fundamental e os moradores encontravam grandes dificuldades para levar seus filhos até a escola mais próxima, a AMBACE uniu forças, reivindicando, junto à Prefeitura, que esta assumisse a escola. Assim, ela foi passada, pelo governo do Estado, à Prefeitura de Belo Horizonte. A Escola Municipal Governador Ozanam Coelho foi inaugurada em 1992, quatro anos após a formação do bairro. Essa conquista, de certa forma rápida, revela a importância que tem a educação escolar para as classes populares. Houve muita luta e muita pressão dos moradores para que a escola fosse construída e, diante do descaso por parte do governo do Estado, novas mobilizações ocorreram para que o estabelecimento fosse inaugurado. Isso demonstra também que o direito à educação não foi outorgado pelo Estado, como pode parecer pelos discursos oficiais, mas arduamente conquistado pelas mobilizações populares. Segundo Rogério Cunha Campos,

A recusa do Estado em assumir os gastos com a educação pública envolve uma série de estratégias para excluir os trabalhadores. As

Miriam Regina de Sousa

comissões são submetidas ao desgaste de se dirigirem seguidamente aos órgãos públicos, em geral longe dos bairros, implicando consumo de tempo, despesas de transporte, para, muitas vezes, passar horas nas ante-salas, ouvindo evasivas, surpreendendo-se com as “viagens” das autoridades (a despeito de audiências marcadas com tanta antecedência e dificuldades). (CAMPOS, 1989, p. 53)

Tal afirmação pode ser confirmada pela fala de um dos entrevistados:

Quantas e quantas vezes saí daqui até de madrugada, ficava até dez, onze horas da noite, tentando falar com um secretário, até com o próprio governador do estado, pra construção dessa escola aí... Ouvi muito desaforo de assessores de políticos... Falavam: “Moacir, larga da teta do governo, rapaz... Larga a teta do governo... Cê quer água, cê quer luz, cê quer esgoto, cê quer isso, cê quer tudo...” [...] Nós chegava na Secretaria seis horas da manhã, seis e meia, e saía de lá à noite, sem comer um pão... Bebendo água na pia... Cansamos de fazer isso, chegar lá de manhã e sair de noite, sem comer um pão... (Seu Moacir)

Segundo Campos, a luta pela escola assume a dimensão de uma luta democrática do conjunto dos moradores por um direito elementar, que é a educação básica. Segundo ele, a questão política atravessa a luta por educação e, mesmo no momento da festa, da inauguração da escola, a disputa se revela.

A solenidade deslinda o caráter duplo do ato. Para as autoridades, a inauguração é um momento solene em que se recorda aos moradores que “as promessas foram cumpridas” e as “doações” ocorrem. Para os moradores, trata-se de afirmar a vitória conquistada pela luta de todos e lembrar os obstáculos políticos, o processo longo e difícil e a necessidade de continuar a luta, pois os problemas não foram resolvidos em sua totalidade. (CAMPOS, 1989, p. 54)

Apesar de estudos como o de Campos (1989) e o de Spósito (1989) revelarem que é o povo quem busca e luta pelo acesso à educação pública, geralmente, as escolas públicas recebem nomes de políticos que, na maioria das vezes, nada representaram para aquela conquista e para aquelas pessoas. Assim, a escola do bairro Capitão

Eduardo recebeu o nome de Escola Municipal Governador Ozanam Coelho (EMGOC).¹⁰

A EMGOC tem, hoje, autorização para oferecer Ensino Fundamental completo, Educação Infantil e Educação de Jovens e Adultos. Durante o dia, atende crianças e jovens de 5 a 15 anos, e, à noite, desde 1999, atende também aos jovens a partir dos 15 anos e aos adultos, em classes que vão da alfabetização à 8ª série.

Essa escola, única do bairro, cumpre um papel fundamental para os moradores do Capitão Eduardo, não apenas pelo aspecto de escolarização da população local, mas também por ter se tornado um local de encontro e de inúmeras manifestações da comunidade. Nela, acontecem reuniões de grupos comunitários diversos, como os Alcoólicos Anônimos, a Associação do Bairro, “escolas dominicais” das igrejas católica e evangélicas, além de grupos de capoeira e oficinas culturais organizadas pelos próprios moradores. É, ainda, um dos poucos espaços de lazer do bairro, e sua quadra poliesportiva (conquistada no Orçamento Participativo de 1994) é aberta aos moradores, durante os finais de semana, para a prática de esportes.

Outro espaço coletivo do bairro Capitão Eduardo é a Creche Escola Uma Nova Esperança. A creche foi criada em 1993, por meio de uma parceria entre o Comitê de Cidadania da Caixa Econômica Federal e a Prefeitura de Belo Horizonte, a fim de atender aos filhos pequenos das mães trabalhadoras. Atende, atualmente, a setenta crianças na faixa etária de um ano e dez meses a quatro anos e onze meses. Funciona das 7 às 17 horas, em turno integral, oferecendo atividades de recreação, e alimentação completa: café da manhã, almoço, lanche e jantar. Sua manutenção é feita pela Prefeitura e também através de doações e de mensalidade paga pelas mães das crianças assistidas. Os recursos são escassos e a creche está sempre promovendo bazares, bingos e outras atividades para arrecadar fundos. O número de vagas oferecido também é insuficiente, haja vista a demanda de crianças na faixa etária atendida. É bastante

¹⁰ Levindo Ozanam Coelho, nascido na cidade mineira de Ubá, foi vice-governador do estado de Minas Gerais, a partir de 1975. Assumiu o governo no período de julho de 1978 a março de 1979, quando seu companheiro de chapa, Antônio Aureliano Chaves, candidatou-se à vice-presidência da República. Ou seja, uma escola nascida da luta popular recebe o nome de um governador da época da ditadura.

comum no bairro, entre aqueles que não conseguiram vaga na creche, a prática de se pagar uma vizinha ou conhecida para tomar conta das crianças pequenas para que as mães possam trabalhar fora.

Um outro espaço importante conquistado pela população local, através do OP de 1994, é o Centro de Saúde Capitão Eduardo. Nele, são realizadas consultas médicas nas áreas de clínica geral, ginecologia e pediatria. Além das consultas agendadas, segundo a gerente do posto, são realizados ainda atendimentos “ao agudo” que, segundo ela, são atendimentos ambulatoriais às pessoas que apresentam algum mal-estar repentino. Se houver a necessidade, tais pessoas são encaminhadas às policlínicas do Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo a gerente, o Centro de Saúde oferece, ainda, acompanhamento e orientação a alguns grupos que se reúnem regularmente no local, cada um em dias de semana específicos. São eles: grupo de hipertensos, grupo de diabéticos, grupo de doentes do sistema respiratório e grupo de adolescentes. Atualmente, constam em seu quadro de profissionais três médicos (um ginecologista, um pediatra e um clínico geral), duas enfermeiras, uma gerente e dois vigias, além dos agentes de saúde que realizam visitas domiciliares e campanhas de combate à dengue, à febre amarela, etc. O Centro de Saúde oferece também serviços de vacinação e odontologia à população em geral.

Uma questão que merece ser salientada é a existência de poucos espaços de lazer no bairro. São eles: uma pequena praça e duas quadras de esportes, sendo uma na escola municipal e a outra na sede do Projeto Curumim. O Projeto Curumim é uma entidade mantida pelo governo do Estado. Atende crianças de 7 a 14 anos, em horário extra-escolar, oferecendo atividades esportivas e culturais, além de reforço aos conteúdos escolares. Foi construído em 1994 e fica localizado entre os bairros Capitão Eduardo e Beija-Flor. Ou seja, as duas quadras existentes no bairro estão dentro de instituições que, apesar de consideradas públicas, têm suas regras de funcionamento, impedindo a apropriação desses espaços de lazer pelos moradores do bairro, ficando seu acesso restrito à autorização de seus gestores.

Sabemos que o lazer e as políticas públicas a ele destinadas dificilmente são considerados como um direito no Brasil. No entanto, isso não diz respeito somente ao

poder público. De modo geral, mesmo a população tem dificuldades em reconhecê-lo como um direito. Isso não quer dizer que os moradores, sobretudo dos bairros populares, desconheçam a importância do lazer em suas vidas. Em nossa opinião, a condição de profunda desigualdade vivida pela população em situação de pobreza impõe, como fator central de luta pela sobrevivência, a conquista de equipamentos públicos de educação, saúde, saneamento básico, entre outros, relegando o lazer a um plano secundário e à esfera da vida privada. A importância do lazer como um direito e a inserção dos espaços de lazer como necessidade na construção dos bairros populares pode ser vista quando analisamos a situação da juventude pobre. Um dos pontos mais destacados nas pesquisas sobre o tema é a ausência de espaços de lazer nas comunidades populares. No entanto, tal lacuna não se limita ao cotidiano dos jovens. Crianças, adolescentes, adultos e velhos carecem do mesmo tipo de política e dos equipamentos públicos que, a partir dela, deveriam ser criados.

Na história do bairro Capitão Eduardo, a importância do lazer como direito está colocada, sendo interessante notar que a quadra poliesportiva da Escola Municipal Governador Ozanam Coelho também foi conquistada pelos moradores do bairro no Orçamento Participativo. Como foi dito, é difícil ver uma comunidade abrir mão de melhorias básicas, como asfaltamento de ruas e implantação de redes de esgoto, para privilegiar a construção de espaços de lazer. Sobretudo quando sabem que o espaço conquistado não será diretamente aberto para eles, mas intermediado por regras de funcionamento geridas pela instituição privilegiada com a sua construção, nesse caso, a escola.

Outra relevante conquista dos moradores do Capitão Eduardo foi a implantação do Centro de Vivência Agroecológica (CEVAE) no bairro. Aprovado no OP de 1995, o CEVAE iniciou suas atividades na comunidade em 1996, oferecendo à população local cursos e oficinas voltados para a educação ambiental urbana, como horticultura, medicina caseira, alimentos alternativos, melhoria de quintais, recuperação de áreas degradadas e arborização de espaços públicos. Dirigido, inicialmente, pela ONG Rede de Intercâmbios e Tecnologias Alternativas, em parceria com a PBH, o CEVAE teve, durante os primeiros anos de funcionamento, um grande alcance nos bairros Capitão

Eduardo e Beija-Flor, tanto no aspecto ecológico, quanto no social. Seu trabalho junto às crianças, jovens e adultos sempre foi pautado no desenvolvimento sustentável e na emancipação do cidadão.

A equipe do CEVAE era formada, inicialmente, por dois agrônomos e um sociólogo – pertencentes à ONG – que buscavam parcerias com os demais espaços públicos do bairro. Foi assim que, nos anos de 1997 e 1998, pude integrar uma dessas parcerias. Naquela época, eu atuava como professora do 2º e 3º ciclos¹¹ da EMGOC, e eles como educadores ecológicos. Nessa parceria, pude participar com meus alunos de um interessante trabalho de melhoramento de quintais, plantio de ervas medicinais e reconhecimento do solo do bairro, com as possíveis formas de prevenção de erosões. O trabalho era desenvolvido de forma integrada às aulas de Ciências e Geo-História. O CEVAE fez parceria também com a creche e com o Curumim, onde ajudou a implantar hortas para uso das instituições na alimentação das crianças. Foi essa mesma equipe que fomentou a formação da Rede de Desenvolvimento Local, envolvendo os bairros Capitão Eduardo e Beija-Flor, outro espaço público que apresentarei a seguir. A partir do ano 2000, a Prefeitura não renovou o contrato com a ONG, passando a assumir sozinha as atividades do CEVAE. Desde então, o trabalho perdeu o alcance que tinha e, hoje, apesar de continuar o trabalho com os jovens, circunscreve-se ao atendimento na sede do CEVAE.

A história da Rede Local teve início, portanto, a partir da implantação do CEVAE Capitão Eduardo. Quando iniciou o trabalho na região, a equipe já citada elaborou um diagnóstico participativo nos bairros atendidos. A partir das demandas surgidas, convocou as diversas lideranças das comunidades, dos grupos e instituições locais para a apresentação de seu projeto de trabalho. Na ocasião, as pessoas presentes foram convidadas a desenvolver um trabalho em parceria, visando à melhoria da qualidade de vida dos moradores da região. Na continuidade desses encontros, foi formada a Rede de Desenvolvimento Local.

¹¹ Os ciclos escolares compreendem a forma de organização da Escola Plural, em que os alunos são enturmados levando-se em conta a idade e o nível de formação: 1º ciclo → crianças de 6 a 8 anos; 2º ciclo → crianças de 9 a 11 anos; 3º ciclo → adolescentes de 12 a 14 anos.

A Rede de Desenvolvimento Local é um espaço no qual ocorre o encontro mensal entre lideranças do bairro, moradores e representantes dos diversos equipamentos ali existentes, a fim de discutir os problemas e/ou demandas da comunidade e buscar, coletivamente, alternativas para solucioná-los. Para definir o local das reuniões da Rede, foi adotado um sistema de rodízio: a cada mês, uma instituição participante é a anfitriã. Sendo assim, as reuniões acontecem, alternadamente, na EMGOC, na creche, no Curumim, no CEVAE, no Centro de Saúde ou no salão de uma das igrejas. Geralmente, os assuntos giram em torno das principais demandas da população, como geração de renda, segurança, horários de ônibus, problemas com marcação de consultas no Centro de Saúde, organização de eventos em parceria, etc. É uma iniciativa muito interessante, que demonstra um avanço em termos de organização e estratégia de lutas e que muito fortalece o sentimento de coletividade entre os moradores. Entre as principais realizações da Rede Local, podem-se destacar as feiras de produção local,¹² os almoços beneficentes em prol da creche, o Projeto Sexualidade, voltado para o público jovem (parceria entre EMGOC, Curumim e Centro de Saúde) e a revitalização da praça do bairro.

Além dos espaços coletivos já citados, o bairro ainda conta com a representação de diversos segmentos religiosos, como Igreja Quadrangular, Assembléia de Deus, Igreja Batista e Igreja Católica. Parece existir uma boa convivência entre as pessoas dessas diferentes igrejas e praticamente todas têm um representante na Rede Local. Também é importante assinalar que a Associação do Bairro Capitão Eduardo já teve católicos e evangélicos como presidentes e, atualmente, o presidente da Associação é membro da Igreja Quadrangular, sendo sua vice pertencente à Igreja Católica. Isso sinaliza uma tendência à pluralidade religiosa acompanhada de uma participação política cada vez mais engajada.

Pelo que foi exposto até aqui, vê-se que o bairro Capitão Eduardo encontra-se relativamente estruturado. Conta com os serviços básicos de água, luz, telefone, rede de

¹² Feiras em que todos os moradores são convidados a expor e vender seus produtos. É uma oportunidade de divulgação de serviços e produtos, fazendo com que haja circulação de renda dentro do próprio bairro.

esgoto e coleta de lixo. Possui escola, centro de saúde e creche. Grande parte de suas ruas está asfaltada e uma linha de ônibus atende regularmente aos seus moradores. Contudo, nem sempre foi assim e não foi fácil chegar a esse nível de conquistas. Para tal intento, houve muita luta – luta que se expressa, ainda hoje, no cotidiano de seus moradores. Observa-se que, nos últimos anos, tais conquistas estiveram ligadas às novas formas de articulação dos moradores, sobretudo em torno do Orçamento Participativo. É interessante perceber os caminhos do Orçamento Participativo no bairro Capitão Eduardo, entendendo-o como um processo conquistado pelos moradores e não somente como uma política de intervenção do poder público nos bairros pobres e periféricos.

O bairro Capitão Eduardo recebeu seus primeiros moradores há dezoito anos, e a história de luta dessas famílias, a fim de conseguirem, junto ao poder público, condições mínimas de moradia, foi marcada por muita mobilização, persistência e construção de uma consciência cidadã.

1.2- A história

A história do bairro Capitão Eduardo começou bem antes da instalação de seus primeiros moradores. Ela teve início na década de 1980, a partir dos movimentos sociais ocorridos em Belo Horizonte, entre os quais se inscreve a luta dos “sem-casa”. Nesse período, observa-se na sociedade brasileira, tanto a reorganização de antigos grupos de pressão, em novos moldes, quanto a emergência de novos grupos que surgem como forças políticas no seio da sociedade civil (SCHERER-WARREN, 1993).

Esses movimentos, organizados a partir de demandas imediatas da população, não se apresentavam de forma homogênea. Representavam uma realidade multifacetária, a qual permite uma gama de possibilidades de investigações e perspectivas analíticas, como a que por ora se realiza, sobre um movimento por moradia dos anos de 1980. Trata-se de analisar e compreender, através dos relatos acionados pela memória de alguns dos seus primeiros participantes, os processos educativos vivenciados no interior desse movimento específico e os resultados deles advindos.

1.2.1- A luta por moradia

Segundo Doimo (1995), desde 1960, no Brasil, a ala progressista da Igreja Católica vinha investindo na organização das populações mais carentes, em torno do problema da moradia. Em 1967, depois do I Congresso dos Favelados do Rio de Janeiro, já se definiam os contornos de uma pastoral de favelas, então voltada à luta contra as remoções e à defesa do direito da posse coletiva dos terrenos invadidos e por melhorias como redes de esgoto, de água e de luz. Segundo a autora, a partir daí, o movimento se estendeu e muitos fatos aconteceram em termos de movimentos sociais por moradia, como a criação, em 1974, do Movimento de Defesa do Favelado e seu desdobramento em diversos ramos, tais como o dos moradores de cortiços, dos sem-terra, dos mutirões para construção, entre outros. Já na década de 80, o Movimento por Moradia ganha dimensão nacional.

Com a abertura política, os movimentos populares, que antes se articulavam na clandestinidade, passam a atuar abertamente, promovendo grandes mobilizações. Ao mesmo tempo, o Estado também assume o discurso participativo e começa a implementar programas de cunho social, tendo como estratégia a participação das comunidades e a absorção de parte de suas demandas.

Em nível nacional, revitaliza-se o debate sobre a participação comunitária. Várias instâncias federais, como o Ministério do Interior, a Campanha Nacional de Alimentação Escolar e o MOBREAL, passam a incluir como objetivo básico de seus programas o desenvolvimento comunitário (SOMARRIBA, 1984).

Em resposta às pressões populares que aconteciam em todo o país, o governo federal criou, ainda, a Secretaria de Ação Comunitária, a SEAC, e o Programa de Integração Comunitária, o PROINCO, preconizando a construção de moradias populares por mutirão, através de comissões paritárias entre representantes das comunidades e dos governos municipais. Seriam aplicados recursos reembolsáveis pelos mutuários, na base de 10% do salário mínimo.

No âmbito dos governos locais e, mais especificamente, em Belo Horizonte, o movimento de luta por moradia se organizou através de federações e associações

comunitárias. Em 1983, foi criada a Federação de Associações de Moradores de Bairros, Vilas e Favelas de Belo Horizonte (FAMOBH), que tinha como estratégia unificar as lutas e reivindicações urbanas e ocupar áreas públicas ociosas. Em 1986, é fundada, pelo padre Piggi,¹³ a Associação dos Moradores de Aluguel de Belo Horizonte (AMABEL), pretendendo organizar os moradores de aluguel nos diversos bairros da cidade.

A integração, em Belo Horizonte, de todas essas associações que iam sendo formadas resultou em um amplo movimento denominado Movimento dos Sem-Casa. Era um movimento composto por famílias de ex-moradores de aluguel de vários bairros da periferia, que, pressionados pelos constantes aumentos nos valores dos aluguéis, reivindicavam, junto ao poder público, condições dignas de moradia.

Isso obrigou o governo do Estado a criar o Programa Municipal de Regularização de Favelas (PROFAVELA), com o objetivo de regularizar a posse de áreas já ocupadas e possibilitar a realização de intervenções de melhorias urbanas, além, é claro, de tentar manter sob controle o novo movimento.

Foi nesse contexto de efervescência dos movimentos por moradia que o então candidato à Prefeitura de Belo Horizonte, Sérgio Ferrara, apresentou à população uma proposta de distribuição de lotes a serem pagos pelos beneficiários do programa, dentro dos moldes de financiamento propostos pelo governo federal. Como prefeito, ele efetivaria a construção de conjuntos habitacionais para pessoas de baixa renda, com financiamento em cinco anos e pagamento mensal na faixa de 10% do salário mínimo.

Mas, fica claro, pela falas dos entrevistados, que não foi tão simples assim a conquista desses lotes e que não bastou que Ferrara assumisse a Prefeitura para que conseguissem a tão sonhada oportunidade de ter uma casa própria e se livrassem do fantasma do aluguel. É o que nos conta Marlene, uma das entrevistadas:

Quando o Sérgio Ferrara foi prefeito, ele prometeu assim, na campanha dele, de dar casa, pagando 10% do salário mínimo, em 5

¹³ padre Pier Luigi Bernareggi participou de várias lutas em prol das classes populares, sobretudo nas lutas por moradia. Ainda hoje, desenvolve trabalhos sociais junto às comunidades pobres de Belo Horizonte.

Miriam Regina de Sousa

anos. Aí nós gostamos da idéia e começamos a fazer movimento... [...] **Porque ele prometeu de fazer, e a gente, com muita luta, conseguiu fazer que ele fizesse o que prometeu, né? Se não fosse na luta, não ia...** Porque depois ele não queria... Ele prometeu, mas se não fosse nós correr atrás ia passar aquilo, né? (Marlene; grifo nosso)

A partir de 1985, os integrantes do Movimento dos Sem-Casa passam a se organizar e a reivindicar, junto ao Prefeito Sérgio Ferrara, o cumprimento do Programa Habitacional prometido. Além das reuniões com os secretários de políticas públicas, com demais políticos e com o próprio Prefeito, o movimento realizou diversas manifestações de rua, que passaram a chamar a atenção da sociedade para sua causa. Como relata a moradora Edna,

Os dois movimentos, a AMABEL e a FAMOBH, colocavam era mais de três mil pessoas na Afonso Pena. Parava a Afonso Pena! Nós íamos pra porta da Prefeitura e gritávamos: “Queremos casa, queremos casa, queremos casa!” E com faixas, né? Vereadores acompanhando... Íamos pro Governo, pro Palácio, né, gritando “Queremos casa, queremos casa!” Mas nós não sabíamos onde que nós íamos tirar. O Ferrara, ele fez esses treze conjuntos, um bocado também sob pressão! Porque um movimento muito grande, a imprensa em cima... (Edna)

Essa luta durou alguns anos e, como toda luta que envolve manifestações de rua exigindo o cumprimento de direitos dos cidadãos, por parte do poder público, gerou momentos de muita tensão, inclusive momentos de enfrentamento com a força policial. Retomemos aqui a fala do Seu Moacir, que ilustra não apenas esses momentos de confrontos explícitos, como também o enfrentamento – talvez até mais difícil – de uma violência simbólica, isto é, o descaso e o desrespeito com que eram recebidos e tratados nos órgãos públicos.

Nós lutamos muito! Foi uma luta grande, uma luta de rua... a gente ia pra caminhada junto com a FAMOBH, junto com a AMABEL, essas caminhadas na rua, muita passeata, muita manifestação... **Então, a gente lutou, a gente enfrentou policiamento, eles querendo bater na gente, porque eles não gostavam que a gente ficava lá incomodando, atrapalhando o trânsito...** e a gente sobreviveu sob tudo isso aí... Não foi fácil não... Não foi chegar lá e toma, pega isso aqui... não foi assim não... [...] **Nós chegava na Secretaria seis horas da manhã, seis e meia, e saía de lá à noite, sem comer um pão... Bebendo água na pia... Cansamos de fazer isso, chegar lá de manhã e sair de noite, sem comer um pão!** [...] Muitas vezes foi

Miriam Regina de Sousa

como isso, não foi de mão beijada, não... Não deu nós assim: “Toma que isso aqui é seu” não... Foi assim não! (Seu Moacir; grifo nosso)

A mobilização dessas pessoas no movimento denominado “Sem-Casa” deu origem, na época, a diversos assentamentos em diferentes pontos da capital mineira, como: Confisco, na região da Pampulha; Floramar e Mariquinhas, na região norte; e Capitão Eduardo, na região nordeste de Belo Horizonte.



Figura 2 – A luta pela terra

Anteriormente, a região onde hoje se situa o bairro Capitão Eduardo era constituída por fazendas pertencentes às famílias Marçal e Souza Lima. Devido à falta de pagamento de impostos, a antiga fazenda Capitão Eduardo, cujo nome devia-se ao seu então proprietário,¹⁴ foi desapropriada pela Prefeitura de Belo Horizonte, em dezembro de 1972. Em março de 1975, ela foi repassada ao Serviço de Limpeza Urbana (SLU), pela lei de cessão de uso, para a futura instalação de um novo aterro sanitário para a capital (PBH/CEVAE, 1998).

¹⁴ Cabe aqui observar, mais uma vez – tal como aconteceu com a escola do bairro, conquistada em um movimento de luta popular e que recebeu o nome de um político da época da ditadura – também o bairro, conquista do Movimento dos Sem-Casa, acabou permanecendo com o nome de um fazendeiro, cujo título fora obtido não por patente militar, mas pela propriedade de terras.

Em princípio, da área anteriormente reservada à construção do aterro sanitário, foram destinados 31 hectares ao assentamento do Capitão Eduardo. A FAMOBH e a AMABEL, através de suas secretarias, já havia promovido o cadastro e a seleção das famílias a serem indicadas à Secretaria Municipal de Ação Comunitária, que era o órgão responsável pela cessão dos lotes urbanizados. O critério utilizado para a escolha das famílias beneficiadas considerava três aspectos: renda familiar inferior a cinco salários mínimos; residência em Belo Horizonte há, no mínimo, cinco anos; e não possuir nenhum outro imóvel.

Os moradores encaminhados a esse novo loteamento eram procedentes dos bairros Goiânia, Nazaré, Jardim Leblon, União, São Marcos e Maria Goreth. Os lotes foram delimitados em 125m² cada e a Prefeitura doou material para a construção de uma unidade habitacional por família, cabendo a cada beneficiário a construção de sua própria casa. O material que compunha a cesta básica doada garantiria a construção de 22m² (PBH/URBEL).

Apesar da união existente nos momentos de luta, houve também momentos de muita tensão entre os participantes do movimento, sobretudo depois da conquista dos lotes. Primeiro porque eram mais de 600 famílias inscritas em cada uma das Associações que compunham o Movimento dos Sem-Casa (AMABEL, FAMOBH e Associação da Região do Gorduras). Os líderes de cada Associação ficaram com a responsabilidade – nada fácil – de enviar à Secretaria Municipal de Ação Comunitária os nomes das 100 famílias que deveriam receber os lotes. Assim, as próprias Associações tiveram que criar critérios de seleção entre as famílias participantes, como o critério de frequência às reuniões, para definir aquelas que teriam prioridade sobre os lotes liberados. Isso, como se pode imaginar, criou uma série de problemas e constrangimentos para as lideranças, porque todas as famílias inscritas eram famílias necessitadas e era cruel decidir entre quem receberia o terreno e quem ficaria de fora. É o que nos relata a entrevistada Edna:

Quando eu tive que fazer a escolha pras casas, eu tava com o meu marido ainda... A primeira remessa era 40 lotes pra distribuir pra mais de 600 pessoas que eu tinha de participação. Então, quando eu avisei pro pessoal que ia ter os 40 lotes, as pessoas vinham: “Edna, eu tô

Miriam Regina de Sousa

despejada!” [...] Então, eu não agüentava aquela situação, eu passei mal, eu entrei em depressão... Porque você ter 40 lotes pra 600 famílias participantes, não tinha como sortear, porque todo mundo era participante! Então, eu começava a chorar... Tanto é que o meu marido me ajudou a fazer a escala dos participantes, pra ver quem é que tinha mais presença, quem tinha uma falta – que às vezes por uma falta, por duas faltas, ficava de fora... Mas, a quantidade era tanta que eu não tinha como... Aí eu começava a chorar... Porque um chegava: “Eu tô despejado”, outro chegava: “Eu tô passando fome”... Eu ia, fazia visita nas casas, chegava nas casa, o povo morava em cada lugar... Tinha rato, tinha uma senhora que mora aqui hoje, que tinha rato na casa dela... Mas era tão pobre, umas coisas assim tão decadentes, sabe? Pessoas morando misturadas, tipo cortiço, sabe? Então, nós temos uma aqui que morava tipo um cortiço, e naquele cortiço ali, eu tinha oito, nove pessoas em um cômodo... Eu fui visitar uma determinada pessoa, de manhã cedo, pra poder fazer a sindicância, pra ver se era necessitada mesmo. Cheguei lá, uma das crianças tava dormindo com a cabeça debaixo do vaso sanitário, porque era o espaço que tinha, porque era tanta criança, e o espaço era perto do vaso, porque era um cômodo e todo mundo deitado no chão – não tinha uma cama! – e a cabeça debaixo do vaso... Então, agora você imagina, você viver numa situação dessa e você ter que escolher: “Pôxa, eu tenho 40 pra 600...” E você fazer sindicância... Pelo amor de Deus! A outra que tinha um poder aquisitivo melhorzinho, que trabalhava: “eu te dou um dinheiro procê me por na frente...” O outro: “Não, eu trabalho no açougue... Se me colocar lá, você não vai comprar carne pelo resto da vida... Toda semana eu te dou um quilo de carne.” Outro chegava: “Se ocê não me der eu te mato, heim?” Então, já perguntaram: “Edna, ocê não tem medo deles te lincharem se ocê não conseguir o lote pra eles?” Eu tinha medo de ser linchada, porque era tanta gente que acreditava naquele sonho, que você fez acreditar naquele sonho... Cê já imaginou o que é isso? Você fazer as pessoas acreditarem naquilo e, de repente, sair a metade do bolo pro cê dividir pra todo mundo...? Na divisão cê corria risco! A coisa foi feia... E era pra chorar... (Edna)

O fato de muitas pessoas que estavam inscritas – e que eram de fato participantes no Movimento dos Sem-Casa – terem ficado de fora do assentamento deu origem a uma série de invasões no recém-conquistado bairro Capitão Eduardo. Edna conta que até mesmo algumas pessoas que estavam na liderança do movimento acabaram não recebendo o lote e precisaram invadir.

Miriam Regina de Sousa

Quando foi enfraquecendo o movimento, o Nazaré¹⁵ falou assim: “O movimento tá enfraquecendo, então eu vou dar os lotes sim, pras lideranças... As lideranças lutam, participam das reuniões, elas têm direito sim! De repente a gente não consegue outro terreno...” Foi aí que ele distribuiu: a Fatinha foi pro Filadélfia, eu vim pra cá, a Sandra veio pra cá... O Tião tinha ficado fora, mas ele conseguiu pegar o restante... quer dizer, invadiu! Houve uma pequena invasão aqui, nas áreas de risco, onde não podia colocar gente mais... (Edna)

Segundo ela, as lideranças deixavam para “pegar” as casas por último, a fim de não enfraquecer o movimento. Porém, devido a brigas e conflitos internos, houve uma desarticulação que acabou desencadeando uma crise no interior da AMABEL.

O padre Piggi falava com a gente o seguinte: que as lideranças teriam que ser os últimos a receber a casa. Teria que dar pro povo e ser os últimos, porque se as lideranças ganhassem a casa dela, ia desmotivar a lutar para conseguir pros outros... E, realmente, depois do ocorrido, a gente chegou à conclusão de que é verdade. Que enquanto você não tem a sua, você tá lutando, lutando pros outros, mas pensando em você também! Aí, depois que você tem a sua, você esmorece! As coisas acontecem e realmente as lideranças desmotivam... Param de freqüentar, passam a bola pra outro, né, e foi o que aconteceu... [...] Houve, por exemplo, um fato assim, relevante: que a Sandra foi destituída do cargo de diretora da AMABEL, porque as pessoas – que a gente fazia visitas nos núcleos pra ver se tava tudo bem – e, numa determinada visita, foi apurado que ela tinha pegado dinheiro das pessoas do movimento (falou que era pra comprar som, pra ficar mais fácil as reuniões) e o pessoal falou que ela embolsou o dinheiro e com isso ela foi destituída do cargo. Então, o Tião e a Marilda assumiram a liderança do bairro no lugar dela. Com isso, ela começou incentivar o povo contra o diretor da AMABEL, que era o Nazaré. Aí foi enfraquecendo o movimento e acabou morrendo. Um movimento tão bonito, que ajudou tantas famílias, né, acabou morrendo justamente por causa disso: ciuinhos! (Edna)

Esse relato de Edna revela os conflitos internos existentes no movimento. O que ela chama de “ciuinhos” pode estar relacionado com a disputa interna pelos poucos recursos a serem distribuídos pelo Estado. Contudo, essas disputas também se configuraram em aprendizados na vida desses sujeitos. Eles aprendem, na pele, que nem

¹⁵ Nazaré é citado por Edna como o homem que assumiu a coordenação da AMABEL, após a saída do padre Piggi.

sempre é fácil colocar a coletividade acima dos interesses particulares. Como a própria Edna concluiu, era difícil ter metade do bolo e ter que distribuir entre tantas famílias.

Nesse sentido, Doimo afirma:

Quando o que está em jogo é a busca de soluções imediatas para dramáticas carências sociais, tais movimentos tendem mesmo a mostrar sua face corporativa, pela disputa que estabelecem entre si por bens públicos pontuais e emergenciais, momento em que, na ausência de critérios regulatórios, o que conta é isso: quem se organiza mais e faz mais pressão é quem leva as fatias do fundo público. [...] Quando as vantagens aí extraídas têm a ver com bens indivisíveis, como uma gleba de terra ou a casa própria, essa face corporativa torna-se ainda mais flagrante, pois a apropriação desses bens é particularizada. (DOIMO, 1995, p. 60)

Tanto que, segundo o depoimento de Edna, seguindo a orientação do padre Piggli, as lideranças haviam combinado serem os últimos a receber os lotes, a fim de não dismantelar o movimento. Mas, quando tiveram acesso aos primeiros lotes para distribuir, o interesse próprio falou mais alto: “E se a gente não conseguir outro terreno?” – foi a fala de um deles, o que bastou para que cada um separasse o seu quinhão.

Quanto às invasões que ocorreram após os primeiros assentamentos no Capitão Eduardo, pode-se dizer que foram invasões semi-organizadas, uma vez que foram feitas por pessoas que faziam parte do Movimento dos Sem-Casa, mas que, “na divisão do bolo”, ficaram sem suas fatias. Pelo relato de Seu Moacir, é possível perceber, ainda, que essas invasões tinham aceitação por parte dos moradores que haviam conquistado suas casas através do movimento. Vejamos o que ele diz:

Teve um ano, a minha mente não lembra do ano, mas foi logo no início, houve as invasões no Capitão Eduardo... **As invasões foram feitas pelas pessoas que estavam inscritas nos movimentos e não conseguiram seus barracões.** Invadiram essa parte da quadra um, aqui da rua D1, rua E1, rua F1, aqui em cima na rua 3, onde é a mercearia do Hélio hoje, que ali era um buracão, invadiram ali... invadiram a rua X2, invadiram a rua C1... Lá embaixo, na rua Y, X, invadiu tudo! Eu vinha um dia da Prefeitura, tinha 12 rádio-patrolha na minha porta... “– Quem é você?” “– Eu sou o Moacir” “– Ah, queremos falar com você mesmo. Você mandou o povo invadir aqui?” “– Não mandei, não senhor, mas não vou mover um dedo pra tirar

Miriam Regina de Sousa

eles... O povo que invadiu é um povo que precisa morar! Tem terreno aí, doutor – não sei se era doutor, só sei que tinha muita divisa pela roupa afora –, não vou mover pra tirar, não senhor, porque o povo precisa morar” “– O senhor tem razão, o povo precisa morar mesmo. Mas não é dessa maneira.” “– Não sei...” [...] Então, tirou um bocado, outros ficaram. Os que ficaram, plantaram raiz, estão morando até hoje aí. Muitas famílias morando pela invasão. (Seu Moacir; grifo nosso)

Talvez essa solidariedade com os “invasores” advenha do fato de essas pessoas terem sentido, na própria pele, o que significa não ter para onde ir. Além do mais, haviam lutado juntos e era justo que todos tivessem acesso ao bairro conquistado. É provável que essa solidariedade tenha vindo principalmente por parte das lideranças que, tendo sido responsáveis pela distribuição dos lotes, podiam estar sentindo mais o peso de terem deixado companheiros de fora da conquista.

1.2.2- A luta pela construção do bairro

Após os assentamentos e as invasões que deram início ao bairro, apresentaram-se outras demandas. Mais uma vez, as dificuldades materiais acirravam as disputas internas. A falta de infra-estrutura para a moradia no local e as péssimas condições de vida fizeram com que, muitas vezes, a luta pela sobrevivência unisse os moradores em ações recíprocas de solidariedade, mas, em outras tantas, o que prevalecia era a estratégia do “cada um por si”.

Dois fatos específicos chamam a atenção neste ponto da história: o primeiro é que, segundo a URBEL, foram doados, pela PBH, “lotes urbanizados”. O que chamariam eles de lotes urbanizados? Segundo o depoimento do Seu Moacir, fica claro que, no início, era difícil até mesmo a entrada, no bairro, dos caminhões com o material de construção:

Eu assumi, o Capitão Eduardo era igual aquela mata ali em cima... Essa rua Ângela Bernareggi, antiga rua Hum, aqui, **essa rua tinha três metros de largura, apenas onde o trator passou pra abrir, por assim dizer, uma picada pra passar o caminhão de material... Só tinha isso...** Eu assumi a associação dessa maneira... (Seu Moacir; grifo nosso)

O segundo fato é que o material doado não foi suficiente para todas as famílias. Como vieram de movimentos diversos, apenas as primeiras famílias assentadas puderam usufruir dessa “cesta básica”. Os que chegaram depois – mesmo tendo vindo através de cadastramento –, assim como aqueles que vieram nas invasões que sucederam aos primeiros assentamentos, não tiveram condições de construir nem mesmo os 22m² citados pela URBEL, permanecendo por um tempo ainda maior em barracas de lona. Foi através da Associação do Bairro Capitão Eduardo, a AMBACE, criada logo após a liberação dos lotes, tendo Seu Moacir como primeiro presidente, que se iniciou a luta para que essas outras pessoas pudessem também construir. O processo de estruturação do bairro – não planejado e entregue à população de baixa renda mais por pressão do movimento que por vontade política – não foi simples. Pelo contrário, vale a pena conhecer, através da narrativa do Seu Moacir, ainda que um pouco extensa, as agruras vividas pelos primeiros moradores, logo que conquistaram os terrenos:

Montamos, na época, a diretoria, ali, embaixo do pé de manga... Fomos trabalhar, ver o que tinha pra ir atrás. Primeiro lugar: o material que tinha vindo da Prefeitura não era suficiente para todos... Vinha muito isso, mas não vinha nada daquilo... E os materiais da Prefeitura que vieram, acabaram... O pessoal que foi vindo depois não tinha material pra construir... E, logo, logo, logo, o Sérgio Ferrara perdeu as eleições, através do seu candidato Álvaro Antônio, para o Pimenta da Veiga e o Eduardo Azeredo... Quem passou a governar o município de Belo Horizonte foi o PSDB. E o PSDB não assumiu os conjuntos como tinha que assumir. Nós ficamos um período sem trabalho, sem condição de sobrevivência aqui... O povo numa situação difícil, debaixo da lona preta... nós sem água... Naquele ano, inaugurou-se a luz, em caráter precário... Naquele ano também, o novo prefeito tirou o caminhão que botava água pro povo... Ficamos sem água! E a gente teve que ir atrás dos caminhões... A Prefeitura não repôs – quem repôs os caminhões de água pra nós foi o governo do estado... repôs os caminhões e nos garantiu que ia colocar água... O caminhão voltou a abastecer o povo e depois ele trouxe aqueles chafarizes... O povo pegava água no chafariz e carregava na cabeça pra casa... Quer dizer, parece “que maravilha”, né? Mas não era assim... Isso só não deu morte, porque Deus é misericordioso... O cara falava assim: “Hoje eu levo nem que seja sangue na lata!” O cara que era mais forte colocava 10, 20, 30 latas, o outro ficava sem nada... Isso porque já tinha água no chafariz, cê não morria mais de sede... E cê pode imaginar quando o caminhão tinha que vir botar... O caminhão botava água pra aquela bonitona, mas não botava água pra feia; o caminhão descia nas ruas boas, mas não descia nas ruínas – tudo era buraco puro; então muita gente ficava sem água... [...] Depois, as

Miriam Regina de Sousa

nossas crianças estudavam lá no Pérsio, lá na BR, e era uma luta, era uma dificuldade terrível... Essa meninada ia toda pra BR a pé; saía da escola já de noite, né, e vinha essas mães por essa BR afora com essa criançada aí, e a gente via a hora de matar uma criança naquela BR, sem acostamento nem nada... **Quer dizer: não tinha água, nem luz, nem escola, nem esgoto, nem casa pra morar, e pra completar, nem ônibus... – e pra completar, num tinha dinheiro também – era um povo pobre! Lutava com toda dificuldade...** [...] Quer dizer, e isso é apenas uma coisa que aconteceu na nossa vida, pro cê entender o que nós passamos com tudo isso aí... Teve os que aproveitaram da nossa miséria... (Seu Moacir; grifo nosso)

Através dessa narrativa, percebe-se que foi com a organização da associação do bairro que o povo, que já vinha de uma longa luta pela doação dos terrenos, passou a lutar por infra-estrutura e condições mínimas de sobrevivência no local conquistado. A demanda inicial foi por água e luz, sendo que a luz chegou primeiro, cerca de seis meses depois do assentamento das primeiras famílias, graças a uma parceria conseguida, pela Associação, entre Usiminas e Cemig. Já a água foi instalada pela Copasa somente um ano e meio depois. Antes disso, a população tinha acesso a ela através de caminhões-pipa ou chafarizes que, como relatou o Seu Moacir, “quase resultou em morte”.

Seria muito fácil criticar, dizendo que os moradores poderiam ter sido mais unidos ou mais solidários, dividindo o pouco que tinham em partes iguais. Mas a realidade não é tão simples como supõem as ideologias igualitárias. Como disse Lúcia, uma das entrevistadas, “não havia lei”, e se tratava, ali, de garantir material para a construção de seu cômodo, para sair da barraca de lona. Saberíamos nós o que é morar em uma barraca de lona, e ainda mais com uma família de cinco, seis pessoas? Tratava-se também de garantir a água para a família, não a água do banho, da higiene pessoal, mas a água mínima para beber e cozinhar. Talvez sob o efeito dessa pressão, aqueles que não tinham emprego ou outra fonte de renda, passaram a enfrentar fila e pegar água para os outros, em troca do de dinheiro. Como disse o Seu Moacir: “Aquilo virou um comércio para muitos”. Claro que isso gerava insatisfação entre eles. Foi possível perceber essas tensões na fala do Seu Moacir, mas vamos ver também o que Lúcia nos relatou sobre esses fatos:

Miriam Regina de Sousa

Depois, eles inventaram trazer chafariz. [...] Aí começou a luta! Até então a gente era feliz e não sabia... Enquanto o povo não enchia caixa pra vizinho e pra outro – pra ganhar um dinheiro, ainda era bom! Mas, começou. Uma dona chamada Maria enchia 3, 4 caixas, 5, 6, e você na fila... Ela tirava o balde, a Joseline punha o dela, ela tirava e ia pondo o outro – que ela vivia disso... de encher caixa... Aí onde que começou as lutas. Tinha dia que eu saía daqui 11 da noite e falava assim: “Vou lá na fila pôr uma lata, que amanhã...” ãh! Chegava lá, tinha 12, 13, 14 na fila, 11 horas da noite... Latinha de massa de tomate, de leite ninho, tudo na fila, e você não podia falar nada... Lata velha de óleo... Tudo lá, e você não podia pôr um dedo! Senão, dava morte! Mas quem podia fazer lei aqui?... Não podia... Tinha um moço aqui, que ele punha a mangueira na boca do chafariz, ficava olhando e os filhos enchendo lá embaixo, e nós assim [mostrando os braços cruzados] Não podia falar nada! Ele fazia isso e ninguém podia fazer nada – esses “galão de briga”, sabe? Tinha que aceitar! Aí, ele enchia a dele e liberava... Aí vinha a D. Maria e enchia 5, 6 caixas... Que as donas trabalhavam – que muitas donas trabalhavam –, tinham que pagar pra alguém encher, aí ela enchia... [...] Lá, naquela rua de cima, nós tão só escutando: “Que eu te mato!!! Que eu faço e aconteço!!!”. Um homem chegou revólver na cabeça da mulher, por causa da água... Aqui embaixo, tinha discussão toda hora! Cê escutava cada palavreado, que cê nem agüentava... por causa de água... (Lúcia)

Depois que chegou o serviço de água encanada, vieram outras lutas: por transporte, rede de esgoto, asfalto. Mais tarde, novas lutas por escola, posto médico, telefone... Novamente, é Lúcia quem relata:

A luta da escola é que foi chique! [...] Porque as crianças tinham que estudar no Pérsio,¹⁶ aí ia muita criança... **Uma mãe ia e levava, outra buscava... assim a gente revezava... Mas foi muito difícil... Aí veio a luta por um colégio pra nós! Antes veio a luta por ônibus...** Porque antes a gente tinha que descer a pé até a BR, né? Sem asfalto, sem nada... Ou era barro, ou era poeira que a gente enfrentava... [...] Pra ir então levar um menino numa consulta, tinha que sair umas duas horas antes... Mas mesmo assim a gente gostava, porque o aluguel tava salvo! [...] A escola foi em 92. Aí foi a escola em primeiro lugar, né... que pra nós... Aí sim, nós já estávamos é no céu. Porque, água, luz e escola, né? Já tava tudo na porta! O posto de saúde foi bem depois da escola... bem depois... **Teve uma luta também, muito grande... Mas pra mim já era um céu...** (Lúcia; grifo nosso)

¹⁶ Escola Municipal Pérsio Pereira Pinto, que fica na BR 381, que dá acesso ao bairro.

1.2.3- A luta por uma identidade positiva para o bairro

Junto a essas lutas, inscritas no terreno da materialidade, os moradores travaram, durante longos anos, uma outra luta, que foi contra a instalação do aterro sanitário no bairro. Os moradores, já identificados com a região, repudiavam a construção de um “lixão” no local, pois associavam o lixo a uma imagem negativa do bairro e deles próprios. Assim, enfrentaram, desde o início da construção do Capitão Eduardo, sobretudo a cada mudança de governo, uma nova batalha contra a instalação do aterro sanitário nos limites do bairro. Para essa nova luta, foi criada a “Comissão contra o Lixão”, encabeçada pelas entrevistadas Edna e Luzia. Essa comissão mobilizou os moradores do Capitão Eduardo e do Conjunto Paulo VI – vizinho à região –, de todas as formas possíveis. Recorriam à Câmara dos vereadores e à Assembléia Legislativa, em busca de apoio. Lotavam a Câmara Municipal em dias de audiências, quando sabiam que estaria em votação a aprovação de projetos de lei autorizando a instalação do aterro. Desse modo, os moradores do Capitão Eduardo, aprenderam a fazer pressão política sobre os vereadores, usando o argumento do voto como ameaça a qualquer atitude que viesse prejudicar a comunidade. Além disso, promoveram inúmeras passeatas pela avenida Afonso Pena, carregando sacos de lixo que depositavam na porta da Prefeitura, em protesto à instalação do aterro no Capitão Eduardo. Conseguiram, junto a entidades de proteção ambiental, um estudo sobre o impacto negativo que o aterro traria à saúde dos moradores, além da degradação da natureza, uma vez que o bairro possui áreas verdes, com animais, plantas nativas e nascentes. Conseguiram até mesmo que fosse realizada, no próprio bairro, uma audiência pública da Câmara Municipal, utilizando a quadra da escola como espaço e tendo a presença maciça dos vereadores.

Essa luta incansável só terminou no dia 26 de julho de 2001, quando foi publicada a Lei Estadual de número 13.958, sancionada pelo então governador, Itamar Franco, criando a Área de Preservação Ambiental da Fazenda Capitão Eduardo (APA). Pela lei, ficou destinada uma área de 260 hectares, antes destinada à construção do aterro sanitário, à preservação e conservação das nascentes, córregos, vegetação nativa e animais silvestres da região. Essa foi, sem dúvida, mais uma vitória na luta pela

cidadania da população local. Cidadania que, dessa vez, significou lutar não apenas por direitos materiais, mas também por direitos subjetivos, políticos e culturais.

O fato de não aceitarem a instalação de um aterro sanitário no bairro mostra como esses sujeitos, que já haviam passado por toda sorte de opressão em suas vidas, não queriam ter a imagem do lixo associada a si mesmos. Repugnava-lhes a idéia de ter caminhões de lixo circulando pelo bairro, como uma cena do seu cotidiano. O odor, os urubus que provavelmente passariam a sobrevoar a região e o impacto visual que tal instalação causaria afetavam diretamente sua auto-estima. Por mais que as autoridades digam o contrário, há questões ligadas à saúde que, sem dúvida, passariam a existir. Mas eles sabiam que não poderiam usar como argumento contra a instalação do aterro “apenas” os seus interesses subjetivos, pois, com certeza, não seriam ouvidos. Uma das muitas coisas que eles parecem ter aprendido, no decorrer de todos esses anos de luta, foi como dialogar com o poder público; como escolher os argumentos necessários para se defender e como se instrumentalizar para tal. Desse modo, como já foi dito, procuraram ajuda em organismos ambientais, solicitando um estudo do impacto ambiental que a instalação do aterro sanitário no bairro poderia provocar. Com esse estudo em mãos, tiveram um argumento a mais, do ponto de vista ecológico e político, para defender os seus interesses. O documento abaixo – ainda que redigido com a ajuda de terceiros – revela o aprendizado, por parte dos moradores do Capitão Eduardo, de estratégias de sensibilização e convencimento dos governantes para as causas do bairro.¹⁷

¹⁷ Segundo a entrevistada Edna, que assina o documento, para redigi-lo, ela buscou ajuda na Câmara Municipal. Contudo, observa-se que os argumentos foram fornecidos por ela, como, por exemplo, a existência de “um pau-brasil” no bairro e a lembrança das palavras ditas pelo então vice-prefeito Célio de Castro, à época do plantio, comprometendo-se com a valorização do ser humano.

Miriam Regina de Sousa

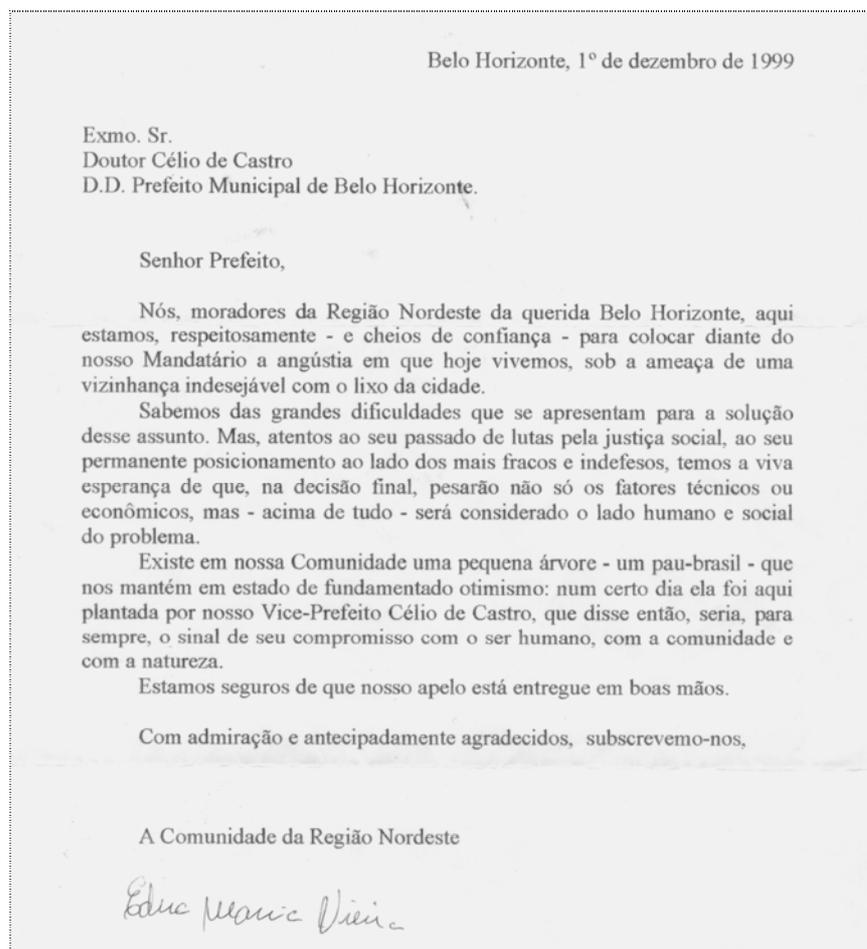


Figura 3 – Ofício enviado pelos moradores ao prefeito Célio de Castro

Além das estratégias de sensibilização, segundo os entrevistados, os moradores marcaram presença entre os políticos, em todas as audiências e assembléias possíveis, além de percorrerem seus gabinetes em busca de acordos e compromissos. O que considero mais importante é que, através dessa mobilização, esses sujeitos conseguiram, mais uma vez, fazer com que as autoridades se voltassem para a luta que eles estavam travando por mais um direito, inclusive mudando, por diversas vezes, suas agendas de compromissos. Essas mudanças definiam uma nova ordem de prioridades, trazendo novamente à cena os moradores do bairro Capitão Eduardo, que, não fosse por tais mobilizações, certamente permaneceriam invisíveis para o poder público.

A consciência dos seus direitos usurpados ou negados e o reconhecimento do poder da organização para garantir a necessária articulação no encaminhamento das

atividades foi sendo construída em razão da urgência e das novidades colocadas pelas próprias lutas. E essa consciência foi sendo traduzida pelos diferentes modos que esses sujeitos encontraram para realizar a prática política. Ou seja, a cidadania foi construída na prática. Foi nas diversas lutas, em prol de um objetivo comum, que esses sujeitos se constituíram como um sujeito coletivo e como cidadãos.

Outra discussão sobre a busca de uma identidade positiva para o Capitão Eduardo diz respeito a uma recente polêmica que toma conta de seus moradores: a construção, no bairro, do Centro de Educação Marista Marcelino Champagnat (CEMMAC). Trata-se de um centro de educação misto, destinado a adolescentes de 16 a 20 anos incompletos, privados de liberdade, em regime de internação.¹⁸

O projeto é apoiado pela atual Associação do bairro, que entende que o mesmo trará benefícios para a comunidade, com a geração de novos empregos e renda, além da criação de novos espaços de lazer e esporte que poderão atender à população local. Contudo, muitos moradores consideram a construção do CEMMAC como prejudicial à imagem do bairro Capitão Eduardo, alegando, entre outras coisas, a depreciação dos imóveis e a insegurança gerada a partir de possíveis rebeliões dos jovens internos. Essas pessoas, contrárias à construção, dizem que o CEMMAC não passa de um “cadeião”.

Algumas reuniões foram realizadas com a população, a fim de esclarecer o assunto, mas, mesmo com as obras concluídas e com a inauguração do Centro prevista para maio de 2006, muitos moradores demonstram-se insatisfeitos e inconformados com o que consideram como uma atitude de complacência por parte da atual Associação.

Podemos inferir que, para além do receio da construção de uma imagem negativa do bairro, a recusa de alguns moradores em aceitar o Centro deva-se, também, à presença do preconceito em torno daqueles considerados como adolescentes em “situação de risco”. No entanto, tal preconceito não pode ser visto como um comportamento específico dessa população. Ele está impregnado no imaginário social brasileiro. A sua desmistificação passa por vários aspectos: superação da desigualdade

¹⁸ Informações obtidas através do *Boletim Informativo da Associação do Bairro Capitão Eduardo*. 1º semestre/2005.

social e racial, construção de políticas públicas efetivas para a juventude, segurança pública e educação, entre outros. O que vale ressaltar aqui é a dissonância entre os objetivos da atual liderança da Associação, que parece ver na presença do Centro a possibilidade de trazer mais benefícios para a comunidade (emprego, espaços de lazer, etc.), os interesses políticos, os interesses da ordem Marista e os interesses do restante da população. Isso revela, mais uma vez, a dificuldade e os conflitos no processo de condução coletiva e organização interna de um bairro, sobretudo, quando o que está em questão é uma população que traz, em sua história, a experiência de uma ativa participação popular.

1.2.4- Os múltiplos sentidos do engajamento na luta pela moradia

É possível perceber, através das narrativas de alguns dos seus primeiros moradores, que a história do Capitão Eduardo é uma história de lutas que se inscreve no terreno da materialidade, das relações simbólicas e ainda no terreno dos direitos sociais de cidadania. Essas pessoas que lutaram para conquistar um terreno e, depois, para construir um bairro, aprenderam, muito arduamente, a participar da cena política e a se organizar como um coletivo, apesar das divergências e disputas internas. Apesar das tensões vivenciadas no cotidiano, devido inclusive às dificuldades materiais, a percepção de interesses comuns e as ações cumpridas em solidariedade, assim como as ações da associação de moradores, foram essenciais para dar corpo e continuidade às reivindicações da comunidade e para conseguir modificar a estrutura então existente no campo social. E cada conquista representava um “céu”, um “paraíso”, como disse a entrevistada Lúcia.

Para quem, antes, não tinha nada, cada serviço que chegava, cada direito adquirido, preenchia carências e também ensinava lições. O direito adquirido sobre os lotes, o acesso à água e à luz, a obtenção de uma linha de ônibus para o bairro, a Escola Municipal, a Creche, o Centro de Saúde, entre tantas outras coisas, representavam a conquista de meios materiais de existência essenciais à condição de cidadania. Cidadania tomada, aqui, no sentido básico de condições mínimas de vida. Cidadania

Miriam Regina de Sousa

que, para os moradores do Capitão Eduardo, teve como foco principal a garantia de direitos materiais mínimos. Teimaram e conseguiram! Como diz Miguel Arroyo:

Os processos de construção e afirmação histórica dos direitos têm vindo basicamente dos movimentos sociais, do esforço persistente, da teimosia dos seus sujeitos. As elites e os governos respondem demasiadamente devagar a essas pressões. Os sujeitos sociais têm pressa. Empurram e alargam as fronteiras dos direitos humanos. (ARROYO, 2004, p. 111)

Direitos humanos. O que foi, senão uma luta por direitos humanos, a luta do bairro Capitão Eduardo? Querer ter uma moradia, rede de luz, água e esgoto, ter uma escola para os filhos e atendimento médico – ainda que mínimo – foi, para esses sujeitos, uma manifestação do desejo de serem respeitados como pessoas humanas. Eles partiram de um sonho: ter a casa própria mediante lotes, financiados pela Prefeitura, a serem pagos no período de cinco anos, no montante de 10% do salário mínimo ao mês. E foram além: construíram um movimento e construíram um bairro.

O que aconteceu, a partir do início do movimento, foi uma transformação dos indivíduos que se agrupavam para lutar por interesses comuns em sujeitos que foram se constituindo no decorrer da luta. Sujeitos que, ao ingressarem na cena política, passaram a vislumbrar outras possibilidades; passaram a reconhecer em si mesmos a condição de sujeitos de direitos, sendo que o primeiro deles se localizava no campo material. E passaram também a reconhecer que aquilo que eles precisavam e reivindicavam, ou seja, o lugar para morar, existia em Belo Horizonte e não era escasso. No entanto, devido à compreensão distorcida de garantia dos direitos e da cidadania, historicamente presente no fazer político do nosso país, o direito à moradia acabava se limitando à vontade política. Para superar esse estado de coisas, só havia uma maneira: a organização e pressão dos movimentos populares. Seu Moacir explica que a principal reivindicação do movimento era o terreno, e que terreno é coisa que não falta em nosso país:

A gente reivindicava pura e simplesmente a nossa moradia... o terreno. Porque, pra nós, eu acho que não só pra nós, mas pra qualquer cidadão no mundo, o difícil é o terreno... Apesar do Brasil

Miriam Regina de Sousa

ter tanto terreno aí perdido... o mais difícil no Brasil ainda é o terreno... Que ocê tendo o terreno na mão, cê constrói... Ocê bota uma barraca, uma lona, bota uma lata, e ocê mora! Depois, se ocê for uma pessoa que quer trabalhar, que quer prosperar, cê constrói! O Capitão Eduardo, na realidade, é uma prova disso... Quantas pessoas que mudaram na lona, e hoje têm carro, computador... Tão todo mundo conectado na internet! Aí... veio em barraca de lona... (Seu Moacir; grifo nosso)

Nessa fala do Seu Moacir, fica também explícita a idéia de que, após a conquista do terreno, tudo mais é possível, porque, após a conquista dos lotes, os participantes do movimento passaram a reconhecer seus direitos e a perceber a força que tinham. Ora, quem conseguiu fazer com que um governo liberasse a ocupação de uma terra, teria força suficiente para exigir sua urbanização. Quem conseguiu material, poderia conseguir água, luz, transporte e tudo o mais que possibilitasse uma vida digna. E, a partir daí, já não viam as conquistas como favores recebidos de políticos. Agora se reconheciam como sujeitos de direitos, como podemos ver na fala de Seu Moacir:

Era meu direito. [...] Eles me negavam meu direito... É um direito, porque eu não tava pedindo nada de mais... Eu não pedia nem um favor pra eles. Nós tudo tem essa consciência, que nós não devemos nada ao vereador, nada ao deputado, nada ao senador... Eles que nos devem – nós que pagamos eles... (Seu Moacir; grifo nosso)

Edna reafirma a idéia de que a conquista da casa tornou as pessoas do movimento mais confiantes em si e no coletivo. O seu relato e os dos demais moradores revelam aprendizados humanos vindos de experiências de vida e a construção de um saber vindo das lutas populares:

Se, nesses dezessete anos, tivesse passado por lá mais um prefeito que fizesse uns dez, ou vão supor metade – uns seis conjuntos habitacionais, era menos pessoas sem casa, mais pessoas valorizadas, mais pessoas que acreditavam em si porque têm um endereço – a gente tem um endereço! [...] **Quer dizer, você passa a acreditar em você mesma... Como as pessoas daqui acreditaram nelas mesmas...** Hoje, você tem aqui casa de dois andares, você vê pessoas que já têm sítio, as pessoas se valorizaram... **As pessoas mudaram até a maneira de vestir... de portar!** Você não olha as pessoas que vivem aqui hoje como aqueles pobres que vieram pra cá como quando nós

Miriam Regina de Sousa

viemos, não... As pessoas tinham humildade até pra falar... Elas não sabiam nem falar com as pessoas direito... Então, a sua autoconfiança, a sua auto-estima cresceu tanto que parece um povo diferente daquele que veio... E tudo por causa de quê? Por causa de uma casa própria! É o mínimo que um cidadão precisa pra viver... (Edna; grifo nosso)

E foi com essa luta, com essa confiança, enfrentando os momentos de tensão e de dificuldades, que esse povo construiu o bairro Capitão Eduardo. Aos poucos. Cada coisa à sua vez. Lotes, casas, água, luz, asfalto, escola... Tudo conquistado com muita luta. Queriam direitos, construíram um bairro. Queriam um bairro, conquistaram cidadania.

Mas, segundo Melucci, é preciso certo cuidado ao analisarmos os atores coletivos, a fim de superarmos uma visão global e metafísica dos mesmos, pois, segundo ele,

Os movimentos não são personagens que se movem com a unidade de fins que lhes é atribuída pelos ideólogos. São sistemas de ações, redes complexas de relações entre níveis e significados diversos da ação social. A identidade coletiva não é um dado ou uma essência, mas um produto de trocas, negociações, decisões, conflitos entre os atores. Além das formas organizativas e modelos de liderança, as relações com o exterior, com os concorrentes, aliados, adversários e, em particular, as respostas do sistema político, definem um campo de oportunidade e de vínculos dentro do qual um ator coletivo se forma, se mantém ou se modifica no tempo. (MELUCCI, 2001, p. 23)

Desse modo, é importante também demarcar as diferenças internas existentes no movimento pesquisado. Não eram sujeitos idênticos, apesar da proximidade de suas histórias. Não possuíam a mesma visão política ou se encontravam em um mesmo nível de conhecimento ou alienação.

Na construção do bairro Capitão Eduardo, assim como no movimento que o antecedeu, um era o fim, semelhante a todos: a conquista de um lugar para morar. Mas diversos foram os pontos de partida para o ingresso no movimento, assim como diversas as perspectivas de luta. Para a maioria, no início, a noção de direito era algo ainda

distante. A palavra, que era móvel das ações, mais se identificava com um sonho do que com uma luta, o que pode ser observado a seguir, nas falas de Luzia e Lúcia.

Foi a Dona Maria que falou pra mim: “Ô, Luzia, tá tendo uma associação que vai dar lote, que o Ferrara vai dar lote pra muita gente... Entra, quem sabe cê é uma das **premiadas**”... (Luzia; grifo nosso)

Aí eu passei e perguntei que tanto de gente era aquele, né, aí falaram que era inscrição pra lote, eu entrei na fila... Aí fiz a inscrição e confiei... E confiei! [...] era a única coisa que a gente acreditava e pedia a Deus dia e noite, né? Eu já deitava assim: “Ai, meu Deus, que dia que vai sair essa terrinha?” (Lúcia)

Nenhuma das duas participantes citadas era liderança na época, o que talvez explique essa visão de algo que viria como um *prêmio* ou como uma *bênção*. Já Marlene, que foi liderança no movimento que veio da região do Gorduras,¹⁹ utiliza, em sua entrevista, os termos “cobrar as promessas feitas” e “nossos direitos”, mas percebe-se, ainda, uma visão um tanto clientelista, o que era reforçado pelos políticos da época. Cito um trecho de sua fala:

Foi com muita luta! [...] Nós pedíamos era um lugar pra gente construir, né? Um pedaço de terra que desse pra gente construir. Nós até não esperava – foi muita surpresa – conseguir os materiais pelo menos pra dois cômodos... Que nós não esperava isso não, e **o Sérgio Ferrara fez isso por nós. Por isso que a gente agradece muito o Sérgio Ferrara**, né? (Marlene; grifo nosso)

Não é de se admirar que essas pessoas se sentissem lisonjeadas por serem recebidas no gabinete de um prefeito e ouvirem-no dizer que receberiam não apenas os lotes que estavam reivindicando, como também material para construir dois cômodos. Os implícitos nas atitudes dos governantes sempre deram margem para o clientelismo, uma vez que agiam baseados nos princípios do populismo e se

¹⁹ Região que englobava vários bairros participantes do Movimento dos Sem-Casa, como Goiânia, Maria Goreth e Nazaré.

aproveitavam da situação de desigualdade vivida pelo povo, ao invés de construírem uma política efetiva de superação desse quadro.

Marilena Chaui propõe tratar do populismo como política da classe dominante que encontra solo para se erguer a partir de um mito fundador que se exprime, do lado dos dominantes, na ideologia populista e, do lado dos dominados, no messianismo como forma de expressão política popular. Segundo ela, o populismo é

Um poder pensado e realizado sob a forma da tutela e do favor, em que o governante se apresenta como aquele que detém não só o poder, mas também o saber sobre o social e sobre a lei (o significado da lei) e, portanto, priva os governados do conhecimento do mundo sócio-político, podendo, assim, tutelá-los. Como não há mediações políticas nem mediações sociais para que o poder se exerça, a tutela se manifesta numa forma canônica de relação entre o governante e o governado: a relação do favor e da clientela. O mito fundador constitui a raiz da matriz teológico-política, da teocracia dos dominantes e do messianismo dos dominados. (CHAUI, 1994b, p. 19)

Segundo Chaui, nesse modelo de prática política, o governante não representa os governados, mas a fonte transcendente do poder. Governar, sob essa ótica, é realizar desejos e distribuir favores. A forma autoritária da relação é mascarada por aquilo mesmo que a realiza e a conserva: as relações de favor, tutela e clientela.

Mas os sujeitos não são ingênuos nessas interações. Como em todo processo de luta política e de negociação, às vezes, entram nesse jogo de favores, legitimando essa forma de fazer política social em nosso país. É possível observar, nas falas dos entrevistados, que alguns deles reconhecem fazer parte do jogo e, se ora são usados como massa de manobra, outras vezes, deixam-se levar como que enganados, porém, conscientes de que isso era necessário para alcançarem seus objetivos num dado momento.

Seu Moacir fala um pouco sobre essa percepção das “jogadas políticas” que envolviam a concessão dos lotes e a construção do bairro:

Fui convidado umas três ou quatro vezes, pra me candidatar a vereador... [...] na realidade, eles não queriam me eleger

Miriam Regina de Sousa

vereador... O que eles queriam? Eles queriam meus quinhentos votos, meus mil votos, pra eleger doutor fulano... Cê entendeu? Porque eu vi pessoas que teve mais votos que fulano de tal, e não elegeram... Quem elegeram foi voto de legenda do partido do outro... que elegeram o outro, e ele ficou pra trás...

[...]

Quantas vezes eu cheguei no gabinete do Sr. Antônio Pinheiro.²⁰ “Sr. Antônio, aconteceu isso e isso na minha comunidade, o povo tá assim, assim, assim...” “– E aí, Moacir?” “– Eu queria falar com o secretário tal, com o deputado tal, com o governador tal”. Ele falava: “– Moacir, essa porta é difícil de abrir... Só quem pode abrir essa porta é o Chico”. Sabe quem é o Chico? Chico é um locutor da Globo, lá de São Paulo... Chico Pinheiro... “– Só o Chico!” “– Ô Chico, o Moacir tá aqui de novo...” “– Que que o Moacir quer, pai, de novo?!” “– Quer falar com o deputado tal”, ou com o secretário tal... e a porta, fechada! “– Fala com ele que vai pra lá...” Chegava lá, já tinha alguém me esperando. (Seu Moacir; grifo nosso)

Quando foi questionado por mim se era, na época do movimento, bem recebido pelos políticos, respondeu:

Às vezes sim, às vezes não... Porque a gente reivindicar certas coisas junto ao poder público, às vezes incomoda... E era uma época que os vereadores, muitos vereadores, eles queriam que passassem os lotes pra eles, porque aí eles passariam aos seus eleitores pra poder crescer politicamente... (Seu Moacir)

Contudo, o fato do Seu Moacir perceber, algumas vezes, essas artimanhas do jogo político, não significa dizer que ele tivesse uma visão política mais crítica que os demais entrevistados. Penso que ele reconhecia, sim, a existência de um jogo de poder na cena política, inclusive dizendo, em uma passagem da sua narrativa, que “havia aqueles que se aproveitavam da nossa miséria...”. Mas, em outros momentos, ele também deixa aflorar certa dose de gratidão e admiração pelos políticos, como no trecho que se segue.

²⁰ Vereador Antônio Pinheiro. Natural de Caculé, Bahia. Atualmente, cumpre seu quinto mandato na Câmara Municipal de Belo Horizonte (PSDB). Já foi Deputado Estadual de Minas Gerais e Secretário de Estado Adjunto da Criança e do Adolescente.

Miriam Regina de Sousa

Eu aprendi muito com o movimento [...] Eu conheci governadores, prefeitos, conheci presidente da república, cheguei a estar com eles... Conheci pessoas da área política... (Seu Moacir)

O fato é que nenhum dos entrevistados relatou uma única forma de conduta adotada no decorrer de todo o movimento. As pessoas foram se modificando à medida que se envolviam nos processos de luta e de construção do bairro. Ora resistindo às tentativas de manipulação, ora cedendo ao “jogo” proposto pelos governantes. E não poderia ser diferente. Somos assim, pessoas em constante processo de construção, crescimento e aprendizagem. Por que deveríamos esperar que os sujeitos de um movimento social configurassem uma massa homogênea e constante? Além do mais, é preciso lembrar que os relatos são sobre suas lembranças do passado, porém, impregnadas das concepções que carregam no presente, uma vez que continuam construindo suas formas de ver o mundo. Formas essas que podem ser complementares, iguais ou opostas àquelas que possuíam há, aproximadamente, dezoito anos, época da conquista do bairro Capitão Eduardo.

Chauí trata da relação entre dominantes e dominados, buscando aproximar-se da cultura das classes populares, examinando as vezes e as formas pelas quais a cultura dominante é aceita, interiorizada, reproduzida e transformada pelos dominados, assim como as outras tantas vezes e formas pelas quais, implícita ou explicitamente, essa mesma dominação é recusada, negada e afastada por eles. A autora se refere à questão da cultura popular, mas penso que o mesmo se pode dizer quando se trata dos movimentos sociais populares. Não se deve olhá-los pelo prisma de uma totalidade que se opõe de modo antagônico à totalidade dominante, mas como um conjunto de práticas, representações e formas de consciência que possuem lógica própria, o que ela identifica como um “jogo interno do conformismo, do inconformismo e da resistência” (CHAUI, 1994b, p. 25). Esse mesmo olhar sobre a diversidade de práticas e lógicas presente nos movimentos populares também acontece na esfera dominante, ou seja, não há uma totalidade em nenhuma das duas dimensões da vida política e social.

Voltando às particularidades de cada sujeito, quanto à forma de inserção e participação no Movimento dos Sem-Casa e na construção do bairro Capitão Eduardo,

considero importante ressaltar a participação das igrejas e da religiosidade. Pelo relato da entrevistada Edna, podemos verificar a presença de um religioso que atuava como um dirigente e incentivador do Movimento dos Sem-Casa, um intelectual orgânico, se usarmos os termos de Gramsci. O padre Piggi, citado por ela, fazia parte da Igreja Católica, mais especificamente, da ala ligada à Teologia da Libertação.²¹ Segundo ela, o padre Piggi foi o organizador da AMABEL e foi ele quem ensinou às lideranças daquele movimento os conceitos básicos de cidadania e os comportamentos que deveriam adotar no decorrer da luta, para que obtivessem êxito em suas demandas. Mas em nenhum momento Edna fala de religiosidade e sequer aponta que esse aspecto tenha sido levantado nas falas do padre Piggi, deixando entender que a participação do mesmo era de cunho estritamente político. No entanto, sabemos que, naquele contexto, seria muito difícil separar as duas coisas, considerando-se, principalmente, que o lugar de enunciação do padre Piggi, ou seja, a Igreja Católica, por si só, já apontava para a estreita relação entre as dimensões religiosa e política existente no processo de luta por moradia aqui discutido.

Por outro lado, o Seu Moacir e sua esposa, Rita, apesar de terem se engajado no movimento do bairro Goiânia, que não tinha como dirigente alguém ligado à Igreja, mas sim à política, como era o caso de Hélio Baldoni,²² são extremamente ligados à religiosidade e à Igreja Católica, atribuindo a conquista do bairro Capitão Eduardo a um milagre de Nossa Senhora, como pode ser confirmado na fala que se segue:

O Capitão Eduardo chegou ao ponto que chegou, porque isso aqui pertence a Nossa Senhora... Vou te provar que é verdade. Nós já tava sem lugar pra ir, já não tinha quase mais jeito... as negociações esgotadas... final de 87... Nós tava numa missa de manhã, no bairro Goiânia, na igreja Santo Antônio de Pádua, e, na época, apareceu uma imagem bonita... uma imagem assim, amarela, com três rosas... Olhei assim, aquela imagem... terminou a missa nós fomos embora...

²¹ Ala progressista da Igreja Católica que, através de uma opção preferencial pelos pobres, tem um engajamento nas lutas contra as variadas formas de opressão existentes na sociedade.

²² Morador do bairro Goiânia e assessor do prefeito Sérgio Ferrara. Estimulou os moradores de aluguel daquele bairro a lutarem por moradia. Anos mais tarde, procuraria essas pessoas, já instaladas no bairro Capitão Eduardo, solicitando apoio político, uma vez que sairia candidato a vereador em Belo Horizonte.

Miriam Regina de Sousa

Chegou num certo lugar, eu olhei, pensei assim... me deu uma coisa forte!... Eu voltei... Voltei na igreja, rezei e pedi àquela imagem de Nossa Senhora, que se o bairro saísse, onde quer que fosse, eu daria o nome da comunidade daquela imagem... Em 87... Aí, fui embora pra casa. Coincidentemente, minha mulher teve lá e colocou, por escrito, nos pés daquela imagem, o pedido... Pra nossa grata surpresa, no início de 88, a Prefeitura me chamou lá, através do secretário Eduardo Antunes, e falou “– Sr. Moacir, quero falar com você...” Cheguei lá, ele falou: “– Ó, vou mandar você ir lá, conhecer o terreno que cês vão pra lá... Se vocês gostarem, nós vamos mandar vocês pra lá...” Fui a primeira pessoa a pisar aqui nesse ano, de quem mora aqui, fui a primeira pessoa a pisar aqui... Pra visitar o terreno. E, naquele dia mesmo, eu coloquei pras pessoas a experiência que eu tive com Nossa Senhora, à tarde mesmo – que teve uma reunião à tarde – eu relatei pras pessoas o meu pedido e a minha intenção... E desde então, nós passamos a rezar em intenção à Rosa Mística, a qual, hoje, é a padroeira da comunidade... (Seu Moacir)

No terceiro capítulo, aos discutir os diversos temas que emergiram das entrevistas, voltarei com mais cuidado à questão da religiosidade, presente nas falas de Seu Moacir e Rita, e à questão da leitura política. Até este ponto, o objetivo foi demonstrar a diversidade existente entre os sujeitos que construíram o bairro Capitão Eduardo, para dizer que todos esses olhares e práticas foram determinantes na construção de uma cultura local e de uma especificidade do movimento pesquisado que, talvez, não se apliquem a outros movimentos sociais.

Sem dúvida, o que se encontra registrado sobre a história do bairro Capitão Eduardo, nos livros dos órgãos públicos, nem de longe poderia expressar a riqueza dos detalhes obtidos através das narrativas de seus primeiros moradores. É bom lembrar que a análise que por ora é feita constitui apenas uma das muitas possibilidades de abordagem e um dos muitos caminhos possíveis, além de carregar – por mais que se busque certa neutralidade do pesquisador – minhas próprias crenças e concepções. Contudo, isso não significa que, por esse motivo, a análise seja menos científica. Um leque de diferentes aspectos se abre a cada leitura das narrativas obtidas, e a história do bairro Capitão Eduardo, além de bonita, torna-se cada vez mais instigante.

No próximo capítulo, será possível conhecer um pouco mais o perfil de cada um dos sujeitos entrevistados. Para tal, será feita uma retomada dos aspectos apontados

Miriam Regina de Sousa

por eles como mais significativos em suas trajetórias, seja do ponto de vista pessoal ou de sua participação no Movimento dos Sem-Casa e na construção do bairro Capitão Eduardo. Tais aspectos são considerados como processos de formação humana, processos que educam e transformam, ou seja, são processos sociais, educacionais, políticos e subjetivos que constituem seus protagonistas como sujeitos sociais e políticos.

CAPÍTULO II

OS SUJEITOS DA PESQUISA

É duro tanto ter que caminhar
E dar muito mais do que receber
E ter que demonstrar sua coragem
À margem do que possa parecer.
(Zé Ramalho)

Ao retomar as discussões sobre os movimentos sociais, esta pesquisa pretende analisar os processos educativos existentes nos movimentos de luta pela moradia, tendo como eixo central a perspectiva dos próprios sujeitos envolvidos.

Sem dúvida, são aqueles e aquelas que vivenciaram situações-limite, nos momentos de mobilização, os que mais têm a nos dizer sobre o potencial educativo desses movimentos – ou da inexistência desse potencial. Nos dizeres de Miguel Arroyo:

Tendo de um lado carências existenciais também no limite e, de outro, momentos de articulação coletiva muitas vezes tensos, esses sujeitos colocam em risco seus empregos, sua segurança, sua vida e até sua própria identidade. (ARROYO, 2000, p. 7)

Segundo Arroyo, muitos movimentos sociais carregam essa característica de serem vivências existenciais totais e, para ele,

Ter como objeto de pesquisa e de reflexão as artes e saberes aprendidos nessas situações totalizantes e limites da condição humana seria uma grande contribuição para superar as visões tão pontuais, didáticas, metodológicas e gerenciais que tanto têm distraído e esterilizado o pensamento e a prática escolar e extra-escolar. (ARROYO, 2000, p. 7)

Nada melhor do que refletir sobre esses saberes, partindo-se, então, das experiências dos próprios sujeitos envolvidos, através do resgate das lembranças produzidas em suas memórias.

A memória será tomada, neste trabalho, por meio de dois enfoques que se complementam: como capacidade humana, de ordem biopsíquica, de lembrar o que se passou, e também como construção histórico-social. Ou seja, uma lembrança do passado, latente em cada ser, mas totalmente influenciada pelo presente e pelas condições sociais dadas. Memória que nos permite o contínuo da existência e a troca de experiências. Memória que nos faculta ver junto o que se passou separado.²³

Neste estudo, utilizo a história oral como metodologia, para resgatar as lembranças dos sujeitos que participaram do Movimento dos Sem-Casa, no Bairro Capitão Eduardo.

O trabalho com história oral se revela como uma metodologia importante para os estudos acerca dos setores populares, uma vez que estes não costumam ter suas histórias oficialmente registradas. Ainda que possa ser usada também em trabalhos com as classes privilegiadas, a história oral é um espaço importante para a expressão dos sujeitos menos favorecidos ou silenciados. O desafio é fazer com que essas experiências, até então sufocadas, suprimidas, ou simplesmente ignoradas, entrem em cena, não para se contraporem à história oficial, mas para que, ganhando visibilidade, possam complementar e enriquecer essa mesma história, propiciando novos ângulos de análise, que não apenas o do poder instituído.

Ao buscar compreender os processos educativos vivenciados pelos moradores e moradoras do bairro Capitão Eduardo, na luta pela moradia, realizada na década de 1980, em Belo Horizonte, através do resgate das lembranças acionadas por suas memórias, deparei-me com narrativas de pessoas que se constituíram, a duras penas, como sujeitos de sua própria história. Não seria possível buscar compreender a inserção desses sujeitos no movimento do qual fizeram parte sem conhecer um pouco de suas trajetórias de vida, de suas experiências pessoais. Estas, sim, nos colocam diante de pessoas humanas; pessoas marcadas pela exclusão e que, talvez, tenham visto, nessa participação em um movimento social, apenas mais uma luta a ser travada contra inimigos muitas vezes desconhecidos.

²³ Reflexões a partir da fala da professora Inês Teixeira, no mini-curso “Técnicas e Métodos de Pesquisas com Fontes Oraís”, 10 a 14 de maio de 2004, FAFICH/UFMG.

São pessoas reais, com histórias diversas e percursos quase sempre entrecortados por revezes e perdas importantes – de entes queridos, de lugares, de empregos. Além disso, situações de opressão marcaram suas infâncias e juventudes, inclusive levando alguns a dizerem que não tiveram infância ou adolescência, que apenas passaram por essas fases. Isso demonstra que, para alguns, a vida tem sido uma seqüência de acontecimentos duros e dolorosos, impedindo que esses sujeitos se enxerguem em fases diversas do desenvolvimento humano, senão em uma longa e constante jornada de lutas pela própria sobrevivência.

Contudo, são pessoas que também conseguem ver o belo e a alegria em pequenos acontecimentos dessa mesma vida sofrida, e que souberam fazer desses momentos estímulos para continuarem seus percursos. São sujeitos da pesquisa e não objetos da pesquisa. Ao participarem de um movimento social, carregaram consigo todas as dimensões de sua existência e, como a vida acontece em um emaranhado de fios, não há como estudar e compreender apenas um deles, sem que se reconheça a presença importante dos demais. Afinal, é preciso conhecer os fios e os pontos para se desvendar o bordado.

Essas pessoas – homens e mulheres, negros e brancos – foram solicitadas a contribuir participando desta pesquisa, considerando-se o grau de envolvimento que tiveram à época com as mobilizações que resultaram na conquista do bairro Capitão Eduardo. São aqueles e aquelas que, no início do movimento, atuaram como lideranças ou base, assim como aqueles e aquelas que se destacaram assumindo alguma função na Associação do bairro, logo após a conquista dos terrenos. Houve, ainda, a opção de chamar alguém que, em algum momento do processo de luta, houvesse se distanciado dos demais participantes, por questões pessoais, políticas ou ideológicas. Tudo isso na tentativa de integrar vozes diferentes, possibilitando a percepção das tensões e da complexidade no campo das múltiplas interações que aí se dão. Não houve um critério de escolha por idade, mas, coincidentemente, ao final das entrevistas, percebeu-se que todos os entrevistados e entrevistadas encontram-se na faixa etária entre 53 e 58 anos de idade. O que mostra que, à época do movimento, eram homens e mulheres adultos, na faixa dos 35-40 anos.

Não só o perfil de cada morador será apresentado, mas também serão recuperadas as lembranças fortes que os mesmos têm sobre a sua própria história de vida e inserção política, que serão acionadas pela memória. De acordo com Lucília de Almeida Neves (2000), considerando-se a evocação do passado como substrato da memória, pode-se deduzir que, em sua relação com a História, a memória constitui-se como forma de preservação e retenção do tempo, salvando-o do esquecimento e da perda. Portanto, segundo a autora, História e memória, por meio de uma inter-relação dinâmica, são suportes das identidades individuais e coletivas.

Interessante observar que, além de contribuir para a construção/reconstrução da identidade histórica, a história oral, através do resgate da memória, empreende um esforço voltado para possibilitar o afloramento da pluralidade de visões inerentes à vida coletiva.

Na busca de construção da identidade, os sujeitos individuais e sociais mergulham na profundidade de suas histórias, em uma dinâmica que pode apresentar um caráter espontâneo ou direcionado. [...] Os lugares da memória, então, podem ser considerados esteios da identidade social, monumentos que têm, por assim dizer, a função de evitar que o presente se transforme em um processo contínuo, desprendido do passado e descomprometido com o futuro. O mesmo se pode dizer da metodologia da História Oral, que, sendo uma produção intelectual orientada para a produção de testemunhos históricos, contribui para evitar o esquecimento e para registrar múltiplas visões sobre o que passou. (NEVES, 2000, p. 112)

Mas é preciso lembrar que a memória não se constitui apenas de lembranças, mas também de esquecimentos. Segundo outra autora, Margarida Neves (1998), o conceito de memória é abrangente e polifônico em todas as suas potencialidades:

O conceito de memória é crucial porque na memória se cruzam passado, presente e futuro; temporalidades e espacialidades; monumentalização e documentação; dimensões materiais e simbólicas; identidades e projetos. É crucial porque na memória se entrecruzam a lembrança e o esquecimento; o pessoal e o coletivo; o indivíduo e a sociedade, o público e o privado; o sagrado e o profano. Crucial porque na memória se entrelaçam registro e invenção; fidelidade e mobilidade; dado e construção; história e ficção; revelação e ocultação. (NEVES, 1998, p. 218)

Pois é a partir da memória dos próprios narradores, sujeitos desta pesquisa, com suas lembranças, registros, observações, silêncios, esquecimentos, análises e emoções, que eles serão apresentados. Sujeitos que deixaram fluir, através de suas palavras e olhares, nos seus ditos e não-ditos, “a tessitura da complexa trama da vida” (NEVES, 2000).

2.1- Os sujeitos e suas lembranças

▪ MARLENE DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA SALES – 55 ANOS

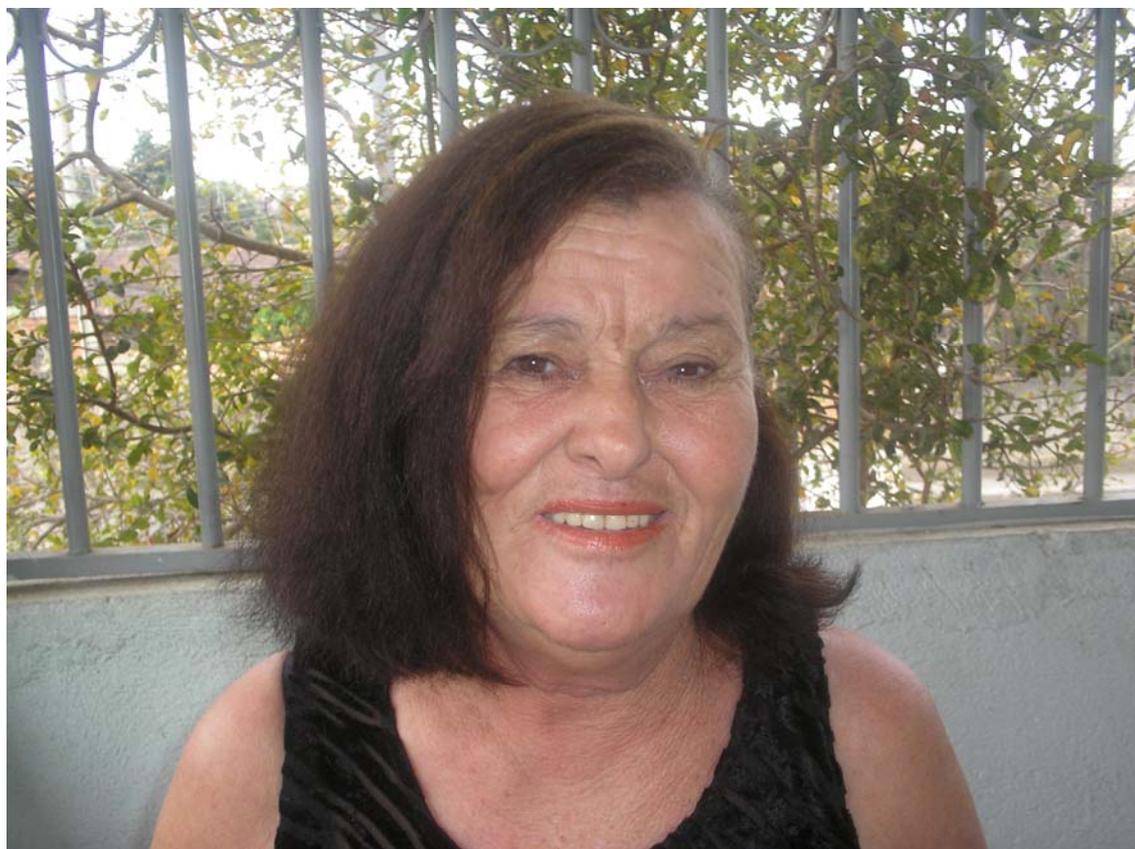


Figura 4 – Marlene fotografada pela pesquisadora

Em maio de 2005, iniciou-se a coleta de dados. Marlene foi escolhida como primeira entrevistada, por ser uma pessoa com quem eu já convivía há dez anos. Conhecendo um pouco sobre a sua participação no movimento e na Associação do bairro, e reconhecendo sua influência e popularidade junto aos moradores, optei por iniciar com ela. Na verdade, eu já conhecia também os demais entrevistados, devido ao

meu trabalho como professora na Escola do bairro,²⁴ desde 1995. Além do trabalho na escola, essa aproximação junto aos moradores deu-se também pela minha participação na Rede de Desenvolvimento Local do Capitão Eduardo. Contudo, entrevistar inicialmente a Marlene me deixava mais à vontade.

A primeira entrevista aconteceu no dia 03 de maio de 2005 e foi realizada na casa da Marlene. Optou-se por fazer a entrevista no quarto do seu filho, local que estava mais silencioso. Tudo transcorreu bem e posso dizer que foi positiva a idéia de iniciar com uma pessoa mais próxima, pois dificilmente deixamos de nos sentir um pouco perturbados com uma situação de entrevista. Apesar dos estudos realizados sobre a prática de pesquisa com fontes orais, estar na situação real foi um pouco incômodo para mim, nesta primeira experiência.

Como o roteiro da entrevista era um pouco extenso, a entrevista foi dividida em dois blocos: um sobre a trajetória de vida da entrevistada, e outro especificamente sobre sua participação no movimento social e na conquista do bairro Capitão Eduardo. A segunda parte da entrevista com Marlene aconteceu no dia 09 de maio de 2005. Nesse segundo encontro, ela me mostrou recortes de jornais,²⁵ um diploma escolar e alguns documentos sobre sua participação no movimento, os quais foram considerados por mim como documentos da pesquisa, apresentados pelos próprios sujeitos.

Marlene nasceu em 19 de setembro de 1950, em Belo Horizonte. É uma pessoa tranqüila, doce no trato com todos que a cercam e, por isso mesmo, muito querida no bairro Capitão Eduardo. Marlene trabalha como auxiliar de serviços na escola do bairro. É uma mulher branca, casada há 27 anos, tem dois filhos e dois netos. Mora em uma casa simples, sem acabamento – como é o caso da maioria das casas do bairro – e que fica bem em frente à escola.

Teve uma infância marcada pela pobreza e por todas as dificuldades pelas quais costuma passar uma família de classe popular: moradia de aluguel, dificuldade

²⁴ Escola Municipal Governador Ozanam Coelho.

²⁵ Matéria de jornal, datada de 24 de janeiro de 1987, onde Marlene aparece, na fotografia, fazendo parte de uma comissão do Movimento dos Sem-Casa, em reunião com políticos no gabinete do então prefeito, Sérgio Ferrara.

Miriam Regina de Sousa

dos pais em manter as crianças na escola, necessidade do trabalho infantil para ajudar no orçamento familiar e, por fim, as brigas entre o pai e a mãe, que eram constantes e que, segundo Marlene, fizeram com que ela se tornasse muito depressiva, desde nova:

Marcou muito as brigas do meu pai e da minha mãe. De eu não poder defender ela... hoje eu me arrependo. Só que, quando eles brigavam, eu às vezes chamava a atenção do papai e ele não me ouvia... Só que eu acuava e hoje eu arrependo assim, de não ter interferido. Eu acho que eles achavam que eu tinha que entrar no meio e eu... coisa pior do mundo... que eu escondia, eu ficava acuada... eu não entrava nem de um lado nem do outro. Então isso me marcou muito! (Marlene)

Ainda hoje, Marlene faz acompanhamento com psiquiatra e toma vários remédios fortes para controlar sua saúde, sobretudo a psíquica, que muitas vezes já a deixou sem forças para continuar a luta e o trabalho de cada dia.

Em seus depoimentos, Marlene deixa muito claro o quanto o pai exercia um papel preponderante em sua vida. Era um misto de medo e admiração sempre presentes em sua fala e ela chega mesmo a emocionar-se ao relembrar alguns episódios dessa relação, como a ocasião em que ele a carregou no colo, onde ela descreve:

ele chegou doido e eu não tinha arrumado cozinha, e era aquelas bacias de latão que fazia, de tambor, pesada... e tava cheia de vasilha e com água e eu fui pegar correndo pra lavar, com medo dele me pegar, me bater... Ele pegou me deu um tapa nas costas, a bacia bateu nos meus pés, e cortou... eu fiquei uns quinze dias de cama. Aí ele teve que me pegar no colo e me levar pro médico [emoção] [...] Marcou muito pra mim! [...] quando ele me pegou no colo, pra mim foi a coisa melhor do mundo. (Marlene)

Outro momento marcante em sua fala diz respeito ao fato de não ter podido continuar os estudos, por precisar trabalhar e ajudar em casa.

naquela época, até que eu queria estudar... [...] mas o papai adoeceu e eu tive que parar pra poder olhar os meninos pra mamãe trabalhar, né [...] que ela lavava roupa e passava... E trabalhar também, porque eu comecei a trabalhar muito nova. [...] assim eu pude fazer alguma coisa pra ajudar meus pais. Porque se eu estudasse, mamãe não tinha como, e nós ia passar às vezes até falta das coisas de comer e tudo... Então, o melhor jeito foi eu ter parado de estudar mesmo. (Marlene)

Ela ainda destaca, em sua vida escolar, o fato de ter repetido a 4ª série – a última que cursou –, a pedido feito por sua mãe à escola, por falta de recursos

financeiros para comprar, no mesmo ano, a roupa de formatura para duas filhas. Marlene afirma que depois disso – da sua reprovação – não teve mais o mesmo entusiasmo de antes com os estudos. Ela passou às minhas mãos, deixando transparecer uma ponta de mágoa, o diploma de 4ª série, que conseguiu tirar no ano seguinte, com nota inferior a que teria tirado no ano em que não foi aprovada. Na verdade, Marlene entregou-me dois “documentos” muito caros à sua memória: uma fotografia tirada na escola, na época que cursava a 3ª série, e esse diploma da 4ª série, que, segundo ela, tanto marcou a sua vida.



Figura 5 – Foto de Marlene, à época da escola



Figura 6 – Diploma de Marlene (4ª série)

Miriam Regina de Sousa

Depois de casada, Marlene continuou morando de aluguel e começou a fazer parte do movimento, porque, segundo seu relato, estava morando com os dois filhos e o marido em um barracão de apenas dois cômodos: “Era o que dava pra pagar... Mesmo assim, estava pesando muito: aluguel, água, luz. Não sobrava quase nada, dormia debaixo do travesseiro o aluguel, a água e a luz...”.

Marlene foi uma das lideranças no Movimento dos Sem-Casa. Fazia parte da comissão que se reunia com o prefeito, assessores e demais políticos da época. Depois da conquista do bairro, fez parte da primeira e da segunda formação da Associação de bairro, como primeira secretária, e sempre esteve à frente das lutas em prol da melhoria da qualidade de vida da população local. Na luta contra a instalação de um aterro sanitário no bairro – luta que durou cerca de dez anos –, foi, com duas outras entrevistadas (Edna e Luzia), pessoa de fundamental importância e grande liderança junto aos moradores do Capitão Eduardo.

Marlene participou de toda essa luta convivendo com a doença do marido, que sofre do Mal de Parkson e praticamente não se locomove mais.

A pior coisa da minha vida foi essa... Essa doença dele me afetou muito, porque ele depende muito de mim... eu não posso sair de casa... eu fico preocupada. E outra é que já ganhava pouco, né? Agora, se compra o remédio, falta uma coisa, então... ficou quase tudo pra mim, né? (Marlene)

Quem vê sua alegria e doçura com todos, nem de longe pode imaginar seu percurso até aqui e as agruras do seu dia-a-dia.

Marlene reconhece as vitórias do movimento e dos moradores do Capitão Eduardo, mas encerra sua entrevista comentando que ainda não conseguiu terminar sua casa: “tem 16 anos que eu tô aqui e até hoje eu tô construindo a minha casa... não consegui ainda acabar, né? Mas um dia eu acabo... Não sei se acabo...”

▪ **MARIA LÚCIA DOS SANTOS SALGADO – 53 ANOS**



Figura 7 – Lúcia fotografada pela pesquisadora

Após a entrevista com Marlene, encontrei-me com Djair, marido da Lúcia, que, ao saber o motivo da minha estada ali, deixou transparecer que teria mais a dizer sobre o movimento do que Marlene, alegando que ela havia se mudado para o bairro seis meses após o início da ocupação, quando “já estava até chegando energia elétrica”. Segundo ele, apesar de não ter sido liderança de nenhum dos movimentos, mudou-se para o Capitão Eduardo bem no início, quando realmente não havia nada no bairro. Nessa nossa conversa, colocou-se à disposição da pesquisa. Como já estava nos planos entrevistar também pessoas que não tivessem atuado como lideranças no movimento, pensei nele como o próximo entrevistado. Além do mais, era homem e negro e eu já havia entrevistado a Marlene – mulher e branca. Tanto o Movimento dos Sem-Casa quanto o bairro que ele originou têm como ponto comum o pertencimento às camadas

populares e, ao mesmo tempo, uma diversidade étnico-racial na composição dos seus integrantes – na qual predomina o segmento negro (pretos e pardos). Por isso mesmo, a expressão dessa diversidade racial e também de gênero foram elementos considerados na escolha dos sujeitos entrevistados.

Marcamos a entrevista para o dia 22 de junho de 2005, às 9 horas da manhã. Chegando a casa dele, já estava me aguardando. Pensei que fosse entrevistá-lo – como havia sido combinado –, mas ele propôs que a entrevista fosse feita com sua esposa, Lúcia, pois, segundo ele, “foi ela quem participou mais da luta e viveu de perto as situações mais difíceis”, enquanto ele próprio trabalhava viajando e teria pouca coisa para contar. Fizemos a entrevista no quarto de um dos filhos, também por estar mais silencioso, como ocorreu na entrevista com Marlene.

Negra, com orgulho de sua raça, Lúcia é uma mulher forte, sempre sorridente. Nasceu no dia 07 de janeiro de 1953, em Alvinópolis, Minas Gerais. É auxiliar de serviços na escola do bairro, onde começou a trabalhar, em 1992, logo na inauguração, como uma das mães voluntárias. Depois de seis meses como voluntária – inclusive servindo almoço da própria casa às professoras –, foi contratada pela direção da escola.

Deixava meus meninos onze e meia, com comidinha... Eu e outras mães... Nós éramos umas dezesseis... Trabalhamos seis meses sem ganhar nada... quase um ano... Eu fui uma das que não saiu. Muita gente abandonou, com seis meses, com nove... [...] Achando que não ia contratar... [...] Lavava aquele pátio todo dia... A gente tinha aquele compromisso: a merenda das crianças... Pra quê? Pras professoras continuarem e nós ter como deixar nossos filhos aqui e não ter que ir pra BR,²⁶ na chuva... (Lúcia)

É casada há 28 anos, teve 5 filhos e tem 3 netos. Um neto é filho de seu filho mais velho e mora em outro bairro. Uma das netas é filha de um filho solteiro e mora no bairro Capitão Eduardo, com a mãe. A outra neta, uma menina que está com um ano, é filha de uma filha ainda adolescente e moram ambas com ela.

²⁶ Rodovia 381 (BH-Vitória), que dá acesso ao bairro Capitão Eduardo. No início do bairro, as crianças estudavam na Escola Municipal Pérsio Pereira Pinto, localizada nessa rodovia. Também era nessa rodovia que o ônibus utilizado pelos primeiros moradores os deixava na volta para a casa.

Miriam Regina de Sousa

A infância da Lúcia foi marcada por fortes acontecimentos. Aos 8 anos de idade, ela perdeu sua mãe, que morreu logo após o parto de uma filha – irmã caçula de Lúcia. Assim, ela veio para Belo Horizonte com o pai, que a deixou, com seus cinco irmãos, aos cuidados da avó materna, que tinha filhos pequenos e já criava quatro crianças de uma outra filha, que também já havia falecido. Segundo Lúcia, eram treze ou quatorze crianças em uma casa de cinco cômodos. Elas passavam os dias sozinhas, porque a avó e a tia mais velha precisavam trabalhar.

Muito sofrida a nossa infância! Muito, muito, muito. A gente não andava no mandado de ninguém... Minha vó saía pra trabalhar e a tia mais velha que ficava tinha 12 anos... A gente lutava com ela... Naquele tempo, minha irmã ganhava leite Ninho que ela tinha desidratação. Ela começou a andar, ela tinha 3 anos! De tão desnutrida que ela era... Ela saía do hospital hoje, ia amanhã... Cê só via mosquito nela... Nós não tinha ninguém, Miriam! Nós era aquele tanto de menino... a mais velha tinha 12, abaixo dela tinha uns 10 ainda... Ninguém respeitava ninguém... (Lúcia)

Assim, como já se poderia supor, em uma situação como essa, sua vida escolar também foi entrecortada por dificuldades, até porque a avó “não achava estudo uma coisa importante” e as crianças se viravam como podiam para estudar, sem apoio, sem acompanhamento, sem material... Concluiu a 4ª série “sem nunca repetir um ano”, fala com muito orgulho. Precisou parar porque o pai casou-se novamente, levou os filhos consigo e não pôde mantê-los na escola. Portanto, na adolescência, Lúcia não estudava. Além disso, tinha uma madrasta muito jovem – com apenas 19 anos –, que bebia e não combinava muito com os enteados... Mesmo assim, ela não reclama. Diz que, nessa época, divertia-se como podia: “assistia a jogos de futebol de várzea, fazia desenhos com as estrelas do céu, conversava até de madrugada com os amigos da vizinhança...”. Mas ficou marcada pela vontade de estudar e não poder por questões financeiras. Voltou a estudar depois de adulta, na escola do bairro, onde concluiu o Ensino Fundamental.²⁷

Depois de casada, sempre morou de aluguel, o que não permitia que tivesse um minuto de tranquilidade, pois, segundo ela, “você dorme, e quando acorda, já tá na hora

²⁷ Atendendo a uma antiga reivindicação dos moradores do Bairro Capitão Eduardo, funciona, na Escola Municipal Governador Ozanam Coelho, desde 1999, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), oferecendo todo o Ensino Fundamental.

de pagar o aluguel de novo...”, e seu sonho sempre foi ter uma casa própria, “pra ver se o dinheirinho sobrava pra outras coisas”. Por isso, inscreveu-se no Movimento dos Sem-Casa.

Interessante foi ela dizer que os homens não acreditavam muito no movimento, inclusive o seu marido. Segundo ela, o Djair trabalhava viajando, mas, mesmo quando estava em casa, não a acompanhava às reuniões e sequer concordava em tomar conta do filho pequeno para que ela pudesse ir mais tranqüila. Além disso, ainda ironizava sempre que ela retornava para casa, perguntando se ela havia trazido a casa dela nas costas. Ironia a que ela sempre respondia dizendo: “Não trouxe hoje, mas um dia vou trazer...”.

Mesmo com todas as dificuldades enfrentadas após a conquista do bairro – como falta de água, de luz e de transporte –, Lúcia não reclama e afirma que, apesar de tudo,

estava no paraíso, porque, pelo menos, não tinha mais que preocupar com o aluguel. Melhor barro no que é seu, e não pagar aluguel, do que no asfaltinho, e ali, pagando todo mês... Aluguel é triste, Miriam... A gente dorme assim, quando acorda, já ta na hora de pagar de novo...
(Lúcia)

Essa fala foi recorrente em seu depoimento.

Há sete anos, Lúcia perdeu uma filha, que estava com 16 anos de idade – como ela diz, “na flor da vida” –, em uma morte repentina, sem explicação. Isso a marcou profundamente e, para quem a conheceu antes, sua saúde e alegria não são as mesmas que eram. Hoje em dia, ela está afastada da escola para tratamento médico, “encostada”, como ela mesma diz. Em casa, toma conta da netinha para a filha poder continuar os estudos. Apesar de tudo, Lúcia é uma daquelas pessoas das quais se pode dizer: “alto astral”.

▪ RAIMUNDA LUZIA DE OLIVEIRA – 57 ANOS

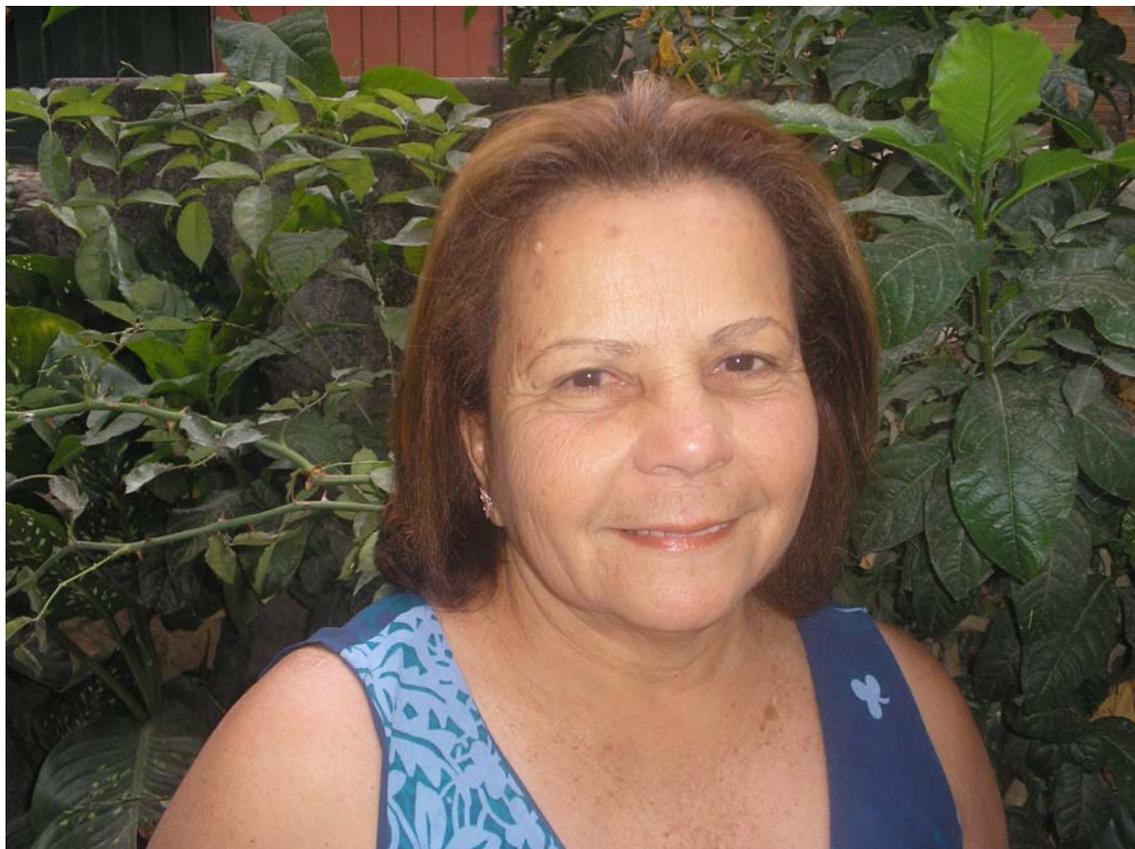


Figura 8 – Luzia fotografada pela pesquisadora

Após a entrevista com Lúcia – que, como Marlene, também era do movimento do bairro Goiânia –, a próxima pessoa entrevistada foi Luzia, que pertenceu ao movimento do bairro União, como associada à AMABEL.²⁸ A escolha de Luzia como um dos sujeitos da pesquisa deveu-se ao fato de ser ela um membro atuante da Associação de bairro do Capitão Eduardo, nos dias atuais.

Quando liguei para a Luzia, sua disponibilidade para a entrevista foi imediata. Marcamos para o dia 27 de junho de 2005, às 15 horas. Ela estava sozinha em casa e realizamos a entrevista na sala. A entrevista foi rápida. Luzia, uma mulher branca, de voz suave, mas sempre muito determinada em suas realizações, foi muito objetiva em suas respostas. Falou da sua participação no movimento, dizendo que não foi liderança,

²⁸ Associação dos Moradores de Aluguel de Belo Horizonte.

mas apenas associada. Contou das dificuldades encontradas para conciliar o trabalho com a participação nas reuniões da AMABEL e as outras tantas encontradas para construir sua casa e mudar-se para o bairro.

Luzia nasceu no dia 8 de janeiro de 1948, em Cordisburgo, Minas Gerais. Foi criada com a avó materna, em sua cidade natal, até a idade de 13 anos, pois sua mãe precisou mudar-se para Curvelo e, segundo Luzia, ela não tinha, na época, condições de levar todos os filhos consigo. Quando sua avó faleceu, ela e os irmãos que haviam ficado para trás foram morar na companhia da mãe, em Curvelo. Luzia tem boas recordações da sua infância, sobretudo do período em que pôde estudar. Estudar, para ela, era uma grande paixão, mas, aos 13 anos, quando saiu de Cordisburgo, só havia feito até a 3ª série do Ensino Fundamental e, mais uma vez, a questão financeira era o principal empecilho. Na adolescência, chegou a ganhar uma bolsa de estudos para o internato do Orfanato Santo Antônio, mas sua mãe não tinha condições de comprar o “enxoval” exigido para aqueles que fossem viver e estudar ali. Só depois, um pouco mais tarde, pôde estudar até a 6ª série – estudo que, mais uma vez, interrompeu por não conseguir conciliá-lo com o trabalho que realizava para ajudar no sustento da família. Não que não trabalhasse antes, porque, ainda muito nova, já trabalhava tomando conta de crianças. Mais tarde, conseguiu um emprego em uma fábrica de fiação e foi como operária que seguiu até sua vida adulta, tanto em Curvelo quanto em Belo Horizonte, para onde se mudou, com a idade de 21 anos.

Em Belo Horizonte, teve uma trajetória de muitas lutas. Como os demais entrevistados, o aluguel sempre foi um dos seus tormentos: “Não havia parada certa, por tempo certo...”. Luzia nunca se casou, mas teve dois filhos com um namorado da juventude. A primeira filha foi criada com a avó, em Curvelo, repetindo um pouquinho da sua própria história. O segundo filho – Helbert – ficou com ela, mas era criado praticamente pelas vizinhas, porque Luzia sempre trabalhou muito. Quando conquistaram, através do movimento, os lotes no bairro Capitão Eduardo, não teve coragem de levar o filho para morar consigo, para não deixá-lo sem escola. Ele ficou com uma vizinha – uma senhora do bairro União – até a idade de 9 anos. Além do mais, ela relata que saía da fábrica onde trabalhava, no bairro Renascença, às 22 horas, e, depois de pegar três ônibus, ainda era preciso seguir a pé, da BR até sua casa. Tudo isso

Miriam Regina de Sousa

sem luz, sem asfalto, sem nada... Como outras mulheres que foram entrevistadas, Luzia colocava o bem-estar do filho acima de qualquer outra coisa:

Eu mudei não tinha luz, não tinha água, não tinha nada! Nem ônibus! Era o “poeirinha”, né? Eu vinha, chegava, já chegava com a vela na mão... Arriscava – porque eu ficava aqui sozinha... o Helbert ficava no União, com a Dona Maria. Ficava com dó de trazer ele pra cá... tinha que levar todo dia, que ele estudava lá no União, na escolinha lá... Aí, se eu perdesse... Eu tinha que sair da fábrica dez horas, pra pegar o primeiro ônibus que passava na rua Jacuí, pra descer na Cristiano Machado, pra pegar o primeiro Jardim Vitória que passasse, pra pegar o poeirinha vinte pra onze, no ponto final, pra vir pra'qui. Onze horas da noite, se você perdesse, acabou! Você tinha que voltar pra trás e dormir em qualquer casa, né? (Luzia)

No Movimento dos Sem-Casa, Luzia encontrava dificuldades até mesmo para freqüentar as reuniões:

Quando eu descobri sobre esse... movimento... Foi em... 85. Aí eu procurei, até o Daniel que fez a minha inscrição. Ele fazia parte da Associação da AMABEL. Aí eu fiz! Foi muito sacrifício, porque tinha dia que a gente tinha que sair debaixo de chuva... Já atravessei enxurrada grande mesmo pra poder ir em reunião... Tinha vez que eu tinha que pedir no serviço pra sair, pra ir pras reuniões... Se você não fosse, não tivesse presença, cê não ganhava, né? (Luzia)

Além da conquista da moradia, Luzia realizou outro grande sonho, voltando a estudar depois de adulta. Conseguiu concluir o Ensino Fundamental na escola do bairro e está cursando o 2º ano do Ensino Médio, na Escola Pêrsio Pereira Pinto. De todos os entrevistados, é a única que acena para o propósito de fazer um curso superior. Hoje, Luzia é aposentada por tempo de serviço e construiu, em frente à sua casa, uma lanchonete que funciona todas as noites, onde vende cachorro-quente e refrigerante.

Luzia teve uma participação importante na luta contra a instalação do aterro sanitário no bairro e, atualmente, é vice-presidente da Associação Comunitária. Contudo, vive em desavença com algumas pessoas que já foram companheiras de movimento, como, por exemplo, a Edna. Tudo porque, tendo assumido a vice-presidência da atual Associação do bairro, vem sendo acusada de ter se aliado ao Estado, “aceitando” a construção de um Centro de Reeducação de Menores, no Capitão

Miriam Regina de Sousa

Eduardo. Ela deixou transparecer seu rancor em relação a tal fato, quando comentava sua própria fala em uma reunião que teve recentemente com a comunidade:

Eu, o João²⁹ e outras pessoas estamos sendo acusados de estarmos recebendo propina pra trazer cadeia pra'qui... Só que as pessoas aqui me conhecem muito bem... Sabem que tudo o que eu tenho dentro da minha casa é dos meus braços, que eu não dependo de político nenhum pra fazer nada. [...] Em vez da pessoa ficar nos meio-fios, nas portas, procurando saber vida dos outros, porque não sobe lá em cima e procura saber o que está sendo construído? (Luzia)

E ela ainda completa: “Acho até que eu peguei pesado... mas é muito ruim ser acusada injustamente”.

Um fato que considero relevante comentar sobre a vida da Luzia é que, hoje, ela cria seu neto, filho de sua filha. É a história se repetindo em três gerações da mesma família: Luzia, criada pela avó, sua filha, também criada pela avó, e agora a própria Luzia criando seu neto. Vemos aqui, uma história de mulheres, mais especificamente, de mulheres das camadas populares.

A história das mulheres é uma história de lutas e conquistas. No caso das mulheres das camadas populares, estas vivenciam restrições, frustrações, agressões e graves desilusões, tanto no nível econômico, social, habitacional e profissional, como no nível psíquico e afetivo (PEREIRA, 1990). Muitas vezes, a entrega de seus filhos aos cuidados de outras pessoas – familiares ou não –, durante determinado período, significa uma alternativa encontrada para que seja possível a continuidade de seu trabalho e um bom desenvolvimento da criança. Mas isso não é feito passivamente. Tal situação não pode ser vista como uma simples escolha das mulheres em situação de pobreza. Pelo contrário, no contexto da desigualdade, ela se apresenta como o caminho possível, na tentativa de conciliação entre o mundo da família e o do trabalho.

As mulheres de classe média ou alta geralmente planejam a concepção de seus filhos. Quando elas são surpreendidas com uma gravidez não planejada, possuem condições financeiras e emocionais mais favoráveis ao enfrentamento da nova condição e a possibilidade de fazer escolhas na forma de lidar com tal situação. Podem assumir a

²⁹ Atual presidente da Associação de Bairro do Capitão Eduardo.

maternidade com ou sem o apoio do pai da criança ou da própria família. Se trabalham, têm condições de pagar uma ajudante ou colocar os filhos em instituições particulares, nas quais há mais garantias de que serão bem cuidados. Se optam pelo aborto, geralmente, têm condições adequadas para fazê-lo, pagando uma clínica de melhor qualidade. Enfim, guardando-se as possíveis exceções, as mulheres das classes mais abastadas, mesmo enfrentando os dilemas da conciliação entre o tempo da família e o tempo de trabalho – que já faz parte da história da mulher, nas sociedades ocidentais –, vivenciam e encontram condições muito diferentes para enfrentar essa situação, quando comparadas com as mulheres de camadas populares. A necessidade de viver longe de seus filhos, como aconteceu na história de Luzia, é uma situação recorrente na história das mulheres em situação de pobreza, e que quase nunca ocorre com as mulheres das camadas médias.

Essa situação se dá em meio a um “código de conduta” que rege a não separação entre mãe e filho, muito próprio da construção cultural do que é ser mãe, no Brasil. Esse código atinge as mulheres de todas as camadas sociais. O problema é que as mulheres em situação de pobreza nem sempre têm condições de cumprir com tal código, devido à sua necessidade de trabalhar. Essa necessidade pode acarretar mais um conflito para uma mulher que é mãe e trabalhadora, e que, além do desejo de estar perto do filho, é pressionada pelo imaginário materno construído em nossa sociedade. Por outro lado, essa mesma mulher se vê com poucas condições de atender a essas duas demandas: uma de ordem pessoal/cultural (ficar com o filho) e outra de ordem social (trabalhar para sobreviver).

Luzia foi criada pela avó, porque sua mãe não tinha condições de criar todos os filhos. A própria Luzia deixou a filha aos cuidados da mãe, para continuar trabalhando em Belo Horizonte e, depois, deixou o filho aos cuidados de uma antiga vizinha, para não submetê-lo à falta de estrutura inicial do bairro para onde havia se mudado. A entrevistada Lúcia também disse ter deixado o filho mais velho morando com sua sogra, durante quatro anos, enquanto não havia escola no Capitão Eduardo, para que ele não interrompesse seus estudos. Já a entrevistada Marlene cria dois netos de seu filho caçula, entregues a ela pela ex-namorada do rapaz.

Ou seja, das cinco mulheres que entrevistei, três vivenciaram, de alguma forma, esse “distanciamento” entre mães e filhos, o que significa que, nas classes populares, deixar os filhos, até certa idade, aos cuidados dos avós ou de outras pessoas é uma prática comum. Mas, por que tal fato me chamou tanto a atenção?

A antropóloga Cláudia Fonseca relata que nosso estranhamento diante de uma prática diferente daquela a que estamos habituados deve-se, sobretudo, às nossas premissas culturais.

Sem dúvida, o assunto da família suscita atitudes que, quase como reflexo, classificam qualquer comportamento não convencional na categoria de “desorganizado”, “desestruturado” ou “anômico”. [...] Para “escutar” o outro, para estarmos prontos a captar significados particulares, devemos primeiro rever certas noções de nossa própria cultura que permanecem obstinadamente no pensamento contemporâneo. (FONSECA, 1999, p. 69)

Ainda segundo Fonseca, nas trajetórias das mães das camadas populares, é comum certas estratégias familiares de proteção e cuidado, diferentes daquelas que se poderia ter como “adequadas” em outros meios sociais. O que ela chama de “circulação de crianças” seria uma dessas formas de organização, o que, segundo ela, não significa necessariamente uma estratégia de sobrevivência, e sim uma dinâmica alternativa de organização familiar. Mas ressalta:

a transferência da criança de uma casa para outra pode também preencher uma função “prática”. Quando chamadas a dizer por que seu filho foi morar em outro lugar, é, de fato, este tipo de explicação que meus informantes normalmente dão: a mãe de criação mora mais perto da escola; ela é velha e precisa de ajuda ou, simplesmente, ela possui o que os genitores não possuem: dinheiro para sustentar um criança. Mas a escolha da família de criação não é aleatória... Além de considerações “práticas” (ou junto com elas), obedece a uma lógica simbólica que dá um peso enorme à rede de parentes consangüíneos. Formam-se redes em função da necessidade de ajuda mútua, mas também a ajuda pode ser acionada – mesmo quando não existe necessidade imediata – para preservar ou reforçar redes já existentes. (FONSECA, 1999, p. 72)

Mesmo que a discussão sobre a moral ou a cultura dos pobres não seja o objetivo deste trabalho, as narrativas das mulheres que atuaram no Movimento dos Sem-Casa nos colocam diante da articulação entre gênero e classe social. A pesquisa me

colocou, assim, frente a mulheres com vidas muito duras e lógicas de conduta peculiares a uma classe que, muitas vezes, está distante da realidade da classe média. As duras condições de vida dessas mulheres são evidentes, porém, relativamente ignoradas pelas análises sobre os movimentos sociais. Tal discussão será retomada no capítulo seguinte.

▪ **MOACIR GOMES DA SILVA – 56 ANOS; E RITA CALDEIRA DA SILVA – 58 ANOS**



Figura 9 – “Seu Moacir” e Rita fotografados pela pesquisadora

A opção de que o Moacir fosse o próximo entrevistado deveu-se ao fato de ter sido mencionado, em todas as entrevistas anteriores, como pessoa de fundamental importância para a construção do bairro Capitão Eduardo. Liguei para ele e marcamos a entrevista para uma tarde de sexta-feira – dia 24 de agosto de 2005. A entrevista foi realizada na sala de sua casa.

“Seu Moacir”, como é carinhosamente chamado por todos, nasceu no dia 25 de março de 1949, em Maxacalis, norte de Minas Gerais. Ele se autodenomina como

pardo.³⁰ Seu Moacir é um homem alegre, muito comunicativo e muito participativo em todos os acontecimentos da comunidade. Teve uma infância muito difícil, marcada pela morte prematura do pai e por “muita miséria”, como ele mesmo disse, por várias vezes. Durante sua infância e adolescência – fases que, segundo ele, não viveu, apenas “passou por elas” – não tinha casa e, muitas vezes, precisou “apelar” para a ajuda de terceiros, até para conseguir alimentos.

A lembrança que eu tenho da minha infância... foi a necessidade mesmo... Sempre eu tive vontade de ter as minhas coisas, de ir em frente... de crescer... E isso ainda hoje eu sinto... Outra coisa que me marcou demais, também na minha infância, que me faltou, foi meu pai... Faltou demais... Se eu tivesse meu pai, minha vida teria sido diferente... Podia até ser uma pessoa que não fosse uma pessoa legal... mas eu sei que ele poderia me ajudar em alguma coisa, porque ele era meu pai... eu tinha uma pessoa pra me ajudar, eu tinha um porto seguro... (Seu Moacir)

Seu Moacir não teve oportunidade de estudar na infância. Aprendeu a ler depois dos 19 anos de idade, mesma época em que fez seu Registro de Nascimento. Por esse motivo, ele diz que não era reconhecido pelo seu país como um cidadão: “Era como um bicho qualquer”, diz ele.

Apesar de não ter estudado – pelas condições financeiras e pela situação do Brasil, onde, segundo ele, “a escola não era franca para todos” e, ainda, como ele mesmo diz, pela ignorância da própria mãe, que pensava que estudo não fosse importante –, ele reconhece que recebeu de sua mãe o principal ensinamento para a sua vida, até hoje, que é a ética. Para Seu Moacir, esse ensinamento é o que faz mais falta em nosso país, nos dias atuais.

Seu Moacir casou-se aos 20 anos e mudou-se para Belo Horizonte, em busca de tratamento médico, para si e para um dos filhos, que estava doente. Ele e a esposa, Rita, que também participou da entrevista, tiveram quatro filhos, e têm hoje quatro netos. Em Belo Horizonte, Seu Moacir e Rita enfrentaram muitas dificuldades para

³⁰ Segundo alguns sociólogos e o Movimento Negro, as pessoas que se autotransformam ou são classificadas como pretas e pardas vivem trajetórias semelhantes em relação à condição de vida, escolarização, acesso à saúde e vivência do preconceito e da discriminação racial. Por isso, elas podem ser agregadas e interpretadas como o segmento “negro” da população.

Miriam Regina de Sousa

conseguirem, durante quinze anos, equilibrar-se com o salário pequeno e com a situação de moradores de aluguel. Segundo ele:

naqueles tempos, não havia lei... A lei era aumentar o aluguel. Então, você morava num barracão, achava que tava bom, o dono chegava e queria o barracão porque tinha que alugar pro outro que oferecia mais... A gente sempre tava mudando, né... você tinha que mudar quando o proprietário quisesse.

Além disso, havia a própria dificuldade de pagar o aluguel com um orçamento tão apertado. Seu Moacir aposentou-se por problemas de saúde, mas, devido ao baixo valor da aposentadoria, continuou com o ofício de sapateiro, e Rita, como ele mesmo diz, “precisou enfrentar muita casa de família e tanque de roupa” para poderem viver e criar os filhos.

De todos os entrevistados, Seu Moacir é o mais voltado à religião. Sempre foi ligado à Igreja Católica. Foi Ministro de Eucaristia e sempre cuidou da igreja do bairro, onde, até hoje, prepara e serve almoço aos mais carentes, três vezes por semana, com ingredientes recebidos através de doações. Foi um dos fundadores da Comunidade Paroquial N. Sra. da Rosa Mística, a quem atribui, ao lado da força de um movimento social, a conquista dos lotes para a construção do bairro Capitão Eduardo. Para ele, a conquista do bairro foi sim uma luta social e política, mas totalmente vinculada à questão da fé: “A conquista dos lotes foi um milagre de Nossa Senhora”, diz ele, recebendo a imediata confirmação de Rita.

Foi o primeiro presidente da Associação do bairro. Todos os moradores têm imenso respeito por ele e reconhecem sua garra na conquista e na defesa dos direitos de todos os que vivem ali. Foi ele quem cedeu a maior parte das fotografias que compõem esta dissertação. Seu sonho sempre foi registrar a história do bairro.

Seu Moacir é um verdadeiro “contador de casos”... É muito bom ouvi-lo falar sobre suas histórias. Narra com riqueza de detalhes e de uma forma muito bonita. Emocionou-se diversas vezes durante a entrevista e não demonstrou sentir vergonha de chorar. Tomando-o pela perspectiva de Walter Benjamin, pode-se dizer que o Seu Moacir é um autêntico narrador, pois, segundo Benjamin, existe uma diferença entre aquele que depõe e aquele que narra:

Miriam Regina de Sousa

O narrador tira o que narra da própria experiência e a transforma em experiência dos que o escutam. A narração é uma forma artesanal de comunicação. O narrador é um mestre de ofício que conhece seu mister: ele tem o dom do conselho. A ele foi dado abranger uma vida inteira. Seu talento de narrar lhe vem da experiência; sua lição, ele extraiu da própria dor; sua dignidade é a de contá-la até o fim, sem medo. (BENJAMIN, 1994, p. 205)

O narrador seria, parafraseando Benjamin, aquele que, voltando ao passado, nos conta, ao regressar, os pormenores de sua viagem, procurando tirar deles conselhos e lições para ambos. E isso Seu Moacir soube fazer como ninguém. Cada detalhe de sua história foi contado com a emoção de quem a estava revivendo, conseguindo fazer com que eu viajasse com ele aos lugares percorridos, aprendendo bonitas lições de humanidade.

Eu entrei no mundo sem ter conhecimento nenhum... [...] minha faculdade foi a vida, minha faculdade foi a fome, a necessidade... O mundo é um bom professor... Pra quem quer! Pra quem não quer, é um bom corrupto... (Seu Moacir)

Seu Moacir é casado com Rita há 35 anos, e ele fez questão de que a esposa fizesse parte da entrevista. Fala dela – e com ela – com grande admiração. Estiveram juntos no Movimento dos Sem-Casa, na Associação do bairro e, ainda hoje, trabalham juntos na igreja.

Verena Alberti, sobre o trabalho com a história oral, diz:

Há algumas situações em que a presença de mais uma pessoa pode ser considerada favorável à entrevista, como quando, por exemplo, um casal teve participação relevante no tema investigado. (ALBERTI, 2004a, p. 110)

Como Seu Moacir e Rita atuaram juntos na luta que deu origem ao bairro Capitão Eduardo, e levando-se em consideração os estudos de Alberti (2004a), optei por trabalhar com os relatos de ambos.

Rita tem 58 anos. Mulher, parda, ativa e bastante simpática. Nasceu em 27 de agosto de 1947, em Nanuque, norte de Minas, onde conheceu Seu Moacir. Rita não participou do primeiro bloco da entrevista, por isso, faltam detalhes sobre sua infância e

Miriam Regina de Sousa

juventude. Quanto à sua participação no movimento, entrou um pouco depois do Seu Moacir, e foi ele quem contou como se deu essa inserção:

Nós lutamos muito! Foi uma luta grande, uma luta de rua... [...] Nós chegava na Secretaria 6 horas da manhã, seis e meia, e saía de lá à noite, sem comer um pão... Bebendo água na pia... Cansamos de fazer isso, chegar lá de manhã e sair de noite, sem comer um pão... [...] Uma vez minha mulher falou assim; “Cê vai ter que escolher, ou essa associação ou sua família”, eu falei assim: “A associação e a família! Porque é dessa associação que vai sair nosso lugar pra nós morar... eu tenho certeza disso!” Daí que ela passou a participar também. Falou, “Aí não tem jeito, eu vou sair pra rua com cê também...” Aí, engrossou mais o movimento... ela sempre foi uma mulher de muita luta... (Seu Moacir)

Mesmo depois da conquista dos terrenos, Rita continuou participando da luta. Fez parte da Associação do bairro, em duas formações, e sempre teve um trabalho relevante junto à comunidade. Ela também é Ministra de Eucaristia na Igreja Católica do bairro. Rita, como o Seu Moacir, atribui grande importância à Igreja e à escola. Para ambos, “é pela fé e pela educação que a situação de opressão do nosso país poderá ser um dia modificada”.

Nada vai melhorar o mundo, se não for pela educação... Primeiramente Deus! Não é riqueza, nem fortuna, nem nada... O que vai mudar o mundo é a educação do cidadão. Cada qual entender e fazer a sua parte como cidadão... ocupar o seu lugar na sociedade... Enquanto o Brasil, o seu povo, não tomar consciência do seu lugar na sociedade, o Brasil vai ser o que ta aí... (Seu Moacir)

Acho que o pobre, ele não tem herança pra deixar pros filhos, o que a gente tem que deixar é a dignidade... A herança que a gente tem que deixar pros filhos e pros netos, né? É a dignidade. (Rita)

Rita, ainda na juventude, concluiu o Ensino Médio e, depois de adulta, fez o curso técnico de Auxiliar de Enfermagem, profissão que nunca exerceu, pois não conseguiu emprego na área. Segundo ela, aplica injeções nas pessoas conhecidas, quando procurada por elas para este fim, mas, infelizmente nunca conseguiu “trabalhar na área”. Já o Seu Moacir, apenas há pouco tempo voltou a estudar, concluindo a 5ª série do Ensino Fundamental, na Educação de Jovens e Adultos da escola do bairro.

Para Seu Moacir e Rita, somente pela educação nosso país poderá romper com o círculo das desigualdades sociais que sempre imperou.

▪ EDNA MARIA VIEIRA – 56 ANOS



Figura 10 – Edna fotografada pela pesquisadora

Edna também havia sido citada por todos os outros entrevistados, como pessoa importante na história do movimento e do bairro. Além disso, foi apontada por Luzia como uma das pessoas que não concordam com os rumos tomados pela atual Associação do bairro. Sendo assim, ela compõe ainda mais o perfil dos sujeitos que escolhemos entrevistar: pessoas que atuaram tanto na liderança quanto na base do movimento, dissidentes ou não. Entrei em contato com ela e agendamos a entrevista para o dia 24 de outubro de 2005. No dia marcado, Edna estava sozinha em casa e realizamos a entrevista na sala.

Miriam Regina de Sousa

Edna nasceu no dia 05 de janeiro de 1950, em João Monlevade, Minas Gerais, mas foi criada em uma outra cidade próxima – Pocrani, onde viveu até os 12 anos de idade. Segundo Edna, a vida nessa cidadezinha era pacata, simples, mas muito boa, porque “seus moradores, apesar de muito humildes e roceiros, tinham muita educação e preparo”, e ela diz que foi com eles que aprendeu “muita coisa da vida”.

Foi criada, com cinco irmãos, apenas pela mãe – que era separada do seu pai. Edna conta que, para criá-los, sua mãe trabalhou na roça – “trabalho braçal, mesmo” – e também como faxineira, na casa de saúde da cidade. Edna achava a relação com a mãe muito difícil, pelo fato de ter “saído da cor do pai”. Segundo ela, sua cor incomodava sua mãe. Edna não é negra, mas diz que a mãe era muito branca e a rejeitava, por ter puxado a cor mais escura do pai, negando-se até mesmo a oferecer-lhe os carinhos que oferecia aos outros filhos. Isso, segundo ela, marcou muito sua vida. A título de esclarecimento, Edna se autodenomina parda.

Edna, como os demais entrevistados, começou a trabalhar muito cedo, para ajudar no orçamento doméstico. Aos 6 anos, já era mandada, pela mãe, para casas de família, para servir de dama de companhia. Isso atrapalhou muito os seus estudos. Precisou repetir a 3ª série por diversas vezes, devido às constantes mudanças de endereço, como narrou:

Fiquei agarrada no terceiro ano durante bastante tempo... Repeti várias vezes, porque começava estudar, aí minha mãe já arrumava um serviço pra mim numa cidadezinha vizinha. Eu ia trabalhar lá, ficava na casa da pessoa... até que começava o início do ano, pra começar as aulas de novo... Aí eu já perdia aquele ano. (Edna)

Nas histórias narradas por Marlene, Lúcia, Luzia e Edna, pode-se perceber que a escola não é estruturada de forma a atender as especificidades das crianças das classes populares. Pode-se notar que as conquistas de hoje, na Educação de Jovens e Adultos, como por exemplo, a possibilidade de se flexibilizar a frequência ou de se realizar a matrícula em qualquer época do ano letivo, não são práticas comuns quando se trata de crianças pobres ou dos meios rurais. As narrativas desses sujeitos demonstram as duras marcas deixadas pela escola em suas vidas. Apesar do valor que a maioria deles atribui à escola, é inegável que as experiências de reprovação e exclusão às quais foram

submetidos constituíram-se em aprendizados por vezes muito negativos em suas trajetórias.

Mas Edna, apesar de ter no trabalho infantil uma das causas da sua pouca escolarização, ainda assim, considera importante para a sua formação o fato de ter trabalhado desde nova, pois, segundo ela, “quem tem vida ociosa, tem tempo pra fazer coisa errada...”. Edna, depois de adolescente, conseguiu fazer a 4ª série, mas não teve oportunidade de prosseguir com os estudos. Diz que o estudo, naquela época, era muito mais evoluído e que o que aprendeu até a sua 4ª série vale mais que o segundo grau de hoje... Para ela, a escola daquele tempo era muito melhor, porque “as professoras tinham mais amor à profissão”. Apesar disso, recorda, como fato marcante da sua infância, a violência que sofreu por parte de uma professora, que cortou seus cabelos, à força, “com uma gilete”. Daquela época, valoriza o civismo exigido pelas escolas, o ensino do amor à pátria e a possibilidade de pais e professores educarem seus filhos e alunos, o que, segundo ela, as leis de hoje não permitem mais.

Veio para Belo horizonte aos 16 anos de idade e casou-se aos 21. Teve quatro filhos e tem cinco netos. Atualmente, é funcionária pública estadual, concursada. Mas só começou a trabalhar após o marido separar-se dela. Edna conta que ele era muito ciumento e possessivo e, quando bebia, tornava-se agressivo:

ele não deixava eu trabalhar, não deixava eu conversar nem com homem, nem com mulher, nem com ninguém... Se eu morava num lugar, nem os vizinhos do lado eu não conhecia – ele não deixava eu conversar com ninguém... Então, eu só era do lar, só ficava dentro de casa. (Edna)

A história da Edna, marcada pelos conflitos conjugais, e também a da Marlene, muito marcada pelo pai, revelam tensões e conflitos das relações de gênero, tensões que serão analisadas no próximo capítulo.

Edna, o marido e os filhos moravam de aluguel e, por isso, não tinham parada certa. Segundo ela, “quem mora de aluguel é igual cigano...”, por isso, seu sonho era ter uma casa própria. Em situação de despejo, por falta de pagamento do aluguel, o marido acabou inscrevendo-se no Movimento dos Sem-Casa, mas, desanimado e sem esperanças, logo desistiu de participar das reuniões. Edna pediu para participar no lugar

dele e, a partir daí, mesmo com todas as retaliações que sofreu em casa, inclusive ameaça de violência física, começou a transformar-se em uma nova mulher.

Lutou à frente do movimento do bairro União, durante oito anos, e, já nesse período, foi percebendo sua própria transformação. A grande vitória – a conquista do terreno para a construção do bairro Capitão Eduardo – veio acompanhada do término de seu casamento, o que a fez sofrer muito. Mas, desde então, Edna não parou mais: esteve sempre envolvida com as lutas pela melhoria do bairro e assumiu a presidência da Associação local, em sua segunda formação. Foi, ainda, a organizadora do movimento contra a instalação do aterro sanitário, na região, e mesmo não fazendo mais parte da Associação, sua opinião ainda hoje é muito respeitada por muitos moradores.

Edna falou a respeito do atual ponto polêmico do bairro, que é a construção do Centro de Reeducação de Menores, que, para ela, “não passa de um cadeião”. Não se conforma com o fato de os moradores do bairro, depois de terem lutado por tanto tempo contra a instalação do aterro sanitário, aceitarem passivamente a construção de uma obra que, segundo ela, só vai depreciar a região. Mas diz que cansou de lutar. Questiona a mim e a si mesma se deveria puxar a luta novamente e indaga onde estão os outros moradores que permitem a construção de um “cadeião” em um lugar que, com tanto sacrifício, havia sido transformado em Área de Proteção Ambiental. Conclui que não deve ser ela a “puxar a luta” novamente.

Mas, para além de todas essas coisas, Edna revela, com orgulho, uma conquista especial: sua emancipação. Porque, como ela mesma diz,

uma mulher que antes não era sequer capaz de arrumar um lugar pra um móvel em sua própria casa, desde a entrada no movimento, foi capaz de lutar por um bairro, de construir uma casa, de conseguir um emprego, de passar em um concurso público e de enfrentar a vida sem um marido... (Edna)

Tudo isso porque, conforme seu relato, a partir da vitória do movimento e da conquista da casa própria, passou a acreditar mais em si mesma e em suas capacidades. Com certeza, Edna aprendeu, mas também ensinou muitas lições.

2.2- Traços marcantes

As lembranças fortes dos moradores do bairro Capitão Eduardo revelam aprendizados políticos, subjetivos, de gênero e de luta pelos direitos. São aprendizados e ensinamentos que passam de um para o outro, das gerações mais velhas para as mais jovens, os quais são interpretados de forma diferente e colocados ou não como prioridade nas vidas de cada um. A auto-estima, o jogo político, os interesses comuns e particulares, a forma de se relacionarem com o poder público e com os colegas moradores, as questões familiares, a criação dos filhos, entre outros, são considerados, aqui, como alguns dos processos educativos por eles vivenciados. E, como em todo processo educativo, os sujeitos se educam e se deseducam, se humanizam e se desumanizam na sua efetivação. No caso dos moradores entrevistados, não podemos nos esquecer de que tal processo se dá em meio a histórias de vida atravessadas e marcadas pela desigualdade social. É a vivência e a consciência dessa condição de desigualdade que impulsionaram a luta pelo direito à moradia, expresso na conquista do bairro Capitão Eduardo.

No entanto, toda essa história, rica em detalhes, lembranças, recordações e vivências, que ocorreu ao mesmo tempo em que a dita história oficial do bairro, mostrasse circunscrita aos seus próprios protagonistas. Talvez nem as gerações mais novas tenham a dimensão do que significou a construção e organização do bairro em que hoje vivem. Por isso, para além dos objetivos acadêmicos da pesquisadora – de resgate da memória e de compreensão dos processos educativos –, é possível observar que a pesquisa assume um lugar diferente para os sujeitos entrevistados, que se refere ao direito de registro da memória. A possibilidade de ver a sua história, a história da sua luta individual e coletiva, o registro e sistematização dos dados referentes à formação do bairro e da sua Associação foram fatores que geraram, em todos os entrevistados, uma grande aceitação quanto a este trabalho e uma profunda disposição dos moradores para participar da pesquisa. Também foi o direito de registro da memória que motivou os sujeitos entrevistados a pleitearem que o seu nome pessoal figurasse no trabalho e que não tivessem que escolher pseudônimos.

Dessa forma, foi possível perceber, em todos eles, uma satisfação muito grande em ter alguém interessado em ouvir suas histórias. Poder falar de suas vidas, suas alegrias, suas frustrações, suas perdas e seus ganhos mexeu muito com essas pessoas e também com a pesquisadora. Afinal, são vidas... Vidas marcadas, muitas vezes, pelo amor, outras tantas pela dor. Portanto, para que a narrativa não perca sua beleza, é preciso também saber ouvir.

A idéia não é fazer uma leitura dramática dessas narrativas. Pelo contrário. Elas constituem o coração desta pesquisa, e é através delas, principalmente, que se buscará compreender os aprendizados percebidos pelos sujeitos em suas trajetórias. A idéia é marcar, a partir de suas falas e percepções, o quanto pode haver de educativo em um movimento de luta, além de problematizar o lugar da escola no movimento pesquisado.

Segundo Neves (2000), as narrativas, tal qual os lugares da memória, são instrumentos importantes de preservação e transmissão das heranças identitárias e das tradições. São importantes como estilo de transmissão, de geração para geração, das experiências mais simples da vida cotidiana, assim como dos grandes eventos vividos. São suportes das identidades coletivas e do reconhecimento do homem como ser no mundo.

Gostaria de apontar, neste capítulo, alguns aspectos considerados marcantes nas narrativas dos sujeitos pesquisados. Em alguns casos, são marcas que foram comuns a mais de um deles; em outros, histórias mais específicas de um ou de outro. Mas, em todos os casos, representam marcas das condições socioculturais em que vivem. Destacarei, aqui, os pontos que se apresentaram como mais cruciais nas histórias e memórias narradas – no meu ponto de vista – e que foram trabalhadas até o momento. São eles: a infância e a juventude marcadas por privações materiais e afetivas; as ausências familiares e as relações de gênero; o abandono da terra natal; a exclusão escolar; o trabalho precoce; e os problemas de saúde nas camadas populares. São marcas que falam de vivências fortes e revelam que um movimento social é construído por lutas e articulações políticas que se dão de forma entrelaçada com as histórias de vidas. Nestas, tecem-se trajetórias pessoais e coletivas que apresentam pontos comuns e divergentes que, por sua vez, marcam e formam os sujeitos.

Um dos critérios de participação na luta por moradia era a condição socioeconômica dos envolvidos (por exigência dos programas habitacionais e por requisição do próprio movimento). Por esse motivo, todos os entrevistados eram, na época do movimento, pessoas de baixa renda e, infelizmente, ainda hoje o são. Isso faz com que suas histórias de vida se apresentem em níveis bastante aproximados. Sendo assim, torna-se compreensível – ainda que não aceitável – que a infância e juventude, marcadas por privações de toda ordem – tanto material, quanto afetiva – estejam presentes em todas as narrativas.

Penso que a dureza enfrentada por eles, nas ausências familiares tão cedo impostas – ora pelas perdas precoces de pai ou de mãe, ora pelo fato de os pais não terem condições econômicas para os criarem, ora pelo lugar da violência na família –, imprimiu nesses sujeitos sensações de desenraizamento e instabilidade. Sensações essas que vieram a ser reforçadas, na vida adulta, quando os mesmos se encontraram sob a condição de moradores de aluguel. Além disso, pode-se observar que, de todos os entrevistados, apenas Marlene é nascida e criada em Belo Horizonte. Os demais vieram do interior do estado, geralmente da zona rural. A saída da terra natal reforça a sensação de desenraizamento, que, por sua vez, aumenta com a chegada à metrópole, onde não encontram lugar nem condições para se fixarem e se estabilizarem. A peregrinação é a marca dessas pessoas, privadas de um chão, de um teto e até mesmo de laços afetivos. Estamos diante das desigualdades entre o rural e o urbano, do abandono da terra e do sonho de que, no centro urbano, existe a possibilidade de uma vida mais digna. Estamos diante, também, da falta de condições do mundo urbano de atender às necessidades das populações que migram do interior e da falta de políticas públicas que as integrem no contexto da cidade. Essas lacunas perduram, até hoje, no século XXI.

As frases: “Não tinha parada certa”; “Quem vive de aluguel, vive como cigano...”; “O aluguel [a instabilidade] dorme debaixo do travesseiro”; “Queria ter um lugar “de meu”...”, presentes nas narrativas dos entrevistados, podem ser analisadas a partir da condição sociocultural que sempre enfrentaram. Elas nos ajudam a compreender a inserção desses sujeitos em um movimento de luta por moradia, como, talvez, única possibilidade que vislumbravam de reverter a situação de opressão que

carregaram por toda a vida e de superar essa sensação de não ter um rumo, um porto seguro. Essa é mais uma marca das suas trajetórias de vida.

A dificuldade de acesso e permanência na escola, durante a infância e adolescência, é outra dado recorrente em todas as entrevistas. A marca deixada por mais esse direito negado é profunda. Tanto que a maioria deles volta a estudar na vida adulta, talvez em busca da superação de um trauma ou simplesmente para a realização de um sonho. Eles se ressentem com os motivos que os impediram de estudar, nos tempos idos. Não há ilusão. Sabem e deixam claro que os motivos foram econômicos, políticos e culturais. “A escola não era franca para todos”, disse o Seu Moacir. E, pelas falas, foi possível perceber as diferentes formas de exclusão escolar que marcaram a história de vida dessas pessoas. Quando a escola não excluía fechando suas portas às classes populares, ela o fazia, de forma velada, através da exigência do uniforme, do “enxoval”, da roupa de formatura, do material escolar. Desse modo, repassava-se a responsabilidade da escola pela ausência das crianças pobres para os pais, que não tinham condições de mantê-las ali.

Os sujeitos reconheceram também a ignorância dos próprios pais, que não achavam que escola fosse importante para eles. Sabem que essa ignorância não nascia de um “desgostar” dos filhos, mas de uma concepção cultural neles arraigada, pelas duras condições de vida, segundo a qual trabalhar e ganhar o pão para sobreviver era mais importante do que aprender “contas e palavras”.

Como educadora que sou, não poderia deixar de considerar as marcas infligidas pelas reprovações e pelas atitudes das professoras na vida dessas pessoas. Marlene é a entrevistada que mostra, de maneira muito clara, como foi possível “passar de ano” com um desempenho bastante inferior ao que havia obtido na mesma série, no ano anterior, quando, através de um acordo entre sua mãe e a escola, ficou decidido que repetiria a 4ª série. Ora, ela já não havia aprendido o suficiente para obter uma nota 7,5 na média final? Como explicar que, no ano seguinte, aprendendo o mesmo conteúdo, com a mesma professora, uma pessoa – a mesma pessoa! – pudesse obter nota 5,0? Ela desaprendeu? Não. Como ela mesma disse, depois da reprovação, não teve o mesmo entusiasmo de antes pelos estudos. Marlene nunca voltou a estudar. Serão as marcas

deixadas? O seu depoimento reforça uma das críticas recorrentes feitas à forma como a escola lida com os seus alunos, sobretudo os das camadas populares, e com o conhecimento. Para além dos conteúdos trabalhados, há outros ensinamentos circulantes na escola. Existem os não-ditos do ofício de educador.

Além disso, a escola tende a privilegiar uma forma de conhecimento e de saber, produzindo um currículo e uma prática monocultural. Os outros conhecimentos e saberes construídos pelos alunos e por suas famílias – novamente com ênfase nas camadas populares – nem sempre encontram lugar no currículo e no cotidiano da escola. Cria-se um fosso quase intransponível que ainda é reforçado pela reprovação escolar.

O trabalho precoce foi também uma marca recorrente na maioria dos relatos. Mas não falam disso com revolta. Fica claro o reconhecimento da importância que eles dão a essa responsabilidade, tão cedo exigida e assumida por eles, como fator fundamental em sua formação humana. Todos afirmam ter aprendido muito através do trabalho e se dizem satisfeitos por terem ajudado os pais, ainda que isso tenha sacrificado sua vida escolar. Não houve, por parte de nenhum entrevistado, uma crítica ao tipo de trabalho que cada um acabou exercendo e nem à desigualdade social que produziu suas duras condições de vida, ou, ainda, à precocidade de sua inserção no mundo do trabalho. Talvez esse comportamento possa ser explicado pela forma como a desigualdade está estruturalmente introjetada na vida e no imaginário das populações em situação de pobreza e ao lugar que o trabalho ocupa na vida dessa população. No entanto, a questão que aqui se coloca não é necessariamente a existência do trabalho na vida das camadas populares, mas a deterioração das condições de trabalho, a forma precoce e desigual com que ele atinge as famílias pobres.

Além da falta de condições materiais de sobrevivência, da falta dos genitores, em alguns casos, e da falta de oportunidades de educação escolar, fica ainda evidente a falta de saúde – ou de condições dignas para a sua manutenção – como uma das marcas deixadas pela pobreza na vida das pessoas das camadas populares. Haja vista a morte no parto que teve a mãe de Lúcia, deixando seis filhos pequenos. Anos mais tarde, é a filha de Lúcia que morre na porta de um hospital. Talvez, mesmo por esses motivos, o abalo na saúde da própria Lúcia, que hoje vive afastada do trabalho, recebendo auxílio-doença

do INSS, assim como o seu marido, Djair, que sofreu um infarto, neste ano, e também se encontra afastado do trabalho por motivo de doença. A saúde psíquica de Marlene, que depende de antidepressivos para levar uma vida “normal”, e que, por sua vez, cuida do marido, também doente. Temos, ainda, o exemplo da própria Edna, que ficou recentemente afastada do trabalho, por vários meses, com diagnóstico de depressão, além do Seu Moacir, que se aposentou, por problemas de saúde, antes dos 30 anos de idade.

Ou seja, as duras condições de vida da população de classe baixa ficam evidentes nas narrativas dos entrevistados e na análise de suas trajetórias. Como diz Pereira,

O denominador comum da população de baixa renda é a falta de segurança psíquica, social e econômica. Em suma, a característica fundamental introjetada por esse povo é a **falta**. Não que a falta não esteja presente em qualquer sujeito, independente de suas condições de vida [...] mas as circunstâncias materiais de sobrevivência, que normalmente funcionam como suporte para enfrentarmos, em parte, o embate da falta psíquica, não se encontram presentes no meio dessa população. [...] A situação de incompletude está sempre ligada a um símbolo faltoso: ou falta dinheiro, ou comida, casa própria, ocupação e satisfação profissional, serviços de saúde e de transporte e também falta amor. (PEREIRA, 1990, p. 60)

Mas, já nessas primeiras histórias, é possível perceber que nem só de ressentimentos e lembranças tristes vivem os sujeitos desta pesquisa. É preciso, então, que se fale também da garra dessas pessoas para superarem os obstáculos encontrados em suas vidas. São os próprios sujeitos que contam, em suas narrativas, sobre a importância da família e da preservação do bem-estar dos filhos a qualquer custo, ainda que a solução, em alguns casos, tenha sido ficar distante deles. São eles que falam do valor do trabalho, da luta individual e coletiva, da ética como maior aprendizado. E vão apontando para aquilo que é o objetivo central desta pesquisa, ou seja, o reconhecimento das aprendizagens que construíram em todo o processo de suas vidas e, sobretudo, no decorrer do movimento social do qual fizeram parte. Aprendizagens que não se limitam ao espaço escolar, mas que são, sobretudo, aprendizagens humanas.

Assim, suas falas sobre a conquista dos lotes e a construção da “casa própria” nos levam pelos caminhos de uma outra construção. A construção da auto-estima, a construção do respeito próprio, no contexto complexo das desigualdades sociais e da luta pela cidadania. De fato, nesse caso, a cidadania está representada, simbólica e objetivamente, na posse do lote e na construção da casa-própria. Todos lutam por um lugar no mundo, na sociedade, num bairro – ainda que esse bairro se apresente com todos os conflitos gerados pela falta de infra-estrutura e condições adequadas de vida, o que, lamentavelmente, ainda são aspectos comuns dos bairros populares, no Brasil. Levam-nos para dentro de uma história que fala da construção de sujeitos de direitos, da transformação de não-cidadãos em cidadãos. Como disse a própria Edna, “de alguém que não podia nada, em alguém que agora pode tudo...”.

Para chegarem a essa construção – ou reconstrução – de uma cidadania, esses sujeitos trilharam um mesmo caminho: um movimento de luta por moradia. Mas, apesar de ser um mesmo caminho, ele trouxe impactos e significados específicos à vida de cada um deles. Os próximos capítulos tratarão dos temas que emergiram das entrevistas, como a participação maciça das mulheres, o lugar dos homens no movimento, as ações de solidariedade, as tensões existentes e o lugar da escola e da igreja. Além desses aspectos serão retomados a leitura política do movimento, os processos educativos vivenciados e os aprendizados percebidos.

CAPÍTULO III

DIMENSÕES SIGNIFICATIVAS DO MOVIMENTO: PRINCIPAIS TEMAS QUE EMERGIRAM DAS ENTREVISTAS

Sem o compromisso estreito
de falar perfeito, coerente ou não
E nasce uma canção rimada
Da voz arrancada ao nosso coração.
(Oswaldo Montenegro)

Ao analisar, através da história oral, quais foram os processos educativos vivenciados pelos sujeitos participantes do movimento que deu origem ao bairro Capitão Eduardo, na década de 1980, destacando como eles se educaram e se reeducaram, em um contexto de lutas, alguns temas se mostraram recorrentes nas entrevistas realizadas. Estes apontam para algumas dimensões subjetivas que se mostraram significativas na constituição do movimento.

Segundo Melucci (2001), os movimentos sociais são sempre resultado de um dado contexto histórico e, na sua realidade empírica, são um composto muito heterogêneo, que combina orientações e níveis diversos de ação, de acordo com seus sujeitos e suas motivações. Segundo ele,

Os fenômenos empíricos dos movimentos nunca são uma realidade homogênea e o trabalho de decomposição analítica obriga a sair-se de uma idéia romântica dos movimentos para reconhecer que os fenômenos coletivos são feitos de motivações, formas de relação e orientações diversas. A sua origem e o seu êxito são, também estes, um tanto quanto heterogêneos e freqüentemente produzem novas formas de poder, nova violência e nova injustiça. No plano teórico e epistemológico, permanece a necessidade de se passar de uma visão unicamente histórico-empírica dos fenômenos coletivos para uma leitura analítica, consciente do fato de que cada definição constrói o seu objeto e seleciona dimensões dos fenômenos em relação ao ponto de vista do observador. (MELUCCI, 2001, p. 8)

Para se compreender algumas dimensões significativas que, juntamente aos processos educativos a serem destacados no capítulo a seguir, configuram o Movimento dos Sem-Casa que originou o bairro Capitão Eduardo, é importante destacar dois

aspectos: a) a necessidade de realização de um trabalho de decomposição analítica, tal como aponta Mellucci (2001); b) a compreensão de que tanto as dimensões aqui consideradas significativas quanto os processos educativos produzidos, ao longo do movimento, são marcados pelo contexto da desigualdade social.

É importante ressaltar que, no cotidiano do movimento, não há como separar os processos educativos vividos pelos sujeitos das dimensões aqui consideradas como mais significativas. Pelo contrário, a concepção de educação que orienta esta pesquisa nos possibilita afirmar que ambas fazem parte de um processo educativo muito mais complexo. A seleção aqui realizada, portanto, caminha na direção apontada por Mellucci (2001) quanto à construção e definição do objeto e seleção de dimensões dos fenômenos em relação ao ponto de vista do observador. Apresentamos, na seqüência, as seguintes dimensões: as mulheres no movimento, com foco nas tensões econômicas e de gênero; a leitura política; o lugar da igreja e da fé no movimento; e o olhar dos seus sujeitos sobre a questão racial.

3.1- As mulheres no movimento

Grande parte dos estudos existentes acerca dos movimentos sociais que efervesceram em nosso país, a partir da década de 1970, colocou-se de forma “neutra”, do ponto de vista do gênero – exceto, é claro, os dos movimentos feministas (BRASILEIRO, 1991). Sabe-se, hoje, que esse tipo de tratamento, supostamente neutro, implica, quase sempre, uma desconsideração ou subvalorização dos papéis desempenhados pela mulher, com prejuízo para sua posição na sociedade. Além disso, a invisibilidade do gênero, nas pesquisas sobre movimentos sociais, parece revelar a idéia romântica, marcada por um forte viés histórico-empírico, que ainda persiste em várias análises dos movimentos sociais, as quais não reconhecem que os mesmos – como fenômenos coletivos – são heterogêneos, feitos de motivações, formas de relação, orientações diversas, produzem novas formas de poder, nova violência e nova injustiça, conforme já apontou Melucci (2001). Esse tipo de visão acaba por invisibilizar as questões de gênero, raça, geracionais, entre outras, que se dão no interior dos movimentos sociais e, nesse sentido, não as consideram como categorias analíticas que

ajudam, e muito, a compreender a trama complexa que se dá no interior dos movimentos e na sua relação com a sociedade.

Na tentativa de superar essa visão romântica e realizar um trabalho de decomposição analítica do movimento aqui analisado, destacamos a questão de gênero como um importante elemento na configuração e na compreensão do mesmo. No contexto das relações entre homens e mulheres, e, mais especificamente, entre o mundo masculino e o mundo feminino, que fazem parte da constituição do Movimento dos Sem-Casa que originou o bairro Capitão Eduardo, discutiremos o gênero tendo como foco de análise a intensa participação das mulheres.

Embora tal dimensão não fosse o foco inicial desta pesquisa, no cotidiano do trabalho de campo, ela se impôs como uma questão importante. O campo mostrou que havia um sujeito presente o tempo todo, a mulher, e que uma visão que não considerasse o gênero poderia transformar essa presença em ausência. Fazendo-se uma análise dos depoimentos, é possível afirmar que a história do bairro Capitão Eduardo confunde-se com a história de suas mulheres. Naquela época, as mulheres constituíam maioria nas reuniões dos núcleos do movimento, nas assembléias aos domingos, nas reuniões com os políticos, nas passeatas e, sobretudo, nas estratégias de sobrevivência e ações de solidariedade em um bairro em construção.

Assim, as narrativas das mulheres e homens entrevistados nos colocam, inevitavelmente, diante da articulação entre gênero e classe social. A partir delas, pode-se concluir que as duras condições de vida das mulheres pobres são evidentes, ainda que relativamente ignoradas pelas análises sobre os movimentos sociais. Elas têm sido protagonistas de uma história que, oficialmente, não lhes confere visibilidade. Digo isso porque, apesar de todos os sujeitos desta pesquisa terem afirmado que as mulheres foram mais participativas que os homens, em todas as fases do movimento, nos poucos registros existentes sobre a história do bairro Capitão Eduardo, esses dados não aparecem.

Miriam Regina de Sousa



Figura 11 – Reunião de representantes da Associação dos Moradores de Aluguel da Região do Gorduras com o prefeito Sérgio Ferrara (da esquerda para a direita: Francisco, Marlene, Hélio Baldoni, Anita, Elenice e Maria)

Esta matéria, publicada no jornal *Minas Gerais*, em janeiro de 1987 – guardada como documento da luta, e cedida para a pesquisa por Marlene –, nos mostra um grupo de cinco associados do Movimento dos Sem-Casa, reunidos com políticos da época. Como se pode observar, entre os cinco associados que formavam a comissão, quatro eram mulheres e apenas um homem.

A questão é refletir por que o movimento por moradia do bairro Capitão Eduardo teve essa expressiva participação feminina? Quais razões levaram essas mulheres a tomarem parte na cena pública, na década de 1980? O que podemos problematizar das relações de gênero a partir das falas dos entrevistados? Será que a forte participação das mulheres é uma característica específica desse movimento ou ela

também se faz presente nos vários movimentos sociais e não tem sido devidamente considerada nas análises por nós realizadas?

3.1.1- Questões de gênero e a luta por moradia

Segundo a antropóloga Maria Luisa Heilborn, gênero é uma construção social abstrata extraída da realidade: de diferenças biológicas, constroem-se diferenças culturais (masculino e feminino). Mas, se a distinção de gênero é universal, as categorias de gênero são sempre culturalmente determinadas (HEILBORN, 1991). Nessa perspectiva, a posição ocupada pela mulher terá nuances de maior ou menor prestígio social ou autonomia, conforme a cultura do meio social onde vive. Joan Scott confirma essa definição e acrescenta: “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1990, p. 14). Segundo Scott, o gênero é, pois, um primeiro campo no seio do qual – ou por meio do qual – o poder é articulado. Para ela, as mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações do poder.

Nesse mesmo sentido, Heilborn chama a atenção para o fato de que variedades de interpretações sobre a posição da mulher, nas diferentes culturas, assinalam a sua condição de maior ou menor exclusão da esfera pública ou política das sociedades e, em contrapartida, sua eterna associação às tarefas de cuidado com a prole. Para ela, se homens e mulheres, como integrantes da cultura, estão submetidos às mesmas convenções sociais, ainda que com papéis distintos, a mulher é, por assim dizer, capturada uma segunda vez na malha de uma suposta naturalidade, sobretudo quando se analisa seu papel a partir da construção cultural “família”. Diz a autora:

Por intermédio de certos mecanismos ideológicos a função feminina, determinada pela especialização biológica dos cargos, tende a ser estendida a outros campos. O seu caráter primariamente natural é transposto para outras atribuições culturalmente destinadas ao sexo feminino, obscurecendo-se desse modo o índice arbitrário da escolha cultural das modalidades de organização social que a família expressa. Na medida em que a família implica necessariamente uma divisão sexual do trabalho, o cuidado com a prole é sempre destinado às

Miriam Regina de Sousa

mulheres, recebendo uma carga simbólica de atributo pré-social da condição feminina. (HEILBORN, 1991, p. 29)

Podemos iniciar esta análise pensando na divisão sexual dos papéis, ainda existente em nossa sociedade e que se torna mais nítida nas camadas populares. Segundo Cynthia Sarti (1996), estudos sobre os pobres urbanos mostravam, na década de 1990, que ainda permaneciam, nas famílias das camadas populares, valores tradicionais e padrões patriarcais. Através de uma força simbólica, reafirmava-se a autoridade masculina pelo papel central que os homens exerciam de mediação com o mundo externo e de provedor da família. Segundo a autora, quando as mulheres trabalhavam fora, seu trabalho era considerado apenas uma “ajuda” no orçamento doméstico (o que muitas vezes ainda acontece). Por outro lado, da mulher sempre foi esperado um bom desempenho como dona-de-casa, cuidando de tudo e de todos e fazendo com que, apesar de pouco, o dinheiro seja suficiente para as despesas domésticas. Isso sempre implicou à mulher o papel de controlar o pouco dinheiro conseguido pelos que trabalham na casa, sabendo priorizar os gastos. Segundo Sarti,

A casa é identificada com a mulher e a família com o homem. Casa e família, como homem e mulher, constituem um par complementar, mas hierárquico. Em consonância com a precedências do homem sobre a mulher e da família sobre a casa, o homem é considerado o chefe da família e a mulher a chefe da casa.

A distribuição da autoridade na família fundamenta-se, assim, nos papéis diferenciados do homem e da mulher. A autoridade feminina vincula-se à valorização do seu papel de mãe e de controle do orçamento – que não tem relação com a sua capacidade individual de ganhar dinheiro, mas é uma atribuição de seu papel de dona-de-casa. (SARTI, 1996, p. 42-3)

Essa distribuição de autoridade, fundamentada nos papéis diferenciados do homem e da mulher, talvez possa explicar o maior interesse e participação feminina no movimento por moradia do Capitão Eduardo. Afinal, conseguir um lugar para morar está associado ao sonho da casa própria. Esta, do ponto de vista dos papéis masculinos e femininos, e na construção dos estereótipos de gênero existentes na nossa sociedade, tem a sua administração a cargo da mulher. Na fala das mulheres entrevistadas, fica visível não apenas a preocupação, como também a sua responsabilidade para com o

Miriam Regina de Sousa

pagamento do aluguel e com as demais despesas, tanto por parte daquelas que trabalhavam fora, quanto das que somente desempenhavam as tarefas domésticas e administravam o dinheiro trazido pelos maridos. É nesse misto de autoridade e papéis diferenciados pela questão de gênero que o sonho da casa própria assume um lugar importante na vida das mulheres entrevistadas.

Eu tava morando num barracão de dois cômodos, meus meninos já estavam um com 5 anos, outro com 6. Dois filhos, num barracão de dois cômodos, pagando aluguel... E pagava água, luz... Então tava pesando muito. Ali não sobrava quase nada. Dormia debaixo do travesseiro, o aluguel, a água e a luz. E eu ganhava muito pouco na época, o Paulo ganhava pouco e condição de comprar, assim, nós não tinha. Aí por isso que eu comecei nesse movimento... (Marlene)

Aluguel é triste, Miriam... A gente dorme assim, quando acorda, já tá na hora de pagar de novo... Só o Deja que trabalhava, porque eu fiquei dez anos só criando filho, dez anos pagando aluguel... dez anos de luta! Nossa! Eu tinha uma vontade de parar de pagar aluguel pra ver se o dinheiro sobrava pra outra coisa, né? Eu não sei como que eu comprava biscoito, buscava uma verdurinha... eu não sei como. [...] Aí, um dia, eu passei e perguntei que tanto de gente era aquele, né, aí falaram que era inscrição pra lote, eu entrei na fila... Aí fiz a inscrição e confiei! Fiquei lá, fui nas reuniões, muito tempo – os dois anos, que demorou... Tinha reunião uma vez por mês. (Lúcia)

Quando é a mulher que assume sozinha a responsabilidade econômica de sua família, torna-se ainda mais visível a dificuldade para a superação de sua situação de mulher, mãe, pobre e “sem-casa”. Nesses casos, nem sempre a necessidade de cuidado dos filhos menores impede a ausência da mãe do seu lar e, então, a situação vivida expressa um conflito entre as várias necessidades imediatas de sobrevivência da família. Este seria o caso da entrevistada Luzia, que teve dois filhos, mas não chegou a viver com o pai deles e sequer recebia do mesmo ajuda para o seu sustento. Para se dividir entre tantas funções – mãe, trabalhadora, dona-de-casa e provedora do lar, Luzia precisou viver, por algum tempo, longe de seus filhos e, ao envolver-se na luta pela moradia, se viu sozinha mais uma vez. A moradia, para ela, assume o significado de estabilidade, de segurança, de conquista da autonomia e de sucesso no fato de conseguir criar sozinha as suas crianças. Na realidade, são questões que a luta do movimento feminista sempre pautou na história das mulheres, sobretudo as das camadas médias. No

entanto, nem sempre as mulheres dos setores populares eram vistas como sujeitos desse processo de luta.

Luzia, Marlene, Edna e Lúcia participaram do movimento por moradia do Capitão Eduardo sem o apoio de seus maridos ou companheiros. Das cinco mulheres entrevistadas, apenas Rita contou com a participação do marido na luta por moradia, e, nesse caso, foi o Seu Moacir quem tomou a iniciativa de participação, sendo por ela acompanhado mais tarde. Quando essas mulheres foram questionadas sobre o que pensavam dessa participação maciçamente feminina no movimento por moradia, suas falas coadunaram-se nos seguintes pontos: os homens eram desanimados; não acreditavam no movimento; gostavam de ver futebol aos domingos (dia das reuniões); ou são menos participativos mesmo – traço por elas considerado como próprio da personalidade masculina.

As respostas dadas pelas mulheres apontam para aspectos da desigualdade de gênero, refletidos no lugar do homem e da mulher em nossa sociedade. Aqui, parece que vemos uma inversão: a casa, que cotidianamente é vista como o espaço privado para as mulheres, devido à sua própria precariedade, impulsiona essas mulheres para a dimensão pública do movimento. Já o mundo do trabalho, que é visto como a dimensão pública para o homem, no seu cotidiano, parece empurrá-lo para isolar-se na casa, como dimensão privada e, com isso, ser menos atuante no dia-a-dia do Movimento dos Sem-Casa. Além disso, o fato de algumas mulheres trabalharem em casa facilitava a sua participação, uma vez que não cumpriam com horário trabalhista, permitindo que articulassem, com as vizinhas, o cuidado com os filhos, para que pudessem participar de reuniões e demais atividades públicas do movimento.

Apenas Seu Moacir vai além desta análise, feita pelas mulheres, de que os homens participavam menos porque não acreditavam no movimento. Para ele, a mulher – mesmo aquela que trabalha fora – é quem carrega a responsabilidade da casa, dos filhos e da alimentação da família, portanto, é quem sente mais os efeitos da pobreza. Nesse sentido, para o Seu Moacir, a mulher lutava mais porque sofria mais diretamente os problemas do aluguel e da falta de dinheiro. Além disso, ele acha que os homens não dispõem de um instrumento básico para a luta que é “a força das mulheres”.

Miriam Regina de Sousa

O que eu vejo? Por que eu sinto que as mulheres participavam mais... **Eu acho que a mulher pobre – vamos colocar a mulher pobre, né? – sente as dificuldades na carne...** Eu vou citar um fato interessante que nessa semana correu demais nos jornais, na imprensa... foi o filme “Os dois filhos de Francisco”... A gente sente que a participação do pai do Zezé, é uma participação boa... Mas, de instrução dos filhos, de ter aquela força de caminhar com os filhos... de querer que eles fossem artistas... **Mas, a miséria... ela era vivida pela mãe... A mãe que vivia!** Eles mostram uma cena lá, que a criança fala: “Mãe, tô com fome...” “Filho, dorme, que a fome passa!” Quantas vezes nossas mães não passaram por isso?

[...]

A mulher trabalha em média, 16, 18 horas por dia... Eu falo isso porque ela trabalha isso! Nós [ele e a esposa, Rita] fomos preparar um casal pra fazer primeira eucaristia agora, um casal bom demais... Nós fizemos uma primeira reunião com eles dois. Ela falou que ela levanta 4 horas da manhã... ela levanta 4 horas, deixa tudo pronto, sai de casa cinco e quinze, chega seis e meia/ sete da noite... Ela levantou quatro da manhã! Chega em casa seis e meia, seis e quinze... sete horas, de acordo com o ônibus. Ela vai fazer tudo! Fazer tudo... entendeu? Ela vai ser mãe, vai ser pai, ela vai ser tudo e ela vai ser amante ainda... Então a mulher, realmente a mulher participa mais – eu vejo por essa parte!

Às vezes o cara é até bom, mas não acredita e... o homem é mais lento mesmo... o homem não tem a força da mulher não... Ele tem a força física... **A força psicológica e mental dela, que ela tem, o homem não tem essa força nunca!** O homem nunca vai chegar na força da mulher. Quando eu digo isso é porque eu estou casado, vai fazer 36 anos agora e hoje mesmo eu tava falando com Rita: “Pelo amor de Deus, cê tem que parar um pouquinho, minha filha, cê não tá agüentando nada...” E ela tá lá, levantando... e ela tá mal, ela levanta... Né? Eu admiro muito essa força... essa força juvenil que ela tem. Tem umas, não, mas é uma ou duas... é o mínimo. Em um milhão, tem uma ou duas que é lerda, mas... a maioria das mulheres tem essa força.

Um homem não tem nunca isso aí, ele não chega nunca a isso aí... Por mais que ele queira, por mais que ele possa esforçar, ele vai mudar, ele pode trocar de lugar, experimentar por um dia, ele não vai dar conta. Aquele jogo de cintura, aquele traço, aquela coisa, ele não tem não. Quem sou eu, pra ter essa força que Rita tem na mente dela, quem sou eu! A mulher tem uma força muito grande... (Seu Moacir; grifo nosso)

Sua análise de que as mulheres “sentem na carne” as dificuldades enfrentadas cotidianamente pelas camadas populares vai ao encontro do que afirma a socióloga Karen Giffin (1991, p. 178):

Miriam Regina de Sousa

Sendo as mais responsabilizadas pelo cuidado da casa, da alimentação e da saúde dos membros da família, são as mulheres dos bairros pobres que sofrem os efeitos mais diretos da moradia inadequada e da falta de bens e serviços públicos.

Corroborar essa análise a arquiteta Marlene Fernandes (1991, p. 156)³¹

Em relação à moradia é importante reconhecer que as mulheres são mais afetadas pela falta de espaço, pela precariedade das instalações, pela baixa qualidade das construções e pela ausência de serviços, tais como saneamento e energia elétrica. As mulheres são mais severamente afetadas pelas condições precárias de vida em ambientes insalubres e poluídos, devido às suas responsabilidades domésticas que exigem contato permanente e direto com problemas gerados pela escassez ou falta de serviços de água, esgoto e coleta de lixo.

A única fala masculina que parece apontar um reconhecimento em relação à força da mulher é a do Seu Moacir. No contexto pesquisado, tal afirmação não foi encontrada na narrativa dos outros entrevistados. Pelo contrário, na fala das mulheres entrevistadas, o que fica visível é uma tensão de gênero, em que a maioria dos maridos não aceitava a participação de suas esposas nas reuniões, reclamando de seus constantes afastamentos do lar para esse fim. A entrevistada Edna chegou a ser vítima até mesmo de ameaça de agressões físicas por parte do marido, quando assumiu a liderança do Movimento dos Sem-Casa, no bairro onde morava.

Eu era casada e, até então, meu marido não me deixava conversar nem com vizinhos... Ele que começou a ir na reunião, até que um dia ele chegou em casa e falou comigo que ia desistir porque aquilo não ia dar em nada, certo? Aí, eu pedi autorização ele, que deixasse que eu fosse na reunião, que quem sabe a gente daria sorte e conseguiria... Aí a AMABEL já tinha sido fundada no bairro União, pela Geraldina – que mora aqui na rua Hum – ela tinha conhecido o movimento, foi e registrou ele, só que ela tava com problemas, que o marido dela não queria que ela ficasse naquele movimento, porque tinha que ir nas reuniões à noite, nas quintas-feiras... **A gente ia na reunião com o padre Piggi e os outros membros da AMABEL de outros bairros, de sete da noite até onze/meia-noite... Chegava em casa quase que de madrugada. Então o marido dela não queria mais que ela continuasse e ela não tinha ninguém que assumisse. Então, nessa vez que o meu marido deixou que eu fosse, aí ela tava**

³¹ Mestre em Planejamento urbano. Foi vice-presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Mulher.

Miriam Regina de Sousa

precisando de alguém que a representasse em Brasília – o marido dela não deixava que ela fosse. Aí eu dei meu nome e falei que ia... Era com tudo pago, aí eu falei que ia. Aí cheguei em casa, falei com o meu marido, meu marido quebrou o pau comigo! Falou que não, que não ia deixar eu ir, que eu tava louca de pensar que eu ia em Brasília! Eu falei que era tudo pago, e que “já que você decidiu que não vai mais na reunião, que não vai mais lutar, eu resolvi ir pra eu poder lutar... Não tinha ninguém que levantou o dedo pra poder ir e precisa de um representante do bairro União, então eu vou!” Aí, naquilo eu não tinha roupa direito, tomei roupas emprestadas com pessoas, com vizinhos... e fui pra Brasília com a comitiva, né? **E aquilo, o caldo entornou! Meu marido quis até me bater! Ele era alcoólatra, ele quis até me bater, mas no final deu tudo certo. Eu fui pra Brasília!...** (Edna; grifo nosso)

Em outros casos, quando os maridos não se opunham tão diretamente à participação de suas mulheres no movimento, eles dificultavam essa participação de forma velada: não demonstravam interesse sobre o assunto, não colaboravam no cuidado com os filhos (considerado por eles como um papel feminino) para que as esposas pudessem ir mais tranquilas às reuniões, e alguns até ironizavam a expectativa das mulheres em relação à conquista da casa própria, tecendo comentários que tinham o objetivo de desestimular a participação feminina. Foi o que aconteceu nos casos de Marlene e Lúcia.

Ele viajava muito, né? Não tinha contato, não perguntava nada... **Às vezes eu pedia pra ele ficar com o Saulo pra eu ir pra reunião, ele não ficava... Se eu te falar que ele acreditava, eu tô mentindo.** É tanto que eu tava com uma barriga assim, da Amanda [mostrando com um gesto um barrigão]... Ele não ficava com o Saulo pra eu ir. Ele sabia que o Saulo era triste! Pois ele fazia eu levar o Saulo, porque eu não tinha com quem deixar... Ele não ficava também... Aí eu ia com aquele barrigão, atravessava a BR, que era lá no alto naquele posto, naquela rua lááá em cima... perto do campo. Aí quando eu chegava, às vezes ele falava – que às vezes eu demorava, né: “E sua casa, chegou aí, com você?” Eu falava: “Hoje, não, mas vai vim.” E eu acreditava!

Eles gostavam de futebol dia de domingo. Você acha que eles iam perder? A reunião era só aos domingos... Trabalho não era não! É jogo, era jogo na televisão, o meu mesmo jogava... “Cê acha? Vou perder meu futebol?” Quer dizer – pra um negócio que ainda tá em vista, né? Nem tá concretizado... Então eu acho, assim, que aqueles que iam mesmo é porque tavam ali firme e acreditavam... O Deja mesmo eu não posso falar que acreditava, porque ele não ia! (Lúcia; grifo nosso)

Miriam Regina de Sousa

Quanto à situação contrária, em que o marido participava e a mulher não, temos, entre os entrevistados, apenas o caso narrado pelo Seu Moacir. Segundo ele, devido às suas constantes ausências do lar, recebeu o ultimato da esposa Rita: “O movimento ou a família!” Porém, diante do argumento de que escolheria ficar com os dois (movimento e família), pois dali sairia a moradia deles, acabou conseguindo mais uma adepta para a luta.

Parece que o fato de as mulheres estarem participando com mais força do movimento deve-se à construção de um posicionamento político que se dá aliado a outros fatores que vão além daquilo que comumente atribuímos como a organização política de um movimento social. Há uma dimensão do reconhecimento próprio, do romper com um lugar social subordinado, de se fazer sujeito da própria história. Na maioria dos casos, os homens, considerados como provedores, tendiam a preservar o que já haviam conquistado (o emprego, o salário, a rotina que permitia uma estabilidade, o tempo de lazer com os amigos). Por sua vez, as mulheres das camadas populares encontram nos movimentos sociais a possibilidade de ampliação da sua sociabilidade. Na igreja, nas reuniões na escola, nas associações, encontram um espaço importante de convivência e de trocas. Desse modo, elas enfrentaram todas as dificuldades não apenas para conquistarem a moradia, mas também para ocuparem um novo espaço em suas relações cotidianas.

Além das dificuldades encontradas para superar essa construção histórica de desigualdade entre os papéis masculino/feminino, na relação conjugal, elas enfrentaram, ainda, no interior do próprio movimento, preconceitos de gênero fundados em concepções igualmente históricas e arraigadas. Um exemplo pode ser tirado do depoimento da Edna, quando ela fala das insinuações que sofreu, na época, por ser uma mulher na liderança do movimento:

Eu tenho algumas coisas marcantes... que a gente às vezes não quer nem comentar, porque são coisas assim, muito tristes... **Igual, a respeito de colegas, né, do movimento, que falaram da minha moral... O Seu Gentil, que já faleceu, né? falou que queria ter... [mostrando com um gesto a genitália feminina] né, pra poder conseguir as casas... Quer dizer, uns julgamentos muitos ruins.**

Miriam Regina de Sousa

Quando eu consegui os lotes aqui – porque eu consegui cento e tantos lotes pra só um núcleo, né? – aí o pessoal começou a “maldar”, falar que é porque eu tinha boas relações com o presidente da AMABEL, e não sei mais o quê... Tinha muito desse tipo de coisa! A gente sofreu muito com esse determinado tipo de coisa... (Edna; grifo nosso)

Essa narrativa demonstra a existência de tensões, preconceitos, machismo e de vários conflitos nas relações de gênero no seio do movimento pesquisado. E revelam que o fato de serem homens e mulheres vivendo juntos processos de exploração econômica e opressão social não implica, necessariamente, em uma postura mais democrática ou respeitosa entre os iguais e os diferentes do seu grupo social. Pelo contrário, é possível que o explorado passe a ser o opressor daquele que, no interior do próprio movimento, é socialmente considerado o seu igual, mas, ao mesmo tempo é cultural, racial e do ponto de vista do gênero, o seu diferente. Esses conflitos, usando as palavras de Gohn (1999), agiam como fatores desagregadores do grupo, enfraquecendo aquilo que, em tese, um movimento social deveria fortalecer, ou seja, a coesão interna.

As mulheres entrevistadas apresentam, ainda, duras trajetórias marcadas pela opressão masculina e de gênero, oriundas também dos seus familiares. Apesar de serem narrativas de mulheres dos setores populares, do ponto de vista da história das mulheres, as situações aqui descritas apresentam pontos comuns se comparadas com as trajetórias de mulheres das classes médias. A discriminação e desigualdade de gênero são questões extremamente complexas. Ao mesmo tempo em que ultrapassam as fronteiras socioeconômicas, essas mesmas fronteiras (somadas à raça e à geração) produzem especificidades. A narrativa da Marlene revela essas tensões nas relações entre pais e irmãos:

A Maria, minha irmã mais velha, casou primeiro. Ela teve uma filha com 17 anos... E me marcou muito que o papai pôs ela pra fora de casa... Eu tinha 16 anos e ela tinha 17... Aí ela ficou grávida e o papai não aceitou. Pôs ela pra fora de casa... e proibiu até a gente de conversar com ela. Minha mãe não podia nem ver ela... Ela foi pra casa da sogra dela. Ainda bem que a sogra aceitou e pôs ela dentro de casa. [...] Meu pai dizia que ela não prestava, que ia pôr nós tudo a perder... Você sabe povo antigo como é que era! Papai era muito ignorante...

[...]

Miriam Regina de Sousa

Meu irmão, às vezes a gente brigava, porque ele era muito folgadão também. O Miguel era do meio, bendito fruto entre as mulheres, que eu chamo ele, porque teve a Maria, eu, depois ele, aí veio a Vilma e a Teo... Aí quando eu tava arrumando pra casar, ele tava também! Só que eu fazia feira, fazia tudo, ajudava em casa e ele não. Enquanto eu tava lá, fazendo enxoval, ele queria que eu fizesse tudo, às vezes até me batia quando faltava alguma coisa pra ele pôr na marmita... e eu não carregava marmita não... Ele que carregava... Aí ele pegava, às vezes, até me batia. Porque papai dava muita autoridade pra ele, porque ele era o único homem da casa... Ele podia meter o coro na gente... Um dia, eu peguei um pau lá da tranca da janela e dei uma porretada nele, que nunca mais ele me pôs a mão! (Marlene)

Luzia também sofreu com o preconceito de um irmão que não aceitava sua gravidez, pelo fato de ser solteira. Ela conta:

Na minha gravidez do Helbert, foi uma gravidez muito tumultuada, sabe? Que eu tenho um irmão que ele não aceitava o Helbert de jeito nenhum! Se eu chegasse lá em casa e ele tivesse sentado, aí ele levantava... Depois, quando o Helbert cresceu, ficou maior, que ele aceitou... Mas eu nunca escondi os meus filhos de ninguém... Nunca escondi! Porque tem mãe que esconde, né? Eu falo a verdade, eu nunca escondi. (Luzia)

Como se pode ver, as relações de gênero, construídas no contexto da desigualdade de poder, se refletem no interior das famílias, neste caso, nas famílias das classes populares. Como já foi apontado antes, homens de qualquer classe social e, no caso estudado, vivendo em situação de exploração econômica e opressão social, muitas vezes, tornam-se os maiores opressores de suas mães, irmãs, filhas e companheiras. Mas vale ressaltar que a vivência da opressão não produz apenas subordinação. Como revelam essas mulheres, em suas narrativas, a opressão também é respondida com reação, luta, resistência e emancipação. Vejamos alguns exemplos:

O mais marcante que houve de tudo isso, foi que pra eu abraçar o movimento, pra eu ser o que eu sou hoje, pra eu conseguir ser eu - a Edna - e criar meus filhos, eu tive de perder um marido... Porque esse movimento, devido às minhas saídas, **ao meu marido querer um ritmo e eu mudar pra outro ritmo, então isso foi crucial pra nossa separação...** [...] **E pra eu acreditar que eu era capaz!** Tanto é, que eu fui saber que eu tinha capacidade de criar meus filhos - porque às vezes eu separava dele (porque ele era um alcoólatra) - mas voltava correndo porque eu achava que eu não era

Miriam Regina de Sousa

capaz de criar meus filhos... **E isso me mostrou que eu fui capaz de criar meus filhos sozinha, eu fui capaz de fazer minha casa sozinha...** (Edna; grifo nosso)

Foram dois anos de luta, mas eu tinha muita esperança! Tinha gente que ria de mim [referindo-se ao marido]. Quando eu chegava da reunião ele falava: “Trouxe a sua casa...?” **Eu respondia: “Hoje não, mas vai chegar...”** (Lúcia; grifo nosso)

É possível que muitas mulheres daquela época tenham deixado de participar do movimento por causa da oposição de seus maridos, companheiros ou irmãos. Mas no caso das mulheres entrevistadas, elas resistiram e/ou reagiram à opressão sofrida, dentro dos limites peculiares a cada uma – às vezes rompendo esses limites –, gerando um aprendizado também nas relações de gênero. Para além desse aprendizado, podemos reconhecer que elas foram à luta, não somente como forma de enfrentamento ou resistência à opressão masculina, mas para, diante das situações adversas, demonstrarem a si mesmas que eram capazes de dirigir os processos que afetavam suas vidas e de suas famílias.

Não podemos dizer que, depois da conquista dos lotes, as desigualdades de gênero desapareceram da trajetória de vida dessas mulheres. Se levarmos em consideração a luta incessante do movimento feminista e o lugar da desigualdade de gênero na sociedade brasileira, certamente afirmaremos que não. No entanto, essa dimensão escapa aos objetivos da pesquisa aqui proposta, mas aponta para novas possibilidades de investigação dentro do universo privilegiado neste trabalho.

Além da questão de gênero, outras lutas fizeram parte da vida dessas mulheres, no panorama da construção do bairro Capitão Eduardo. Entre elas, destacam-se: a luta pela água e a luta pela escola.

3.1.2- Questões de gênero e a luta pela água

A luta pela água foi citada por todos os entrevistados como um fato marcante na construção do bairro Capitão Eduardo. Como já foi dito, foi o Seu Moacir quem assumiu a presidência da Associação de bairro, em sua primeira formação, sendo acompanhado por cinco mulheres nos demais cargos existentes: vice-presidente,

primeira e segunda secretárias, primeira e segunda tesoureiras. Juntos, eles iniciaram essa batalha pela água junto aos órgãos responsáveis. Mas, em todas as narrativas, inclusive na do Seu Moacir, fica claro o quanto a falta do abastecimento de água caía, mais uma vez, na conta das preocupações femininas e como eram elas as responsáveis por conseguir armazenar e, de forma racionada, fazer o uso doméstico da mesma.

Marlene Fernandes reitera a questão dos papéis sociais atribuídos aos homens e às mulheres quando analisa a utilização da água pelas famílias pobres, em um estudo sobre mulheres e saneamento básico. Assistimos, portanto, a uma divisão sexual das tarefas, marcada, no fundo, por uma posição desigual socialmente atribuída: homens como “provedores” e mulheres como “cuidadoras”. Tal posição afeta o dia-a-dia das pessoas e pode, inclusive, orientar sua visão sobre si mesmas, sobre o outro, sobre as diferenças e as desigualdades.

Em seu papel social, as mulheres necessitam diariamente de água suficiente para cozinhar, lavar roupa, limpar a casa e manter a sua higiene e a de sua prole. Se a água é escassa ou difícil de conseguir, a mulher é quem determinará as prioridades no seu uso e terá um trabalho maior para manter um mínimo de salubridade no lar e na comunidade, muitas vezes em detrimento de sua higiene pessoal e de sua saúde. (FERNANDES, 2001, p. 156)

A busca de água, o afastamento do esgoto e do lixo são tarefas raramente assumidas pelos homens, que são vistos, em geral, como os provedores da família e, portanto, ausentes e isentos de tarefas ditas “domésticas” (FERNANDES, 2001).

De fato, na falta de infra-estrutura mínima no local, são as mulheres do bairro Capitão Eduardo que sentem, de modo mais contundente, a falta da água encanada em suas casas, pois a elas é atribuída a responsabilidade pela manutenção desse recurso. Poder-se-ia dizer que tal responsabilidade (relacionada aos cuidados com a casa e com a família) devia-se ao fato de elas permanecerem mais tempo no lar. Contudo, mesmo no caso das entrevistadas que passavam o dia inteiro no trabalho, ao regressarem às suas casas, a elas cabia o encargo de garantir o abastecimento de água. Vemos, portanto, no universo analisado, a presença da dupla jornada de trabalho da mulher, tão denunciada pelo movimento feminista e examinada nas pesquisas que tematizam as questões da mulher. Nos dizeres de Giffin (1991, p. 174):

Miriam Regina de Sousa

Com a separação espacial das atividades de trabalho remunerado, o homem se afasta do domicílio e a mulher é responsabilizada socialmente pela totalidade das tarefas domésticas. Apesar disso, quando a família precisa de renda, ela é lançada na busca da remuneração e assume, normalmente, a dupla jornada: trabalho remunerado e trabalho doméstico. São responsabilidades dela ir buscar água onde houver, em quantidade que ela ache suficiente, tomar cuidados para que não haja contaminação da mesma, ensinar e fiscalizar os hábitos higiênicos da família, além de preparar os alimentos, lavar roupas, utensílios e dependências da casa.

Tal afirmativa pode ser notada no depoimento de Marlene, que mesmo trabalhando o dia todo – assim como o marido –, ao retornar para casa, era quem assumia a preocupação e o cuidado de garantir água para a família:

Vinha água no caminhão-pipa, e a gente carregava pra dentro de casa. **Tinha dia que eu chegava do serviço, não tinha uma gota d'água mais. Tinha que trazer de lá ao menos um galão de água pra pôr no filtro... Lá de onde eu trabalhava... dentro do ônibus... Porque eu chegava aqui não tinha mais água...** que eu saía de manhã e chegava de noite, né? Ainda bem que eu tinha um patrão muito bom e eu lavava roupa lá mesmo... Fiz isso um bom tempo. Até conseguir eles pôr a água aqui pra gente... (Marlene; grifo nosso)



Figura 12 – O abastecimento no caminhão-pipa

Quando algum homem no bairro tomava para si esse encargo de buscar água, o que se pode notar, a partir das entrevistas, é que as mulheres sentiam-se intimidadas pela presença e “ameaça” masculina. É possível analisar, então, que o fato de um homem buscar água não implicava em uma postura menos machista e numa relação

Miriam Regina de Sousa

menos tensa com as mulheres. Pelo contrário, o homem explorava o seu lugar social de “macho” para intimidá-las e desrespeitá-las. As mulheres percebiam que era tudo isso que estava em jogo, mas sentiam-se amedrontadas, pois, por um lado, agiam condizentes com um papel de subordinação introjetado e, por outro, conviviam dia-a-dia com a violência masculina. O relato feito por Lúcia explicita essa visão:

Tinha um moço aqui – que ele até já faleceu – ele punha a mangueira na boca do chafariz, ficava olhando e os filhos enchendo lá embaixo, e nós assim, Miriam! [mostrando os braços cruzados] **Não podia falar nada! Ele fazia isso e ninguém podia fazer nada – esses “galão de briga”, sabe?** E eu vivia com os meninos, o Deja não tava aí, como que eu podia brigar? Não podia... **Tinha que aceitar! Aí ele enchia a dele e liberava... Mas quem podia fazer lei aqui?... Não podia...** (Lúcia; grifo nosso)

Apesar de tudo isso, algumas mulheres reagiram e esse comportamento provocou a explicitação da violência simbólica que os homens lhes impunham quando iam tirar água, monopolizando e desrespeitando a fila. Nesse enfrentamento, homens e mulheres chegaram mesmo a agressões físicas e verbais, como continua relatando Lúcia:

Um dia, lá naquela rua de cima, nós tão só escutando: **“Que eu te mato!!! Que eu faço e aconteço!!!” – Um homem chegou revólver na cabeça de uma mulher, por causa da água...** Aqui embaixo, tinha discussão toda hora! Cê escutava cada palavreado, que cê nem agüentava... por causa de água... (Lúcia; grifo nosso)

Parece que a associação de moradores formada após a conquista dos lotes não se posicionou diante desses conflitos e, talvez pela intimidação, as mulheres não transformaram tais situações em denúncia. O próprio Seu Moacir, então presidente da Associação, reconhece as tensões de gênero, as relações de poder e outras questões subjetivas ao machismo e à masculinidade. Mas parece que, apesar de reconhecer, ele não fez nada para mudá-la. Se fez, não é explicitado em sua narrativa.

O povo pegava água no chafariz e carregava na cabeça pra casa... Quer dizer, parece que maravilha, né? Mas não era assim... Isso só não deu morte, porque Deus é misericordioso... O cara falava assim: “Hoje eu levo nem que seja sangue na lata!” O cara que era mais forte, colocava 10, 20, 30 latas, o outro ficava sem nada... certo? Isso porque já tinha água no chafariz, você não morria mais de sede... E você pode

Miriam Regina de Sousa

imaginar quando o caminhão tinha que vir botar... **O caminhão botava água pra aquela bonitona, mas não botava água pra feia...** (Seu Moacir; grifo nosso)

A sua fala expressa também como o jogo da sedução, presente nas relações de gênero, opera em todos os níveis. Podemos observar, mais uma vez, a desigualdade e preconceito de gênero quando ele narra – apenas na condição de observador – o fato de que o caminhão colocava água para as mulheres consideradas esteticamente mais bonitas.

Além de presidente da Associação, o fato de Seu Moacir ser homem poderia garantir-lhe uma maior proximidade e penetração no universo masculino do movimento, no sentido de tentar minimizar alguns desses conflitos. Contudo, apesar de tomar conhecimento de tais questões, Seu Moacir parece se colocar acima delas. Talvez por sua formação moral, de forte cunho religioso, somada a uma postura pessoal que evita entrar em tensão, seu discurso parece não admitir conflitos e desavenças envolvendo sua própria pessoa. Sua fala reflete uma determinada lógica da tradição cristã, e isso talvez nos ajude a compreender o porquê de sua postura de acomodação e silenciamento frente a tensões internas tão evidentes. Uma lógica que abafa, nega e oculta os conflitos vividos, deixando-os latentes.

A minha relação com as famílias era a melhor possível! Ainda hoje é a melhor possível... Eu creio que eu não tenho nenhum atrito com ninguém. Pelo contrário... Se eu ofendi alguém, se eu souber, eu me desculpo, se alguém me ofendeu não precisa pedir desculpa... Eu que tenho que fazer minha parte. (Seu Moacir)

Também, entre as próprias mulheres, havia conflitos e momentos de tensões por causa da água. Principalmente porque algumas pessoas passaram a armazenar água para aquelas que trabalhavam fora, recebendo pagamento por isso. Eis um exemplo micro de corrupção, estimulado pela falta de condições dignas de moradia. Não se trata de dizer que estes ou aqueles sejam vítimas ou vilões. A idéia é analisar a multiplicidade de dimensões existentes no movimento analisado. A pesquisa revela os jogos, as relações de poder e os conflitos que existem no interior do movimento e nos ajuda a

tirar o véu de romantismo que teima em pairar sobre os sujeitos dos movimentos sociais, como se, entre eles, pudesse existir somente relações solidárias.

A demora do Estado em garantir serviços básicos adequados, como o abastecimento de água, dá espaço para que as disputas entre os moradores aconteçam e se acirrem. Repete-se a velha história da distribuição de poucos recursos diante das numerosas demandas das populações carentes. A história de construção do bairro Capitão Eduardo explicita a forma pouco responsável como o poder público lida com as populações empobrecidas e como a moradia popular não é colocada no campo dos direitos pelos governos de cunho populista e autoritário. O fato de possibilitar-lhes o lote sem as condições adequadas de sobrevivência é um exemplo disso. Assim, as tensões e conflitos que surgem dessa forma de conduzir a política de moradia, para os setores populares, acabam se voltando contra a própria classe popular, que passa a ser vista como violenta, desunida, pouco articulada.

A união em torno de direitos coletivos, como a moradia e a terra, carrega elementos internos muito complexos. As questões que tocam nas condições mais imediatas da vida das pessoas, como a água, a comida e o transporte, se agravam ainda mais quando a moradia é colocada como favor do Estado e não como direito social. São os movimentos sociais como os Sem-Casa e os Sem-Teto que denunciam tal situação para a sociedade e conseguem pressionar o poder público.

3.1.3- Questões de gênero e a luta pela escola

Após a conquista dos lotes no bairro Capitão Eduardo, a demanda por escola foi uma das primeiras apresentadas pela associação dos moradores, junto aos órgãos públicos. Poderíamos fazer essa análise a partir das considerações de Rogério Campos:

A escola alcança outras dimensões, além de seu papel de equipamento voltado para a educação, onde se “ministra o ensino”. Nas vilas que se formam a partir da ocupação de terras públicas ou particulares, a reivindicação por escola, além de ser uma exigência da educação, tem o aspecto de ser parte da luta pela consolidação/legitimação do núcleo habitacional nascente. As mobilizações por escola ligam-se a esse fato. É muito difícil desalojar moradores de vilas, onde o equipamento existe. A resistência dos órgãos públicos em construir escolas nestes

Miriam Regina de Sousa

locais, ou pelo menos em nomear professores públicos para lecionar nas escolas construídas pelos moradores, revela também o pano de fundo da luta surda pela posse da terra. (CAMPOS, 1989, p. 91)

Além do direito à educação, o objetivo apontado pelo autor pode ter sido um dos fatores motivacionais da luta por escola, no bairro recém-conquistado, haja vista que os primeiros moradores foram “assentados” em 1988, e, já em 1991, a Escola Municipal Governador Ozanam Coelho estaria sendo inaugurada. Mas, nas narrativas dos sujeitos entrevistados, a luta pela escola, como garantia de legitimação do bairro, não é apresentada de uma maneira explícita. O que fica mais forte em suas falas é a luta pela escola como garantia do bem-estar das crianças e solução para os muitos casos de mães que precisaram se separar de seus filhos para que eles continuassem os estudos em seus bairros de origem, deixando-os com parentes ou conhecidos.

Nessa perspectiva, naquele contexto, a escola era vista não só como direito social à educação, mas, também, como direito de gênero, de garantia de condições para que as mulheres pudessem levar à frente a educação e o cuidado dos seus filhos. Podemos dizer que, do ponto de vista da análise de gênero, a luta pela escola possui sentidos e significados diferentes para homens e mulheres, principalmente, dos setores populares. Tal constatação me leva a incluir mais esse tópico no tema da participação das mulheres no movimento por moradia.

Foram as mulheres do movimento, e “em movimento”, mais uma vez, as maiores interessadas nessa conquista e as mais engajadas na luta. Sabemos que, no imaginário social brasileiro, é delegada às mulheres a responsabilidade pela educação dos filhos. Isso colocava as entrevistadas em uma situação de conflito interno: precisavam garantir a continuidade dos estudos dos filhos, mas, para isso, precisavam pagar o preço de viver distante dos mesmos. Vejamos o depoimento de Luzia:

Eu mudei não tinha luz, não tinha água, não tinha nada! Nem ônibus! Era o “poeirinha”, né? Eu vinha, chegava, já chegava com a vela na mão... Arriscava, que eu ficava aqui sozinha... o Helbert ficava no União...com a Dona Maria... Ficava com dó de trazer ele pra cá... tinha que levar todo dia, que ele estudava lá no União, na escolinha lá... [...] Foi até ele com nove anos... Até melhorar aqui... Porque aqui não tinha colégio, né? (Luzia)

Algum tempo depois, foi inaugurada uma Escola Municipal, na BR³² que dá acesso ao bairro, e muitas mulheres puderam matricular suas crianças lá. Mas, como a distância não era pequena, a estrada era de terra e não havia meio de transporte do bairro até lá, muitas mães optaram por não matricular seus filhos, aguardando a construção de uma escola no próprio bairro. Tal estratégia, se for interpretada fora do contexto das condições de vida daquelas mulheres, pode parecer uma atitude de desatenção ou de não cumprimento do dever para com a educação dos seus filhos. No entanto, ao ouvirmos as narrativas das moradoras, através das quais elas retomam as suas lembranças do movimento social do qual fizeram parte, somos levados a ponderar sobre as dificuldades de organização do bairro, após a conquista do lote. Além disso, ao caminharmos pelo espaço hoje ocupado pelo bairro Capitão Eduardo e conhecermos o local onde o mesmo está situado, poderemos entender a atitude dessas mulheres como uma estratégia de sobrevivência e de cuidado com suas crianças, condicionada pelo contexto das desigualdades por elas vividas.

Mesmo as mães que colocaram seus filhos para estudar na Escola da BR continuaram a luta por uma escola “deles”. Acompanhando as narrativas a respeito dessa fase, podemos perceber que eram prioritariamente as mulheres as que mais se preocupavam e se mobilizavam ao tratar-se da escolarização das crianças:

Eles iam a pé pro Pérsio. Eu tinha a Dedezza nova [filha caçula], então Vanilda [uma vizinha] levava a Amanda pra mim... Levava uma renca de menino, tadinhos... Na volta, já era de noite, naquele túnel escuro... [túnel que dá acesso ao bairro] cheio de altos e baixos... buracos... cê via só menino caindo... cê ouvia só: “Ô Vanilda, ô Van...” era menino caindo... Ela trazia muito menino... Dessa altura de barro, molhado... foi muito tempo, tadinhos... Nossos meninos estudaram muito tempo lá... (Lúcia)

Seu Moacir, como presidente da Associação do bairro, naquela época, também teve uma participação efetiva nessa luta pela construção da escola. Contudo, sua fala (ainda que essa preocupação existisse) não reflete a mesma preocupação sentida na fala das mulheres, que era o bem-estar imediato dos filhos. Para o Seu Moacir, a importância

³² Escola Municipal Pérsio Pereira Pinto.

da construção da escola estava diretamente ligada à sua função social de educação e conscientização das crianças e jovens, o que abordarei mais à frente, ao refletir sobre o papel da escola atribuído pelos sujeitos da pesquisa.



Figura 13 – Entrada lateral da Escola Municipal Governador Ozanam Coelho (EMGOC)

3.2- As ações de solidariedade

A necessidade de lutar em um momento por luz, noutro por água, em seguida por escola, e assim por diante, vai aproximando as mulheres do bairro Capitão Eduardo e criando, entre elas, um vínculo de ajuda mútua e redes de voluntariado. Chamarei a esse vínculo de ações de solidariedade, que incluía também os homens.

As mulheres iniciaram essa rede de solidariedade cuidando das crianças de outras mulheres, para que estas pudessem se deslocar até “à cidade”, para levar um filho ao médico, fazer uma compra, etc. Depois, passaram a combinar, entre elas mesmas, um revezamento: aquela que ia ao centro (ao comércio) trazia as encomendas das demais.

Aqui você não achava nada! Tinha que fazer as compras, descer lá na BR e vim aquilo tudo a pé, com Deus. Tudo você tinha que buscar, como diz eles, em Belo Horizonte [riso]. [...] A gente era muito unido, né? Nossa! A Neuza, Vanilda, Delza... era igual uma família só... porque tava longe de tudo! Se uma ia na cidade, trazia tudo pra outra: é creme, é xampu... Que uma olhava os filhos pra outra ir... (Lúcia)

Miriam Regina de Sousa

Tendo as crianças começado a estudar na escola localizada na BR, mais uma vez, as mulheres/mães se organizaram fazendo um revezamento em que cada uma ficava responsável por levar e buscar as crianças em dias pré-determinados.

A preocupação com a escolarização dos filhos e todas as dificuldades enfrentadas pelas mães para mantê-los estudando na BR – sem falar naquelas, já citadas, que precisaram deixar seus filhos morando em outros bairros – fizeram com que as mulheres se unissem na luta por uma escola no bairro. Como a Prefeitura alegava que não havia condições imediatas de contratação de funcionários, as mães se organizaram em um grupo de voluntárias, que trabalharam por cerca de um ano como serventes da escola, sem receber por isso nenhuma remuneração. Novamente, é a entrevistada Lúcia quem relata a união dessas mães para tornar possível o funcionamento da escola.

Trabalhei sei meses como voluntária... Deixava meus meninos onze e meia, com comidinha... Eu e outras mães... Nós éramos umas dezesseis... **Trabalhamos seis meses sem ganhar nada... quase um ano...** Eu fui uma das que não saiu. Muita gente abandonou com seis meses, com nove... Eu não saí! Eu, Vanilda... não saímos... continuamos! [...] Lavava aquele pátio todo dia... **A gente tinha aquele compromisso: a merenda das crianças... Pra quê? Pras professoras continuarem e nós ter como deixar nossos filhos aqui e não ter que ir pra BR, na chuva...** Então, o almoço, três meses pras professoras nós demos, eu e a Van – não sei como. Com aquela dificuldade, não sei como... demos o almoço três meses, porque não tinha onde elas comprarem uma bala! (Lúcia; grifo nosso)

Como é possível observar, as ações de solidariedade entre as mulheres entrevistadas giram, na maior parte das vezes, em torno dos cuidados com os filhos (saúde, escola) e com a família. Mesmo quando a solidariedade se estende às professoras da escola, trata-se de garantir a alimentação das mesmas. Ou seja, quando as mulheres pobres deixam suas casas para prestarem um serviço voluntário, esse serviço é um desdobramento das suas funções domésticas: lavar, limpar e cozinhar. O que reforça a análise inicial sobre a desigualdade presente na distribuição dos papéis masculinos e femininos, sobretudo nas camadas populares.

No entanto, os homens também participaram dessas redes de solidariedade que fizeram parte da construção do bairro Capitão Eduardo. De um modo geral, atuavam

Miriam Regina de Sousa

como voluntários nos mutirões que se organizaram para a construção dos primeiros barracões no bairro. Aqueles que tinham o ofício de pedreiro ou servente de pedreiro uniam-se e ajudavam-se mutuamente, assim como aos demais vizinhos. Segundo PEREIRA,

O mutirão é a forma viva da solidariedade. Além de suprir a falta de recursos, o sistema de mutirão estabelece um rodízio – aquele que foi ajudado passa a ajudar o outro. A construção é feita nos fins de semana e ajuda resolver o problema de moradia através de laços sociais de troca e partilha de favores. (PEREIRA, 1990, p. 63)

Contudo, muitas pessoas no bairro Capitão Eduardo precisaram contratar pedreiros para a construção de seus barracões. Das seis pessoas entrevistadas, três relatam que não foram beneficiadas pelo sistema de mutirão. Talvez porque, entre elas, não existisse nenhuma que pudesse retribuir com mão-de-obra, uma vez que o marido da Marlene já estava doente, o marido da Lúcia trabalhava viajando e Luzia não tinha um companheiro. O mutirão funciona como uma rede de trocas. Nesse sentido, as pessoas se comprometem a dar, receber e retribuir. Aqueles que não têm condições de completar o ciclo da reciprocidade, geralmente, ficam em situação mais delicada ou desvantajosa em relação ao grupo. Mas devo me ater a essas considerações como simples hipóteses, uma vez que, na ocasião das entrevistas, não indaguei o motivo da não participação dessas famílias no sistema de mutirão – comum à época da construção do bairro.

As ações de solidariedade não consistiram apenas nos cuidados com as crianças, por parte das mulheres, e na construção das moradias, por parte dos homens. Tampouco foram rigidamente divididas em funções masculinas e femininas, como pode ter aparentado até aqui. Muitas vezes, homens e mulheres se ajudavam mutuamente ou se uniam para ajudar os outros. Foi o caso do Seu Moacir, Rita e Marlene, que, no início da formação do bairro, uniram forças promovendo a arrecadação e distribuição de materiais de construção e gêneros alimentícios para os moradores mais necessitados. Vejamos o relato da entrevistada Marlene:

Eu fiquei conhecida no bairro, de todo mundo, porque no início eu ia de casa em casa, procurar nome pra ver quem precisava das coisas... E

Miriam Regina de Sousa

uma coisa que eu preocupava muito era em época de Natal, ver as pessoas mais necessitadas pra fazer cesta, pra levar pras pessoas... Porque tinha muita gente que morava em barraca de lona, né? E o Seu Moacir lutou muito também pra eles conseguirem material pra construir. Eu lembro muito que na época que o Seu Moacir foi presidente, a maioria aqui que começou a morar, invadiu e armou as barracas, aqueles que não conseguiram ganhar foram invadindo. Então, ele começou a lutar pra poder arrumar os pedaços e material pra essas pessoas que invadiram... Aí Seu Moacir foi arrumando, na época que ele foi presidente... Acho que foi até com essa verba que o Newton Cardoso deu, que ele conseguiu e comprou material pra poder tirar o pessoal da barraca de lona... e construir os barracões... (Marlene)

Sua fala permite uma reflexão sobre a existência de ações de solidariedade, de preocupação e cuidado com o outro, mesmo entre aqueles (talvez até mais entre estes) que não têm quase nada a oferecer. Tanto Marlene quanto o Seu Moacir viviam situações delicadas no novo bairro. Não dispunham de água ou luz. Tinham filhos para cuidar e outras preocupações pessoais. A diferença é que não haviam “invadido” e não moravam em barracas de lona. O que os teria movido, assim como a outros moradores que participavam dessa rede de solidariedade, a arrecadar material de construção e alimento para as famílias mais necessitadas? Seria apenas o fato de serem participantes da Associação do bairro? O próprio fato de terem assumido a Associação já não seria um diferencial em suas condutas? Seria puro assistencialismo? O que essas ações nos ensinam? Até que ponto elas podem ser consideradas, também, como processos educativos do movimento e como elas podem nos educar nos dias de hoje?

Lembremos que, neste trabalho, a educação é tomada em seu sentido mais abrangente, ou seja, como processo de formação humana. Penso que, nas ações dessas pessoas, destaca-se a questão da experiência cotidiana de vida, superando idealismos. No contexto da luta pela casa, o que pode ser feito para diminuir o sofrimento do outro, deve ser feito. Cessar o sofrimento de alguém pode ser um primeiro passo para lhe conferir dignidade humana. Assistencialismo? Talvez. Principalmente se partisse das classes mais abastadas, que poderiam participar de forma mais ativa no exercício de construção da cidadania dos “pequeninos do mundo” – usando as palavras de Paulo Freire. Em outras palavras, poderiam se dedicar a ações mais conseqüentes que a

distribuição de cestas de Natal, afinal, como disse a entrevistada Edna, “o pobre come o ano inteiro”. Do Estado e da sociedade como um todo, esperam-se ações que garantam a emancipação das minorias. Mas ali, naquela situação-limite, atitudes de pessoas como Marlene e Seu Moacir lhes conferem grandeza, podendo sim ser consideradas como ações de solidariedade, e não como mero assistencialismo.

Tais ações de solidariedade eram comuns entre os moradores, no início da construção do bairro Capitão Eduardo. Unidos pelas mesmas dificuldades materiais, onde a falta era a tônica – falta de água, luz, asfalto, ônibus, escola –, essas pessoas encontravam apoio umas nas outras. Nesse mesmo campo, em que prevaleciam as carências materiais, existiam também as tensões e conflitos internos já comentados. Mas parece ser exatamente daí que nascem as ações de solidariedade: de onde existe a falta, a carência, as tensões e os conflitos. A periferia urbana abriga tais dimensões. Transcrevo, a seguir, parte de um texto de Magnani, citado por Chaui (1994b, p. 69), que trata das relações sociais nos bairros de periferia.

Quando se compara a periferia com bairros ocupados por outras classes sociais pode-se avaliar a importância daquele “pedaço” para as camadas de renda mais baixas. Diferentemente daquelas classes – onde na maioria das vezes os vínculos que ampliam a sociabilidade restrita da família nuclear não são os de vizinhança, mas os que se estabelecem a partir de relações profissionais – uma população sujeita a oscilações do mercado de trabalho e a condições precárias de existência é mais dependente da rede formada por laços de vizinhança, parentesco e origem. Essa malha de relações assegura aquele mínimo vital e cultural que assegura a sobrevivência, e é no espaço regido por tais relações que se desenvolve a vida associativa, desfruta-se o lazer, trocam-se informações, pratica-se a devoção. Onde se tece, enfim, a trama do cotidiano.

Não que conflitos, tensões e ações de solidariedade não existam em outras classes sociais e meios urbanos, mas, é na periferia que se encontra essa rede de solidariedade que se desenvolve de acordo com as necessidades, com a cultura e com as relações estabelecidas pelas pessoas em situação de pobreza. As ações e lutas por conquistas imediatas possibilitam a esses sujeitos a ampliação do sentido de justiça e o reconhecimento de seus direitos.

3.3- Leitura política do movimento

A socióloga Mercês SOMARRIBA (1990) afirma que, a partir do período de intensa urbanização do Brasil, o problema da moradia passou a ser amplamente utilizado por partidos e lideranças políticas, com vistas à obtenção dos votos e ao controle político dos setores populares. Somarriba assinala dois grandes períodos em que essa bandeira foi acenada: na década de 1950, por Jânio Quadros, em São Paulo; e na Nova República, a partir de 1986. Em Minas Gerais, ela destaca que a campanha para governador do Estado do então candidato Newton Cardoso foi inteiramente calcada no sonho da casa própria das camadas populares.

Lembremos que é exatamente nesta época – década de 1980 – que se inserem a conquista e as lutas do bairro Capitão Eduardo. Somarriba nos adverte para o fato de que, na época, um grande número de moradores das camadas populares destinava boa parte de seus salários ou ganhos, já minguados, às despesas com o aluguel de um barracão, e que, num quadro deficitário como esse, o sonho da casa própria acabava por se tornar um instinto de sobrevivência. Para ela, a total carência de recursos estimula a organização das camadas populares para a reivindicação de direitos, mas, ao mesmo tempo, cria solo para a retomada de uma prática que ela chama de populismo urbano.

O que caracteriza, pois, as condições de moradia de grandes contingentes da população urbana é a ausência de condições mínimas de vida na cidade e sua enorme dependência, para obter acesso a este mínimo, da atuação do Estado. Sua carência de direitos os torna extremamente vulneráveis ao sistema político e às lideranças que fazem desta carência uma arma fundamental para controlar e forçar sua lealdade política. (SOMARRIBA, 1990, p. 141)

Essa forma de controle e de pressão sobre as camadas populares, a fim de receber delas a suposta lealdade política, alertada por Somarriba, pôde ser encontrada no contexto desta pesquisa. A vulnerabilidade dos sujeitos do movimento pesquisado, em relação aos “favores” obtidos, pode ser percebida no depoimento abaixo:

Aí veio o colégio... Foi o Newton Cardoso que fez. Quem fez mesmo foi o Estado, depois passou pra Prefeitura... O Newton Cardoso, que nós fomos atrás dele, ele deu a verba pra fazer o colégio... Deu uma verba também pra melhoria no bairro. Padrão de água, de luz... Muita

Miriam Regina de Sousa

gente aqui tem padrão de água e de luz que o Newton Cardoso que deu... (Marlene)

Segundo Somarriba, a gestão de Newton Cardoso como governador evidenciou uma ênfase no problema da moradia popular como cálculo eleitoral. Ela destaca uma entrevista concedida por ele, um pouco antes de sua posse. Vejamos um trecho dessa entrevista, a fim de analisarmos ao lado da fala da entrevistada Marlene, anteriormente citada:

Não me dirijo à classe média porque não poderia, com toda honestidade, fazer muita coisa para melhorar seu padrão de vida... Em compensação, pelos pobres, um governo pode fazer muito. É simples. Atender o pobre é barato, muito barato. É engraçado como a maioria dos políticos não percebeu isso... Por exemplo: com 15.000,00 você constrói a casa pra uma família morar. É uma casa simples, sem muito conforto. Mas representa o fim de 30 anos de sacrifícios e de tristeza para aquelas pessoas.³³

Parece que Newton Cardoso acertou em cheio na escolha do seu carro-chefe: um programa de moradias populares. Embora a construção do bairro Capitão Eduardo tenha se dado pelos trâmites da Prefeitura, e não do Estado, foi possível entender, pelas entrevistas de Marlene e Seu Moacir, que foi um convênio firmado entre a Associação do bairro e o governo de Newton Cardoso, que viabilizou a construção de aproximadamente 170 casas. Isso se deu porque o material doado pela Prefeitura para a construção dos barracões não havia sido suficiente para todos os assentados. Ainda que se saiba hoje que, em seu governo, Newton Cardoso tenha deixado muito a desejar – sobretudo no que se refere às questões sociais mais prementes, como saúde, educação e a própria questão da moradia –, o que parece ter ficado gravado na memória das pessoas “beneficiadas” foi realmente o “fim” dos anos de sacrifícios e tristezas mencionados por ele em sua entrevista.

Vemos, então, como funciona, na prática, o exercício de uma gestão populista que deturpa o papel do Estado e usa a pobreza da população – gerada, entre outras

³³ Entrevista de Newton Cardoso: Sou um trator, *Revista Veja*, 18/02/87, p. 6. (Retirada do texto de Maria das Mercês Somarriba, *Sociologia*. In: PEREIRA, William César Castilho: *O adoecer psíquico do subproletariado*. Belo Horizonte: SEGRAC, 1990. p. 143.

Miriam Regina de Sousa

coisas, pelo próprio uso indevido da máquina pública e pela ausência de políticas sociais realmente eficazes – para garantir interesses pessoais, políticos e partidários. Esse emaranhado nem sempre é percebido pela população, que acaba por confundir o seu direito à moradia com “dádiva” ou favor do Estado ou do governante em questão. Em outros momentos, essa manipulação é percebida sim pelos setores populares, que começam também a “jogar” com o populismo, a fim de alcançar os seus objetivos. Trata-se, porém, de um jogo perigoso e complexo!

Sérgio Ferrara foi outra figura que construiu sua popularidade entre as camadas pobres da população de Belo Horizonte, através do assentamento de famílias em terrenos pertencentes ao poder público. Ainda que a autorização de tais assentamentos tenha derivado de um longo processo de lutas e mobilizações dessas pessoas – como já explicitado nos demais capítulos deste trabalho – permanece, entre algumas pessoas, a idéia do favor e da gratidão. Vejamos alguns exemplos:

Nós pedíamos era um lugar pra gente construir, né? Um pedaço de terra, que desse pra gente construir. Nós até não esperava – foi muita surpresa, conseguir os materiais, pelo menos pra dois cômodos... Que nós não esperava isso não, e o Sérgio Ferrara fez isso pra nós. Por isso que a gente agradece muito o Sérgio Ferrara... (Marlene)

Uma outra fala da Marlene reforça essa leitura de que, além de Sérgio Ferrara e Newton Cardoso, todos os políticos da época que “se dispunham” a ouvir e falar com as camadas populares eram vistas como “pessoas boas”. É o que revela a sua resposta ao meu questionamento sobre como as pessoas do movimento eram tratadas pelos políticos:

Na época tratavam muito bem. Igual quando nós marcávamos com o Sérgio Ferrara, Newton Cardoso... Igual o Sarney veio de Brasília... marcou de vir e veio... Fez um show pra gente... Falou que ia fazer e ajudou mesmo... E nós fomos muito bem tratados pelos políticos nessa época. (Marlene)

Mas esse tipo de leitura não é o único existente. Sobre esse mesmo episódio citado por Marlene – a vinda do então presidente da República, José Sarney, a Belo Horizonte –, a entrevistada Edna afirma que o movimento era usado pelos políticos da

Miriam Regina de Sousa

época para garantir, por exemplo, um número expressivo de pessoas em seus atos públicos.

Às vezes um vereador ligava: “Oh, amanhã eu preciso de três ônibus de gente, em tal lugar assim, assim, assim...” Ele mandava os ônibus, e eu tinha de conseguir encher três ônibus de pessoas, pra levar, porque os políticos aproveitam! Os políticos aproveitavam do movimento! [...] Uma vez o presidente ia lá na Vila Pinho, aí a gente tinha que levar aquela quantidade de gente pra ficar no sol lá e bater palma e gritar... A gente aproveitava e levava as faixas do movimento pra comunicar que queria casa! Então, é estranho, porque além de tudo eles ainda aproveitavam... (Edna)

Edna faz uma leitura mais crítica, entendendo que o “show” não era para eles, mas para o presidente. Eles iam para aplaudir. Contudo, não podemos dizer que havia apenas conformismo nesse ato de acatar as ordens de um vereador e levar “três ônibus cheios”. Estrategicamente, como movimento social organizado, eles usavam do momento político e das intenções políticas do vereador e do presidente para dar visibilidade à sua própria luta. Na realidade, eles se integravam ao jogo político para, dentro dele, aproveitar um espaço e tornar públicas as suas reivindicações.

As diferentes leituras que fazem Marlene e Edna a respeito do contexto político da luta pela moradia vai além da polarização, alienação e politização ou visão crítica. Em outros momentos das falas dessas duas mulheres, o conteúdo político parece se inverter. Marlene, apesar de dizer que deve muita obrigação ao Ferrara, reconhece que, não fosse a luta dos Sem-Casa, ele não teria cumprido suas promessas de campanha. Já a Edna, que reconhece o uso que políticos faziam dos integrantes de um movimento social, admite que, apesar da importância e força da pressão exercida pelo movimento, foi fundamental a “bondade” peculiar do prefeito Sérgio Ferrara, para que suas demandas fossem atendidas.

Porque ele prometeu de fazer... e a gente, com muita luta, conseguiu fazer que ele fizesse o que prometeu, né? Se não fosse na luta, não ia... Porque depois ele não queria... ele prometeu, mas se não fosse nós correr atrás ia passar aquilo, né? (Marlene)

A gente tira isso aí como um exemplo, porque a pessoa funciona sob pressão... Todo mundo funciona com pressão. Ele se sente pressionado numa coisa e ele tem bom coração – que tem que ter bom

Miriam Regina de Sousa

coração... Porque há muitos movimentos que fracassam, como você pôde ver o movimento dos “perueiros”, que teve uma pessoa insensível como foi o Célio de Castro, que manda bater, que manda espancar... (Edna)

São ambigüidades possíveis que permeiam os discursos e mesmo a compreensão do papel político dos governantes. Talvez, tais ambigüidades sejam geradas, em parte, pela própria forma assistencialista com que as políticas sociais e, basicamente, as de moradia se instauraram no Brasil, sobretudo, nos anos de 1980. Somado a isso, está um forte teor moral na leitura do movimento e da ação dos políticos, que pode ser explicado, talvez, pelo peso da visão cristã, muito propagada pela Igreja, e por sua influência nos setores populares, conforme já foi discutido nos capítulos anteriores.

Já o Seu Moacir, quando indagado se os integrantes do Movimento dos Sem-Casa eram bem recebidos pelos políticos da época, assume um discurso um tanto quanto ambíguo. Ora ele afirma ter consciência de não dever nada aos políticos, pois reivindicavam um direito e não a concessão de favores, ora ele reconhece ter recebido, de determinados políticos, ajudas e benefícios fundamentais para a construção do bairro Capitão Eduardo.

É preciso admitir que me dirigi ao campo com algumas expectativas acerca dos sujeitos que haviam participado de um movimento social. Esperava encontrar pessoas com um posicionamento político definido: crítico, conscientes de seus direitos e de todas as artimanhas existentes na cena política brasileira. À medida que fui ouvindo suas narrativas, comecei a perceber que as posturas não eram uniformes. E não estou falando de uniformidade em relação à postura dos seis entrevistados entre si, mas do posicionamento de cada um frente aos fatos vividos naquela época: ora pareciam ter exata consciência de seus direitos de cidadãos, lutando por seu espaço na cena pública e por condições materiais mínimas de existência; ora me pareciam totalmente conformados com a situação social do país, ou mesmo alienados, buscando no Estado e nos políticos a concessão de favores. No processo da pesquisa, o dinamismo do campo e a interação com os sujeitos pesquisados possibilitaram o rompimento de muitas das minhas hipóteses, permitindo um redimensionamento do trabalho. Foi possível perceber

que não há posturas ou discursos pré-definidos e que lidar com pessoas, sujeitos de sua história, implica também em encontrar contradições e ambigüidades.

Quanto à minha expectativa de que eles conhecessem todas as artimanhas do jogo político, fui me surpreendendo ao notar que eu mesma não as conheço todas. As narrativas dos sujeitos trouxeram fatos novos para o meu entendimento acerca da disputa de forças que envolve um embate entre um movimento social e o poder público, entre as classes populares e as demais classes. Pude compreender que as camadas populares fazem muito mais do que imaginamos para não sucumbir ao jogo imposto pelos órgãos públicos, que inclui desde a tentativa de deslegitimar o movimento, quanto a estratégias de miná-lo, de enfraquecê-lo ou mesmo de cooptar suas lideranças. Esse aprendizado de como resistir e enfrentar, de quando ceder e de quando persistir, é feito pelos sujeitos, ao longo do movimento. Vale ressaltar que, muitas vezes, nesse jogo, quem sai ganhando é o lado que detém o poder, ou seja, os próprios políticos, e não o movimento.

Uma reflexão que contribui para a leitura dos diferentes discursos presentes nas falas dos sujeitos entrevistados é feita por Chauí. Segundo a autora:

Ambigüidade não é falha, defeito, carência de um sentido que seria rigoroso se fosse unívoco. Ambigüidade é a forma de existência dos objetos da percepção e da cultura, percepção e cultura sendo, elas também, ambíguas, constituídas não de elementos ou de partes separáveis, mas de dimensões simultâneas que somente serão alcançadas por uma racionalidade alargada, para além do intelectualismo e do empirismo. (CHAUI, 1994b, p. 123)

Em vez de tratar a consciência popular com uma atitude ambivalente ou dicotômica, Chauí propõe que talvez seja mais interessante tratá-la como ambígua, “tecida de ignorância e de saber, de atraso e de desejo de emancipação, capaz de conformismo ao resistir, capaz de resistência ao se conformar” (1994b, p. 124).

Não se trata, pois, de julgar as falas e atitudes dos entrevistados como sendo coerentes ou não. Mas de compreender o contexto em que eles se formaram, se informaram e constituíram suas identidades. Convivendo desde muito tempo com situações adversas, os participantes desta pesquisa foram, muitas vezes, formados no

seio de uma sociedade que sempre privilegiou as práticas populistas e clientelistas. Conformer-se a tais “regras”, em determinados momentos, não significa ser incoerente com a lógica de um movimento social. Significa que, na complexidade da cena social, as pessoas também se adaptam, jogam de acordo com as regras do jogo, rebelam-se ou até mesmo podem se deixar levar pelas circunstâncias, em determinados momentos.

Em diversos momentos de sua narrativa, Seu Moacir demonstra uma postura crítica em relação à política dos governantes. Ele critica, também, a atitude de muitas pessoas com as quais convive, em relação ao que elas esperam da política e da democracia. Ele faz uma crítica à democracia delegatória, na qual se elege um político e espera-se que, a partir daí, ele resolva sozinho todos os nossos problemas. Vejamos o trecho a seguir:

Porque eu quero que o governo faz pra mim... Há três anos atrás, o Lula era a solução... hoje o Lula é o capeta! Porque o Lula não colocou pacote de dinheiro no bolso de muita gente por aí... Desculpe a maneira de falar, mas a realidade é essa... Tem muito neguinho aqui, hoje, que fala isso; “Eu achava que ia ter um bom emprego... eu achava...” Peraí! Tem que ter paciência, sô! Será? Será que eu posso esperar um governo mudar tudo? O que que eu tenho feito pra mudar minha situação, né... Eu tenho que ver isso também! [...] Eu costumo falar que, antigamente, nós juntava muita gente nas reuniões, por necessidade... Hoje, se tem que tentar juntar o povo por consciência... Por consciência... Porque eu, nós temos que assumir nossa posição na sociedade... Então, eu faço parte desse povo, eu tenho que tá lá também... É a minha consciência! Falta muita coisa ainda! E nós podemos mudar, a partir dessa consciência. (Seu Moacir)

Francisco Weffort (1992) aponta um aspecto relevante nesse contexto: a dificuldade de conduzir o cidadão à participação. Esse autor tece uma discussão acerca das *novas democracias*, que, para ele,

São aquelas cuja construção ocorre em meio às condições políticas de uma transição na qual foi impossível a completa eliminação do passado autoritário. Além disso, essa construção se dá em meio às circunstâncias criadas por uma crise social e econômica que acentua as situações de desigualdade social extrema, bem como de crescente desigualdade. Em consequência, as novas democracias estão tomando [...] formas institucionais peculiares que enfatizam mais a delegação do que a representação (ou a participação). (WEFFORT, 1992, p. 95)

Observe-se que a fala do Seu Moacir, citada anteriormente, encontra-se bem dentro da crítica feita por Weffort às novas democracias. Seu Moacir demonstra uma consciência política ao não se enquadrar no esquema da democracia baseada na delegação, acreditando que seja papel do cidadão participar para que a mudança aconteça.

Mas, ao mesmo tempo em que adota uma fala a favor da participação, Seu Moacir, na prática, centraliza muito o poder. Em sua gestão como presidente da Associação do bairro Capitão Eduardo, agia como um líder extremamente carismático, que, conforme a análise de Chauí (1994a), caracteriza um dos traços de uma liderança populista. Frases do tipo “Ouvi isso em nome do meu povo”; “O povo precisando de tudo e eu sem nada pra oferecer” e “Foi através da minha luta...” são exemplos dessa centralização.

É importante ressaltar, mais uma vez, que o objeto principal deste trabalho é identificar e tentar compreender os processos educativos vividos pelos sujeitos do movimento pesquisado. Sendo assim, essas outras dimensões apontadas devem ser consideradas como aspectos importantes, que enriquecem, dificultam e fazem parte desses processos educativos.

No caso da leitura política do movimento, tema do item aqui apresentado, reconhecemos que muitas pesquisas sobre movimentos sociais já privilegiaram tal dimensão, mas não poderíamos deixar de mencioná-la, pois não há como não incluí-la ao analisarmos a trajetória de qualquer movimento social. Mas, existe aqui o cuidado, apontado por Melucci, de não se reduzir o movimento social analisado somente à sua dimensão política. Para ele,

A confrontação com o sistema político e com o Estado é apenas um fator mais ou menos importante na ação coletiva. O conflito freqüentemente pode afetar o próprio modo de produção ou a vida cotidiana das pessoas. Os participantes na ação coletiva não são motivados apenas pelo que eu chamaria de uma orientação “econômica”, calculando custos e benefícios da ação. Eles também estão buscando solidariedade e identidade, que, diferentemente de outros bens, não são mensuráveis e não podem ser calculados. Isso é particularmente verdadeiro para os movimentos dos anos 80. Eles se concentram nas necessidades de auto-realização, mas não numa

orientação política, porque contestam a lógica do sistema nos campos culturais e na vida cotidiana das pessoas. (MELUCCI, 1989, 53-4)

Desse modo, este trabalho pretende destacar e analisar como os sujeitos desta pesquisa foram construindo determinados saberes a partir de um processo conflituoso, solidário e, às vezes, muito tenso. As tensões, que não são apenas políticas ou de gênero, foram agregando aprendizados e valores diferentes à vida de cada um deles. Tais aprendizados serão retomados no próximo capítulo.

3.4- Igreja e fé no movimento por moradia do Capitão Eduardo

Embora estudos apontem que, a partir da década de 1960, a ala progressista da Igreja Católica tenha passado a investir na organização das populações mais carentes em torno do problema da moradia (SOMARRIBA, 1984, 1990; DOIMO, 1995), o que se percebe no movimento que deu origem ao bairro Capitão Eduardo é que a participação da Igreja se deu indiretamente.

O grupo de pessoas que veio da região do Gorduras, aqui representados por Seu Moacir, Rita, Marlene e Lúcia, não contaram com um apoio direto, por parte de nenhum membro da Igreja, para sua organização. O que consta nas narrativas dos sujeitos é que, durante os anos em que se reuniram quinzenalmente no Movimento dos Sem-Casa, apenas o espaço da igreja do bairro Goiânia foi cedido para as reuniões. Segundo eles, não houve participação direta de nenhum clérigo, nem de membros atuantes em pastorais ou nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Já no grupo do Movimento dos Sem-Casa filiado à Associação dos Moradores de Aluguel de Belo Horizonte (AMABEL), nesta pesquisa representado por Edna e Luzia, houve a participação do padre Pier Luigi Bernareggi – conhecido como padre Piggì – já citado no primeiro capítulo deste trabalho como sendo uma pessoa atuante em movimentos em prol das camadas populares. O padre Piggì, pela narrativa de Edna, fundou e liderou a AMABEL, durante aproximadamente oito anos. Segundo ela, foi com o padre Piggì que aprendeu o que hoje sabe sobre participação em um movimento social.

Contudo, não foi possível perceber, nos relatos de Edna, referências aos princípios da Teologia da Libertação, que guiavam as ações dos padres mais ligados à ala progressista da Igreja Católica. Segundo o teólogo Leonardo Boff,

A teologia da libertação pretende ser a maneira mais coerente de articulação entre a fé cristã e a práxis libertadora. [...] Antes de tudo ela quer ser verdadeira teologia. O horizonte da fé cristã jamais é abandonado, mesmo quando o teólogo se mete em minuciosas análises políticas ou econômicas. Comandado por esta fé, em função das obras da fé, se obriga à mediação sócio-analítica. A fé o ajuda a situar-se bem dentro da realidade conflitiva, vale dizer, ao lado dos pobres e dentro do lugar do povo marginalizado. [...] Não basta sensibilizar-se (indignação ética). Importa ver corretamente a realidade num nível estrutural e crítico para poder agir, eficazmente, sobre ela num sentido transformador... (BOFF, 1978, p. 11)

Não se pode afirmar com isso que o padre Piggi não fazia esse tipo de intervenção junto ao povo que acompanhava. No decorrer da pesquisa, não foi possível coletar elementos suficientes para essa análise. Quando Edna se refere aos aprendizados que teve, a partir da convivência com o padre Piggi, faz menção aos princípios da cidadania, à postura política, como se comportar em passeatas e coisas afins. Como já foi mencionado, não são dados suficientes para dizer que a Igreja não se fez presente no movimento, mas, se esteve presente, não foi o que se destacou nas lembranças dos entrevistados.

O mesmo não se pode dizer em relação à fé e à religiosidade dos sujeitos da pesquisa. Três dos seis entrevistados reforçaram, em suas narrativas, a fé em Deus para a superação da condição social dada e para o sucesso do movimento social do qual faziam parte. Mas seria possível juntar duas coisas em princípio tão distintas, como fé e movimento social? Como se dava essa junção? Acreditava-se na força do movimento e da pressão popular ou a crença era em que Deus faria um milagre e concederia a esses desprovidos de bens materiais uma melhoria em suas condições de vida? Ou tudo isso se mostrava imbricado, numa complexa trama social e política?

É importante lembrar que se trata do estudo de um movimento social de origem popular. A cultura popular, por si só, tem a peculiaridade de revestir com um caráter mítico fatos da vida cotidiana:

A religiosidade popular se realiza como uma forma de conhecimento do real, como uma prática que ao mesmo tempo reforça e nega esse real, combina fatalismo (conformismo) e desejo de mudança (inconformismo), o milagre sendo sua pedra de toque. O milagre é de estonteante simplicidade para a alma religiosa popular (e afastado pelas teologias, que apenas o toleram nas fimbrias da religiosidade) pois o milagre é o que restaura a ordem predeterminada do mundo por um esforço da imaginação e da vontade... (CHAUI, 1994b, p. 84)

Seu Moacir e Rita trazem à pesquisa o elemento da religiosidade, ao afirmarem que muitas das conquistas do movimento foram alcançadas através do milagre.

Inclusive, eu não gosto de falar da minha luta e da comunidade, sem falar da participação da Igreja... Como a gente sempre atuou na igreja, eu costumo colocar pras pessoas, pra quem tem fé, que o Capitão Eduardo chegou ao ponto que chegou, porque isso aqui pertence à Nossa Senhora... [...] E desde então, nós passamos a rezar em intenção à Rosa Mística, a qual, hoje, é a padroeira da comunidade... (Seu Moacir)



Figura 14 – Imagem de Nossa Sra. da Rosa Mística, na igreja do bairro (foto cedida por Seu Moacir)

Quando Seu Moacir fala do “milagre” que foi conseguir o terreno para que fossem assentadas as famílias, ele está sendo coerente com a sua fé, com a sua crença em um Deus que não desampara. Chauí diz que, na religiosidade popular, há uma relação intrínseca entre a crença e a graça. Segundo ela, o que é patente nesse sistema de graças é a referência às desgraças do cotidiano, no qual o que se pede é que a vida não

Miriam Regina de Sousa

seja tal como é. Chaui recorre a Carlos Brandão, na obra *Os deuses do povo*, quando observa que, contrariamente ao dogma católico oficial ou à teologia romana, para a qual o milagre é acontecimento extraordinário que rompe a ordem natural das coisas, graças à vontade onipotente de Deus, nas religiões populares, o milagre é rotina simples, reordenação da vida, fidelidade mútua entre as divindades e os fiéis, com ou sem a ajuda de uma igreja ou de mediadores. Segundo Brandão,

O milagre não é a quebra, mas a retomada da “ordem natural das coisas” na vida concreta do fiel, da comunidade ou do mundo, por algum tempo quebrada, aí sim, seja como provação consentida por deuses e santos ao fiel servidor ou justo, seja como invasão direta das forças do mal sobre a ordem terrena [...] o milagre é, pois, um acontecimento necessário, acessível, rotineiro e reordenador [...] A rotina do milagre faz com que, em qualquer área confessional do domínio popular, uma grande parte dos momentos de oração pessoal, familiar ou comunitária seja para pedi-lo ou agradecê-lo. (BRANDÃO, 1980b, p. 83)

Segundo Chaui, os pedidos não são feitos porque se escolhe uma via religiosa, mas se escolhe uma via religiosa porque se sabe que, no presente, não há outra. Quando os participantes de um movimento social não se desvinculam de sua fé, abraçando as duas frentes – fé e política –, como foi o caso de seu Moacir, Lúcia e Rita, podemos observar mais um aspecto da cultura popular citado por Chaui, que é a aceitação simultânea de uma pluralidade ideológica, aparentemente incompatível em seus componentes. Tal pluralidade é vista, frequentemente, como uma forma de alienação, e tal conceito tem sido usado com frequência para qualificar as crenças religiosas.

Segundo o teólogo e psicanalista Rubem Alves,

a religião é sempre uma expressão de alienação, o “suspiro da criatura oprimida”, um “protesto contra o sofrimento real”. No paraíso e na cidade santa não existem templos: a religião só pode existir para o homem... Considerada sob este prisma, a consciência religiosa contém sempre, ainda que de forma reprimida e inconsciente, um projeto de natureza política. A consciência que suspira em decorrência da opressão e que protesta contra o sofrimento, se projeta idealmente para a superação de tais condições. Não importa se os símbolos de que a consciência religiosa lança mão não sejam “cópias verdadeiras” do real. Na verdade, se as nossas representações se limitarem a descrever o dado, não estaremos condenados a uma postura conservadora e de

Miriam Regina de Sousa

ajustamento? [...] Considerada sob tal ponto de vista, a alienação é o pressuposto da crítica e da transformação. (ALVES, 1984, p. 34)

Mas, segundo Rubem Alves, não é essa, entretanto, a forma mais corrente da aplicação do conceito de alienação às crenças religiosas. Quando se diz que religião é alienação, se está, segundo ele, dentro de um determinado juízo de valor, dizendo que

a consciência religiosa é falta de consciência, neurose ou ideologia. Pode ser analisada como fenômeno curioso e exótico, mas vazia de qualquer sabedoria sobre o real. O cientista pode estudá-la, mas não pode dar-lhe ouvidos. Uma consciência científica é uma consciência que, necessariamente, já ultrapassou a fase de infantilismo psíquico representada pela religião. (ALVES, 1984, p. 34)

Contudo, no movimento pesquisado, a forte presença da religiosidade nos remete para além da rotulação de seus sujeitos como pessoas alienadas ou críticas, e ainda para além da mera constatação da participação ou não da Igreja Católica na organização do movimento. O que aparece de modo mais significativo, na análise feita a partir das entrevistas, é que, para alguns membros do movimento, a fé atuava fortalecendo a identidade e a solidariedade, o que, por sua vez, fortalecia a luta dos moradores. A crença na interferência divina fazia com que essas pessoas acreditassem no poder da mobilização coletiva e na capacidade de cada um se afirmar como sujeito.

Penso ser ainda importante destacar a narrativa de Seu Moacir, quando ele conta que esse povo – *religioso, que tinha fé* – conquistou os lotes no bairro Capitão Eduardo, foi inteiramente “abandonado” pelas igrejas e pelos párocos dos bairros de onde vieram. Segundo ele, foram os próprios moradores que, após algum tempo desamparados e esquecidos pelas igrejas que freqüentavam, foram até o bispo Dom Serafim denunciar tal abandono e exigir que a Igreja Católica se posicionasse frente a seus fiéis.

Quando nós mudamos pra'qui, em 88, cada qual pegou seu lote e começou a mudar pra barraco de lona... A comunidade ela tinha nome – Rosa Mística – e nós passamos a rezar nas casas: terços, ler a Bíblia, reunião com o povo, sem deixar desarticular o povo... E eu pensei “Pôxa, nós tamo aqui abandonado. A Paróquia Cristo Crucificado não visita nós, a Paróquia do Nazaré não visita nós, ninguém nos visita! Nós tamo sozinho aqui... E cheio de padres na região! Cadê o apoio desse povo aqui?” Então, um certo dia eu saí daqui cedo, bati na casa

Miriam Regina de Sousa

do bispo... Veio um me atender: – “Quem é você?” – “Eu sou o Moacir e tal, eu quero falar com o bispo”. – “Ah, não pode...” – “Posso! Eu só saio daqui depois que eu falar com o bispo. Eu já falei até com o presidente da República, não posso falar com o bispo? Cê besta, moço, eu falei com o Sarney, não posso falar com o bispo?” Aí o bispo me atendeu. – “Que que foi, filho?” Conte pra ele: – “a história é assim... assim... assim... Estamos lá desde fevereiro, nós rezamos terço, rezamos bíblia, rezamos tudo na comunidade... Nunca um padre nos visitou! Não vou convidar, porque não precisa, Seu Bispo. Eles tem dever de fazer isso, porque todos que estão lá, foram das comunidades adjacentes e é povo de Deus. Retirantes, mas povo de Deus! Eles tinham o dever de nos visitar, mas como não foram, eu vim bater na sua porta...” – “Mas não brinca!...” Ele pegou a agenda dele... – “Eu vou ver vocês...” Marcou pra 16 de outubro... Quando eu cheguei aqui e falei pro pessoal que dia 16 o bispo vai vir aqui, o Dom Serafim, eles quase que desmaiam, né? Dia 16 o povo fez uma caminhada, da igreja do Goiânia até aqui, a pé, trazendo uma cruz, que tá até hoje aqui na igreja. Tá lá... Naquele dia, 16 de outubro de 1988, foi lançada a Pedra Fundamental da igreja. Dom Serafim batizou a comunidade como Comunidade Nossa Senhora da Rosa Mística. Depois disso ele veio aqui duas vezes. O que precisou ajudar pra construção da igreja, ele ajudou. Deu um apoio muito grande. O Dom Serafim nunca deixou nós só, não... (Seu Moacir)



Figura 15 – Caminhada dos moradores com a cruz (cedida por Seu Moacir)



Figura 16 – Primeira missa do bairro Capitão Eduardo, celebrada por Dom Serafim (cedida por Seu Moacir)

3.5- A questão racial e o movimento pesquisado

Quando me propus a pesquisar o movimento que deu origem ao bairro Capitão Eduardo, a partir dos relatos de seus sujeitos, propus também contemplar a diversidade dos sujeitos envolvidos, ou seja, lideranças e base, homens e mulheres, negros e brancos. Tudo isso a fim de garantir a integração de diferentes vozes, além de querer resguardar e dar visibilidade à heterogeneidade e à diversidade étnico-racial e de gênero na realidade a ser estudada.

Além disso, o fato de o bairro Capitão Eduardo ser formado majoritariamente por uma população negra, e de esta ter sido parte integrante da luta do Movimento dos Sem-Casa, por si só, já dá um lugar de destaque à questão racial. Nesse sentido, durante as entrevistas, os sujeitos foram estimulados a falar sobre essa diversidade. No caso específico da questão étnico-racial, eram feitas as seguintes perguntas aos entrevistados: Como eram as relações entre negros e brancos no movimento? Negros e brancos ocupavam igualmente cargos de liderança no movimento? Já houve casos, que você se

Miriam Regina de Sousa

lembre, de preconceito racial dentro do movimento? Você se lembra de algum momento específico de valorização da raça negra, dentro do movimento? Tais perguntas eram completadas com “Por quê?” “Como?” “O que você acha disso?”, dependendo das respostas de cada um.

Contudo, esse não foi um tema que apareceu com destaque nas narrativas dos sujeitos. As respostas foram muito semelhantes e sempre no sentido de que não havia, no movimento, uma relação de desigualdade advinda das diferenças raciais.

Ah, não tinha diferença, não. Inclusive o Seu Geraldão [um homem negro, atual morador do bairro] ajudava a gente demais... Principalmente lá no movimento, ele que me defendia porque eu brigava muito por causa das pessoas, porque eu que pegava nome e as pessoas faziam aquele tumulto e ele tinha medo do pessoal me machucar, então ele me defendia... Então não tinha diferença, não... de cor não... As pessoas mais escuras ajudavam a gente igual as outras mesmo. Inclusive na minha época tinha até uma Dona Maria que era escura, né, Era negra... Era pretinha... Sobre cor não teve diferença, não... Não. Era tudo normal, igual. Cê vê que no nosso movimento tem gente de toda cor, não tinha diferença não. O que unia a gente não era negócio de cor... era necessidade mesmo de parar de pagar aluguel...sair das casas de aluguel e ter onde morar. (Marlene)

Ah, Miriam, eu acho que isso existe [preconceito racial], mas às vezes lá não dava pra ver, né? Que as famílias desciam, era muita gente... Então assim não dava até pra notar essa diferença não... Mas que isso existe, existe, né? E como existe! [...] Podia ser depois, entre eles lá, qualquer coisa, mas não. Porque quando saíram as primeiras famílias, por eu ser preta... não!... Mandaram na minha casa. Eu tinha ganhado a Amanda – o Deja tinha faltado... Se fosse assim eles tinham cortado o meu nome, eu tinha ido dois anos, mas azar. Mas, não! O Seu Moacir procurou saber e mandou lá em casa, aí eu acho que não houve não. Nem devido cor, nem posição, né? (Lúcia)

Eu acho que não... Eu acho que esse preconceito é mais na sociedade da classe média... Eu acho que, sei não! Pra mim... entre os pobres, não existe não... Era tudo igual... (Luzia)

Não lembro. Nosso movimento vieram muitos negros... Mas não tinha... Por incrível que pareça, no corpo de serviço – aquele corpo que ia à luta – não tinha pessoas de cor... mas, que participava e que veio conosco, eram muitas famílias de cor... (Seu Moacir)

Miriam Regina de Sousa

Por incrível que pareça, era uma coisa assim... A necessidade do pobre é tanta, que não tinha esse tipo de diferença porque era preto, porque era branco... Eu olhando, hoje, eu vejo que poucos negros vieram comigo, mas... a participação de negros também eram poucos... Eram poucas participações de negros! Negros que eu falo assim, negros mesmo, pretinhos! Porque pardos tinha muitos! Mas a necessidade das pessoas era tanta de ter a casa... (Edna)

As falas indicam que os entrevistados reconhecem a existência do preconceito racial. Contudo, eles parecem acreditar que tal preconceito se torna mais visível nas classes mais abastadas da nossa sociedade. Segundo o ponto de vista de alguns entrevistados, o preconceito não se manifestava ali, naquele movimento, porque estavam todos numa mesma situação de opressão – a falta de moradia – e imbuídos na mesma luta. Essa fala traz, em si mesma, um elemento importante para a nossa análise. Apesar de apelar para certa “democracia racial”, produzida de maneira contraditória pela condição de pobreza vivida naquele contexto, ela não deixa de afirmar e reconhecer que o preconceito racial – fruto do racismo brasileiro – existe na sociedade e entre os moradores do Capitão Eduardo. No entanto, esse preconceito é invisibilizado pela situação de opressão por eles vivenciada. Para sabermos mais sobre essa questão, seria necessária uma pesquisa que focalizasse mais detidamente a questão racial no movimento. Assim como o gênero, a raça se apresenta, nesta investigação, como uma das dimensões constitutivas dos sujeitos sociais e políticos que nem sempre é considerada pelos trabalhos sobre movimentos sociais na educação.

Ainda é possível observar que, pelo mapeamento do perfil étnico-racial do bairro, e também pelas fotografias que ilustram o movimento pesquisado, que tanto um quanto o outro é formado por maioria de pessoas negras (incluindo os segmentos preto e pardo). Contudo, como disse o próprio Seu Moacir, “por incrível que pareça”, eles eram muito poucos em cargos de liderança. Por que será? Talvez isso evidencie um preconceito velado, mesmo entre as pessoas das classes populares, mesmo entre os participantes de um mesmo movimento social.

O cuidado tomado por alguns entrevistados ao se referirem às pessoas negras, usando termos tais como “pretinha”, “escura” ou “de cor”, revela um outro traço da nossa sociedade, que tem sido considerar como “ofensa” referir-se aos negros como

Miriam Regina de Sousa

negros, buscando termos substitutos que parecem tentar minimizar o tratamento desigual e preconceituoso que tem marcado as relações entre brancos e negros, no decorrer da história.

Na realidade, tal postura é muito similar a outras apontadas nos vários estudos sobre a questão racial no Brasil. A tendência a “embranquecer” ou “dissimular” a pertença étnico-racial das pessoas negras, no Brasil, via adjetivos de cor, tem sido considerada uma forma de expressão do preconceito racial. Tal comportamento revela a tentativa de se distanciar e/ou negar o pertencimento étnico-racial e a identidade das pessoas negras no país. No imaginário racial brasileiro “ser negro(a)” é ainda identificado como algo negativo e não como uma dimensão a mais no complexo universo da diversidade. Por detrás de atitudes aparentemente comedidas, como aquelas apresentadas pelos entrevistados, e pelo uso dos adjetivos para se referir às pessoas negras, podemos ver que a questão racial ou é vista como algo que não se coloca no contexto da luta por moradia ou que não deve ser nomeada, mencionada. Segundo Nilma Gomes,

Na sociedade brasileira, o racismo se afirma cada vez mais através da negação. O discurso da igualdade fica esvaziado de sentido à medida que reconhecemos que o que nos marca enquanto pessoas não são somente as semelhanças, mas principalmente as diferenças. [...] A política do branqueamento, juntamente com o mito da democracia racial, presentes no imaginário social do país, também são fatores que levam ao escamoteamento da realidade racial brasileira. (GOMES, 1995, p. 31)

No entanto, a própria percepção de que, mesmo constituindo a maioria do movimento, os negros não ocupavam lugar de liderança revela que a desigualdade racial existente nos vários setores da sociedade também se reproduz no movimento em questão. Também no movimento, os negros não ocupavam cargos de poder e de decisão.

A reflexão sobre a questão racial defronta-nos com um outro tipo de lógica na discussão sobre as classes sociais, mostrando que esta é formada, no seu interior, por vários grupos sociais e que estes se encontram em posições e situações diferenciadas, principalmente quando observamos aspectos relativos às diferenças raciais e de gênero. (GOMES, 1995, p. 32)

Miriam Regina de Sousa

Assim como a questão de gênero, a raça também revela que a condição de pobreza e a luta pela moradia, por mais que unificassem os objetivos dos moradores, não conseguiram apagar as diferenças e a forma desigual como algumas delas eram vistas e tratadas no interior do próprio movimento.

CAPÍTULO IV

PROCESSOS EDUCATIVOS: AS VIVÊNCIAS FORMADORAS E O LUGAR DA ESCOLA NA TRAJETÓRIA DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Quem me dera, ao menos uma vez,
Que o mais simples fosse visto
Como o mais importante
Mas nos deram espelhos...
(Renato Russo)

Este trabalho, como já foi dito, pressupõe o reconhecimento da educação e dos processos educativos que acontecem para além dos canais institucionais escolares, sem a pretensão de desvalorizar a educação escolar. Baseando-se teoricamente em autores como Carlos Rodrigues Brandão, Paulo Freire e Miguel Arroyo, adoto aqui um conceito mais alargado de educação que a compreende como princípio formador e humanizador.

Segundo Paulo Freire, não é possível fazer uma reflexão sobre o que seja educação sem refletir, primeiramente, sobre o próprio ser humano, sem encontrar, na sua natureza, um núcleo fundamental em que se sustente o processo da educação. Ele afirma que esse núcleo é o inacabamento ou a inconclusão do homem.

O homem pode refletir sobre si mesmo e colocar-se num determinado momento, numa determinada realidade: é um ser na busca constante de ser mais e, como pode fazer esta auto-reflexão, pode descobrir-se como um ser inacabado, que está em constante busca. Eis aqui a raiz da educação. (FREIRE, 1979, p. 27)

Para ele, a educação implica, pois, uma busca constantemente realizada pelo ser humano, que é sempre sujeito do processo de educar-se. Segundo Freire, a educação tem caráter permanente. Não há seres educados e não-educados. Estamos, todos, sempre nos educando e, por isso, ele afirma: “Ninguém educa a ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 2005, p. 79). Nessa perspectiva, Paulo Freire parte de um conceito de educação como ato de conhecimento, ato político e ato criador/transformador.

Da mesma forma, Carlos Rodrigues Brandão também entende a educação como um processo de humanização que se dá ao longo de toda a vida, ocorrendo em casa, na rua, no trabalho, na igreja, na escola e de muitos modos diferentes em cada um desses espaços. Segundo ele,

Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante. (BRANDÃO, 1982, p. 9)

Os sujeitos da educação, sob o ponto de vista desses autores, adquirem centralidade nos processos educativos. É uma abordagem da educação que se faz de modo muito próximo às experiências dos sujeitos nela envolvidos, e pela qual se acredita que toda pessoa, a partir do momento em que tem alguma experiência de vida – e todos têm –, passa a carregar consigo saberes construídos nessa experiência. Nesse sentido, entende-se por processos educativos toda experiência, reflexão, prática, formas e modos de ação pelos quais as pessoas vão constituindo, ao longo do tempo, suas maneiras de perceber seu “estar no mundo” e suas relações com o ambiente e com os outros.

Como é possível perceber, apesar da produção teórica educacional colocar grande ênfase nos estudos sobre educação escolar, muitos autores não se restringem a esse aspecto da educação, reconhecendo as diversas possibilidades de processos de ensino-aprendizagem que, transpondo os muros escolares, acontecem em casa, no trabalho, no lazer, nos grupos culturais, assim como os que acontecem no âmbito dos processos organizativos da sociedade civil, que abrangem os movimentos sociais, as organizações não-governamentais e outras entidades sem fins lucrativos que atuam na área social. Nesse contexto, podemos encontrar algumas tensões resultantes dessas diferentes interpretações e concepções de educação, pois elas não ficam restritas ao mundo das idéias e nem somente ao debate ideológico. Elas resultam em práticas sociais e disputas no campo político, assim como informam a construção de políticas públicas, os processos de formação de professores(as) e as práticas pedagógicas.

Essa tensão pôde ser vista no final da década de 1980 e nos anos de 1990, tanto no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988 e de seu respectivo capítulo da educação, quanto no processo de construção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96. Nessa lei, podemos notar um avanço dentro do debate escolar *versus* não-escolar, quando, no seu artigo primeiro, a legislação nos apresenta uma concepção ampliada de educação, que articula processos educativos formais e não formais.

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil; e nas manifestações culturais. (LDB, 9394/96 – Art.1º)

Contudo, embora haja tal reconhecimento no texto legal, no cotidiano, nem sempre essa articulação entre as práticas e experiências escolares e não escolares é feita ou considerada. Os educadores e educadoras, bem como os movimentos sociais, encontram-se nesse contexto tenso e são desafiados a superar as velhas dicotomias. Talvez o melhor caminho fosse superar a idéia de separação entre essas duas dimensões da educação e pensá-las de maneira articulada e conjunta, entendendo que cada uma delas guarda suas especificidades. Estabelecer uma disputa pela hegemonia de uma outra concepção de educação só fragmenta e afasta aqueles que se dedicam ao campo escolar da educação e aqueles que vivenciam processos educativos não formais, nas práticas e ações sociais e políticas, e que, ao mesmo tempo, interferem, de alguma maneira, no âmbito escolar, mesmo que seja para questioná-lo. A educação escolar e os processos educativos construídos na ação dos movimentos sociais possuem histórias diferentes, que caminham de forma paralela e, muitas vezes, complementar. Em algumas situações, um interroga o outro e são as possíveis respostas a esse questionamento que temos assistido no campo das políticas públicas, nas ações coletivas voltadas para a educação, nas demandas dos movimentos sociais e nas mudanças no campo teórico educacional.

Esse movimento de tensões, interrogações e mudanças não acontece de forma abstrata. Ele tem como principais atores os sujeitos sociais, articulados nas entidades

políticas, grupos culturais e movimentos sociais. Por isso, ao analisarmos as concepções de educação que informam as práticas educativas formais, no Brasil, não há como deixar de questionar qual delas se aproxima mais da demanda dos movimentos sociais, principalmente daqueles formados nos meios populares. Assim, as concepções de Paulo Freire e de Carlos Rodrigues Brandão são, nesse caso, aquelas que contribuem para a análise dos processos educativos em tais movimentos. Além deles, Maria da Glória Gohn (2001), Ana Maria do Vale (2001), Rogério Campos (1989), Miguel Arroyo (1989) nos ajudam a compreender que os movimentos sociais são espaços nos quais os processos educativos também acontecem, ainda que de maneira específica e de modo diferente do que ocorre na escola.

Segundo Gohn (1999, p.17-20), o caráter educativo dos movimentos sociais pode ser resumido em duas dimensões que se articulam: a) a organização política, através da construção da cidadania coletiva, a qual se dá por meio do aprendizado de uma consciência adquirida, progressivamente, mediante o conhecimento sobre os direitos e deveres dos indivíduos na sociedade e sobre as questões pelas quais se luta, levando a uma organização do grupo; b) a dimensão da cultura política, compreendida através do acúmulo da experiência, na qual tem importância a vivência, no passado e no presente, para a construção do futuro. A fusão das experiências do passado e do presente transforma-se em força social coletiva organizada. Nesse processo, aprende-se a não ter medo de tudo aquilo que foi inculcado como proibido e inacessível, a decodificar o porquê das restrições e proibições, a acreditar no poder da fala e das idéias, quando expressas em locais e ocasiões adequadas, a calar e a resignificar, quando a situação é adversa, a criar códigos específicos para solidificar mensagens e bandeiras de luta, tais como as músicas e folhetins. Aprende-se, também, a elaborar discursos e práticas segundo os cenários vividos, a não se abrir mão de princípios que balizam determinados interesses, e a elaborar estratégias de conformismo e resistência, passividade e rebelião, segundo os agentes com os quais se defronta.

4.1- As dimensões formadoras do movimento por moradia

O processo citado por Gohn (1999), de desenvolvimento da organização política e da cultura política, pode ser observado a partir das narrativas dos sujeitos desta pesquisa:

ter participado desse movimento ensinou muito! Ensinou que uma comissão, uma turma, uma família igual nós éramos, valeu a pena! Quando, eu acho, todo mundo luta por um ideal, como tava todo mundo ali nos dias de domingo, todo mundo ali – umas tomando conta de menino, outras com menino no colo, outras correndo – num ideal só! [...] Eu acho que a conquista melhor que nós tivemos mesmo foi lutar todo mundo junto, com aquele ideal, as famílias todas, a comissão... Aprendemos que onde tiver aquela turma assim, consegue! Mas tem que ser todo mundo, né? Não é só uma família, duas famílias... é todo mundo! (Lúcia)

Quando eu entrei pra freqüentar essas reuniões, muita gente falava comigo que eu não ia conseguir, e eu nunca desisti! Eu penso assim: quando eu quero conseguir alguma coisa eu vou até o fim... Eu aprendi muito a lutar e a conseguir meu objetivo, participando desse movimento, dessa conquista! Me ensinou muita coisa... muita coisa mesmo! Aprendi muito! Aprendi a me defender; aprendi a ter garra pra conseguir o que eu quero; ir à luta. (Luzia)

A minha função no movimento, era a função de todos... Era reivindicar também! Era tá reivindicando. A gente não tinha uma função específica! Era reivindicar a casa! Era ir lá pra secretaria de ação social, acho que lá na rua Tupis, e reivindicar junto ao secretário Eduardo Antunes Costa, que era o secretário de Ação Social na época. Reivindicar junto a ele, que ele tinha responsabilidade com isso... (Seu Moacir)

Igual, foram oito anos lutando, gritando na rua... Você passava na rua gritando “queremos casa...” igual, nós temos um morador aqui que ele tem trauma, porque às vezes uma pessoa passava de carro e gritava: “Vai trabalhar, vagabundo, que você consegue a sua casa!”. Então foi muito sofrido! E ele era um trabalhador braçal, ele faltava do serviço pra participar de uma passeata, sabe? (Edna)

Essas narrativas revelam como, na prática, esse caráter educativo de um movimento social é presente e é real. Eles não apenas adquiriram consciência dos seus direitos e deveres, como também agregaram informações dispersas sobre como funcionava este ou aquele órgão público, como este ou aquele político recebia os

cidadãos, foram construindo toda uma estratégia de organização e luta a partir da identificação dos diversos interesses e jogos de poder ali envolvidos. Revelam, ainda, que essa dimensão educativa não se dá de forma fácil ou homogênea. Pelo contrário, as narrativas colocam em cena um processo conflituoso, de avanços e recuos, em que aprender a lidar com o meio político e com o poder público traz para os participantes de um movimento social aprendizagens construídas em momentos de lutas e conquistas, mas também de tensões, humilhações sofridas em órgãos públicos, relacionamentos clientelísticos, além de decepções ou conflitos com pessoas do próprio grupo de luta.

Ana Maria do Vale também defende a existência de aprendizagens autoconstruídas nos processos de luta dos movimentos sociais. Para essa autora, no processo de organização dos movimentos populares, seus membros se educam na medida em que discutem a sua condição de classe, a desigualdade das relações humanas, a solidariedade em detrimento da individualidade, o outro como companheiro de luta. Enfim, *educam-se lutando* (VALE, 2001, p. 43). Assim como Maria da Glória Gohn (1999), ela acredita que o amadurecimento político dos sujeitos de um movimento surge da aprendizagem gerada a partir de diversas experiências inerentes ao próprio agir do movimento, como o contato direto com as fontes de exercício do poder ou suas assessorias. Até mesmo o exercício repetido de ações rotineiras, que a burocracia estatal impõe, parece ter uma dimensão educativa importante para os participantes do movimento:

me ajudou naquilo que... eu cresci como pessoa, me fez eu crescer... Conheci muita gente... Eu conheci governadores, prefeitos, conheci presidente da República, cheguei estar com eles... Conheci pessoas da área política... (Seu Moacir)

O padre Piggi era muito corajoso – é uma pessoa que eu admiro muito, que eu aprendi demais com ele... Foi ele que me ensinou a batalhar, porque eu não sabia nada de movimento, não sabia lutar em nada... Tudo que eu tenho, que eu sei, eu aprendi foi com ele. (Edna)

Nós chegava na Secretaria seis horas da manhã, seis e meia, e saía de lá à noite, sem comer um pão... Bebendo água na pia... (Seu Moacir)

São dimensões formadoras que devem ser consideradas. Além disso, em suas narrativas, ficaram evidenciadas outras formas de humanização – aprender, ensinar, negociar, articular, demandar, incentivar, lutar, sofrer e amar – que dizem respeito à construção de uma identidade, à formação pessoal, à construção de uma auto-estima positiva. Aprendizagens e ensinamentos que vieram através de uma luta insistente pela própria humanização, por condições materiais básicas de moradia, de saúde, de alimentação e de sobrevivência.

Nessa perspectiva, todos os sujeitos da pesquisa mencionaram o crescimento pessoal e o aprender a enfrentar as pessoas das classes mais abastadas sem se sentirem inferiores. Disseram do aprendizado que acontece na vida, no caminhar do movimento e nos processos de luta. “O mundo é um bom professor”, disse Seu Moacir. Os sujeitos se referiam sempre às aprendizagens construídas na vida sofrida – permeada pela desigualdade social – e ao movimento do qual fizeram parte como um processo de humanização. Para eles, uma conquista processual não apenas do direito de ser cidadão/cidadã, mas, antes disso, do direito mesmo de ser humano e de ser tratado e tratar-se como tal.

É nesse sentido que Miguel Arroyo vê o educativo dos movimentos sociais: pelas suas *virtualidades formadoras*. Para ele, essas mobilizações agiram como pedagogos no aprendizado dos direitos sociais, não tanto através de discursos e lições conscientizadoras, mas, sobretudo, revelando à teoria e ao fazer pedagógico a centralidade que têm as lutas pela humanização das condições de vida, nos processos de formação. É a partir dessa perspectiva apontada por Arroyo que localizo as falas dos sujeitos entrevistados. Suas histórias de vida e de lutas, permeadas sempre pela presença cruel da desigualdade social, trazem, em seu bojo, aprendizagens que vão muito além da formação ou conformação de uma consciência política. Suas trajetórias apontam para um saber mais profundo, que diz respeito à formação do homem e à construção de seus valores. É um saber construído a partir de experiências anteriores à sua inserção em um movimento de luta, mas que o engloba e o ultrapassa. Um saber que carrega dimensões diversas, inclusive dimensões, em muitos momentos, deformadoras e desumanizadoras.

Arroyo diz, atribuindo tal pensamento a Paulo Freire, que a teoria pedagógica se revitaliza sempre que se reencontra com os sujeitos da própria ação educativa, tornando-se atenta aos processos de sua formação humana, ou seja, quando deixa de fechar-se em discussões sobre métodos, conteúdos, tempos, calendários e avaliações institucionais. Para ele, os movimentos sociais podem ser considerados como espaços educativos porque são construtores de uma pedagogia em movimento:

Um componente que os movimentos trazem para o pensar e fazer educativos é reeducar-nos para pôr o foco nos sujeitos sociais em formação. Eles nos lembram sujeitos em movimento, em ação coletiva. A maioria das análises sobre eles destaca seus sujeitos. Falam mais deles do que das organizações e programas. [...] São sujeitos coletivos históricos se mexendo, incomodando, resistindo. Em movimento. [...] Pedagogias em movimento. (ARROYO, 2000, p. 5)

Segundo Arroyo, o mais importante na *Pedagogia como prática da liberdade* e na *Pedagogia do oprimido*, de Paulo Freire, não é o foco que colocam neste ou naquele método, neste ou naquele conteúdo, mas, exatamente, o desviar o foco dos objetos, métodos e conteúdos para os sujeitos.

Paulo Freire não nos propõe como educá-los mas como se educam, nem como ensinar-lhes mas como aprendem, nem como socializá-los mas como se socializam, como se formam como sujeitos sociais, culturais, cognitivos, éticos, políticos que são. (ARROYO, 2000, p. 5)

Quais foram, então, os processos educativos vivenciados pelos sujeitos do movimento por moradia do bairro Capitão Eduardo, e por eles mesmos percebidos e apontados como aprendizagens construídas na luta? Nessa dimensão formadora/humanizadora da educação, a que se referem Paulo Freire e Arroyo, como se podem localizar os sujeitos desta pesquisa?

Inicialmente, pode-se dizer dos aprendizados humanos vindos das experiências de vida dos sujeitos entrevistados. Cada um deles apontou, em seus relatos orais de vida, saberes construídos na infância, juventude e vida adulta – na família, na escola e no trabalho –, e que dizem respeito à construção de sua própria identidade. Tais saberes, quando confrontados com o movimento social em que estão inseridos, tomam nova dimensão.

Miriam Regina de Sousa

A história de vida de Marlene, por exemplo, revela a trajetória de uma mulher que aprendeu a sobreviver em meio a conflitos de classe (pobreza, marginalização escolar, trabalho infantil), conflitos de gênero (brigas entre os pais, gravidez na adolescência da irmã, abuso de poder do pai e do irmão), que geraram outras dificuldades como a depressão, alguns problemas com os filhos e o marido, as dificuldades financeiras em manter-se como moradora de aluguel, etc.

Eu passava mal mesmo de ver os dois brigando [o pai e a mãe]... E o papai era assim, arrumava mulher na rua... A mulher, que me marcou muito, ela ir lá em casa e bater na mamãe perto da gente, por causa do meu pai... Mas assim, deixar faltar as coisas de comer, não. Mas, de vestir, roupa, calçado, ele nunca ligou não. Ele achava que a gente só podia comer. E não ter amizade nenhuma! Até parente da gente quando chegava lá ele maltratava. Assim, principalmente parente da mamãe, ele maltratava. A gente ficava muito triste com isso. [...] aquilo foi me dando uma depressão, desde novinha... Eu tive que tratar com psiquiatra, psicólogo... (Marlene)

Os conflitos vivenciados desde a sua infância, permeados por situações de desigualdades, as quais podem agir como processos desumanizadores, não conseguiram bloquear a ação dessa mulher no mundo, e nem desumanizá-la. Eles a marcaram profundamente. Isso pode ser visto no fato de a mesma ter tendências depressivas, além da angústia e da tristeza que a acompanham ao longo da vida. Mas, as tensões nas relações de gênero e familiares também provocaram outra reação nessa mulher, que foi forte o bastante para o trabalho e enfrentamento dos problemas com a saúde do marido e com os netos, filhos de um filho solteiro, que ela atualmente cria. Segundo Marlene, sua inserção no Movimento dos Sem-Casa e na Associação do bairro conquistado foram fundamentais para o seu desenvolvimento pessoal, desinibição no trato com os outros e crescimento como ser humano:

Porque toda vida eu lutei muito... Pra arrumar serviço... Igual, eu tive que trabalhar sem carteira assinada, porque não tinha estudo nenhum... Ainda bem que antigamente a gente podia ter uma profissão... [...] Participar do movimento me deu experiência de vida, porque eu era muito fechada... Então, nisso eu aprendi a lidar com as pessoas... Aprendi muita coisa! E aprendi a valorizar mais as coisas, também. (Marlene)

Miriam Regina de Sousa

Como já foi dito, essas duras vivências de pobreza, conflitos familiares, tensões de gênero, desenraizamento originado pela perda precoce dos pais ou pela saída da terra natal; as marcas, por vezes negativas, deixadas pelas primeiras experiências escolares e todas as demais experiências que refletem o problema das desigualdades sociais em nosso país foram comuns aos sujeitos entrevistados. Como a Marlene, os demais sujeitos da pesquisa revelaram aprendizados que fizeram parte de suas lutas pela superação dos problemas apresentados e da luta pela própria humanização. Entre os aprendizados mais citados, podemos encontrar o desenvolvimento da auto-estima como um dos principais. Aprender a *valorizar-se como pessoa, adquirir autoconfiança, passar a ser alguém, poder olhar nos olhos, poder falar de igual pra igual*, foram algumas das frases repetidas por eles e elas, quando indagados sobre a importância de terem participado do movimento por moradia do bairro Capitão Eduardo. Nos dizeres de Arroyo (2000), foram saberes aprendidos nas “situações totalizantes e limites da condição humana”:

Aprendi muito. Aprendi a me defender, aprendi a ter garra pra conseguir o que eu quero, ir à luta. Aprendi a não ter medo de encarar uma pessoa superior a mim, entendeu? (Luzia)

No meu caso, por exemplo, eu cresci demais, cresci muito em conhecimento com o movimento, e como eu cresci! A gente acredita mais na gente! Até a minha dicção teve desenvolvimento. Porque as primeiras vezes que você pega no microfone pra falar, você treme, você não consegue desenvoltura... e esse movimento ensinou a gente... Quer dizer, você cresce em tudo! O português... É o que eu falei: todo mundo cresceu, todo mundo subiu um grau a mais depois de ter a casa própria... E eu, num movimento como esse, reunindo as pessoas, aprendi a falar com elas, conversar com qualquer pessoa, a ter desenvoltura... Aprendi a não ter medo. Não ter medo, porque às vezes a pessoa é tão pobre, que ela acha que ela não pode chegar perto de uma pessoa e falar de igual pra igual, sabe? Você vê um parlamentar, você vê uma pessoa que tem mais dinheiro, uma pessoa que é o seu patrão, então você às vezes não tem coragem de dialogar com ele de igual pra igual, não... Você se sente tão inferior que a pessoa se torna tão superior na sua frente, que você murcha... você fala baixo... você abaixa a cabeça pra falar... Então, o Capitão Eduardo todo cresceu nesse sentido... de olhar no rosto da pessoa e falar de igual pra igual, de defender os seus direitos, de saber o que é o seu direito... Porque às vezes quase ninguém se importava com isso... com o seu direito... Então, eu acho que todo mundo – não só eu, como liderança – mas como qualquer pessoa que participou do movimento, que foi pra luta,

Miriam Regina de Sousa

que conversou com uns e com outros, adquiriu muito mais sabedoria.
(Edna)

Essa fala da Edna demonstra como a participação em um movimento social pode configurar-se em um processo educativo que imprime sentido e significado às ações do cotidiano: não ter medo de se aproximar de pessoas das classes mais abastadas e dos políticos; olhar nos olhos e poder conversar de igual pra igual, não pode ser considerado apenas como mais uma dimensão educativa da participação no movimento, mas sim como uma dimensão fundamental.

Outra dimensão importante, presente em sua fala, é a aprendizagem dos direitos e a ampliação da consciência política, que foi se dando coletivamente: a consciência de que existem direitos que não são considerados e respeitados, e que, para que isso ocorra, é preciso conhecê-los e lutar por eles. Edna fala, ainda, que o desenvolvimento dessa consciência propicia uma mudança, que chega ao plano da apresentação pessoal. Segundo ela, a partir do momento em que as pessoas aprendem quais são os seus direitos, há uma valorização pessoal, que se reflete até mesmo no modo de falar e no modo de vestir:

As pessoas se valorizaram... A maneira de vestir das pessoas, mudou!
As pessoas mudaram até a maneira de vestir... de portar! Você não olha as pessoas que vivem aqui hoje como aqueles pobres que vieram pra cá como quando nós viemos, não... As pessoas tinham humildade até pra falar... Elas não sabiam nem falar com as pessoas direito... Então, a sua autoconfiança, a sua auto-estima cresceu tanto que parece um povo diferente daquele que veio... (Edna)

Ainda sobre o desenvolvimento da consciência, Seu Moacir diz:

antigamente nós juntava muita gente nas reuniões, por necessidade... Hoje se tem que tentar juntar o povo por consciência... Por consciência... porque nós, temos que assumir nossa posição na sociedade... Então, eu faço parte desse povo, eu tenho que tá lá também... É a minha consciência! Apesar que eu consegui, mas falta muita coisa ainda! E nós podemos mudar, a partir dessa consciência. Eu me sinto – isso que eu sou hoje – muita coisa eu devo a esse passado. Eu sou semi-analfabeto, praticamente analfabeto... Tenho o quê: 5ª série... Então, o que me ajudou? Foi o mundo que me ajudou... o mundo que me ajudou. (Seu Moacir)

Miriam Regina de Sousa

Nessa fala, Seu Moacir contrapõe necessidade e consciência de direitos. Tal fala reforça a idéia de como os sujeitos de um movimento social ampliam a noção de direitos no campo das múltiplas aprendizagens propiciadas na luta. Sua fala denota que, se antes as pessoas se uniam pela falta – de moradia, de água, de transporte, de educação –, hoje se unem porque têm consciência dos seus direitos individuais e coletivos. Passaram a conhecer as artimanhas do poder, que insiste em colocar seus direitos no campo da concessão de favores. Aprenderam que é possível assumir *seu lugar* na sociedade: não o lugar historicamente dado a eles, de miseráveis do mundo, de carentes, de marginalizados, mas um lugar conquistado na luta, na práxis, de sujeitos da própria história, conscientes dos seus direitos.

Muitos outros aprendizados, construídos na luta por moradia, foram apontados pelos sujeitos da pesquisa. Edna se refere, por exemplo, à construção de aprendizados feitos a partir dos contatos com as pessoas que assessoravam o movimento. Ela fala do quanto aprendeu com o padre Pigggi, fundador da AMABEL. Segundo ela, com o padre Pigggi, aprendeu o que é ser um cidadão, como ter acesso aos órgãos públicos, quais os procedimentos adequados em reuniões, manifestações e passeatas, assim como a desenvolver estratégias de manutenção da coesão interna do grupo de lutas.

Ela exemplifica dizendo que, como os políticos da época (década de 1980) se esquivavam dos manifestantes do Movimento dos Sem-Casa, argumentando que não havia terreno disponível para doação, foram fundamentais as orientações dadas pelo padre Pigggi sobre como resolver o impasse:

O padre Pigggi colocou que todos nós saíssemos à procura de onde tinha terreno. E nós saímos! Ficamos sabendo, através de uma pessoa que trabalhava na Prefeitura – na Regional Nordeste – que existia essa Fazenda Capitão Eduardo... Que tinha três fazendas grandes, desapropriadas pela Prefeitura, onde poderiam ser construídas casas para os Sem-Casa. Essas três fazendas seriam: a Fazenda Mazagânia, a Fazenda Capitão Eduardo e a Fazenda do Confisco. Então, nós saímos à procura. Veio eu que era lá do União, Sandra que era do Bairro São Paulo, a Lígia e o Tião. Cada grupo dividiu as equipes para procurar e provar pra Prefeitura que existia o terreno, que existia aquele local e que poderia fazer as casas. Então fomos na Prefeitura, lá na Regional Nordeste, conseguimos a cópia da escritura dessas fazendas aqui, a cópia da escritura da desapropriação, a qual dizia que aqui poderia ser feito um aterro ou qualquer fim social... Então, nós,

Miriam Regina de Sousa

baseando naquele “qualquer fim social”, falamos: dar casa pros Sem-Casa é um fim social! Então, nós viemos aqui conhecer o terreno e realmente vimos que era um local onde poderia colocar muita gente! Aí, voltamos na reunião, falamos com o padre Piggì, mostramos pra ele a cópia da desapropriação, e foi aí que nós partimos, né, pro segundo plano que era convencer o prefeito a fazer um desmembramento, né, do terreno – porque o terreno ficou pra trazer o lixo, colocar o lixo – e foi dentro daquela cláusula do fim social, que ele desmembrou da SLU um pedaço para construir três mil casas... E, com isso, esse terreno ficou destinado que seria dado para o movimento. (Edna)

Há, ainda, um conjunto de aprendizados que dizem respeito a conhecimentos práticos da organização e sustentação do movimento, presente em diversos momentos de sua fala:

Quando a gente ia às vezes fazer um grande movimento e o poder público mandava a polícia cercar a gente, o padre Piggì mandava então, que aglomerasse todas as pessoas, de cada bairro, todo mundo junto, e que assentasse, pra que os policiais não arranjassem desculpa para bater na gente...

[...]

Eu aprendi com o padre Piggì que a gente tinha que arranjar um critério para a distribuição dos lotes: se a gente conseguia cinco lotes, o critério que a gente tinha pra poder escolher as pessoas era o critério de participação. A pessoa que tivesse mais participação no movimento é que ia ser beneficiada.

[...]

A papelada burocrática, a gente só tinha conhecimento e acesso aos nomes das pessoas, dos nossos associados... Nós não tínhamos conhecimento da papelada a fundo, do que que era assinado. Se precisava de um memorando que fosse feito, vinha com o memorando pronto, assina aqui, passava pra aquela quantidade de gente, ali todo mundo assinava e encaminhava... A gente não sabia pra onde, nem como, a gente só assinava... Depois, nós fomos aprendendo...

[...]

O padre Piggì falava com a gente o seguinte: que as lideranças teriam que ser os últimos a receber a casa, teria que dar pro povo e ser os últimos, porque se as lideranças ganhassem a casa dela, ia desmotivar a lutar para conseguir pros outros.

Todas essas falas da Edna demonstram os aprendizados construídos acerca da organização do movimento, fundamental para a manutenção e sucesso do mesmo, assim

Miriam Regina de Sousa

como para a posterior organização da Associação do bairro. Esses aprendizados tiveram uma importância tal para os participantes da luta que, recentemente, com a mudança dos nomes das ruas do Capitão Eduardo – que, desde a sua fundação, recebia apenas numerações (rua 1, rua 2, etc.) –, o padre Piggi foi homenageado, com a escolha do nome de sua irmã, Ângela Bernareggi, para a principal rua do bairro (antiga rua Hum).

Seu Moacir também faz várias referências aos aprendizados relacionados à organização do movimento por moradia e à Associação do bairro. Ele se refere, principalmente, à época em que, como presidente da Associação, fez um convênio com o governo do Estado para o recebimento de uma verba. Segundo ele, a Associação funcionava como uma pequena empresa, e coube a ele, “um homem semi-analfabeto”, aprender a administrá-la. Isso incluía lidar com compras, funcionários, officios, bancos... Enfim, aprendeu, na prática, a lidar com os sistemas burocrático, político e financeiro.

Foi quando nós fizemos um convênio com o estado – o primeiro convênio que eu fiz com o estado – de um milhão, quinhentos e sessenta... Naquela época, era cruzeiro. Um milhão, quinhentos e sessenta, para levantar 175 casinhas pro povo que tava morando na lona preta... O mesmo convênio que Juiz de Fora fez eu também fiz com o Estado. Esse convênio era o seguinte: a Associação assinava o convênio com toda a responsabilidade... tudo! Perdas e danos, a Associação é que assumia... Aquela coisa burocrática que tem... Quer dizer: nós tínhamos o poder de comprar o material através de concorrência pública, muito bem feito o serviço, muito bem feito mesmo.... A Associação administrava... (Seu Moacir)

Expressando muito orgulho, Seu Moacir emociona-se ao dizer que prestou contas de todo esse trabalho à frente da Associação do Capitão Eduardo. Afinal, lidar com dinheiro público não é nada fácil, e, segundo ele, o próprio diretor de obras do governo do Estado disse, na época, que muita gente estudada não era capaz de fazer uma prestação de contas tão exata como aquela feita por ele.

A maior lembrança, foi o dia que eu entreguei a primeira prestação de contas ao Estado. A prestação de contas... E na época o diretor lá da secretaria de obras me deu na prestação de contas: “Essa Associação, tal, tal, tal, tal, tal...está legal, legal, legal...” Os termos não são esses, mas está que “A Associação tá limpa, limpa, limpa com o Estado...” Nós prestamos conta! Graças a Deus! E aquilo que o cidadão usou pra me falar: “Moacir, esse documento aqui, muito nego com a parede cheia de diploma não vai pegar nunca...” (Seu Moacir) [chorando]

Miriam Regina de Sousa

Para Seu Moacir, além do aprendizado prático que obteve no Movimento dos Sem-Casa e na Associação do bairro, contou muito o aprendizado da ética, adquirido com a sua mãe, e trabalhado, ao longo de sua vida, nas relações com os outros, inclusive com os demais participantes do movimento por moradia do qual fez parte.

Edna também não restringe os processos educativos às lições práticas aprendidas com o padre Paggi. Ela aponta, sobretudo, lições de cidadania e humanidade. Ela fala sobre os aprendizados construídos nos momentos de união entre lideranças e base do movimento, em prol das necessidades e direitos comuns, assim como dos momentos de tensões vividos entre eles. Para Edna, a participação em um movimento social mudou literalmente sua vida. Dessa participação, adveio uma transformação pessoal: sua emancipação, sua libertação de um casamento no qual era subjugada, enfim, sua valorização pessoal. Quer dizer, os sujeitos produzem identidades e valores e se transformam como pessoas. Passam a defender direitos na vida social, mas também na vida pessoal. Ela estende esse desenvolvimento pessoal e o reconhecimento desses valores também aos demais participantes do movimento, sobretudo àqueles que conseguiram sua casa no bairro Capitão Eduardo:

As pessoas se sentiram num outro nível! Todas as pessoas que vieram pra'qui, que se sentiam pobres, sabe? que sentiam mesmo miseráveis, como o caso mesmo que eu relatei, das pessoas que dormiam com a cabeça ali perto do vaso... Então, a valorização da pessoa é outra! A casa própria é uma coisa muito importante na vida de um ser humano... No meu caso, por exemplo, eu cresci demais, cresci muito... em conhecimento com o movimento e como eu cresci! A gente acredita mais na gente! Tanto que você vê, que as pessoas que vieram pro Capitão num embrião de uma casa, de um cômodo, dois cômodos e um banheiro, quase todo mundo hoje tem uma casa grande... de quatro cômodos, cinco cômodos, de seis cômodos... Quer dizer: a pessoa que não podia nada, passou a se sentir poderoso, sentir que pode, sabe? O importante era a pessoa adquirir a terra... porque construir não é difícil pra ninguém... porque compra um tijolo hoje, um saco de cimento amanhã... Mas o difícil é a terra... As pessoas que não têm casa, que moram de aluguel – principalmente num estado em que não pode pagar um aluguel decente, ou seja, um apartamento, um lugar decente – ele se sente muito miserável, ele se sente capaz de nada... Tanto que eu, eu me sentia incapaz até de saber o lugar de colocar um móvel numa casa que eu alugava... Então, a valorização pessoal! É uma valorização pessoal... Porque você não pode. Você sente que você não pode nada... E depois que você conseguiu a sua

Miriam Regina de Sousa

terra, você sente: “Eu posso! Eu posso construir, eu posso comprar a janela hoje, eu posso...” Então as pessoas têm vontade de crescer... Quer dizer: não podiam nada... mas, como que hoje pode?... Porque passou a acreditar nele mesmo! Passou a ter vontade de conhecer mais, de aprender mais... Tem pessoas que vieram pra’qui, que assinavam com o dedo... E hoje eles assinam... É claro que tem o incentivo da escola, mas também tem a vontade de se instruir, vontade de aprender, vontade de crescer... Porque se sentiu valorizado, se sentiu melhor, entendeu? Porque eu tenho uma casa, uma casa digna... eu tenho meus móveis... A valorização pessoal é muito grande! Muito grande mesmo! Eu como ser humano, eu cresci demais depois disso, que eu tive o que é meu! (Edna)

Os outros sujeitos também relataram o desenvolvimento do respeito próprio, no contexto das desigualdades sociais em que viviam, como um dos resultados importantes da participação no movimento por moradia e na conquista da casa própria. Talvez, um dos maiores aprendizados desse movimento seja o fato de que todos que dele participaram aprenderam o valor da organização e da luta coletiva, mesmo em meio às tensões e conflitos vividos. O alcance do objetivo central da luta – a moradia –, para os participantes entrevistados, parece ter construído uma postura diferente diante da vida e das lutas sociais para cada um.

Como é possível perceber, os impactos de um movimento social não podem ser analisados apenas por meio da identificação de mudanças nas condições objetivas de vida de seus sujeitos. Segundo Jane Paiva (2002), é preciso considerar e incorporar às suas conquistas: *o desenvolvimento da auto-estima; o crescimento da esperança; a geração de novas demandas; a mudança de atitudes e comportamentos; e o exercício da cidadania*. Segundo a autora:

A luta social ensina e o processo de apropriação do conhecimento é (re)significado na luta. Novos conteúdos dão-se a conhecer. “Os que não sabem” descobrem-se como iguais no “não saber”, e acabam por desvelar o saber que têm, mas que é sempre negado pela escola e pela sociedade. (PAIVA, 2002, p.16)

Segundo Paiva, nem sempre os protagonistas de um movimento social percebem a importância que esse saber produzido na luta tem como arma e poder para transformar a dura realidade em que vivem, exatamente porque não é um saber legitimado pela escola. Mas, segundo a autora, uma importante dimensão educativa é

gestada pelos movimentos sociais, ao ocupar os lugares onde o poder público não está, conferindo a eles um papel educador e pedagógico.

Arroyo (2000) também aposta nisso. Ele vê os movimentos sociais como sujeitos pedagógicos, como sujeitos que educam seus membros e que educam a sociedade. Para o autor, a luta de seus sujeitos é uma luta diária. Ganham hoje, e se quiserem continuar vitoriosos amanhã, têm que continuar lutando. O movimento exige um eterno recomeçar.

Prova disso é que, logo após a conquista dos terrenos pelo movimento, eles continuaram a lutar. A luta por moradia incluiu, além da posse da terra, a possibilidade de construção da residência, a consolidação de um bairro, a construção de uma infraestrutura de serviços e de segurança e a manutenção das condições materiais mínimas de sobrevivência. Foi para isso que organizaram a Associação de moradores. Essa associação, que ainda existe, deu continuidade, em outros moldes, à luta pela consolidação do bairro, e com mais uma especificidade: foi e é a mediadora entre os moradores e o poder público. Se, no movimento de luta por moradia do bairro, conflitos, tendências partidárias, interferência explícita ou não da Igreja, relações de gênero, tensão, exploração e opressão já existiam, agora, eles se dão de outra maneira, em outros padrões, entre os velhos e novos moradores, entre as antigas e novas gerações, e são administrados por aqueles que vivem e moram no bairro Capitão Eduardo. É uma outra fase da luta social por direitos e um outro momento de aprendizados humanos, ou seja, um processo que nunca finda.

4.2- A escola e suas dimensões formadoras

Como foi possível observar, muitas aprendizagens e vivências formadoras foram atribuídas, pelos sujeitos da pesquisa, à sua participação no movimento que deu origem ao bairro Capitão Eduardo. E a aprendizagem escolar? Que valor eles atribuem a ela? Qual foi o lugar da escola na trajetória dessas pessoas?

Foi interessante constatar que os sujeitos da pesquisa, apesar de atribuírem grande importância às vivências e aprendizados adquiridos no movimento, não

Miriam Regina de Sousa

desconsideraram a escola e seu importante papel formador. Apesar desta pesquisa não ser voltada para a educação escolar, essa instituição esteve sempre presente nas narrativas dos sujeitos – ainda que de forma complexa e, por vezes, contraditória. Em suas falas, foi possível perceber que eles não desprezam a importância da escola, mesmo que sua experiência escolar tenha sido acidentada e lhes tenha deixado marcas negativas.

no terceiro ano eu agarrei. Fiquei agarrada no terceiro ano durante bastante tempo... Repeti várias vezes, porque começava estudar, aí minha mãe já arrumava um serviço pra mim numa cidadezinha vizinha. Eu ia trabalhar lá, ficava na casa da pessoa... até que começava o início do ano, pra começar as aulas de novo... Aí eu já perdia aquele ano. Aí eu começava, mas não dava certo naquele emprego, aí já voltava pra cidadezinha e acabava ficando agarrada... [...] isso pra mim foi muito ruim! Porque hoje, por exemplo, na área que eu trabalho, se eu tivesse feito um segundo grau, pra mim seria melhor no meu salário... O estudo, até pra receber é bom, né? (Edna)

As narrativas não fogem do lugar de uma visão de escola como possibilidade de inserção e mobilidade social, e de uma valorização de certos saberes que ainda é hegemônica na nossa sociedade. Nesse momento, a ênfase na idealização da escola se mistura e se confunde com a concepção de escola como um direito social. Mesmo que alguns expressem a introjeção do fracasso escolar, eles ainda vêm a escola como uma instituição que possibilita uma maior valorização social das pessoas das camadas populares.

Eles e elas não se vêem como desprovidos de saberes, e tampouco como excluídos da sociedade por não terem atingido um maior grau de escolaridade. Contudo, percebem claramente a desvalorização dos seus saberes perante o conhecimento científico (e escolarizado) hegemônico, assim como a *inclusão precária* à qual estão submetidos nas sociedades contemporâneas (MARTINS, 1997). Sabem-se incluídos numa ordem econômica que usa sua força de trabalho e que se beneficia do seu papel de consumidor, como peça numa engrenagem capitalista. Mas, ao mesmo tempo, se reconhecem à margem dos benefícios e da valorização nessa mesma sociedade. Assim, para eles e para elas, a apropriação do saber escolar – considerado socialmente como o único legitimamente reconhecido – seria um dos canais que propiciaria a valorização pessoal dos cidadãos.

Miriam Regina de Sousa

Segundo Seu Moacir, que só pôde freqüentar a escola aos 19 anos de idade, antes de ser alfabetizado, ele não era considerado um cidadão. Ao ser indagado sobre o que essa alfabetização tardia significou em sua vida, ele respondeu:

Isso valeu pra mim como se fosse hoje, uma verdadeira escola de valor na minha vida... Quando eu olho pra mim, que até a idade de 18 anos não sabia ler nem escrever, não tinha sequer registro... não era nem gente... Minha nação não me tinha como cidadão brasileiro... Era um bicho qualquer por aí afora...né? Era um ser humano, por ser um filho de Deus, mas pra nação, não existia... (Seu Moacir)

Seu Moacir reconhece ainda que, mesmo tendo entrado tardiamente na escola, recebeu de sua mãe o principal ensinamento que um ser humano precisa, que, segundo ele, é o caráter e a ética.

A minha mãe, apesar dela não ter essa preocupação de querer me botar na escola – às vezes até podia querer me botar na escola, mas não tinha como dar o material necessário pra poder botar – mas, por outro lado, ela nos deu uma coisa muito séria, na sua dificuldade que ela tinha de entender uma série de coisas, foi nos dar uma coisa muito séria, que no Brasil muito tempo não tem, que é muita ética... Isso ela nos deu bastante... Ser honesto, ser uma pessoa voltada para o bem, nunca estar querendo o alheio, as coisas dos outros... (Seu Moacir)

Ou seja, ele entende que a escola é importante enquanto um saber legitimado pela sociedade e enquanto uma instituição que pode desenvolver a consciência política/cidadã das pessoas. Mas, ao mesmo tempo, o que ele considera mais importante na formação humana – que é a ética – ele diz ter aprendido mesmo antes de ter acesso à escola e ao saber sistematizado. Assim, o seu depoimento ressalta que conhecimento, formação humana, respeito, valorização pessoal e outras aprendizagens acontecem de formas complementares e igualmente importantes nos mais variados espaços de convivência e socialização que conformam o universo das experiências vividas pelas camadas populares. Mas ele vê na escola uma condição fundamental para o desenvolvimento das pessoas e do país.

Porque eu sei que a única condição que o mundo tem pra melhorar é pela educação... Nada vai melhorar o mundo, se não for pela educação... Primeiramente Deus! Não é riqueza, nem fortuna, nem nada... O que vai mudar o mundo é a educação do cidadão. Cada qual entender e fazer a sua parte como cidadão... ocupar o seu lugar na

Miriam Regina de Sousa

sociedade... Enquanto no Brasil o seu povo não tomar consciência do seu lugar na sociedade, o Brasil vai ser o que ta aí... (Seu Moacir)

Edna, como os demais entrevistados, não separa dicotomicamente os espaços do aprender. Afirma, por exemplo, em vários momentos da sua entrevista, a importância do saber transmitido pelos mais velhos na experiência cotidiana de trocas:

Eu fui criada no meio de pessoas humildes, pessoas roceiras, mas pessoas que tinham assim uma educação, um preparo... Porque a gente aprende muito com as pessoas idosas... Então, as pessoas que ouvem as pessoas idosas, aprendem muito da vida! (Edna)

Ao mesmo tempo, ela valoriza a escola como importante instituição formadora, que possibilita, sobretudo, a valorização do ser humano através da transmissão de saberes socialmente reconhecidos. Como pôde estudar somente até a 4ª série do Ensino Fundamental, ela reconhece que poderia ter hoje uma colocação profissional e um salário melhor do que aquele que possui, caso tivesse tido a oportunidade de avançar nos estudos. No entanto, afirma que, mesmo tendo apenas o diploma da 4ª série, teve uma boa formação e seu conhecimento compara-se ao das pessoas que têm diploma de Ensino Médio nos dias de hoje. Quer dizer, ela valoriza o saber que possui, mas sabe que este não é valorizado pela sociedade, que tende a legitimar apenas o conhecimento escolar.

Isso nos remete à discussão da valorização por parte da escola – e da sociedade em geral – de uma única forma de conhecimento e de saber, o que, por sua vez, produz nas escolas um currículo e uma prática monocultural. As narrativas analisadas neste trabalho apontam para um leque de aprendizados construídos em todo o processo da vida de seus sujeitos, incluindo nesse processo o trabalho, a experiência escolar, a família, a religiosidade e a participação em um movimento de luta. Elas nos mostram que, para os sujeitos entrevistados, tanto a escola quanto o movimento produzem saberes, no entanto, reconhecem que há, na sociedade, uma hierarquia entre ambos e uma maior valorização e legitimação do saber escolar. Essa hierarquia produz, por seu turno, uma visão hierarquizada também acerca dos sujeitos que pertencem aos movimentos sociais, sobretudo, àqueles que possuem um caráter popular.

4.2.1- Escola, saberes e conhecimentos

As dimensões formadoras da escola e sua relação com a construção dos saberes construídos nas vivências escolares e não-escolares nos levam a refletir sobre algumas análises do sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2004), ao indagar a relação entre os conhecimentos e saberes produzidos pelas práticas e movimentos sociais e sua relação com o conhecimento científico. Segundo esse autor, é possível criar um espaço-tempo onde se reconheça e valorize a inesgotável experiência social existente em todas as pessoas, em todas as partes do mundo. Para ele,

a pobreza da experiência identificada por Benjamin³⁴ não é a expressão de uma carência, mas antes, a expressão de uma arrogância. A Arrogância de não querer ver e muito menos valorizar a experiência que nos cerca, apenas porque está fora da razão com que a podemos identificar e valorizar. (SANTOS, 2004, p. 785)

Diante da inesgotável experiência do mundo e da ativa participação dos movimentos sociais, Santos propõe a superação da hierarquização existente entre conhecimentos e saberes. Nesse sentido, ele questiona a monocultura do saber (o domínio do conhecimento científico como única e legítima forma de conhecimento e saber) e propõe a construção de uma *ecologia de saberes*, em que haja a identificação de outros saberes e de outros critérios de rigor que operam credivelmente em contextos e práticas sociais declarados não-existentes pela razão metonímica.³⁵

Para que tal aconteça, Santos propõe um procedimento sociológico que designa por *sociologia das ausências e das emergências*. A sociologia das ausências consiste em demonstrar que o que não existe é, na verdade, ativamente produzido pelo poder

³⁴ Benjamin fala que as ações da experiência estão em baixa, porque a arte de narrar está ela mesma em vias de extinção. Para ele, a valorização de uma experiência quase cotidiana nos impõe a exigência de uma distância apropriada e um ângulo favorável de observação, que não embace seu entendimento devido ao desenvolvimento desenfreado da tecnologia. “Sem a transmissão de saberes proporcionado pela experiência, emerge no mundo uma nova pobreza: O homem de hoje não cultiva o que não pode ser abreviado” (BENJAMIN, 1994. p. 197).

³⁵ Razão que toma a parte pelo todo. “A razão metonímica é obcecada pela idéia da totalidade sob a forma da ordem. Não há compreensão nem ação que não seja referida a um todo e o todo tem absoluta primazia sobre cada uma das partes que o compõem. Nesta razão há apenas uma lógica que governa tanto o comportamento do todo como o de cada uma das partes, não havendo existência de experiências fora desta totalidade” (SANTOS, 2004, p. 782).

hegemônico como não-existente. Segundo ele, há uma produção de não-existência sempre que uma dada entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível ou descartável. Para o autor, o objetivo da sociologia das ausências é transformar as ausências em presenças.

Já a sociologia das emergências é a investigação das alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas. Ela amplia o presente, juntando ao real amplo as possibilidades e as expectativas futuras que ele comporta. Nesse caso, a ampliação do presente implica a contração do futuro, na medida em que o *ainda-não*, longe de ser um futuro vazio e infinito, é um futuro concreto, sempre incerto e sempre em perigo.

Ainda de acordo com Santos (2004), a sociologia das emergências consiste em proceder a uma ampliação simbólica dos saberes, das práticas e dos agentes, de modo a identificar neles as tendências de futuro (o *ainda-não*) sobre as quais é possível atuar para maximizar a probabilidade de esperança em relação à probabilidade de frustração. Essa ampliação simbólica é, no fundo, uma forma de imaginação sociológica que visa a um duplo objetivo: de um lado, conhecer melhor as condições de possibilidade da esperança; de outro, definir princípios de ação que promovam a realização dessas condições. O elemento subjetivo da sociologia das emergências é a consciência antecipatória e o inconformismo ante uma carência cuja satisfação está no horizonte de possibilidades; por isso ela se move no campo das expectativas sociais.

Ao considerarmos os saberes construídos pelos sujeitos desta pesquisa, ao longo de suas trajetórias de vida e de lutas, estamos trazendo à tona – e para o campo das discussões pedagógicas – presenças e emergências que têm sido, muitas vezes, consideradas como ausências. A tentativa de transformar ausências em presenças orienta desde o tema da pesquisa até a análise aprofundada do movimento aqui investigado.

Mas, é preciso pontuar, os movimentos sociais também produzem internamente as suas ausências. Existem sujeitos, ações e lutas não-hegemônicas, que acontecem no interior dos próprios movimentos sociais e que nem sempre são reconhecidos ou destacados por seus atores. A luta das mulheres é uma delas. Na ida a campo, ao

buscarmos informações sobre as principais lideranças do movimento, na década de 1980, que deveriam ser entrevistadas, observamos o protagonismo das mulheres. No entanto, como já foi dito nos capítulos anteriores, o protagonismo feminino, no interior dos movimentos sociais e populares, nem sempre tem sido destacado pela literatura específica. Além disso, não tem recebido o devido reconhecimento nem mesmo dentro do próprio movimento pesquisado. Além da questão das mulheres, a questão racial e juvenil ocupam lugar semelhante, embora não tenham se destacado no contexto desta pesquisa.

A presença da *monocultura do saber e do rigor do saber*, discutida por Santos (2004), em que tudo o que não faz parte do conhecimento científico e da *alta cultura* é declarado como não existente, pode ser constatada nas histórias de vida relatadas por Edna, Marlene e Seu Moacir. Quando Seu Moacir diz que até os 19 anos de idade não era considerado como gente, mas como *um bicho qualquer*; quando Marlene e Edna contam suas histórias, ricas em experiências de vida, mas se ressentem por não terem tido a oportunidade de prosseguir os estudos, estão dizendo do não reconhecimento social de seus saberes, construídos na experiência cotidiana.

No entanto, Edna e os demais entrevistados consideram o fato de terem começado a trabalhar precocemente – ainda na infância – como um fator positivo em sua formação. Para eles, a responsabilidade que lhes foi exigida, desde muito cedo, ainda que sacrificando suas trajetórias escolares, agiu em suas vidas como importante processo formador de valores. Seria o reconhecimento da categoria “trabalho” na compreensão dos processos de formação-deformação humana (ARROYO, 2000). Segundo Arroyo, em estudos diversos, tem sido muito mais destacado o trabalho como deformador, sob as relações capitalistas de produção, do que o trabalho como princípio educativo, formador. Sem desconsiderar as tensões que envolvem as relações de trabalho – sobretudo no trabalho infantil –, o autor nos chama a refletir sobre os vínculos entre educação e trabalho, como forma de aproximar a Pedagogia de outras formas de educação, que não apenas a educação escolar. Fazer essa aproximação poderia ser, entre outras ações da Pedagogia, um modo de colocar em prática a *ecologia dos saberes* proposta por Boaventura.

Os sujeitos relataram, sobretudo aqueles e aquelas que puderam retornar à escola depois de adultos, lições de humanização e fortalecimento da auto-estima. Nota-se que a ênfase no escolar é menos na aprendizagem dos conteúdos de forma abstrata e mais na capacidade de articulação entre estes e a possibilidade de maior abertura para a vida e para as relações humanas. Suas falas coadunaram-se no sentido de valorizar a escola, primordialmente, pelas mesmas virtualidades formadoras identificadas por Arroyo (2000) nos movimentos sociais, a saber: o desenvolvimento da sociabilidade; o desenvolvimento da auto-estima; o sentir-se valorizado e ser capaz de olhar nos olhos, de falar de igual pra igual, de ser reconhecido(a) como alguém provido de saberes e experiências significativas.

Em seus depoimentos, os sujeitos lidam com os saberes aprendidos na escola e aprendidos no movimento como dimensões formadoras que se complementam. Muitas vezes, falavam de um fazendo referências ao outro. Assim, tanto o movimento por moradia quanto a escola foram destacados como lugares de aprendizagens.

Participar desse movimento, dessa conquista, me ensinou muita coisa... muita coisa mesmo! Aprendi muito! Aprendi a me defender, aprendi a ter garra pra conseguir o que eu quero, ir à luta. Aprendi a não ter medo de encarar uma pessoa superior a mim, entendeu? (Luzia; sobre a importância do movimento)

Eu acho que as duas coisas [movimento social e escola] têm muito a ver, né? Porque você estudando, você aprende a relacionar melhor com as pessoas, conviver, entendeu? Ainda mais agora, que no 1º ano a gente tem Sociologia, Filosofia... Eu gosto... porque a gente aprende muito, a gente desembaraça muito... Em qualquer lugar você sabe como conversar com as pessoas... Sabe? Você reeduca de novo, né? Porque com seus educadores você tá aprendendo muito mais conhecimento do que você tinha... Hoje em dia, eu não tenho vergonha de chegar num lugar e conversar com as pessoas... De primeiro, eu me sentia acanhada de chegar pra conversar numa repartição... com qualquer pessoa, eu sentia... Agora não! Agora eu me sinto até superior! Eu tenho coragem de chegar e conversar... (Luzia; sobre a importância da escola)

A educação escolar e o movimento de luta por moradia também foram lembrados por aprendizados negativos e como portadores de experiências que incluíram processos de desumanização. Uma experiência pode ser desumanizadora, quando as pessoas são tratadas como massa e, por isso mesmo, acabam tornando-se meros objetos no processo que vivenciam (FREIRE, Paulo; HORTON, Myles, 2003).

Miriam Regina de Sousa

No movimento por moradia, as experiências de serem mal recebidos nos gabinetes dos políticos (“às vezes ficava de 7 horas da manhã, até à noite, sem comer um pão, bebendo água na pia...”); de serem vítimas de violência policial nas ruas (“que às vezes a gente fazer passeata incomodava os outros e às vezes os policiais queriam bater na gente...”); e de serem muitas vezes taxados de vagabundos pela própria sociedade civil (“as pessoas passavam de carro e gritavam: ‘vai trabalhar, vagabundo, que você consegue sua casa...’”), marcaram negativamente essas pessoas.

Na escola, as experiências de reprovação e exclusão escolar, por exemplo, também foram lembradas pelos entrevistados como processos desumanizantes, que deixaram duras marcas em suas vidas.

Aí me repetiu... Eu ia passar de ano com 7,5... Eu fiquei tão contrariada, que de 7,5 que eu ia tirar o diploma, eu tirei no outro ano com 5. Eu peguei, parei de estudar, não gostava mais, matava aula... Eu não ia... Não tive mais vontade de estudar... (Marlene)

Assim, através de suas narrativas, os sujeitos desta pesquisa interrogam o papel da educação. Será que os educadores e pesquisadores da educação têm a dimensão do que é a educação para as camadas populares? O sentido de educação atribuído pelas camadas populares, na década de 80 do século passado, continua o mesmo no século XXI? Será que os setores populares trabalham com a lógica do escolar e do não-escolar que ainda permeia as tensões, posições políticas, currículos, teorias e práticas educativas? Os sujeitos da pesquisa falam muito em educação como formação humana, e vêm a escola não somente como lugar de aquisição de saberes científicos, mas também sociais, que lhes instrumentalizam em seus processos de luta. Contudo, reconhecem que a escola não é o único espaço onde a educação acontece. Sabem que a família, a igreja, a rua e os movimentos sociais também educam. E consideram esse processo educativo mais amplo também como um valor.

Ética, luta, companheirismo, solidariedade são, para eles, aprendizados da vida, da família e dos movimentos. Será que a educação escolar interfere e contribui nesses aprendizados? O que os setores populares pensam sobre isso? São interrogações novas que as narrativas nos trazem, as quais sinalizam possíveis desdobramentos desta pesquisa.

Miriam Regina de Sousa

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando eu morrer, que me enterrem
Na beira do chapadão
Contente com minha terra,
Cansado de tanta guerra,
Crescido de coração.
(Guimarães Rosa)

Este trabalho teve como eixo central a interlocução entre movimentos sociais e educação. Seu objetivo foi pesquisar a trajetória de vida e de luta dos sujeitos do movimento que deu origem ao bairro Capitão Eduardo, através do resgate de suas memórias, buscando reconhecer os processos educativos vivenciados por eles nessa trajetória.

Creio que a história dos moradores do bairro Capitão Eduardo se constitui em um exemplo da luta das classes populares pela conquista dos direitos de cidadania, sobretudo do direito de ter uma “terra” – *um pedaço de terra que seja seu* –, onde possa enraizar-se e construir uma identidade, para si e para a sua família. Contudo, além de evidenciar a força de um movimento popular na conquista de direitos sociais, a pesquisa trouxe à tona, também, suas limitações, tensões e divergências, sejam internas ou externas.

Das questões que foram abordadas nos quatro capítulos que compõem este trabalho, algumas merecem ser retomadas, devido à centralidade que assumem nos processos formadores acionados pelas lembranças dos moradores e moradoras.

Foi possível reconhecer a prevalência do feminino na luta por moradia e as implicações que as condições de gênero impuseram a tal fato. A presença das mulheres na luta pela terra, pela casa, pela escola e pela manutenção da coesão familiar reafirma a condição feminina no que se refere à responsabilidade com o núcleo casa-família. História de mulheres, marcando com seus modos próprios a luta com o poder público, eminentemente masculino. A desigualdade de gênero também pôde ser vista quando, através das narrativas, as mulheres entrevistadas retomavam a hierarquia no movimento,

a luta pela água, pela escola, pela construção da infra-estrutura do bairro. E várias mulheres do bairro, além das entrevistadas, dividiam a vida cotidiana entre o trabalho doméstico em suas casas e o emprego em outros locais da cidade. Nessa hora, a presença das vizinhas, e notadamente da avó, assume um lugar de destaque que, mais tarde, é repetido por algumas das próprias moradoras – depois de adultas –, na história das suas filhas.

A questão política e sua face populista e clientelista puderam ser revistas como tradições políticas do país, em que aqueles que estão no poder se aproveitam das condições de desigualdade para explorar os sujeitos dos movimentos. Estes se encontram em situações tão desiguais que, fragilizados, muitas vezes se tornam vulneráveis às ações dos políticos. Mas também foi possível reconhecer as muitas formas como esses sujeitos resistem e se apropriam das regras do jogo e das artimanhas políticas, fazendo desse aprendizado um instrumento a seu favor. No resgate das lembranças, não podemos afirmar que tudo isso tenha se dado, naquele momento, de forma consciente, ou se essas pessoas, hoje, ao se reportarem ao passado, conseguem retomá-lo mediante uma leitura crítica da sua própria ação política. Esse movimento de leitura, releitura, interpretação e reinterpretação do passado é uma dimensão que sempre devemos considerar quando trabalhamos com a memória.

A questão da religiosidade e a questão racial, apesar de não terem sido os temas centrais das narrativas, também emergiram das entrevistas. São aspectos que nem sempre se tornam visíveis nas pesquisas sobre movimentos sociais e educação. Uma com mais e outras com menos intensidade, essas questões foram retomadas pelos moradores, hoje, ao se reportarem não só ao movimento, mas, também, aos anos iniciais de construção do bairro e da própria Associação de moradores.

Além das dimensões formadoras mais amplas, construídas na vivência do movimento, a escola também ocupou um lugar relevante nas narrativas desses sujeitos. Suas trajetórias escolares, ainda que entrecortadas por momentos traumáticos, seja de exclusão ou de inclusão precária, representaram para eles um lugar central de legitimação de saberes. O saber escolar adquire, assim, para os sujeitos pesquisados, um importante papel formador, porque legitimado pela sociedade. No entanto, um ponto

forte das entrevistas foi a compreensão por parte desses mesmos moradores de que os saberes escolares e os saberes sociais não estão separados. Antes, são complementares. A escola tem um lugar central nas narrativas, como já foi dito, mas a formação em família, no movimento, na Igreja é apontada como parte dos processos educativos por eles vivenciados e mereceram destaque em suas falas.

Independentemente da escolarização que puderam ter, os sujeitos da pesquisa se revelam e se afirmam como portadores de saberes e valores, construídos no seu processo de humanização, na sua luta social, sendo ou não portadores de um diploma institucional. São pessoas capazes de articular os saberes aprendidos na escola e na vida, e isso fizeram diversas vezes, no decorrer de suas narrativas.

Em muitas ocasiões, foi possível perceber essa articulação feita por eles acerca dos variados temas da pesquisa, o que significa dizer que os sujeitos também foram se construindo como sujeitos da história narrada, à medida que retomavam suas vivências relativas ao movimento, pelo acionamento da memória. Eles já são, nos dizeres de Miguel Arroyo, “sujeitos em movimento”, contudo, no decorrer das entrevistas e nas teias da narrativa, foram se reconstruindo como sujeitos de uma pesquisa. Eles não “falavam por falar”, não “narravam por narrar”: eles se autoconstruíam, se representavam como sujeitos de uma história, através do próprio discurso e pelo acionamento da memória, trazendo lembranças de uma época de intensa agitação, organização e luta. Um discurso que interessava a alguém (à pesquisadora) e a eles mesmos, como pessoas, moradores do bairro, ex-lideranças do movimento de luta por moradia e, alguns, como atuais lideranças comunitárias. Nesse contexto, foram tecendo, cuidadosamente, as palavras, as pausas, os silêncios e os gestos.

Quanto ao meu processo de autoconstrução como pesquisadora, posso afirmar que foi um processo rico e fértil, ainda que por vezes difícil. A convivência com a pesquisa me reeducou, desestabilizou, mexeu com certezas e me trouxe uma nova visão sobre os sujeitos pesquisados. Como já foi dito, já existia entre mim e eles um conhecimento relativo e alguma convivência anterior à pesquisa. Também isso precisou ser ponderado e bem trabalhado por mim, para que o carinho e admiração que eu já sentia por eles não se tornassem um obstáculo para a clareza e objetividade dos

resultados desta pesquisa. Houve, assim, todo um cuidado para não exaltá-los ou colocá-los como heróis, o que não significa não poder reconhecê-los, ao final deste trabalho, como sujeitos sociais com uma digna e bela história de luta que merece o nosso respeito.

A partir da pesquisa realizada e do reconhecimento dos aprendizados que foram construídos nos processos de luta e de escolarização dos seus sujeitos, ficam algumas questões: como aproximar a pedagogia dos movimentos com a área da educação escolar? Paraphrasing Arroyo, *o que temos a aprender com os movimentos sociais?* Como os movimentos sociais de ontem e de hoje interrogam a pedagogia? A pedagogia, a educação, consegue ir além do reconhecimento da existência de processos educativos em um movimento de luta? Consegue compreender os conflitos, as contradições e os avanços desse movimento? Consegue produzir uma *sociologia das emergências*, conforme Boaventura de Sousa Santos (2004), superando a monocultura do saber e do rigor do saber e construindo uma *ecologia dos saberes*?

Segundo Miguel Arroyo,³⁶ a pedagogia não é fácil de ser interrogada. Não temos ainda teorias pedagógicas, currículos e didáticas que acolham a dimensão educativa das experiências sociais que ocorrem fora da escola. Segundo o autor, a escola se fecha em um “escolacentrismo” que filtra as questões do conhecimento para o puramente escolar.

Fechando-se nas questões escolares, a pedagogia e a escola deixam de perceber os ensinamentos que vêm de fora, deixando de aprender, por exemplo, com a experiência dos movimentos sociais. Segundo Arroyo, os movimentos sociais colocam a pedagogia no campo dos direitos e não no campo do mercado. Recolocam a pedagogia no seu campo: o campo da formação humana. Ensinam à escola a conceber sua ação para além do ensinar apenas competências e conteúdos, a contribuir para que os sujeitos se constituam como humanos, articulando experiências e práticas escolares com os outros âmbitos da vida social em que os educandos estão inseridos.

³⁶ Reflexões feitas a partir da fala de Miguel Arroyo, sobre a pedagogia dos movimentos, em palestra realizada na disciplina “Desigualdade social, racial e educação das camadas populares”, do Mestrado em Educação da FAE/UFMG, em abril de 2005, a convite das professoras Nilma Gomes e Maria Amélia Giovanetti.

Penso que uma das *lições* que a pedagogia poderia aproveitar das experiências do movimento social pesquisado seria a de passar a olhar a categoria genérica “aluno” – muitas vezes sem rosto, sem raça, sem sexo, sem identidade e sem saberes produzidos em outros espaços sociais – como uma categoria de sujeitos sociais concretos, com história, com direitos e que produzem saberes na sua vivência cotidiana e também na escola; como pessoas que lutam e produzem um processo individual e coletivo de humanização.

Lembrando que os seres humanos se humanizam nas condições sociais dadas, a pedagogia e a escola podem tanto proporcionar, facilitar, fomentar um processo educativo que dê continuidade ao processo de formação humana e de construção de valores positivos aos seus sujeitos, como pode submetê-los a situações tão desumanizantes ou deformadoras quanto aquelas por eles vivenciadas em outros espaços onde impera a desigualdade social. Segundo Miguel Arroyo (2000):

Recuperar essa concepção mais alargada de educação como formação e humanização plena pode ser uma das contribuições mais relevantes da pedagogia dos movimentos para a educação formal e não-formal. Para o repensar e agir pedagógicos. Alargar esse foco supõe ver os educandos para além de sua condição de aluno, de alfabetizando, de escolarizando... para vê-los como sujeitos de processos sociais, culturais, educativos mais totalizantes, onde todos estão imersos seja na tensa reprodução de suas existências tão precárias, seja na tensa inserção em lutas tão arriscadas, onde tudo está em jogo. (ARROYO, 2000, p. 8)

Segundo Arroyo, essas vivências totalizantes – eu diria tais quais as retratadas nesta pesquisa – revelam à pedagogia o ser humano como totalidade existencial. Revelam e repõem, segundo ele, dimensões muitas vezes perdidas nas pesquisas, reflexões e práticas pedagógicas. Lembra aos pesquisadores, educadores e teóricos da educação, que as pessoas, sobretudo as das classes populares, continuam se organizando em torno de direitos humanos elementares, e que, desse modo, precisam ser vistos e ouvidos como seres humanos, com questões humanas ainda não respondidas. Para Arroyo, essas pessoas em movimento nos puxam para o presente tão elementar de tantas existências, colocando-nos questões primaríssimas, ainda não respondidas, como, por

exemplo, como sobreviver e conviver, como humanos, nas difíceis situações sociais dadas?

Além de reconhecer essa luta pelos direitos mais elementares – como casa, comida, saúde e transporte –, é preciso ainda que nos voltemos para aquilo que os sujeitos da pesquisa reconheceram como uma das maiores aprendizagens construídas, tanto na luta quanto na escola: o crescimento pessoal e o desenvolvimento da autoconfiança. Quando os sujeitos da pesquisa afirmam a importância de aprenderem a olhar nos olhos, a terem coragem de falar a *sua palavra*, e a não se sentirem inferiores a ninguém, nos fazem reportar ao que diz Paulo Freire, em *Pedagogia do oprimido* (2005a, p. 19): “Aprender a dizer sua palavra é toda a Pedagogia”.

De vez em quando eu ouvia uma pessoa falar assim:

– “Edna, eu amo o Capitão Eduardo!”

Porque viu brotar o Capitão Eduardo de um sonho... Brotar do chão, de um sonho... Que não sabia onde era... Não tinha janela, não tinha porta... Era só a terra mesmo, não tinha nada! Não tinha luz, não tinha água... Essas pessoas, que vieram pra'qui nesse sofrimento, sabem dar valor pro terreno... Porque as pessoas que compram, dão valor, mas não dão o valor que a gente dá! Da luta, da busca, de ver aonde que tá... De acreditar, de sonhar, e construir tijolo a tijolo...

Um saco de cimento pra gente era igual se falasse: ouro!”

(Edna)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004a.
- ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004b.
- BRASÍLIA/DF. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, Lei nº 9394/96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em 23/08/2006.
- LEITE, Lúcia Helena Alvarez. *Escuela, movimientos sociales y ciudadanía*. Tese de Doutorado. Universidade de Valência, Espanha, 2003.
- ALVAREZ, Sonia et al. *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- ALVES, Rubem. *O suspiro dos oprimidos*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1984.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- ARROYO, Miguel Gonzáles. *Pedagogias em movimento – o que temos a aprender com os movimentos sociais?* Texto apresentado na ANPED, [s.d.e.]. (mimeo).
- ARROYO, Miguel Gonzáles. Apresentação. In: CAMPOS, Rogério Cunha. *A luta dos trabalhadores pela escola*. São Paulo: Edições Loyola, 1989.
- ARROYO, Miguel Gonzáles. Educação e exclusão da cidadania. 10. ed. In: BUFFA, Éster; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo (Org.). *Educação e cidadania: quem educa o cidadão?* São Paulo: Cortez, 2002. p. 31-80.
- ARROYO, Miguel Gonzáles. *Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- AVRITZER, Leonardo. Um desenho institucional para o novo associativismo. *Lua Nova*, n. 39, 1997. p. 149-174.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BOFF, Leonardo. *A fé na periferia do mundo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A questão política da educação popular*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980a.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Os deuses do povo*. São Paulo: Brasiliense, 1980b. p. 131-2.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é Educação?* 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *De Angicos a Ausentes – 40 anos de educação popular*. Porto Alegre: Corag, 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Educação Popular na Escola Cidadã*. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRASILEIRO, Ana Maria. Trabalhando com mulheres. Apresentação. In: IBAM. Instituto Brasileiro de Administração Municipal. *Mulher e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Serviços Urbanos. Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas, 1991 p. 19-22.

CALDART, Roseli S. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Petrópolis: Vozes, 2000.

CAMPOS, Rogério Cunha. *A luta dos trabalhadores pela escola*. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

CAPDEVILLE, Evely Najjar. *Cidadanias em construção: um estudo de caso junto à Escola Municipal Governador Ozanam Coelho, no Bairro Capitão Eduardo*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC / Cortez, 2002.

CEVAE/PBH. *História da gente e do lugar da gente: Capitão Eduardo – Beija-Flor*. Janeiro de 1998.

CHAUI, Marilena de Souza. Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. SP: Brasiliense, 1994a. p. 19-30.

CHAUI, Marilena de Souza. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994b.

DAGNINO, Evelina. Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda Latino-Americana. In: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 103-5.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAYRELL, Juarez. (Org.) *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós – 70*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: AMPOCS, 1995.

FERNANDES, Marlene: A mulher e a moradia. In: IBAM. Instituto Brasileiro de Administração Municipal. *Mulher e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Serviços Urbanos. Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas, 1991. p. 149-159

FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). *Usos e abusos da História Oral*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

FONSECA, Cláudia. Quando cada caso NÃO é um caso. *Revista Brasileira de Educação*, n. 10, 1999. p. 58-78.

FREI BETTO. *A mosca azul: reflexão sobre o poder*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *À sombra desta mangueira*. 4. ed. São Paulo: Olho D'água, 2004.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 40. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005a.

FREIRE, Paulo. *Conscientização – teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. 3.ed. São Paulo: Centauro, 2005b.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 29. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo; FREI BETTO. *Essa escola chamada vida: depoimentos ao repórter Ricardo Kotscho*. São Paulo: Ática, 1985.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. *Aprendendo com a própria história*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo; HORTON, Myles. *O caminho se faz caminhando: conversas sobre educação e mudança social*. Petrópolis: Vozes, 2003.

GADOTTI, Moacir. (Org.) *Paulo Freire: uma biobibliografia*. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire; Brasília/DF: UNESCO, 1996.

GADOTTI, Moacir. *Um legado de esperança*. São Paulo: Cortez, 2001.

GADOTTI, Moacir. *Pensamento pedagógico brasileiro*. 8. ed. São Paulo: Editora Ática, 2004.

GIFFIN, Karen. A mulher, a cidade e os programas sociais. In: IBAM. Instituto Brasileiro de Administração Municipal. *Mulher e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Serviços Urbanos. Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas, 1991 p. 169-186.

GIOVANETTI, M. Amélia Gomes de Castro. *Mouvements Sociaux Urbains au Bresil: A la recherche d'une nouvelle identite. Mouvement du quartier Lindeia, Belo Horizonte (annees 80). Etude de cas de l'Ecole Professionnelle "Tio Beijo"*. Dissertation doctorale. Universite Catholique de Louvain. France, 1991.

GIOVANETTI, M. Amélia Gomes de Castro; COSTA, M. da Conceição M. G. L. Movimentos sociais e educação. As lutas populares por educação em Belo Horizonte nos anos 70 e 80. In: *Educação em Revista*. n. 26. Belo Horizonte, dez/1997.

GOHN, Maria da Glória. *Classes populares, periferia urbana e movimento social urbano: o movimento das Sociedades Amigos de Bairro em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – USP. , São Paulo, 1979.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1992.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e educação*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

GOHN, Maria da Glória. *Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GOHN, Maria da Glória. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. São Paulo: Cortez, 2005.

GOMES, Nilma Lino. *A mulher negra que vi de perto*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

GOMES, Nilma Lino; MUNANGA, Kabengele. *Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos*. São Paulo: Global: Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação, 2004.

HEILBORN, Maria Luiza Amorim. Gênero e condição feminina: uma abordagem antropológica. In: IBAM. Instituto Brasileiro de Administração Municipal. *Mulher e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Serviços Urbanos. Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas, 1991 p. 23-37.

IBAM. Instituto Brasileiro de Administração Municipal. *Mulher e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Serviços Urbanos. Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas, 1991.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LÖWY, Michael. *Marxismo e Teologia da Libertação*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

MAGNANI, J. G., *Festa no pedaço*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MEJÍA, Marco Raul. *Transformação social: educação popular e movimentos sociais no fim do século*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? In: *Lua Nova. CEDEC*, n. 17, jun. 1989.

MELUCCI, Alberto. Movimentos sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento. *Novos Estudos*, n. 40, 1994. p. 152-166.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MELUCCI, Alberto. *Por uma sociologia reflexiva: Pesquisa Qualitativa e cultura*. Petrópolis: Vozes, 2005.

NEVES, Lucília de Almeida. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. In: *Revista da Associação Brasileira de História Oral*. n. 3, jul., 2000.

NEVES, Margarida de Souza. História e memória: os jogos da memória. In: MATTOS, Ilmar Rohloff (Org.). *Ler e escrever para contar – documentação, historiografia e formação do historiador*. Rio de Janeiro: Access, 1998.

NUNES, Edson de Oliveira (Org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

PAIVA, Jane. Onde a luta ensina: olhos de aprendiz no movimento social. *Revista Teias*. FAE-UERJ, Rio de Janeiro, ano 3, n. 6, jul./dez., 2002. p. 9-19

PEREIRA, Willian César Castilho. *O adoecer psíquico do subproletariado*. Belo Horizonte: SEGRAC, 1990.

PEREIRA, Willian César Castilho. *Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática*. Belo Horizonte: Vozes, 2001.

RIBEIRO, Núbia Braga *et al.* *Becos da memória, desenhos da cidadania* – Pedreira Prado Lopes: a vila no trajeto de sua história oral. Belo Horizonte: Centro Universitário de Belo Horizonte / Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2001.

RUSCHEINSKY, Aloísio. *Metamorfozes da cidadania: sujeitos sociais, cultura política e institucionalidade*. São Leopoldo: Ed. da UNISINOS, 1999.

SADER, Eder. Idéias e questões. In: SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Editora, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma pedagogia do conflito. In: SILVA, Luiz Heron da; AZEVEDO, José Clóvis de; SANTOS, Edmilson Santos dos. (Org.). *Novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais*. Porto Alegre: Sulina, 1996. p. 15-33.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. *Lua Nova*, n. 39, 1997. p. 105-124.

SANTOS, Boaventura de Sousa, (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: “Um discurso sobre as ciências” revisitado*. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas: Autores Associados, 1996.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1987.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos em cena... e as teorias por onde andam?* Trabalho apresentado na XXI Reunião Anual da ANPED, Caxambu, 1998.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade*. n. 16. Porto Alegre, jul./dez. 1990. p. 5-22.

SOMARRIBA, Maria das Mercês Gomes; VALADARES, M. G.; AFONSO, M. R. *Lutas urbanas em Belo Horizonte*. Petrópolis: Vozes, 1984.

SOMARRIBA, Maria das Mercês Gomes. Avaliação sociológica. In: PEREIRA, Willian César Castilho. *O adoecer psíquico do subproletariado*. Belo Horizonte: SEGRAC, 1990. p. 138-145.

SPÓSITO, Marília Pontes. *O povo vai à escola: a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo*. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

SPÓSITO, Marília Pontes. *A ilusão fecunda: a luta por educação nos movimentos populares*. São Paulo: HUCITEC, 1993.

TELLES, Vera da Silva. *Direitos sociais: afinal, do que se trata?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

TELLES, Vera da Silva. *Pobreza e cidadania*. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34, 2001.

URBEL – Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte. *Conjunto Habitacional de Interesse Social: Capitão Eduardo*. PBH, 1995.

VALE, Ana Maria. *Educação popular na escola pública*. São Paulo: Cortez, 2001.

VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (Org.). *Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

VIEIRA, Liszt. *Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2001.

WEFFORT, Francisco. *Qual democracia?* São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

ANEXOS

ANEXO 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA

GERAL:

1- Fale um pouco sobre a sua infância

- Onde você nasceu?
- Quais lembranças você tem do bairro onde morava quando criança? Onde era?
- Com quem você morava? (se não morava com a família - por quê?)
- O que os seus pais faziam? (trabalhavam em que?)
- Quantos irmãos?
- Como era sua relação com a sua família?
- Você estudou na sua infância? Onde? (se não, por quê?)
- Até que série? Foi reprovado na escola durante sua infância? (se foi reprovado, o que isso significou pra você?)
- Quais as lembranças que mais marcaram a sua infância? Por quê?

2- Fale um pouco sobre a sua vivência na adolescência e juventude

- você continuou morando no mesmo lugar? Com as mesmas pessoas? O que mudou?
- Você continuou estudando? (se não, por quê?) o que isso significou pra você?
- Se estudou, até que série? Houve reprovações nessa fase? (se houve reprovações, o que isso significou pra você?)
- Nesse período da sua vida você já trabalhava? Por quê?
- Em que você trabalhava? Onde? Você recebia mais que o salário mínimo na época? Como você costumava empregar o dinheiro que recebia como pagamento?
- Você participou de algum movimento juvenil nessa época? (se não, por quê?)
- Se sim, qual? Qual era a sua participação nesse grupo? Por quanto tempo? Por que saiu?
- Como era sua relação com sua família nessa época?
- Como era sua vida afetiva nessa época? (namoro, casamento...)
- Quais são as lembranças que mais marcaram sua adolescência e juventude? Por quê?

3- Fale um pouco sobre sua vida na fase adulta (dos 25 anos até os dias de hoje)

- Você continuou estudando (ou começou a estudar)? Onde? Formou-se? Em que?
- O que a passagem (ou não) pela escola significou pra você?
- Você continuou trabalhando? Onde? Fazendo o que?
- Você recebia mais que um salário mínimo? E hoje? Continua na mesma profissão?
- Você constituiu uma família? Tem filhos (netos)? Quantos?
- Você continua morando com a sua (o seu) companheira(o)? (se sim, há quanto tempo estão juntos?)
- Se não, você constituiu nova família? Quando?
- Antes de entrar no movimento por moradia que deu origem ao Bairro Capitão Eduardo, você participou de algum outro movimento ou grupo? Qual? Quando? Por quanto tempo? O que você fazia lá?

Miriam Regina de Sousa

- Quais são as lembranças mais marcantes da sua vida adulta até os dias de hoje? Por quê?
- Existe mais alguma coisa que você gostaria de dizer?

ESPECÍFICO:

- 1- Como e quando (ano) você começou a participar do movimento por moradia?
- 2- Você sabe exatamente quando e como o movimento começou?
- 3- Por que você começou a participar desse movimento?
- 4- Onde você morava nessa época? Quais eram suas condições de moradia?
- 5- Qual função você desempenhava dentro do movimento? Por quanto tempo?
- 6- Quais eram as principais reivindicações do movimento, naquela época? Você concordava com elas? Elas mudaram depois? Por quê?
- 7- Como eram as relações entre as pessoas do movimento?
 - Relação das lideranças com a base?
 - Relação dos homens com as mulheres? (eram tratados igualmente, ocupavam igualmente cargos de liderança...)
 - Relação entre negros e brancos do movimento? (negros e brancos ocupavam igualmente cargos de liderança?)
 - Já houve casos, que você se lembre, de preconceito racial? Explique.
 - Você se lembra de algum momento específico de valorização da raça negra? Qual(is)?
 - Você se lembra se, dentro do movimento, havia uma participação conjunta de jovens e adultos? Como?
- 1- Você se lembra de tensões e desacordos dentro do movimento naquela época? Quais?
- 2- Você se lembra de algum resultado, alguma consequência específica dessas tensões/desacordos? Quais? Alguém saiu? Pra onde foi? O que isso significou pra você?
- 3- Como você se relacionava com as pessoas do movimento?
- 4- O que você considera como conquistas mais importantes desse movimento para o grupo de pessoas envolvidas?
- 5- O que você considera como mais importante desse movimento pra sua vida particularmente?
- 6- Na sua opinião, ter participado desse movimento lhe ensinou alguma coisa? O que? O que isso significou pra sua vida?
- 7- Essa sua participação em um movimento social mudou de alguma forma sua visão sobre educação? Por quê? Como?
- 8- Você continua participando dos movimentos do bairro, atualmente? (Se sim, como?) (Se não, por quê?)
- 9- Quais são as lembranças mais marcantes que você tem sobre sua participação nesse movimento?
- 10- Existe alguma coisa que eu não perguntei e que você gostaria de dizer sobre o assunto?

Miriam Regina de Sousa

ANEXO 2 – TERMOS DE AUTORIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DOS/AS PARTICIPANTES DA PESQUISA

A pesquisa “O movimento de luta por moradia do bairro Capitão Eduardo: processos educativos resgatados pelas lembranças dos seus primeiros moradores” é realizada pela mestrandia da Faculdade de Educação da UFMG Miriam Regina de Souza, (tel 3441.2336 e-mail miresou@ig.com.br), orientanda da profa Dra Nilma Lino Gomes (Tel 34995323, e-mail: nilmagomes@uol.com.br).

A pesquisa visa compreender os processos educativos vivenciados pelos moradores e moradoras do bairro Capitão Eduardo, na luta pela moradia realizada na década de 80, em Belo Horizonte, através do resgate das lembranças, guardadas na memória dos seus primeiros moradores.

A história oral será a metodologia utilizada e será realizada com uma amostra de 06 pessoas, homens e mulheres, negros e brancos, integrantes do movimento de luta por moradia do bairro Capitão Eduardo, na década de 80. Para tal, serão realizadas entrevistas semi-estruturadas, devidamente gravadas e transcritas, na tentativa de reconstruir através da narrativa, as lembranças referentes aos percursos, experiências individuais e coletivas, processos formadores e deformadores vividos pelos sujeitos no movimento social acima citado.

Os dados coletados na pesquisa, as imagens e as informações obtidas nas suas diferentes etapas além de compor o texto da dissertação de mestrado da pesquisadora, poderão ser utilizados pela mesma na escrita de diferentes artigos e trabalhos científicos que serão encaminhados para publicação em periódicos da área da educação e das ciências sociais e para apresentação em eventos científicos da área.

Os/as participantes da pesquisa o fazem por vontade espontânea, e são livres para, a qualquer momento que desejarem e em qualquer fase da pesquisa, recusarem a participar ou retirar seu consentimento de participação, sem qualquer prejuízo aos mesmos e à pesquisadora.

Caso surjam quaisquer problemas, além de contactar a pesquisadora Miriam Regina de Souza, os participantes poderão também entrar em contato com o Comitê de Ética da UFMG: Av. Antônio Carlos, 6625, Reitoria/UFMG, 7º (sétimo) andar, sala 7018, fone: 34994592, fax 34994027, e-mail: coep@reitoria.ufmg.

Eu, Edna Maria Vieira, Carteira de Identidade nº MG. 3.289.906, Telefone 3493.9041 declaro que li não somente esse documento, mas também conheci o projeto de pesquisa na íntegra e tive a oportunidade de discuti-lo com a pesquisadora Miriam Regina de Sousa. Entendi as informações fornecidas e sinto-me esclarecido/a participar da pesquisa, dando o meu consentimento livre e esclarecido.

ASSINATURA: Edna Maria Vieira DATA: 24.10.05

Miriam Regina de Sousa

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DOS/AS
PARTICIPANTES DA PESQUISA**

A pesquisa "O movimento de luta por moradia do bairro Capitão Eduardo: processos educativos resgatados pelas lembranças dos seus primeiros moradores" é realizada pela mestranda da Faculdade de Educação da UFMG Miriam Regina de Souza, (tel 3441.2336 e-mail miresou@ig.com.br), orientanda da profa Dra Nilma Lino Gomes (Tel 34995323, e-mail: nilmagomes@uol.com.br).

A pesquisa visa compreender os processos educativos vivenciados pelos moradores e moradoras do bairro Capitão Eduardo, na luta pela moradia realizada na década de 80, em Belo Horizonte, através do resgate das lembranças, guardadas na memória dos seus primeiros moradores.

A história oral será a metodologia utilizada e será realizada com uma amostra de 06 pessoas, homens e mulheres, negros e brancos, integrantes do movimento de luta por moradia do bairro Capitão Eduardo, na década de 80. Para tal, serão realizadas entrevistas semi-estruturadas, devidamente gravadas e transcritas, na tentativa de reconstruir através da narrativa, as lembranças referentes aos percursos, experiências individuais e coletivas, processos formadores e deformadores vividos pelos sujeitos no movimento social acima citado.

Os dados coletados na pesquisa, as imagens e as informações obtidas nas suas diferentes etapas além de compor o texto da dissertação de mestrado da pesquisadora, poderão ser utilizados pela mesma na escrita de diferentes artigos e trabalhos científicos que serão encaminhados para publicação em periódicos da área da educação e das ciências sociais e para apresentação em eventos científicos da área.

Os/as participantes da pesquisa o fazem por vontade espontânea, e são livres para, a qualquer momento que desejarem e em qualquer fase da pesquisa, recusarem a participar ou retirar seu consentimento de participação, sem qualquer prejuízo aos mesmos e à pesquisadora.

Caso surjam quaisquer problemas, além de contactar a pesquisadora Miriam Regina de Souza, os participantes poderão também entrar em contato com o Comitê de Ética da UFMG: Av. Antônio Carlos, 6625, Reitoria/UFMG, 7º (sétimo) andar, sala 7018, fone: 34994592, fax 34994027, e-mail: coep@reitoria.ufmg.

Eu, Maria Lúcia dos Santos Valgado, Carteira de Identidade nº MG. 2.297.448, Telefone 3447.4682 declaro que li não somente esse documento, mas também conheci o projeto de pesquisa na íntegra e tive a oportunidade de discuti-lo com a pesquisadora Miriam Regina de Sousa. Entendi as informações fornecidas e sinto-me esclarecido/a participar da pesquisa, dando o meu consentimento livre e esclarecido.

ASSINATURA:

Maria Lúcia dos Santos Valgado

DATA: 22/06/05

Miriam Regina de Sousa

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DOS/AS
PARTICIPANTES DA PESQUISA**

A pesquisa "O movimento de luta por moradia do bairro Capitão Eduardo: processos educativos resgatados pelas lembranças dos seus primeiros moradores" é realizada pela mestranda da Faculdade de Educação da UFMG Miriam Regina de Souza, (tel 3441.2336 e-mail miresou@ig.com.br), orientanda da profa Dra Nilma Lino Gomes (Tel 34995323, e-mail: nilmagomes@uol.com.br).

A pesquisa visa compreender os processos educativos vivenciados pelos moradores e moradoras do bairro Capitão Eduardo, na luta pela moradia realizada na década de 80, em Belo Horizonte, através do resgate das lembranças, guardadas na memória dos seus primeiros moradores.

A história oral será a metodologia utilizada e será realizada com uma amostra de 06 pessoas, homens e mulheres, negros e brancos, integrantes do movimento de luta por moradia do bairro Capitão Eduardo, na década de 80. Para tal, serão realizadas entrevistas semi-estruturadas, devidamente gravadas e transcritas, na tentativa de reconstruir através da narrativa, as lembranças referentes aos percursos, experiências individuais e coletivas, processos formadores e deformadores vividos pelos sujeitos no movimento social acima citado.

Os dados coletados na pesquisa, as imagens e as informações obtidas nas suas diferentes etapas além de compor o texto da dissertação de mestrado da pesquisadora, poderão ser utilizados pela mesma na escrita de diferentes artigos e trabalhos científicos que serão encaminhados para publicação em periódicos da área da educação e das ciências sociais e para apresentação em eventos científicos da área.

Os/as participantes da pesquisa o fazem por vontade espontânea, e são livres para, a qualquer momento que desejarem e em qualquer fase da pesquisa, recusarem a participar ou retirar seu consentimento de participação, sem qualquer prejuízo aos mesmos e à pesquisadora.

Caso surjam quaisquer problemas, além de contactar a pesquisadora Miriam Regina de Souza, os participantes poderão também entrar em contato com o Comitê de Ética da UFMG: Av. Antônio Carlos, 6625, Reitoria/UFMG, 7º (sétimo) andar, sala 7018, fone: 34994592, fax 34994027, e-mail: coep@reitoria.ufmg.

Eu, Raimunda Luzia de Oliveira, Carteira de Identidade nº 12.64775, Telefone 3493.8973 declaro que li não somente esse documento, mas também conheci o projeto de pesquisa na íntegra e tive a oportunidade de discuti-lo com a pesquisadora Miriam Regina de Sousa. Entendi as informações fornecidas e sinto-me esclarecido/a participar da pesquisa, dando o meu consentimento livre e esclarecido.

ASSINATURA: Raimunda Luzia de Oliveira DATA: 27/06/05

Miriam Regina de Sousa

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DOS/AS
PARTICIPANTES DA PESQUISA**

A pesquisa "O movimento de luta por moradia do bairro Capitão Eduardo: processos educativos resgatados pelas lembranças dos seus primeiros moradores" é realizada pela mestrandia da Faculdade de Educação da UFMG Miriam Regina de Souza. (tel 3441.2336 e-mail miresou@ig.com.br). orientanda da profa Dra Nilma Lino Gomes (Tel 34995323. e-mail: nilmagomes@uol.com.br).

A pesquisa visa compreender os processos educativos vivenciados pelos moradores e moradoras do bairro Capitão Eduardo, na luta pela moradia realizada na década de 80, em Belo Horizonte, através do resgate das lembranças, guardadas na memória dos seus primeiros moradores.

A história oral será a metodologia utilizada e será realizada com uma amostra de 06 pessoas, homens e mulheres, negros e brancos, integrantes do movimento de luta por moradia do bairro Capitão Eduardo, na década de 80. Para tal, serão realizadas entrevistas semi-estruturadas, devidamente gravadas e transcritas, na tentativa de reconstruir através da narrativa, as lembranças referentes aos percursos, experiências individuais e coletivas, processos formadores e deformadores vividos pelos sujeitos no movimento social acima citado.

Os dados coletados na pesquisa, as imagens e as informações obtidas nas suas diferentes etapas além de compor o texto da dissertação de mestrado da pesquisadora, poderão ser utilizados pela mesma na escrita de diferentes artigos e trabalhos científicos que serão encaminhados para publicação em periódicos da área da educação e das ciências sociais e para apresentação em eventos científicos da área.

Os/as participantes da pesquisa o fazem por vontade espontânea, e são livres para, a qualquer momento que desejarem e em qualquer fase da pesquisa, recusarem a participar ou retirar seu consentimento de participação, sem qualquer prejuízo aos mesmos e à pesquisadora.

Caso surjam quaisquer problemas, além de contactar a pesquisadora Miriam Regina de Souza, os participantes poderão também entrar em contato com o Comitê de Ética da UFMG: Av. Antônio Carlos, 6625, Reitoria/UFMG, 7º (sétimo) andar, sala 7018, fone: 34994592, fax 34994027, e-mail: coep@reitoria.ufmg.

Eu, Marlene das Graças Oliveira Sales, Carteira de Identidade nº 4.2.698.452, Telefone 3493.9042 declaro que li não somente esse documento, mas também conheci o projeto de pesquisa na íntegra e tive a oportunidade de discuti-lo com a pesquisadora Miriam Regina de Sousa. Entendi as informações fornecidas e sinto-me esclarecido/a participar da pesquisa, dando o meu consentimento livre e esclarecido.

ASSINATURA: Marlene das Graças Oliveira Sales DATA: 03-05-05

Miriam Regina de Sousa

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DOS/AS
PARTICIPANTES DA PESQUISA**

A pesquisa "O movimento de luta por moradia do bairro Capitão Eduardo: processos educativos resgatados pelas lembranças dos seus primeiros moradores" é realizada pela mestrandia da Faculdade de Educação da UFMG Miriam Regina de Souza, (tel 3441.2336 e-mail miresou@ig.com.br), orientanda da profa Dra Nilma Lino Gomes (Tel 34995323, e-mail: nilmagomes@uol.com.br).

A pesquisa visa compreender os processos educativos vivenciados pelos moradores e moradoras do bairro Capitão Eduardo, na luta pela moradia realizada na década de 80, em Belo Horizonte, através do resgate das lembranças, guardadas na memória dos seus primeiros moradores.

A história oral será a metodologia utilizada e será realizada com uma amostra de 06 pessoas, homens e mulheres, negros e brancos, integrantes do movimento de luta por moradia do bairro Capitão Eduardo, na década de 80. Para tal, serão realizadas entrevistas semi-estruturadas, devidamente gravadas e transcritas, na tentativa de reconstruir através da narrativa, as lembranças referentes aos percursos, experiências individuais e coletivas, processos formadores e deformadores vividos pelos sujeitos no movimento social acima citado.

Os dados coletados na pesquisa, as imagens e as informações obtidas nas suas diferentes etapas além de compor o texto da dissertação de mestrado da pesquisadora, poderão ser utilizados pela mesma na escrita de diferentes artigos e trabalhos científicos que serão encaminhados para publicação em periódicos da área da educação e das ciências sociais e para apresentação em eventos científicos da área.

Os/as participantes da pesquisa o fazem por vontade espontânea, e são livres para, a qualquer momento que desejarem e em qualquer fase da pesquisa, recusarem a participar ou retirar seu consentimento de participação, sem qualquer prejuízo aos mesmos e à pesquisadora.

Caso surjam quaisquer problemas, além de contactar a pesquisadora Miriam Regina de Souza, os participantes poderão também entrar em contato com o Comitê de Ética da UFMG: Av. Antônio Carlos, 6625, Reitoria/UFMG, 7º (sétimo) andar, sala 7018, fone: 34994592, fax 34994027, e-mail: coep@reitoria.ufmg.

Eu, Moacir Gomes da Silva, Carteira de Identidade nº MG.3.201.186/, Telefone 3493.9028 declaro que li não somente esse documento, mas também conheci o projeto de pesquisa na íntegra e tive a oportunidade de discuti-lo com a pesquisadora Miriam Regina de Sousa. Entendi as informações fornecidas e sinto-me esclarecido/a participar da pesquisa, dando o meu consentimento livre e esclarecido.

ASSINATURA: Moacir Gomes da Silva DATA: 24-08-05

Miriam Regina de Sousa

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DOS/AS
PARTICIPANTES DA PESQUISA**

A pesquisa "O movimento de luta por moradia do bairro Capitão Eduardo: processos educativos resgatados pelas lembranças dos seus primeiros moradores" é realizada pela mestranda da Faculdade de Educação da UFMG Miriam Regina de Souza, (tel 3441.2336 e-mail miresou@ig.com.br), orientanda da profa Dra Nilma Lino Gomes (Tel 34995323, e-mail: nilmagomes@uol.com.br).

A pesquisa visa compreender os processos educativos vivenciados pelos moradores e moradoras do bairro Capitão Eduardo, na luta pela moradia realizada na década de 80, em Belo Horizonte, através do resgate das lembranças, guardadas na memória dos seus primeiros moradores.

A história oral será a metodologia utilizada e será realizada com uma amostra de 06 pessoas, homens e mulheres, negros e brancos, integrantes do movimento de luta por moradia do bairro Capitão Eduardo, na década de 80. Para tal, serão realizadas entrevistas semi-estruturadas, devidamente gravadas e transcritas, na tentativa de reconstruir através da narrativa, as lembranças referentes aos percursos, experiências individuais e coletivas, processos formadores e deformadores vividos pelos sujeitos no movimento social acima citado.

Os dados coletados na pesquisa, as imagens e as informações obtidas nas suas diferentes etapas além de compor o texto da dissertação de mestrado da pesquisadora, poderão ser utilizados pela mesma na escrita de diferentes artigos e trabalhos científicos que serão encaminhados para publicação em periódicos da área da educação e das ciências sociais e para apresentação em eventos científicos da área.

Os/as participantes da pesquisa o fazem por vontade espontânea, e são livres para, a qualquer momento que desejarem e em qualquer fase da pesquisa, recusarem a participar ou retirar seu consentimento de participação, sem qualquer prejuízo aos mesmos e à pesquisadora.

Caso surjam quaisquer problemas, além de contactar a pesquisadora Miriam Regina de Souza, os participantes poderão também entrar em contato com o Comitê de Ética da UFMG: Av. Antônio Carlos, 6625, Reitoria/UFMG, 7º (sétimo) andar, sala 7018, fone: 34994592, fax 34994027, e-mail: coep@reitoria.ufmg.

Eu, Rita Caldeira da Silva, Carteira de Identidade nº MG. 3.200.283, Telefone 3493.9028 declaro que li não somente esse documento, mas também conheci o projeto de pesquisa na íntegra e tive a oportunidade de discuti-lo com a pesquisadora Miriam Regina de Sousa. Entendi as informações fornecidas e sinto-me esclarecido/a participar da pesquisa, dando o meu consentimento livre e esclarecido.

ASSINATURA: Rita Caldeira da Silva DATA: 24.08.05

Miriam Regina de Sousa

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO USO DE NOME REAL E DA IMAGEM
DOS SUJEITOS DA PESQUISA**

Eu, Edna Maria Vieira, identidade nº MG.3.289.906
autorizo a divulgação do meu nome real na pesquisa realizada pela mestranda
Miriam Regina de Sousa, sob a orientação da Prof. Dra. Nilma Lino Gomes, da
Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.
Autorizo, também, a divulgação das imagens fotográficas por mim
espontaneamente cedidas.

Belo Horizonte, 20 de agosto de 2006.

ASSINATURA: Edna Maria Vieira

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO USO DE NOME REAL E DA IMAGEM
DOS SUJEITOS DA PESQUISA**

Eu, Maria Rúcia dos Santos Salgado, identidade nº MG.2.297.448
autorizo a divulgação do meu nome real na pesquisa realizada pela mestranda
Miriam Regina de Sousa, sob a orientação da Prof. Dra. Nilma Lino Gomes, da
Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.
Autorizo, também, a divulgação das imagens fotográficas por mim
espontaneamente cedidas.

Belo Horizonte, 20 de agosto de 2006.

ASSINATURA: Maria Rúcia dos Santos Salgado

Miriam Regina de Sousa

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO USO DE NOME REAL E DA IMAGEM
DOS SUJEITOS DA PESQUISA**

Eu, Raimunda Luzia de Oliveira, identidade nº MG.264.1715, autorizo a divulgação do meu nome real na pesquisa realizada pela mestranda Miriam Regina de Sousa, sob a orientação da Prof. Dra. Nilma Lino Gomes, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Autorizo, também, a divulgação das imagens fotográficas por mim espontaneamente cedidas.

Belo Horizonte, 20 de agosto de 2006.

ASSINATURA: Raimunda Suzia de Oliveira

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO USO DE NOME REAL E DA IMAGEM
DOS SUJEITOS DA PESQUISA**

Eu, Marlene das Graças O. Sales, identidade nº MG.696.452, autorizo a divulgação do meu nome real na pesquisa realizada pela mestranda Miriam Regina de Sousa, sob a orientação da Prof. Dra. Nilma Lino Gomes, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Autorizo, também, a divulgação das imagens fotográficas por mim espontaneamente cedidas.

Belo Horizonte, 20 de agosto de 2006.

ASSINATURA: Marlene das Graças Oliveira Sales

Miriam Regina de Sousa

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO USO DE NOME REAL E DA IMAGEM
DOS SUJEITOS DA PESQUISA**

Eu, Maacir Gomes da Silva, identidade nº MG.3.201.186
autorizo a divulgação do meu nome real na pesquisa realizada pela mestranda
Miriam Regina de Sousa, sob a orientação da Prof. Dra. Nilma Lino Gomes, da
Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.
Autorizo, também, a divulgação das imagens fotográficas por mim
espontaneamente cedidas.

Belo Horizonte, 20 de agosto de 2006.

ASSINATURA: Maacir Gomes da Silva

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO USO DE NOME REAL E DA IMAGEM
DOS SUJEITOS DA PESQUISA**

Eu, Rita Caldera da Silva, identidade nº MG.3.200.283
autorizo a divulgação do meu nome real na pesquisa realizada pela mestranda
Miriam Regina de Sousa, sob a orientação da Prof. Dra. Nilma Lino Gomes, da
Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.
Autorizo, também, a divulgação das imagens fotográficas por mim
espontaneamente cedidas.

Belo Horizonte, 20 de agosto de 2006.

ASSINATURA: Rita Caldera da Silva